

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA

**CONFLITOS NA ELITE: A TRANSFORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PODER DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO NA REPÚBLICA VELHA (1894-1930).**

**FRANCA
2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA

**CONFLITOS NA ELITE: A TRANSFORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PODER DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO NA REPÚBLICA VELHA (1894-1930).**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de História, Direito e Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista – Campus de Franca
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em História. Área de concentração: História e
Cultura Social. Sob orientação do Prof. Dr. Pedro
Geraldo Tosi.**

**FRANCA
2009**

HENRY MARCELO MARTINS DA SILVA

**CONFLITOS NA ELITE: A TRANSFORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PODER DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO NA REPÚBLICA VELHA (1894-1930).**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de História, Direito e Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista – Campus de Franca
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em História. Área de concentração: História e
Cultura Social. Sob orientação do Prof. Dr. Pedro
Geraldo Tosi.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Orientador Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

1.º Examinador: _____

2.º Examinador: _____

3.º Examinador: _____

4.º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ 2006.

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de São José do Rio Preto e da Casa de Cultura, pela dedicação com que me atenderam, especialmente pela desorganização dos arquivos municipais, que fazem imprescindível a boa vontade dos envolvidos nas atividades de pesquisa.

Ao meu orientador Pedro Geraldo Tosi, pela profícua orientação, paciência e dedicação para comigo durante todo o tempo da pesquisa e elaboração da tese. Suas observações foram substanciais neste trabalho.

Aos amigos Cecília, Cleber e Rogério, que me acompanharam em todos os períodos desta pesquisa, e por meio de seus exemplos e conselhos auxiliaram-me sobremaneira na elaboração desta pesquisa.

À minha Adriana, que participa comigo desde os momentos iniciais de meu ingresso no Doutorado, e foi sem dúvida uma das grandes responsáveis pela entrega deste trabalho no prazo; pela paciência, estímulo e dedicação para comigo nestes anos.

Aos meus pais e irmãos, Alcides, Irani, Denise e Gustavo; que nunca precisaram entender exatamente o que se passava comigo para me auxiliarem nessa empreitada.

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender os conflitos e as transformações nos grupos de poder de São José do Rio Preto-SP entre 1894 e 1930, dentro do processo de urbanização promovido pela economia cafeeira; em função do intenso movimento de expansão da fronteira agrícola paulista, verifica-se um rápido processo de modernização na cidade, que em poucos anos alcança níveis altíssimos de produção cafeeira, apresentando também um enorme crescimento de sua população, constituída em grande parte por estrangeiros imigrantes, cenário que proporcionava condições únicas para a atuação de novos elementos no meio urbano, promovendo mudanças nos antigos padrões de sociabilidade que garantiam à elite local a manutenção do poder. Para tanto, utilizamos uma variada gama de fontes, em especial os jornais locais, que foram úteis na apreensão das mudanças pelas quais passou a cidade no período, bem como para o entendimento das transformações nos grupos de poder, bem mais diversificados e abertos e fins da década de 1920, além dos diversos conflitos ocorridos no período, frutos das disputas entre os novos setores sociais e os tradicionais coronéis perrepistas pelo controle da política local.

Palavras-Chave: Conflitos, Elites, Rio Preto, poder, jornais.

ABSTRACT

The present research searched to understand the conflicts and the transformations in the groups of power of São Jose do Rio Preto between 1894 and 1930, inside of the process of urbanization promoted for the coffee economy; in function of the intense movement of expansion of the São Paulo agricultural border, a fast process of modernization in the city is verified, that in few years reaches the highest levels of coffee production, also presenting an enormous growth of its population, constituted to a large extent of immigrant foreigners, scene that provided only conditions for the performance of new elements in the urban way, promoting changes in the old standards of sociability that guaranteed to the local elite the maintenance of the power. For in such a way, we use one varied gamma of sources, in special the local periodicals, that had been useful in the apprehension of the changes for which it passed the city in the period, as well as for the agreement of the transformations in the groups of being able, well more diversified and opened and ends of the decade of 1920, beyond the diverse conflicts occurred in the period, fruits of the disputes between the new social sectors and the traditional perrepistas colonels for the control of the local politics.

Keywords: Conflicts, the Elites, Rio Preto, power, periodicals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - DE “BOCA DO SERTÃO” A “FIM DE LINHA”: CONSTRUÇÃO URBANA E ASPECTOS DA MODERNIDADE EM RIO PRETO.....	19
1.1 – Economia cafeeira, tempos e ritmos de ocupação do interior paulista: Araraquarense, intermediária entre as antigas e novas regiões.....	20
1.2 – Café, Ferrovia e Imigrantes na urbanização do interior: a Rio Preto do café e os impactos do complexo cafeeiro.....	30
1.3 – Autonomia política e organização do espaço: construção urbana de Rio Preto.....	46
1.4 - Aparelhamento urbano e negócios privados.....	60
1.5 - Traços da exclusão: ambigüidades da modernização local.....	77
CAPÍTULO 2 – TRANSFORMAÇÃO DA ELITE RIO-PRETENSE.....	84
2.1 - Conflitos iniciais e rápida inserção: o imigrante árabe como exemplo na transformação na elite de Rio Preto.....	93
2.2 – Novos personagens “das elites” locais: em cena os imigrantes.....	118
2.3 - A Política local na República Velha.....	152
2.4 - Transformação da elite política: um estudo sobre o legislativo local.....	187
CAPÍTULO 3 – CONFLITOS NA ELITE: A DISPUTA PELO PODER LOCAL NA REPÚBLICA VELHA.....	210
3.1 – Quando os “de fora” ocupam a prefeitura.....	212
3.2 – O bacharel, o coronel e as chaves da prefeitura.....	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
ANEXOS	

	27
	3
FONTES.....	31
	3
BIBLIOGRAFIA.....	31
	4

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 1 - DE “BOCA DO SERTÃO” A “FIM DE LINHA”: CONSTRUÇÃO URBANA E ASPECTOS DA MODERNIDADE EM RIO PRETO

Tabela 1 - Produção cafeeira de São Paulo: 1900 – 1920 – 1934 – 1940. (n.º de sacas X mil).....	24
Tabela 2 - Produção cafeeira de São Paulo por regiões escolhidas (arrobas).....	24
Tabela 3 - População regiões Estado de São Paulo (nº hab.) – 1900-1940.....	25
Tabela 4 - Movimento de café e cereais na estação da EFA de Rio Preto: 1912-1927. (Kg.).....	39
Mapa 1 - Ocupação temporal do interior de São Paulo.....	26
Mapa 2 - Divisões Regionais do Estado de São Paulo.....	29
Mapa 3 - Mapa eleitoral paulista de 1921.....	29
Imagem 1 - Autódromo Carlos de Campos (1929).....	57
Imagem 2 - Rio Preto do Passado (1929).....	59
Imagem 3 - Rio Preto do Presente (1929).....	59
Imagem 4 - Rio Preto do Futuro (1929).....	60
Imagem 5 - Propaganda de venda de terrenos urbanos 1927.....	72
Imagem 6 - Propaganda empresas construtoras 1927.....	79
Imagem 7 - Propaganda casas de aluguel 1927.....	79
Gráfico 1 - Transporte de passageiros pela EFA (1907-1927).....	45

CAPÍTULO 2 TRANSFORMAÇÃO DA ELITE RIO-PRETENSE.

Tabela 1 - Principais núcleos de concentração de sírios e libaneses no interior (mais de 200 hab. no município)...	100
Tabela 2 - Receitas previstas do município de Rio Preto para 1905.....	102
Tabela 3 - Vereadores da primeira Câmara de Rio Preto (1894).....	119
Tabela 4 - Lista dos contribuintes dos impostos de indústrias e profissões e predial - 1902.....	123
Tabela 5 - Lista dos contribuintes dos impostos de indústrias e profissões e predial - 1905.....	123
Tabela 6 - Lista dos contribuintes dos impostos de indústrias e profissões e predial - 1906.....	124
Tabela 7 - Juizes de Paz de Rio Preto (1896-1913).....	126
Tabela 8 - Lista de presentes na instalação da Comarca publicada no jornal O Porvir - 1904.....	127
Tabela 9 - Lista de doadores verbas para construção do coreto – 1905.....	130
Tabela 10 – Diretoria do “ <i>Club Athletico Sportivo</i> ” – 1906.....	133
Tabela 11 - Diretoria da “ <i>Sociedade Musical 17 de Junho</i> ” – 1906.....	133
Tabela 12 – Diretoria da “ <i>Associação Theatral Riopretense</i> ” - 1912.....	134
Tabela 13 - Maiores contribuintes Coletoria Estadual – 1929 (mais de um conto de réis).....	139
Tabela 14 - Maiores contribuintes impostos Prefeitura – 1930 (mais de um conto de réis).....	140
Tabela 15 - Lista de acionistas da “A CONSTRUTORA S. A.” - 1927.....	143
Tabela 16 – Proprietários estrangeiros em Rio Preto e consequentes desmembramentos (1905 – 1940).....	145
Tabela 17 - Lista de Diretores da Associação Comercial 1920 – 1930.....	147
Tabela 18 - Lista contribuintes obras Santa Casa – 1911.....	149
Tabela 19 - Lista alunos “ <i>Gymnásio de Rio Preto</i> ” – 1929.....	151
Tabela 20 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1905/1907.....	191
Tabela 21 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1911/1913.....	192
Tabela 22 – Média anual de vereadores e prefeitos (1894-1930).....	194
Tabela 23 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1914/1916.....	195
Tabela 24 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1923/1925.....	196
Tabela 25 - Vereadores eleitos por período e por local de nascimento - Rio Preto (1894-1930).....	201
Tabela 26 - Vereadores eleitos por período e por local de nascimento – Ribeirão Preto (1910-1928).....	201
Tabela 27 - Origem dos prefeitos e vereadores de Rio Claro (1900-1930).....	202

Tabela 28 - Vereadores eleitos por período e por ocupação profissional – Rio Preto e Ribeirão Preto. (1900-1930).....	205
Tabela 29 - Composição profissional do executivo e legislativo de acordo com o primeiro mandato – Rio Claro (1900-1930).....	207
Tabela 30 - Composição profissional do executivo (seis meses ou mais em exercício) e legislativo (vereadores com dois ou mais mandatos) – Rio Preto (1900-1930).....	208
Tabela 31 - Prefeitos eleitos por período e por ocupação profissional (mais de seis meses de exercício) – Rio Preto (1894-1930).....	209
Imagem 1 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade árabe - 1912.....	106
Imagem 2 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade árabe - 1926.....	107
Imagem 3 - Anúncio evento cultural “Sociedade Jovens Syrios” -1930.....	110
Imagem 4 – Anúncio Evento homenagem colônia árabe – 1929.....	113
Imagem 5 – Propaganda advogados – 1905.....	129
Imagem 6 - Propaganda advogados – 1905.....	129
Imagem 7 – Propaganda “ <i>Cia Melhoramentos do Rio Preto</i> ” – 1904.....	131
Imagem 8 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1906.....	135
Imagem 9 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1912.....	135
Imagem 10 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1912.....	135
Imagem 11 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1911.....	136
Imagem 12 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1912.....	136
Imagem 13 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1925.....	136
Imagem 14 – Propaganda profissional imigrante – 1904.....	136
Imagem 15 - Propaganda profissional imigrante – 1911.....	137
Imagem 16 - Propaganda profissional imigrante – 1912.....	137
Imagem 17 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1911.....	138
Imagem 18 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1911.....	138

CAPÍTULO 3 CONFLITOS NA ELITE: A DISPUTA PELO PODER LOCAL NA REPÚBLICA VELHA

Tabela 1 - População Rio Preto e municípios desmembrados (1886-1934).....	222
Imagem 1 - Propaganda venda de terras - 1925.....	218
Imagem 2 - Propaganda empreitada trabalho na região Noroeste – 1925.....	218
Imagem 3 - Propaganda venda de terras – 1925.....	218
Imagem 4 - Capa jornal <i>A Notícia</i> de 05/08/1925.....	244
Imagem 5 - Capa jornal <i>A Notícia</i> de 30/11/1925.....	245
Imagem 6 - Capa jornal <i>O Município</i> de 16/01/1927. `.....	249
Imagem 7 - Capa jornal <i>A Notícia</i> de 02/02/1927.....	252
Imagem 8 - Capa jornal <i>A Notícia</i> de 03/04/1927.....	255
Imagem 9 - Capa jornal <i>A Notícia</i> de 03/06/1927.....	256
Imagem 10 - Capa jornal <i>A Notícia</i> de 07/06/1927.....	257
Imagem 11 – Capa jornal <i>A Notícia</i> de 17/01/1828.....	260
Imagem 12 – Capa jornal <i>O Município</i> de 11/05/1928.....	262

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender os conflitos e as transformações nos grupos de poder de São José do Rio Preto-SP na República Velha, entre 1894 e 1930, dentro do processo de urbanização promovido pela economia cafeeira. Em função do intenso movimento de expansão da fronteira agrícola paulista, o município apresenta um rápido processo de desenvolvimento, e em poucos anos alcança níveis altíssimos de produção cafeeira, apresentando também um enorme crescimento de sua população, constituída em grande parte por estrangeiros imigrantes.

Aquele cenário de intensas transformações proporcionava condições únicas para a atuação de novos elementos, promovendo mudanças nos antigos padrões de sociabilidade que garantiam à elite local a manutenção do poder; como consequência daquele processo, observam-se transformações nas formas de atuação dessa elite, que ao enfrentar as novas condições impostas pela cidade moderna, nesse percurso único de desenvolvimento por que viveu a cidade, também se transforma.

O estudo do poder na República Velha encontra nos trabalhos dedicados ao fenômeno do coronelismo uma de suas principais vertentes; O trabalho pioneiro foi o de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, que define o coronelismo como um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis³⁶. Segundo o autor, havia uma relação entre o poder local e o poder central, onde ocorreria um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.

Além disso, Leal ressaltava a relação do coronel com a massa votante, vinculando o fenômeno à estrutura agrária que forneceria a base de sustentação das manifestações de poder

³⁶ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo*. São Paulo: Alfa-Ômega: 1978. p. 02.

privado, na qual o coronel recebe o prestígio político em função de sua situação econômica e social de proprietário de terras³⁷.

O *Patrimonialismo* enquanto fenômeno é o eixo predileto das clássicas “interpretações” do Brasil, que vêm à cena a partir dos anos trinta do século passado, e lançam luzes sobre a distância abissal que separaria a estrutura social de matriz patriarcal, originária do período colonial, das instituições liberal-democráticas que surgiram no cenário político a partir do século XIX; Max Weber serviu de inspiração para algumas dessas análises, que incorporam os conceitos de Estado patrimonial e patrimonialismo burocrático, destacando-se entre eles Raymundo Faoro³⁸, Simon Schwartzman³⁹ e Fernando Uricoechea⁴⁰.

Faoro, pioneiro nesse tipo de interpretação, enfatizou a natureza do pacto de dominação do tipo patrimonial, que deu origem à secular oposição entre o Estado e a sociedade no Brasil. Já Schwartzman, concorda em princípio com Faoro⁴¹, no que se refere à natureza do pacto de dominação que articulou o Estado no Brasil, reforçando a análise com traços weberianos de uma dominação tradicional, patrimonialista, ao caso brasileiro. Ao analisar os dois trabalhos, Luiz Werneck Vianna⁴² escreve que:

“ *inscritos no Oriente político(...) conheceríamos um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil, a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado*”.

Referindo-se ao patrimonialismo no fenômeno coronelístico, Maria de Lourdes Janotti escreve que o poder privado, que era ‘*desmesurado*’ na Colônia, continuou a sê-lo durante o Império e a República; para a autora “(...) *Embora não se possa afirmar que todo fazendeiro*

³⁷ Idem. p. 04.

³⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

³⁹ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1982.

⁴⁰ URICOCHEA, Fernando. *O minotauro Imperial*. A burocratização do Estado brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978.

⁴¹ SILVA, Vera Alice Cardoso. *Monarquia e Primeira República: a natureza do pacto de dominação segundo interpretações correntes na historiografia*. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 10, p. 132-150, 1990. p. 140.

⁴² VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (53), março de 1999. p. 35.

*ou todo grande comerciante era um coronel, também é impossível desvincular o coronelismo do mandonismo local. (...) a população rural continuou submetida ao poder individual.”*⁴³.

Para obter o controle da política local o coronel usava de artifícios como o controle pessoal advindo da posse de terra, na concepção de Leal, além de uma rede de ligações de parentela, exemplificados pelos estudos de Maria Isaura Pereira de Queiróz⁴⁴, que marcaram a rede conceitual sobre o assunto⁴⁵.

No entanto, ao passo em que os núcleos urbanos adquiriam proporções maiores, e a sociedade passou a ser mais diversificada, novos grupos passaram a atuar no cenário político, processo que promove a decadência do poder coronelístico, refletido nos conflitos nacionais da década de 1920 e no golpe dos grupos oposicionistas em 1930.

As condições de decadência do poder pessoal estariam dadas pela progressiva urbanização e crescimento populacional das cidades, ao mesmo tempo em que o processo de burocratização da administração pública se intensificava, criando-se desta maneira diversos poderes e autoridades que não estariam permanentemente sob o controle e o domínio privado do coronel. Nas palavras de Queiroz:

*Num primeiro momento, urbanização e crescimento demográfico são processos que concorrem para o desenvolvimento e a manutenção da estrutura coronelística, para em seguida pelo seu próprio incremento, levarem a esta abalos que tendem a arruiná-la (...) O coronel, que fora o antigo “dono” da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores*⁴⁶.

Tal processo foi detectado por Vilaça e Albuquerque, que analisando coronéis em Pernambuco, afirmam que ocorreu um rompimento na estrutura social e política do sistema coronelista; para os autores, o declínio do domínio do coronel se dá na passagem do sistema de dominação pessoal, que lhe garantia o controle da massa votante, ao de mercantilização do voto, surgindo o voto mercadoria, em substituição do voto-de-cabresto. Recebendo um preço,

⁴³ JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 39.

⁴⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, 1976, e QUEIROZ, M. I. P. de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira: República, São Paulo: Difel, 1977.

⁴⁵ SOARES NETO, Cícero José Alves. *Coronelismo: voto barganhado?* (notas teóricas). In: **Cadernos CERU**, nº 06, Série 2, 1995. p. 73-87.

⁴⁶ QUEIROZ, 1977. *Op. cit.*, p. 182.

o voto passa a ser trocado pelo maior valor. Impessoaliza-se e opera o declínio de poder do coronel⁴⁷.

Sá aborda o assunto explicando que o coronelismo passa por redefinições ao longo do tempo; como consequência do processo de urbanização, novos elementos são incorporados ao sistema político, processo que obriga os coronéis a adaptarem-se às mudanças; para a autora, apesar das expressões econômicas, políticas e sociais, o coronelismo sobrevive e persiste como sistema de domínio⁴⁸.

Os trabalhos abrem espaço para se pensar na adaptação dos antigos coronéis aos novos padrões de controle político, assim como para se prolongar as análises do fenômeno coronelístico para além do período da República Velha. Em seu estudo sobre o voto no coronelismo, Soares Neto coloca o trabalho de Sá ao lado de outros como os de Andrade⁴⁹, Dantas⁵⁰ e Barreira⁵¹ entre os autores que pertencem a uma última fase dos estudos sobre o fenômeno do coronelismo, a “fase da reinterpretação”, onde as premissas e conclusões dos trabalhos pioneiros são reenfocadas sob a ótica de novas redes conceituais, além da revalorização de fontes primárias pouco exploradas. Cada um destes estudou um Estado (ou região), em particular, respectivamente: Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Ceará. Surge, portanto, entre os novos estudiosos, uma variável significativa para a compreensão do fenômeno: o Nordeste⁵².

No entanto, Carvalho⁵³ critica as visões re-interpretativas, recomendando cuidado ao se trabalhar com o conceito de coronelismo, para não confundi-lo com os de mandonismo e clientelismo; segundo o autor, boa parte da literatura brasileira, mesmo a que se inspira em Leal, dentre os quais incluem-se os trabalhos de Carone⁵⁴, Pang⁵⁵, Queiroz⁵⁶, Sá⁵⁷, e Vilaça e

⁴⁷ VILAÇA, M. V. e ALBUQUERQUE, R. C. de. *Coronel, Coronéis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: UNB, 1965.

⁴⁸ SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife: Dissertação de Mestrado-UFPE, 1974.

⁴⁹ Maria A. Alonso de ANDRADE, *Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982*. João Pessoa: NDIHR, 1985. Citado em SOARES NETTO.

⁵⁰ Ibaré DANTAS, *Coronelismo e dominação*. Aracaju: UFS, 1987. Citado em SOARES NETTO.

⁵¹ César BARREIRA, *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. Citado em SOARES NETTO.

⁵² SOARES NETO. *Op. Cit.*, p. 75.

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo. DADOS, vol. 14, no. 2, Rio de Janeiro, 1997.

⁵⁴ CARONE, Edgard. "Coronelismo. Definição Histórica e Bibliografia". Revista de Administração de Empresas, vol. 11, nº 3, pp. 85-89. 1971.

⁵⁵ PANG, Eul-Soo. (1979), *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

⁵⁶ QUEIROZ, , 1975.

⁵⁷ SÁ, 1974.

Albuquerque⁵⁸, identifica os fenômenos do coronelismo e mandonismo, contribuindo para o entendimento do mandonismo, porém, promovendo uma confusão de impactos negativos. Nas palavras de Carvalho, essa literatura:

*“...contribuiu, sem dúvida, para esclarecer o fenômeno do mandonismo. Da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres. O suposto isolamento dos potentados em seus domínios também é revisto (...) Mas o fato de essa literatura ter tornado sinônimos os conceitos de coronelismo e mandonismo foi negativo.”*⁵⁹

Além disso, Carvalho aponta como falha nos trabalhos revisionistas a frouxidão do conceito de coronelismo; defendendo o apego à definições de Leal, o autor critica algumas das novas interpretações, escrevendo que alguns autores encontraram “mesmo um coronelismo urbano”, ou um “coronelismo sem coronéis”; segundo o autor, “(...) o conceito atinge, nesses casos, uma amplitude e uma frouxidão que tira o valor heurístico”⁶⁰.

Não é nosso intuito defender os trabalhos citados das críticas de Carvalho, especialmente os que situam o coronelismo em períodos externos à República Velha; no entanto, em que se pesem as já conhecidas diferenças regionais deste fenômeno na História brasileira⁶¹, como não considerar transformações na prática do poder advindas da mercantilização da vida, presentes nos estudos de Vilaça e Albuquerque⁶² e Sá⁶³, principalmente em grandes núcleos urbanos, que como Rio Preto eram importantes centros eleitorais já no início do século?

Consideramos para o presente trabalho, em acordo com os autores acima, que a rápida evolução populacional da cidade, aliada à rápida incorporação do território local pelo café, proporcionou uma situação única, que deixa mais claro os conflitos e transformações no coronelismo local.

⁵⁸ VILAÇA e ALBUQUERQUE, 1965.

⁵⁹ CARVALHO, 1997, p. 239.

⁶⁰ Idem, p. 239. O autor cita REIS, Fábio Wanderley. "Participación, Movilización e Influencia Política: 'Neo-Coronelismo' en Brasil". Revista Latinoamericana de Ciencia Política, vol. 2, nº 1, 1971, pp. 3-32; e BANCK, Geert A. (1974), "The Dynamics of the Local Political System in the State of Espírito Santo, Brazil". Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, nº 17, pp. 69-77.

⁶¹ Ver JANOTTI, 1992.

⁶² VILAÇA e ALBUQUERQUE, 1965.

⁶³ SÁ, 1974.

Nesse sentido, ao passo que a população passa por transformações qualitativas, observa-se ao longo do período a entrada de novos setores sociais na política local, processo que não aconteceu sem conflitos; além disso, naquele período surgem na cidade alguns chefes políticos que diferem-se em vários sentidos dos clássicos perfis dos coronéis, uma vez que não apresentavam ligações de matrimônio com famílias influentes, nem grandes fortunas ligadas à posse da terra; eram sim ligados aos poucos cargos municipais, ao comércio e às atividades liberais.

Desse modo, nos propusemos no presente trabalho, a responder a seguinte questão: em que medida o rápido processo de desenvolvimento vivido por Rio Preto refletiu-se na transformação do poder local no decorrer da República Velha?

Teria a cidade vivenciado uma situação aberta à inserção de novos elementos no cenário urbano, que passaram a inserir-se nos grupos de poder de modo a alterar os padrões de domínio coronelístico? Para responder a estas questões entendemos ser necessária uma visão de conjunto, que busque relacionar os contextos específicos do processo de desenvolvimento econômico e construção urbana local, aos conflitos e transformações verificadas nos grupos de poder ao longo do tempo.

Para atender aos objetivos propostos, o trabalho contou com uma pesquisa em museus e arquivos para o levantamento de fontes, procurando relacionar documentos de características mais gerais com outros de cunho regionalizado; dentre as instituições visitadas destacaram-se o Museu Ferroviário de Jundiaí-SP, o Instituto Agrônomo de Campinas, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Público e a Casa da Cultura de São José do Rio Preto, nos quais selecionamos um rol variado de documentos, dando destaque para a análise de fontes oficiais sobre economia, população e política locais, bibliografia de época, além de jornais e imagens do período.

Dentre as principais fontes selecionadas para a pesquisa, encontram-se os referentes à *Estrada de Ferro Araraquarense*⁶⁴, encontrados no Museu Ferroviário de Jundiaí; tais documentos fornecem informações sobre o a evolução no movimento da ferrovia, dados que somados àqueles obtidos a partir das fontes locais⁶⁵, permitem o entendimento do processo de desenvolvimento econômico vivido pela cidade no período.

⁶⁴ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo para 1927; Relatório de Exercícios da Estrada de Ferro Araraquara da Secretaria de Viação e Obras Públicas, para o ano de 1946, encontrados no Museu Ferroviário de Jundiaí. A relação completa da documentação utilizada na pesquisa encontra-se arrolada no item Fontes, no final do trabalho.

⁶⁵ CAVALHEIRO, A. *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto*. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929; FRANÇA, M. (org). *Álbum de Araraquara*. Araraquara: Paulo Silveira Ed., 1915.

Além das informações sobre o movimento da EFA, os dados fornecidos por Camargo⁶⁶ constituíram-se em outro importante subsídio para a presente pesquisa; trazendo informações referentes aos níveis de concentração populacional e produção cafeeira para as diversas regiões de São Paulo durante o início do século XX, o trabalho de Camargo constitui, ao lado dos relativos à ferrovia, a documentação de cunho mais estatístico utilizada no trabalho.

No Arquivo Público Municipal de S. J. do Rio Preto, encontramos as *Atas da Câmara Municipal*, importantes na medida em que permitiram identificar as ações políticas, desde a instalação da Câmara, para o melhoramento da infra-estrutura urbana; tais documentos encontram-se em péssimo estado de conservação e organização, sendo úteis apenas para os períodos iniciais da organização municipal.

Na Biblioteca Municipal encontram-se vários trabalhos específicos sobre o município; foram coletados, dentre outros, alguns Almanques, os *Álbuns Ilustrados*, publicações que, ‘em moda’ na época, constituíram-se em importantes veículos de divulgação da concepção de mundo da elite e possibilitam um entendimento sobre o desenvolvimento sócio-econômico e o processo de modernização da cidade, na medida em que apresentam dados sobre os profissionais, sobre os estabelecimentos comerciais e sobre a configuração do corpo político. Utilizando-se das peculiaridades desse tipo de fonte, procura-se discutir o ideal de civilização da elite e suas tentativas de transformar o espaço público segundo seu imaginário de mundo urbano.

Na Hemeroteca da Casa da Cultura de S. J. do Rio Preto, pesquisamos os jornais *A Notícia* e *O Município*, ambos datados da década de 1920; a análise dessas fontes permite a compreensão do processo de modernização da cidade, além da apreensão da transformação da dinâmica da sociedade em relação ao meio urbano, assim como aspectos específicos acerca das transformações sociais e políticas apresentadas pela cidade ao longo do tempo.

Além destes periódicos, constituíram-se em importantes referências para a presente pesquisa os jornais *O Porvir*, *O Poder Moderador* e *A Cidade*, que circularam nos períodos iniciais do século XX, e localizam-se no acervo particular do pesquisador rio-pretense Lelé Arantes.

Desse modo, selecionadas as fontes era necessário de início estabelecer as características específicas do processo de desenvolvimento local, buscando apreender a medida das diferenças apresentadas pela trajetória da cidade e região em relação às outras áreas do interior paulista, discussão com que começamos nosso trabalho, no primeiro capítulo.

⁶⁶ CAMARGO. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1952, v. 1 e 2.

Nesta parte inicial, detivemo-nos no processo de construção urbana de Rio Preto, que de pequena vila “boca do sertão” transforma-se rapidamente no início do século XX em uma das maiores e mais importantes cidades do Estado, fruto da incorporação de seu território ao complexo cafeeiro, dado no início da década de 1910, com a chegada da ferrovia.

O plantio de café foi o grande responsável pela ocupação efetiva das terras interioranas, e as várias regiões e núcleos urbanos surgidos no interior paulista tiveram suas trajetórias de desenvolvimento e urbanização vinculados em grande medida aos sabores da economia cafeeira, processo que marcou diferentes ritmos e intensidades de desenvolvimento para as diversas áreas do Estado.

Portanto, este capítulo inicial buscou apreender as características do processo de ocupação da região de Rio Preto, com o objetivo de diferenciar os ritmos e períodos de cada região, sua relação com a implantação de linhas férreas e com as inconstâncias da economia cafeeira; para tal, contamos especialmente com dados referentes à produção cafeeira e concentração populacional fornecidos por Camargo⁶⁷, além de uma bibliografia específica sobre o processo de ocupação do interior paulista, que articula o avanço temporal das linhas férreas, a produção cafeeira e a concentração populacional⁶⁸.

Além disso, o primeiro capítulo deteve-se às proporções da incorporação de Rio Preto ao mundo do café, analisando os impactos do complexo cafeeiro na localidade; a partir de dados referentes à concentração populacional e de produção cafeeira, além de documentação referente à ferrovia *Araraquarense* – EFA, buscamos apreender a evolução das exportações locais pré e pós café, situação que nas cidades do interior confunde-se com a de pré e pós ferrovia.

O rápido crescimento apresentado por Rio Preto refletiu-se na intensidade de seu processo de urbanização, fortemente marcado pelos interesses de uma elite dirigente, que gestava as transformações de acordo com seus interesses e em detrimento da grande maioria daqueles que participavam do processo. Desse modo, o capítulo buscou ainda discutir o papel da Câmara Municipal na organização do poder local, sua luta por melhorias e sua relação com os interesses envolvidos na disputa pelos espaços do interior paulista, em especial os que se localizavam dentro do enorme município que era Rio Preto à época, muito valorizados desde a construção da ferrovia *Noreste do Brasil* em fins da década de 1910.

⁶⁷ CAMARGO, 1952.

⁶⁸ MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo, 1941. (Coleção do Departamento de Cultura; v. 25); MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/ Polis, 1984; MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. 2ª edição, São Paulo, 1974. Ed. Alfa/ Omega/ Sociologia e Política; e SAES, Flávio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo, Hucitec/ INL - Mec, 1981.

Delimitados os contornos do processo de construção urbana local, e ressaltadas as especificidades do intenso desenvolvimento apresentado por Rio Preto no período, detivemo-nos na análise da transformação da elite local, assunto do qual se ocupa o segundo capítulo; tendo por base uma concepção pluralista do conceito de elites, o trabalho buscou considerar os diversos grupos de influência local, não apenas políticos, mas também econômicos, culturais, de representação de classes e de nacionalidade⁶⁹, etc., procurando apreender as transformações e permanências mais ou menos conflituosas nas relações entre esses grupos e as instâncias de controle do poder.

Para tal buscamos selecionar os vários grupos de poder existentes na cidade ao longo do período de pesquisa, localizados especialmente a partir das informações fornecidas pelos jornais, por meio dos quais elaboramos diversas listas, contendo os nomes dos indivíduos atuantes nas diversas áreas de influência; posteriormente, tomando o nome como fio condutor buscou-se a comparação entre os diversos grupos, buscando nexos que permitissem apreender tanto a transformação dos grupos de poder tradicionais, como o econômico e político, quanto o surgimento de novos interesses coletivos tais como clubes culturais e esportivos, além de associações de classe e de imigrantes⁷⁰.

Partindo da análise da transformação nos grupos de influência local, o capítulo teve por objetivo apreender a medida dos impactos dos diversos contextos econômicos e sociais vividos pela cidade no perfil de seus grupos de poder, detectando as fases de maior intensidade de mudanças, e as áreas mais abertas à inserção de novos elementos no meio local.

Além disso, buscamos posteriormente relacionar as transformações apresentadas pelos diversos grupos de poder à mudança no perfil da elite política rio-pretense, que também não era a mesma que caracterizara a cidade em seus momentos iniciais, e que refletia em grande medida as transformações sociais locais do período, fazendo com que novos atores

⁶⁹ Importantes na cidade desde o início do século XX, foram várias as associações imigrantes existentes ao longo do tempo, em especial as que representavam as colônias italiana, espanhola, portuguesa e árabe.

⁷⁰ Como exemplos das listas elaboradas a partir dos jornais para a presente pesquisa, destacamos, dentre outras citadas no decorrer do trabalho, a *Lista dos Milicianos da 151ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional*, encontrada no *O Porvir* de 1905, a *Lista dos Maiores Contribuintes do Imposto Predial* e a *Lista dos Maiores Contribuintes do Imposto de Indústrias e Profissões*, encontradas também no *O Porvir* para os anos de 1902, 1905 e 1906; a *Lista dos Contribuintes da Coletoria Estadual de 1927*, encontrada no *O Município*, a *Lista de Contribuintes da Coletoria Estadual de 1929*, encontrado no *A Notícia*, e a *Lista de Contribuintes da Prefeitura de 1930*, encontrada também no *O Município*; além destas constituíram-se em importantes referências para a pesquisa as *Listas dos Maiores Cafeicultores* de Rio Preto e cidades vizinhas, publicadas periodicamente no Boletim *O café*: Estatísticas de Produção e de Comércio, da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1909-1938), encontrado no Instituto Agrônomo de Campinas. (Agradeço ao Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros a indicação desta documentação).

passassem a fazer parte do grupo de controle político, disputando, juntamente com os antigos coronéis, o controle do poder local.

No entanto, o contexto de alargamento dos grupos de poder não aconteceu de maneira simples, sendo permeado por diversos conflitos que tomamos como importantes referências em nossa pesquisa, uma vez que representavam as disputas entre os diversos interesses que passaram a atuar no meio local; tal discussão nos leva ao terceiro e último capítulo do presente trabalho, que deteve-se à análise de conflitos acontecidos na cidade que promoveram alterações nos grupos de poder ao longo do tempo.

A cidade vivenciou, periodicamente, disputas pelo controle do poder local, especialmente a partir do final da década de 1910, quando surgem vários grupos de atuação política ligados aos mais diversos interesses, processo que obriga os chefes perrepistas de então a utilizarem-se de diferentes estratégias para manter-se no controle da situação.

Selecionamos para esta parte do trabalho dois conflitos que refletiram aqueles contextos e que tiveram como resultado a reorganização do poder local durante a década de 1920; o primeiro opôs os tradicionais chefes do Diretório do PRP aos fazendeiros de fora da cidade, que mesmo sendo ligados às novas e distantes áreas do município conseguem controlar a Câmara em 1923; o segundo refere-se à disputa entre dois grupos rivais, resultantes do conflito com os “de fora”, que movimentou o cenário local no fim daquele período, com a criação de um partido de oposição chefiado por bacharéis, que concorre com os coronéis perrepistas pelo controle do poder local.

E novamente os jornais constituíram-se em fonte primordial para a presente pesquisa, especialmente *O Município* e *A Notícia*, que defendendo os partidos rivais naquela disputa, embatem-se numa interessante batalha por meio de artigos e chamadas capa, contenda que revela os meandros do meio político do período, além das práticas dos diversos atores envolvidos naquele conflito.

As disputas refletiam as possibilidades de atuação para os novos elementos, surgidas nos diversos e nem sempre previsíveis contextos políticos vivenciados por Rio Preto no período; nesse sentido, acompanhando a atuação dos personagens naqueles contextos, pretendemos a apreensão das diferentes estratégias na luta pelo controle da política rio-pretense na República Velha.

CAPÍTULO 1 DE “BOCA DO SERTÃO” A “FIM DE LINHA”: CONSTRUÇÃO URBANA E ASPECTOS DA MODERNIDADE EM RIO PRETO

Neste capítulo, pretendemos trabalhar o processo de construção urbana de Rio Preto, que de pequena vila “boca do sertão” transforma-se no início do século XX em uma das maiores e mais importantes cidades do Estado, fruto da incorporação de seu território ao complexo cafeeiro, dado no início da década de 1910, com a chegada da ferrovia.

O plantio de café foi o grande responsável pela ocupação efetiva das terras interioranas, num processo que acompanhava o desenvolvimento dos meios de comunicação e que era marcado pela fundação de cidades; desse modo, as várias regiões e núcleos urbanos surgidos no interior paulista tiveram suas trajetórias de desenvolvimento e urbanização vinculados em grande medida aos sabores da economia cafeeira, processo que marcou diferentes ritmos e intensidades de desenvolvimento para as diversas áreas do Estado.

Portanto, este capítulo busca apreender as diferenças do processo de ocupação da região de Rio Preto, em relação às outras áreas do Estado, com o objetivo de diferenciar os ritmos e períodos de cada região, sua relação com a implantação de linhas férreas e com as inconstâncias da economia cafeeira. Analisando comparativamente o caminho do café pelas várias regiões de São Paulo, o capítulo busca demonstrar que a Araraquarense configura-se como uma zona intermediária entre as antigas zonas produtoras de café, e as novíssimas regiões, como a Noroeste e Alta Sorocabana.

Além disso, o capítulo detém-se às proporções da incorporação de Rio Preto ao mundo do café, analisando os impactos do complexo cafeeiro na localidade; a partir de dados

referentes à concentração populacional e de produção cafeeira, além de documentação referente à ferrovia Araraquarense – EFA, buscamos apreender a evolução das exportações locais pré e pós café, situação que nas cidades do interior confunde-se com a de pré e pós ferrovia.

O rápido crescimento apresentado por Rio Preto refletiu-se na intensidade de seu processo de urbanização, fortemente marcado pelos interesses de uma elite dirigente, que gestava as transformações de acordo com seus interesses e em detrimento da grande maioria daqueles que participavam do processo.

Desse modo, o capítulo buscou ainda discutir o papel da Câmara Municipal na organização do poder local, sua luta por melhorias e sua relação com os interesses envolvidos na disputa pelos espaços do interior paulista, em especial os que se localizavam dentro do enorme município que era Rio Preto à época, muito valorizados desde a construção da ferrovia *Noreste do Brasil* em fins da década de 1910.

1.1 Economia cafeeira, tempos e ritmos de ocupação do interior paulista: Araraquarense, intermediária entre as antigas e novas regiões.

A questão da ocupação dos territórios do interior paulista está intimamente relacionada à cultura do café; cabe, neste momento, destacar algumas questões que permeiam o processo de modernização de São José do Rio Preto, como a inserção de sua região, a Araraquarense, no complexo exportador cafeeiro de São Paulo, fato que ocorre apenas no início do século XX, quando a economia do café, por meio de suas peculiaridades no período, desenhou no local panorama distinto.

O último quartel do século XIX foi de intenso crescimento e desenvolvimento do sistema capitalista; a evolução dos meios de comunicação e transporte propiciou um crescimento nos níveis de comércio, intensificados pela integração de áreas antes isoladas. A nova Divisão Internacional do Trabalho reservou à América Latina o papel de fornecedor de matéria prima - ouro, prata, outros minérios e produtos agrícolas. Nesse contexto, a cultura do café, que já dava bons lucros e se estendia rumo ao interior de São Paulo, intensificou-se⁷¹.

⁷¹ HOLLOWAY, *Op. cit.*, p. 17. “A conjuntura do consumo crescente de café na Europa e América do Norte, o aumento da produção de café no Brasil e o fluxo de trabalhadores da Europa meridional para São Paulo podem

A ampliação constante do mercado despertou os financistas estrangeiros para o investimento na cultura cafeeira; conjugando os interesses do mercado financeiro e de consumo, os cafeicultores paulistas implantavam a devastação das matas e a implantação de extensos cafezais, movimento que seguiu um roteiro que ocupou progressivamente o interior de São Paulo. Esse caminho, como escreve Milliet: *seguia em obediência a duas determinantes principais: evitar a linha do trópico, abaixo do qual o clima não o favorecia e demandar as grandes florestas de terra virgem e milionária. O oeste é o ponto cardinal do agricultor, o horizonte para qual ele se dirige e que recua sempre e sempre até perder-se no norte do Paraná*⁷².

O caminho percorrido pelo café no Estado de São Paulo iniciou-se timidamente no Vale do Paraíba, no final do século XVIII, com algumas mudas vindas do Rio de Janeiro; até o final da década de 1830 o café anda devagar, uma vez que o transporte, feito por mulas, não permitia o plantio em áreas distantes, restringindo a área plantada ao Vale do Paraíba, que logo estava repleto de produtores de café.

A partir de 1870, definiu-se um conjunto de fatores que criaram uma conjuntura favorável ao desenvolvimento intensivo da cultura de café no oeste paulista, como um crescente mercado externo para o consumo de café, grande contingente de mão-de-obra disponível, além das condições favoráveis da geografia e do solo paulista, que permitiram uma grande intensificação no processo de ocupação do espaço pelos extensos cafezais.

Desse modo, o café, que fora do Vale do Paraíba limitava-se às áreas de Campinas, Piracicaba e Rio Claro, conquistou progressivamente as planícies das regiões Mogiana e Paulista. Essa transferência ou ampliação da área de cultivo foi impulsionada por cafeicultores novos, que com o recurso de capital e mão-de-obra estrangeira, estabeleceram na Mogiana e na Paulista uma organização de produção de tipo capitalista, com base, sobretudo, na mão-de-obra imigrante integrada em um sistema de trabalho assalariado.

O capital externo e a presença de uma massa considerável de imigrantes europeus contratados como colonos na grande lavoura permitiam a exploração intensiva destas regiões e a concorrência de sua produção com a dos cafezais mais antigos, como os do Vale do Paraíba.

Até a década de 1870 o plantio do café, assim como a população, ocupava de forma mais densa três regiões da província: a região norte ou Vale do Paraíba; a região

ser vistos, a longo prazo, numa perspectiva mais ampla, como um caso de expansão na periferia da moderna economia mundial”.

⁷²MILLIET. *Op. cit.*, p.21.

Central, que compreendia as cidades de Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Bragança Paulista; e a região do nordeste da província, onde se encontravam as cidades de Ribeirão Preto, Batatais e Franca, denominada Mogiana; naquele período, era crescente a produção da Paulista, região menos povoada e cultivada que as outras, e que compreendia as cidades de Rio Claro, São Carlos e Araraquara.

Os preços subiram rapidamente após 1885, permanecendo em altos níveis até 1896. Foi a era do *boon*, com elevados lucros e índices de expansão jamais iguais. Com as novas perspectivas criadas pelo transporte ferroviário e pela imigração estrangeira, o café, por meio do implante progressivo de lavouras novas, alcança toda a margem direita do Tietê, partindo em direção ao rio Grande e à região do rio Paranapanema. Desta forma começa, timidamente, a ocupação das regiões Araraquarense e Noroeste.

A crescente tomada do território pelo café e os aumentos consecutivos da produção instituíram processos econômicos marcados pela grandeza e pela fragilidade, uma vez que as oscilações da política e da economia mundiais influenciaram diretamente o ritmo da cultura e da produção. Por ser uma área de ocupação mais recente, intensificada nas primeiras décadas do século XX, a região Araraquarense (que como todas as frentes pioneiras da época era “movida pelo café”) e seu desenvolvimento, estiveram sujeitos aos períodos de expansão ou retrocesso da área cultivada, ou seja, a ocupação seguia os ritmos impostos pela economia cafeeira.

Essa oscilação no processo de ocupação do interior paulista era ditada pelo preço do café, que por sua vez estava sujeito ao mercado exterior e, na falta deste, ao governo, que tomava as medidas necessárias para valorizar produto. A expansão das áreas de cultivo intensificava-se quando a saca de café era comercializada por um bom preço, fosse pela procura no exterior, ou por medidas protecionistas do governo federal ou do governo do Estado.

Além do aumento da área de cultivo em períodos favoráveis, a expansão era permitida também em épocas de preço baixo, pois o produto gerava bons lucros mesmo nas crises, uma vez que a saída encontrada pelos produtores para superar o problema era, na maioria das vezes, aumentar a área cultivada, para compensar a queda no preço, fazendo com que a ocupação das regiões do interior paulista se efetivasse também em períodos de baixa do café. Observa-se, portanto, que a ocupação do interior da Província, depois Estado de São Paulo, foi grandemente influenciada pela maior ou menor necessidade de terras novas para o plantio do café.

O início do século passado representou uma das fases mais difíceis da economia cafeeira em toda a sua história, marcada por várias crises, tanto no mercado externo, com os problemas advindos da Primeira Guerra Mundial, quanto no mercado interno, já que os excessos de produção e as políticas monetárias do governo alteravam constantemente seu quadro.

Em 1906, após uma violenta crise na economia que vinha desde o final da década de 1890⁷³, causada pela queda do preço do café, e pelas negativas do governo em desvalorizar a moeda nacional ou contrair empréstimos no exterior para financiar a alta dos preços, é realizado o Convênio de Taubaté, encontro no qual se acertaram as bases do que veio a ser o primeiro plano de valorização do café⁷⁴.

O plano de valorização foi feito em parceria com o governo do Estado, que utilizando-se das prerrogativas atribuídas aos Estados pela Constituição federalista – em especial contrair empréstimos diretamente no exterior, sem o aval do governo central, e fixar impostos sobre as exportações – contraiu um empréstimo para financiar a compra do café excedente, promovendo a alta dos preços, e a cobrança de uma sobretaxa no café exportado, para garantir o empréstimo. O Convênio de Taubaté regularizou a situação da economia cafeeira, mantendo os preços elevados por um bom tempo; até 1913 não se modificam os padrões e mantém-se o câmbio estável.

O ano de 1913 inaugura uma fase crítica por que passou a economia cafeeira, em consequência da grave crise enfrentada pelo mercado mundial, intensificada pelo início da Primeira Guerra, em 1914, que paralisou a entrada de capital estrangeiro no país. Além da baixa dos preços do café, ocorreu em São Paulo uma superprodução, em decorrência dos bons preços observados no período 1910-1912, que baixou ainda mais o preço da saca, intensificando a crise interna.

Somado à queda do preço do café, o governo, que enfrentava um *déficit* orçamentário pela falta de recursos provindos dos impostos sobre a exportação, teve a necessidade de remeter 10 milhões de libras para compromissos da dívida externa, o que

⁷³ Os grandes centros produtores de café, responsáveis pela crise advinda nos anos iniciais do corrente século, foram aqueles localizados no planalto ocidental, cuja terra predominante era a denominada “terra roxa”, a saber, as regiões de Ribeirão Preto, Batatais, Jardinópolis, Nuporanga, Sertãozinho, São Simão, Cravinhos e Santa Rita do Passaquatro, com aproximadamente cento e dez milhões de árvores, às quais deviam ser somadas sete milhões de Franca e um milhão de Ituverava. Quanto às zonas de São Carlos do Pinhal, Descalvado, Pitangueiras, Bebedouro, Jaboticabal e Araraquara contavam com pouco menos de cem milhões de cafeeiros. HUTTER, L. M. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914*. O processo imigratório. São Paulo: IEB/USP, 1986. p. 17.

⁷⁴ LOVE, Joseph. *A Locomotiva*. São Paulo na federação brasileira: 1889 - 1937. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 57). p. 73.

produziu um colapso no mercado cambial. A solução encontrada foi a realização de um *funding loan* em outubro de 1914, que suspendeu o pagamento da dívida externa por 13 anos.

A tendência à baixa dos preços do café foi agravada pela previsão de uma enorme safra em 1917/1918 e, resolvida a questão do pagamento da dívida externa em 1914, o governo precisava acudir os cafeicultores; isso levou à segunda intervenção governamental no mercado de café, por meio da compra, para estocagem, de mais de três milhões de sacas em 1917, com recursos de emissão monetária, já que a guerra tornava impossível recorrer a empréstimos externos⁷⁵. Portanto, o Estado precisou abandonar sua política de contenção e emitiu 110 mil contos⁷⁶ em favor exclusivamente de São Paulo.

A segunda valorização do café fez recuperar os ânimos dos cafeicultores, ainda mais com a forte geada de junho de 1918, que atingiu 300 dos 800 milhões de cafeeiros existentes, e fez subir novamente o preço do café. A década de 1920 prometia ser boa para a economia cafeeira, o preço do café permanecia estável e o mercado europeu se abria com o término da guerra, condições que permitiriam a volta do rápido crescimento das frentes pioneiras.

Tabela 1 - Produção cafeeira de São Paulo: 1900 – 1920 – 1934 – 1940. (n.º de sacas X mil)

1900	1920	1934	1940
7.988.000	4.154.700	20.156.254	10.234.298

Fonte: CAMARGO, *Op. cit.*, (vol. II – Tabelas escolhidas).

A tabela indica a medida em que a crise de 1914/1918 prejudicou a produção cafeeira paulista; fechada a década, temos a produção do Estado 48% menor que a de 1900; a Araraquarense produz 55% menos café em 1920 que no início daquele século e, se compararmos com a queda de 27% observada na Mogiana para o mesmo período, podemos pensar que as frentes novas sofreram mais os efeitos causados pelas crises da economia cafeeira do que as regiões mais antigas.

Tabela 2 - Produção cafeeira de São Paulo por regiões escolhidas (arrobas).

<i>Regiões</i>	1905	1920	1934	1940
Central	4.490.684	2.271.763	3.669.253	1.937.219
Mogiana	12.145.312	8.850.184	8.973.764	9.080.156
Paulista	7.417.916	3.263.620	6.146.144	6.225.798
Araraquarense	5.780.946	2.956.700	14.389.620	15.234.061
Noroeste	93.821	580.139	13.200.365	18.521.470

Fonte: CAMARGO, *Op. cit.*, (vol. II, Tabelas escolhidas)

⁷⁵ SUZIGAN, W. E VILE, A. V. *Políticas do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: 1975. p. 121.

⁷⁶ KOLLERITZ, Fernando. *Café e política: 1889-1930*. HISTÓRIA, São Paulo: n.º 8, p. 15-28, 1989. p. 24.

Isto explica-se, provavelmente, pelo fato de que as frentes novas, por estarem ainda no início da produção em larga escala, estão economicamente menos consolidadas, por isso mais frágeis quando sujeitas às oscilações do café; além disso, como tais regiões estavam em fase de ocupação, e com o vaivém da intensidade de procura de terras novas para o plantio, ditada pelas situações momentâneas da economia cafeeira, em épocas de crise eram as primeiras a serem abandonadas pela “febre” da procura de terras novas para o cultivo.

Embora os preços inconstantes do café não permitissem uma regularidade no crescimento da produção cafeeira da Araraquarense, uma das regiões mais afetadas pelas crises, os níveis de população aumentam extraordinariamente, crescendo, num ritmo intenso entre 1900 e 1920, como demonstrado pela tabela abaixo.

TABELA 3 – População regiões Estado de São Paulo (nº hab.) – 1900-1940.

Zonas	1900	1920	1934	1940
Central	412.741	752.524	843.335	848.659
Mogiana	464.091	811.974	871.389	843.148
Paulista	275.079	530.275	599.842	576.775
Araraquarense	148.400	583.771	879.532	943.832
Noroeste	7.000	136.454	618.990	856.506

Fonte: CAMARGO, *Op. cit.*, (vol. II, Tabelas escolhidas)

Os altos preços atingidos pela saca nos quatro anos seguintes à valorização provocaram um grande aumento de produção, fazendo com que houvesse uma grande safra esperada para 1920-1921; isso levou à queda violenta dos preços, e o governo acudiu novamente os produtores em 1921, realizando o que viria a ser a terceira valorização do café.

Iniciada pelo estado de São Paulo, que contraiu empréstimos para comprar excedentes e para apoiar instituições de crédito agrícola, a terceira valorização ganhou a adesão do Governo Federal, que além da utilização de crédito do Banco do Brasil para a compra de café excedente, tomou um empréstimo para amenizar a dívida cafeeira interna e externa. A valorização vai até 1924 e promove a retirada de quase um terço das sacas da produção de 1920/1921⁷⁷.

Se comparada às outras, vê-se que a crise do início da década de 1920 teve, no mínimo, uma grande diferença para a economia cafeeira. Passado os anos mais difíceis, ao contrário de outras épocas, os sistemas de defesa do café não foram abandonados, constituindo-se em “defesa permanente” a partir de 1922, até o final da década, quando a política de contenção do governo acaba com o sistema de proteção⁷⁸.

⁷⁷ SUZIGAN, W. E VILELLA, *Op. Cit.*, p. 143.

⁷⁸ Idem, p. 177.

Se comparados os dados de produção cafeeira fornecidos por Camargo no período de 1920 a 1934, percebe-se que o Estado quase quadruplicou sua produção, estimulado pela política de defesa permanente do café. O que chama a atenção é o incrível incremento da produção das frentes novas, uma vez que a Araraquarense aumenta sua produção também em quase quatro vezes se comparada à do decênio anterior.

O bom momento da economia cafeeira na década de 1920, sustentado pela política permanente de defesa do café, permitiu à Araraquarense um grande crescimento populacional; de menores proporções que o período anterior, uma vez que a região já estava relativamente povoada, o crescimento chega a 50% nesse período, e se comparado aos baixos percentuais de crescimento verificados pelas regiões Mogiana e Paulista, 7 e 13%, respectivamente, demonstra que o momento de prosperidade não surtiu o mesmo efeito nas regiões mais antigas.

A Araraquarense era, em 1934, a região mais populosa do Estado de São Paulo, além de ser a maior produtora de café. As zonas antigas logo mais não estarão entre as maiores produtoras, uma vez que, ao contrário das novas regiões, tendem a diminuir paulatinamente sua produção. *“O café vai abandoná-las, como abandonou as zonas Norte e Central, para continuar resolutamente a sua marcha em direção ao Oeste.”*⁷⁹.

Em 1940, a produção de café do Estado cai praticamente pela metade em relação a 1934. Porém, face a queda verificada em âmbito geral, a Araraquarense atinge seu auge como região produtora, sendo responsável por 37% do café de São Paulo em 1940, restando às áreas antigas, que pouco crescem sua produção, tentar resistir ao fim já previsto.

Mapa 1 - Ocupação temporal do interior de São Paulo.

Fonte: MILLIET, *Op. cit.*

Em contrapartida observa-se a região Noroeste despontar como a segunda região mais populosa do Estado em 1940, porém com a maior produção cafeeira, o que localiza a Araraquarense como uma região intermediária no processo de ocupação do interior paulista pelo café, entre as zonas produtoras mais antigas, e as novíssimas regiões, como a Noroeste e a extremidade ocidental da Sorocabana.

Para uma idéia da recente ocupação dessas áreas em relação à Araraquarense, em especial nas proximidades de São José do Rio Preto, observemos o mapa eleitoral do Estado de São Paulo para o ano de 1921, em publicação do jornal *O Correio Paulistano* de 28 de

⁷⁹ Milliet, Sérgio. *Op. cit.*, p. 27.

Março de 1922, reproduzido por Casalecchi em seu estudo sobre o PRP⁸⁰; no documento, observa-se a pequena concentração populacional em cidades da Noroeste e Alta Sorocabana naquele período, sendo registrados, além do distrito de Presidente Prudente, não instalado à época, pouco mais de 15 mil habitantes em Bauru, não muito mais de 10 mil em Birigui, e exatos 18.762 habitantes em Penápolis, - maior centro populacional da Noroeste, uma vez que a cidade de Araçatuba, reconhecidamente centro dessa região, é criada em dezembro de 1921.

Se comparadas aos números das cidades da região Araraquarense, percebe-se que não apenas Rio Preto, com a exorbitante marca de 112.265 habitantes, demonstra-se mais povoada que suas correlatas do extremo oeste, mas também outras cidades menores da região, como as de Santa Adélia, Ariranha, Catanduva e Ibirá, presentes na lista de 1921 respectivamente com 16.594, 10.555, 15.247 e 12.045 habitantes, volume populacional semelhante ao daquele municípios da Noroeste e Alta Sorocabana, fato que demonstra a maior ocupação dos espaços da Araraquarense no período.

O grande negócio que se tornou a ocupação das terras do interior, agora valorizadas pela ocupação do café, trouxe preocupações de ordem governamental, uma vez que ao Estado cabia organizar a ocupação das terras devolutas, em especial para garantir o seguimento do café.

Porém, para além do interesse geral dos fazendeiros pela manutenção do complexo cafeeiro, observa-se que o processo é permeado por interesses específicos, e deflagra disputas políticas que nos auxiliam no entendimento das reais bases da ocupação dessas regiões interioranas.

Tomemos como exemplo a preocupação do Presidente do estado, Albuquerque Lins, sobre a ocupação desenfreada das novas terras da Noroeste e Sorocabana, que assim como grande parte do território rio-pretense eram ocupadas naquele período, em relatório apresentado ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1909⁸¹:

“(...) com o avançamento das estradas de ferro Noroeste e Sorocabana para as regiões despovoadas do Estado, urge tratar de resguardar da invasão de intrusos as terras devolutas existentes. Com esse intuito, criaram-se duas comissões para descriminal-as: uma operando

⁸⁰ CASALECCHI, José Ênio *O Partido Republicano Paulista* (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987. Anexos, p. 265-270.

⁸¹ LINS, M.J. de Albuquerque. Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 14 de julho de 1909. São Paulo: Duprat & Comp., 1909. *Apud* CAVENAGHI, Ailton José. *São José do Rio Preto fotografado: imagética de uma experiência urbana* (1852-1910). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 23, nº 46, pp. 147-169, 2003. p. 152.

nas comarcas de Agudos e São José do Rio Preto e outras nas de Santa Cruz do Rio Pardo e Campos Novos de Paranapanema.”

E não é para menos, uma vez que Albuquerque Lins era conhecido proprietário de terras no extremo oeste, especialmente na região de Lins; era na fundação de cidades, ou na ajuda política de viabilizar emancipações de territórios que residia uma das maiores fontes de poder eleitoral dos políticos do período, e qualquer tentativa de entender o processo de ocupação do interior paulista deve considerar esse fato, uma vez que os conflitos no processo deixam marcas possíveis de serem seguidas.

Como é o caso que relata Nilson Girardello em seu estudo sobre as formações urbanas da Noroeste paulista, quando descreve a disputa pelas terras em torno de Penápolis; inicialmente localizada na comarca de Rio Preto, obtêm por meio das lutas de um grande chefe local seu desligamento e a conseqüente anexação ao município de Bauru, seu reduto político e caminho da ferrovia Noroeste, processo demorado no qual atuaram sistematicamente grupos contrários⁸².

Ao se considerar o mapa eleitoral paulista, em comparação com as divisões regionais de Camargo, percebe-se que numa mesma região encontram-se dois ou mais distritos eleitorais, que trazem em conseqüência uma enormidade de interesses divergentes no processo de ocupação, seja no estabelecimento dos caminhos a serem seguidos pelas ferrovias, nas fiscalizações do governo sobre a posse de terras ou ainda na fundação ou emancipação política de municípios.

Mapa 2 - Divisões Regionais do Estado de São Paulo.

Fonte: CAMARGO. *Op. Cit.*, Tomo II.

⁸² GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. p. 116-117.

Reconhecemos, portanto, para o melhor entendimento do processo de ocupação das várias áreas do interior paulista, nas suas diversas épocas, a necessidade de se considerar não apenas as divisões clássicas das regiões, relacionando a expansão da rede ferroviária, a concentração populacional e o roteiro do café, de que falam Milliet e Camargo, mas também as divisões dessas regiões em distritos eleitorais.

Mapa 3 - Mapa eleitoral paulista de 1921.

Fonte: Elaborado a partir do Mapa Eleitoral do Estado de São Paulo, publicado no jornal *Correio Paulistano*, em 28/03/1922. In: CASALECCHI, *Op. cit.*, p. 265-270.

Portanto, para além das unidades que embora unidas num processo de sequência cronológica bem definida no tempo e no espaço, são tratadas de forma isolada, com as nomenclaturas de Araraquarense, Mogiana, Noroeste, etc., a ocupação do interior obedecia a

um prolongamento das antigas áreas de influência política, partindo dos centros populacionais mais antigos e dirigindo-se para as milionárias terras do oeste.

1.2 Café, Ferrovia e Imigrantes na urbanização do interior: a Rio Preto do café e os impactos do complexo cafeeiro.

Impressiona a quantidade de menções referentes às transformações impostas pela chegada dos trilhos ferroviários às cidades do interior paulista, encontradas nas mais diversas fontes, como se conclui daquelas pesquisadas para a confecção do presente trabalho, que demonstram seu fator decisivo no curso dos acontecimentos. Nessas cidades, o ritmo imposto pela ferrovia, acaba por impor um modo de vida e uma dinâmica de relações sociais que obedeciam a padrões não estabelecidos, dentro de uma lógica mercantil característica da economia de mercado.

A importância do transporte ferroviário para a economia paulista é bem conhecida, e o estudo dos fatores determinantes da diretriz dada às ferrovias em São Paulo encontrou explicações efetivas nas obras de Sérgio Milliet⁸³, Pierre Monbeig⁸⁴, José Francisco de Camargo⁸⁵, Odilon Nogueira de Mattos⁸⁶ e Flávio Azevedo Marques Saes⁸⁷, que entre outros, estabelecem, sob diversas perspectivas, a estreita relação existente entre a implantação das ferrovias, o desenvolvimento da produção de café e o crescimento das cidades no interior paulista.

A ferrovia teve papel imprescindível como agente que revolucionou e impulsionou a economia paulista, diminuindo o tempo e o custo do transporte, dando ao capital cafeeiro o dinamismo necessário para o seu desenvolvimento. Tais estradas apresentaram-se como única resposta ao grave problema de escoamento da produção cafeeira do “oeste paulista”, uma vez que substituíram o ineficiente sistema de tropas de mulas.

A incapacidade desse sistema para atender às crescentes demandas da economia paulista é clara: por um lado a capacidade limitada, o alto custo e a demora do transporte por

⁸³ MILLIET, *Op. cit.*.

⁸⁴ MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/ Polis, 1984.

⁸⁵ CAMARGO, *Op. cit.*

⁸⁶ MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. 2ª edição, São Paulo, 1974. Ed. Alfa/ Omega/ Sociologia e Política.

⁸⁷ SAES, Flávio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo, Hucitec/ INL - Mec, 1981.

mulas já estimulavam a busca por novas formas de superar o problema⁸⁸. Além disso, o estado precário das estradas de rodagem e, especificamente, a difícil descida da Serra do Mar faziam mais nítidas as fragilidades do transporte que sustentava a crescente economia paulista⁸⁹.

Wilson Cano destaca que a ferrovia constituiu-se em uma das mais importantes atividades do complexo cafeeiro, desempenhando múltiplos papéis. Ela atuou primeiramente no sentido de desbravar a fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis as terras do “oeste paulista”; exerceu um papel fundamental, ao rebaixar os custos de transporte de produção cafeeira, feito até então por tropas muares e, ao mesmo tempo, contribuiu para elevar economicamente a produtividade física do café, pois, a cada deficiência dos transportes, grande parte da produção perecia nas fazendas distantes, e, outra parte era freqüentemente extraviada ou destruída, em virtude das precárias condições em que o serviço era realizado⁹⁰.

Spindel destaca que a implantação da ferrovia diminuiu efetivamente o custo do transporte do café, reduzindo cerca de 20% do preço de exportação da saca. Ela também abriu possibilidade de um empreendimento altamente lucrativo e seguro para os fazendeiros, que se tornaram seus acionistas, além do que elevou sobremaneira a produtividade econômica do café, evitando as perdas, a deterioração do produto e o extravio das cargas ou até mesmo a destruição de grande parte dos carregamentos⁹¹.

⁸⁸ Referindo-se ao problema de transporte do interior paulista, Mombeig escreve que “*O desenvolvimento da agricultura cafeeira em torno de Campinas e mesmo além coloca uma dupla dificuldade: era preciso vencer mais de 200 Km em tropas de mulas e era preciso que o porto de Santos fosse equipado para a manutenção de uma tonelagem crescente. Um viajante alemão, Tschudi, notou, em 1860, que era impossível plantar além de Rio Claro pois a distância a vencer era muito grande. Alguns anos antes, em 1855, um governador do Estado calculou em 500.000 arrobas de gêneros exportáveis que permaneceriam no lugar de produção por causa do custo muito alto do transporte*”. MOMBEIG, *Op. cit.*, p. 98.

⁸⁹ As precárias condições do transporte paulista se faziam sentir também em outras culturas como as do açúcar e algodão, como demonstram Alice P. Canabrava: “*A freqüência das reclamações sobre o estado precário das vias freqüentemente interrompidas pelos lamaçais produzidos pelas chuvas, pela queda de pontes, e até pela invasão da vegetação quando se negligenciavam por alguns anos o trabalho de descortinamento, nos leva a admitir que o mau estado das estradas era situação normal. Essas condições que caracterizavam os meios de comunicações da época dificultavam o incremento da cultura do algodão, além da área central da Província, nas regiões pioneiras, onde a precariedade dos investimentos financeiros poderia ter propiciado seu maior desenvolvimento.*” (CANABRAVA, A. P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo*. São Paulo: 1951. p. 113/114); e Maria Thereza Petrone: “*A economia paulista, a economia do planalto, quando se integrou na mundial, sofreu o impacto das dificuldades de transporte decorrentes, por um lado, da má conservação de todas as estradas e, por outro, dos obstáculos inerentes à descida da Serra do Mar que, para os recursos da época, era vencida com dificuldade*”. (PETRONE, M. T. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)*. São Paulo: 1968. p. 187).

⁹⁰ CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: 1977. p. 33/34.

⁹¹ SPINDEL, C. R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: 1980. p. 42.

Além dessas vantagens Warren Dean destaca que a ferrovia permitiu a economia de mão-de-obra, responsabilizando-se pela conservação dos caminhos que antes ficavam a cargo dos proprietários e, principalmente, pela eliminação da necessidade de mão-de-obra para as tropas de mulas, cujo volume representava cerca de 20% da força de trabalho⁹². Referindo-se à economia de mão-de-obra, Cardoso de Mello escreve que:

*(...) não é difícil entender que a estrada de ferro, muito especialmente, e a grande indústria do beneficiamento “reforçam” a economia mercantil escravista ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos do transporte e melhorar a qualidade do café. Reforçam, em suma, ao remover obstáculos que entravam seu desenvolvimento, incrementando tanto a rentabilidade corrente quanto as perspectivas de lucro do investimento*⁹³.

Também no urbano verifica-se a intensidade das transformações impostas pela ferrovia, constituindo a chegada dos trilhos um marco na história das cidades. Odilon Nogueira de Matos destaca que com a estrada de ferro, veio todo o aparelhamento que ela exigia, principalmente quando a cidade, por alguma razão, passava a ser sede de qualquer atividade especial como, por exemplo, armazéns, oficinas de reparos e construção de carros, escritórios, ponto de cruzamento de trens, local de baldeação, etc. Esses fatores refletiam na vida da cidade. Constituía mercado de trabalho e estimulava ao mesmo tempo uma série de atividades correlatas⁹⁴.

Tais argumentos são verdadeiros em Rio Preto, sendo vários os benefícios obtidos pela cidade com a instalação do transporte ferroviário, principalmente na condição de ponto final da linha, característica que perdurou por quase vinte anos, e que fazia da cidade ponto de embarque de regiões produtoras mais distantes. Após a chegada dos trilhos, o local deixou os insignificantes índices de concentração populacional e de produção e comercialização de produtos para tornar-se, no início da década de 1930, o município de maior população, produção cafeeira e diversificação sócio-econômica da região Araraquarense, que no período era a mais importante zona produtora do café no Estado e figurava como a mais populosa dentre as regiões paulistas, excetuando-se a zona da Capital.

⁹² DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: 1977. p. 54.

⁹³ MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, 3.^a ed. ed. Brasiliense, 1984. p. 81.

⁹⁴ MATOS, O. N. *Café e ferrovias*. *Op. cit.*, p. 121.

Vários trabalhos abordaram a temática das transformações ocasionadas pela chegada da linha férrea no urbano paulista e a conseqüente “ocupação” dos espaços pela economia cafeeira. Entendendo a ferrovia como produto de uma nova fase do capitalismo e parte integrante da transformação da cafeicultura em complexo cafeeiro, destacam seu papel como agente modernizador e causador de mudanças fundamentais nessas localidades.

Em seu estudo sobre a cidade de Rio Claro, Warren Dean abre a discussão sobre as transformações ocorridas pela chegada do café nos municípios paulistas. No trabalho o autor analisa a chegada da cafeicultura em Rio Claro, e ressalta a importância das suas implicações na dinamização e integração dos movimentos econômicos e sociais locais⁹⁵.

Nesse sentido, Pedro Geraldo Tosi procura analisar as transformações ocorridas em nível local, na cidade de Franca, a partir da introdução da ferrovia e dos demais elementos do complexo cafeeiro; ao tentar compreender a gênese da atividade coureiro-calçadista na cidade, o autor caracteriza o papel da estrada de ferro Mogiana como o de reprodutor das condições de acumulação no contexto cafeeiro. Desta forma, a cidade foi se modernizando, ampliando seu leque de possibilidades; o quadro das profissões existentes e as atividades desenvolvidas foram passando por transformações que eram qualitativas⁹⁶.

Ao estudar a concentração industrial em São Paulo, Wilson Cano discute a importância da ferrovia para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, colocando-a como parte integrante desse processo; para o autor a implantação das estradas de ferro contribuiu para a expansão do processo de acumulação no complexo cafeeiro, pois, além de diminuir os custos de produção, a ferrovia tornou-se uma ótima opção de investimento do excedente gerado pelo café, uma vez que seus rendimentos eram relativamente altos e que originavam novos capitais, permitindo a ampliação do excedente do complexo⁹⁷.

Também Sérgio Silva, em seu estudo sobre as origens da indústria no Brasil, destaca a importância do transporte ferroviário para a economia paulista, considerando-a como parte integrante num processo de deslocamento das áreas de cultivo, mas que vem

⁹⁵ DEAN, *Op. cit.*, Ver também DEVESCOVI, R. C. B. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. Arquivo de História Contemporânea – UFSCar. São Carlos: 1987; PACHECO, Carlos Américo. *Café e cidade em São Paulo: Um estudo do caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos 1880/1930*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 1988; BIANCONI, Renata. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*. Campinas: IE UNICAMP, 2002. Dissertação de Mestrado.

⁹⁶ TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese de Doutorado/IE UNICAMP. Campinas: 1998. p. 14.

⁹⁷ Cano demonstra o crescimento dos investimentos nas ferrovias, colocando que na década de 1880, o montante de capital investido nas ferrovias era de 96.000 contos de réis, e que em 1910 o montante era de 360.000 contos de réis. CANO, *Op. cit.*, p. 52-64.

acompanhado pelo trabalho assalariado, em substituição ao escravo; pela mecanização que se traduz nas atividades de beneficiamento; pelo financiamento e comercialização de milhões de sacas de café e pelo desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado⁹⁸.

Cardoso de Mello afirma que foi a economia cafeeira capitalista que propiciou as condições básicas necessárias para o aparecimento do capital industrial e da grande indústria, pois gera previamente uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial. Além disso, o autor destaca que foi no decurso do desenvolvimento capitalista cafeeiro que ocorreu a transformação da força de trabalho em mercadoria, salientando ainda a criação de um mercado interno de proporções consideráveis no período⁹⁹.

As especificidades do complexo cafeeiro em suas diversas fases marcaram a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico de praticamente todo o “oeste paulista”. A integração de novas áreas de plantio, além de toda estrutura necessária para sua produção e comércio, fazia com que o panorama do interior se alterasse, com a criação de novos municípios, instalações de transporte e comunicações, além da transferência de contingentes populacionais, alguns já familiarizados ou vinculados ao núcleo produtor, outros interessados em possíveis oportunidades nos centros urbanos, o que é particularmente verdade na região de Rio Preto, onde a ocupação cafeeira se acelera na segunda década do século passado, já no contexto de trabalho assalariado, e a vida urbana pretérita (anterior à economia cafeeira) é irrisória. Aqui, como em quase todo território paulista, a economia cafeeira desenharia o processo urbano.

O que diferencia largamente a urbanização promovida pela acumulação cafeeira em bases capitalistas, é que a própria dinâmica de reprodução do capital cafeeiro induz crescentemente um segmento urbano dessa economia. Nas palavras de Cardoso de Mello:

(...) o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e que convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). Deste ponto de vista a acumulação

⁹⁸ SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa/ômega, 1995. p. 11 e 12.

⁹⁹ MELLO, *Op. cit.* p. 99.

*cafeeira é em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamento ferroviário e portuário, etc.)*¹⁰⁰.

Wilson Cano sintetiza esse processo, escrevendo que à medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação, importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo mais independentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços"¹⁰¹.

Rio Preto demonstra ser expressivo exemplo do grande crescimento apresentado pelas novas zonas de produção paulistas do início do século passado, uma vez que concomitante ao grande crescimento da produção cafeeira local no período - que aumenta de pouco mais de 18.900 arrobas produzidas em 1905 para 52.000 em 1920, alcançando a marca de mais de 4,6 milhões de arrobas no ano de 1934¹⁰² – a cidade apresenta um rápido crescimento populacional e conseqüente ocupação de seu território desde que incorporado ao complexo cafeeiro, condição que se caracteriza somente após a chegada da ferrovia em 1912.

Os números do crescimento populacional do município apresentados por Camargo são impressionantes e contornam um esboço da intensidade do processo de urbanização no local; a então incipiente Rio Preto, que contava com pouco mais de três mil almas em 1900,

¹⁰⁰ MELLO, *Op. cit.*, p. 128/129. A idéia não representa, porém, que as economias anteriores não tenham marcado significativamente os rumos da urbanização em São Paulo. É certo que os caminhos coloniais influíram sobre os destinos de muitas vilas, que a pecuária acabou por determinar formas de incorporação do território paulista, que as culturas do algodão e particularmente do açúcar, acabariam por legar uma estrutura urbana mínima para a economia cafeeira, da mesma forma que o café escravista concorreu para uma certa organização territorial da economia e das cidades, mas ressalta-se a natureza restrita desse processo, que se evidencia com clareza quando acompanhamos a cidade de São Paulo no século XIX. Mesmo com todos os melhoramentos derivados da condição de Capital da Província, a partir de 1822, a cidade de São Paulo ainda era, em 1860, " ... uma cidade relativamente insignificante. Doze anos depois, em 1872, ela ocupava apenas o décimo lugar entre as cidades brasileiras, superada, entre outras, por Niterói, Fortaleza, Cuiabá e São Luís" Ver SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.^a ed. 1977.p. 20.

¹⁰¹ CANO, *Op. cit.*, p. 69.

¹⁰² CAMARGO, *Op. cit.*(tabelas escolhidas)

observa grande crescimento nas duas primeiras décadas do século XX, após a chegada da ferrovia, e a população atinge a incrível marca de 126.800 habitantes em 1920¹⁰³!

Percebe-se, portanto, que a história da evolução urbana de Rio Preto divide-se em duas etapas completamente diferentes: antes e depois da instalação do transporte ferroviário, sendo freqüentes, antes da ferrovia, as reclamações dos habitantes locais em relação aos prejuízos causados pela grande distância dos outros centros populacionais. Nesse período, a produção de gêneros comerciáveis era muito reduzida, como comenta Raul Silva no *Álbum da Comarca de Rio Preto*, de 1919:

(...) “Si a nascente villa pouco augmentava, os sertões, entretanto, iam se povoando, dedicando-se os seus habitantes de preferência as creações de gado vaccum e suino que chegaram a adquirir notavel volume (...) com effeito, a exportação de produtos agrícolas, naquella época, tornava-se difficilima senão impossível. Até a inauguração da estação ferroviára de Jaboticabal, o incipiente commercio de Rio preto se fazia com Araraquara e mais anteriormente com Ibitinga pelo Tieté.”¹⁰⁴

As primeiras tentativas de se plantar o café na região datam de 1879, quando os sertanejos Bernardino Canuto Ribeiro e Vitalino Martins Teixeira firmaram o primeiro contrato de locação para o plantio do café:

(...) “...em 75 braças quadradas de terreno, na fazenda “Alegria”, com obrigação de trazer capinado, nunca deixando crear o mato, pelo prazo de três anos pelo preço de 400\$000 (...) seguiram-se outros contratos; a lavoura cafeeira, entretanto não fez progressos”¹⁰⁵.

As exportações municipais de 1898 resumiram-se a 10.000 arrobas de café, 960 arrobas de toucinho, 600 arrobas de fumo e 800 sacos de 50 litros de arroz, o que não era muito, e, além disso, os lucros eram mínimos pelas grandes distâncias percorridas; ressaltando as dificuldades dos transportes, o autor escreve:

(...)“Todos esses gêneros eram exportados em direção opposta à linha férrea Barretos, Cerradinho, Campo Alegre a na maior proporção, para Matto Grosso, onde chegavam sobrecarregados de despesas”

Uma análise da receita municipal nos anos iniciais, desde a instalação da ferrovia, mostra o crescimento dos valores durante a segunda década do século passado; sendo a receita

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ SILVA, R. *Album da Comarca de Rio Preto: 1919*. p. 9.

¹⁰⁵ Idem, p. 10 e 11.

de 100:000\$000 em 1912, esta já havia se multiplicado por 4 em 1919, rendendo ao município 470:000\$000¹⁰⁶.

A *Estrada de Ferro Araraquarense* constitui verdadeiro exemplo da preocupação em promover a implantação do transporte no interior paulista, numa área que somente na década de 1920 atingiu os níveis de concentração populacional e produção cafeeira existentes nas zonas mais antigas, para onde dirigiram-se os trilhos implantados anteriormente no Estado.

Primeira a se organizar nos moldes da Lei de 13 de junho de 1892, pela origem e regime legal vigentes no Decreto n.º 310, de 17 de setembro de 1895 que dava concessão do Estado de São Paulo a Guilherme Lebeis e Casa Bancária Lara Magalhães & Foz, para construção e exploração de uma estrada de ferro, de bitola métrica, que partindo de Araraquara, passando pela Capela do Matão, fosse à vila de Ribeirãozinho, hoje Taquaritinga¹⁰⁷.

Por iniciativa do Sr. Carlos Baptista de Magalhães, um grupo de fazendeiros de Araraquara organizou-se para constituir, no ano de 1896, a *Companhia Estrada de Ferro de Araraquara*, com capital total de dois contos de réis divididos em ações de 200 mil réis.

Constituída a *Companhia*, desde logo iniciaram sua construção, partindo de Araraquara e passando pelos municípios de Matão e Ribeirãozinho, hoje Taquaritinga; tal trecho ficou completo em 1901, constituindo a primeira fase dos avanços realizados pela ferrovia Araraquarense. Devido à crise por que passou a economia cafeeira no início do século passado, estacionaram-se os trabalhos por seis anos, sendo que apenas em 1908 as obras foram retomadas com a concessão do governo do Estado para a construção do prolongamento até Rio Preto¹⁰⁸, cidade que foi alcançada pelos trilhos em 1912.

As péssimas condições da economia cafeeira ao desencadear-se a primeira guerra foram vitais no desenvolvimento da pequena ferrovia; tendo diminuído o quase insignificante movimento de embarque da rubiácea regional no período, a *companhia* vai à falência em 1914, permanecendo em liquidação por dois anos até ser adquirida em 7/2/1916 pela *São Paulo Northern Railroad Company*, pelo Decreto n.º 2.653 de 30/03/1916.

O serviço prestado pela *companhia* nesses anos iniciais estavam muito aquém de satisfatórios, deixando a desejar pela irregularidade e péssimas condições dos carros utilizados, fazendo com que fossem freqüentes as reclamações dos seus usuários, como nos

¹⁰⁶ CAVALHEIRO, *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto – 1929*. Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n.

¹⁰⁷ *Relatórios de Exercícios da Estrada de Ferro Araraquara de 1946*, p. 2.

¹⁰⁸ FRANÇA, a M. (org) *Álbum de Araraquara*. Araraquara: Paulo Silveira Ed., 1915.

conta Cavalheiro no *Álbum de Rio Preto de 1929* ao comentar os serviços oferecidos pela Araraquarense:

(...)“Se fizermos um ligeiro retrospecto e reconstituirmos a phase anômala da velha Araraquarense, não poderemos passar sem sem pavor diante das péssimas carripanas de madeira suja e ferros desengançados chocoalhando ironicamente sobre trilhos de $\frac{1}{2}$ pollegada, completamente soltos sobre dormentes pôdres (...) uma viagem a Araraquara nesses tempos de triste memória, importava em uma audácia de que só eram capazes os que não tinham amor á vida.”. (CAVALEIRO, *Álbum da Comarca de Rio Preto de 1929* – Cap. VII – Viação e Transportes de Rio Preto, s/n).

A *São Paulo Northern Railroad Company* foi desapropriada pelo Governo do Estado em 1919, pelo Decreto n.º 3.101 de 15/10/1919, passando a ser denominada *Estrada de Ferro Araraquara*; sob tutela do Estado a ferrovia Araraquarense conheceu sua fase de maior desenvolvimento, no que se refere ao crescimento do transporte de cargas e passageiros, ao prolongamento da linha e às melhorias das condições dos serviços prestados. Em 1931, a então Interventoria do Estado autorizou o prolongamento de Rio Preto a Mirassol, sendo que apenas oito anos mais tarde, com o Decreto n.º 10.104 de 5/4/1939, o mesmo órgão autoriza sua extensão até o Porto Presidente Vargas, na divisa com o então Estado do Mato Grosso.

A análise da evolução do movimento da *EFA* na cidade talvez esboce um panorama do rápido crescimento apresentado pelo município de Rio Preto no período e sua importância no contexto econômico regional. Em 1922, a estação de Rio Preto era responsável por 20% de todo o movimento de arrecadação da *EFA*, o que significava a importância de pouco mais de 7,4 mil de contos de réis. No entanto, ao longo da década, os valores arrecadados pela *Companhia* aumentaram em níveis constantes, crescendo mais de 130% até 1927, alcançando a grande marca de 17,5 mil de contos arrecadados¹⁰⁹.

Em 1927, a arrecadação na estação de Rio Preto atingiu os cinco mil contos de réis, o que representava quase 30% do movimento total da empresa. No período de 1922 a 1927, apenas o movimento local foi responsável por mais de 25% do movimento total da ferrovia, o que ressalta o intenso crescimento apresentado pelo município durante a década de 1920, uma vez que os números referem-se apenas à estação da cidade, não contendo, porém, os números de outras estações localizadas na comarca, como Engenheiro Schimidt, Cedral e Ignácio Uchôa, que faziam parte de um conjunto de cidades ligadas diretamente a Rio Preto, quer seja para o comércio de seus produtos, quer seja para a aquisição de bens indispensáveis

¹⁰⁹ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo para 1927.

encontrados apenas ali. Isso nos dá ao menos uma indicação do quão intenso era o crescimento urbano do município, ainda em finais da década de 1920.

É certo que o complexo cafeeiro regional dos tempos pré-ferrovia se ressentiu das crises por que passou a atividade em fins do século XIX e início do XX; desse modo, para a zona Araraquarense e para o Rio Preto, as duas primeiras décadas do século passado foram de reestruturação, baseadas finalmente em um sistema ferroviário de transporte.

Ressalta-se, porém, que as seguintes décadas de 1930 e 1940 observaram a fase áurea do desenvolvimento sócio-econômico de Rio Preto, assim como toda a zona Araraquarense; a fase em que os níveis de produção cafeeira são tão altos quanto os de concentração populacional, ambos em evidência e entre os maiores do Estado. É de se lamentar, para o presente estudo, a falta de dados referentes a todo o período inicial do século passado, o que não nos permite acompanhar mais detalhadamente a evolução das exportações municipais.

As inconstâncias da economia cafeeira marcariam sempre o histórico do crescimento da produção do café, tanto na zona de produção, quanto no município. Porém é inegável o incrível aumento da produção a partir de meados da década de 1910 e durante as décadas de 1920 e 1930, fato que é confirmado ao se analisar o movimento da ferrovia *Araraquarense*.

Tabela 4 - Movimento de café e cereais na estação EFA de Rio Preto: 1912-1927. (Kg.)

Anos	Café	Arroz	Feijão	Milho
1912	65.491	--	--	--
1913	181.550	--	--	--
1914	36.534	--	--	--
1915	173.761	--	--	--
1916	1.098.866	--	--	--
1917	154.882	--	--	--
1918	1.173.746	7.387.447	3.459.567	650.150
1919	840.505	10.059.463	5.717.971	412.902
1920	192.656	22.126.806	3.488.453	208.757
1921	3.689.672	16.923.801	4.305.037	1.192.780
1922	1.766.309	15.968.782	4.252.077	664.461
1923	6.979.563	24.073.217	4.231.277	348.139
1924	4.158.313	12.097.656	1.780.063	650.945
1925	3.598.162	3.507.269	4.391.827	664.272
1926	8.800.119	21.767.109	4.870.172	287.448
1927	15.545.528	23.326.809	4.331.064	303.619

Fonte: CAVALHEIRO, *Album Ilustrado da Comarca. Op. cit., 1929; Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo para 1927.*

O movimento de café na estação da *EFA* de Rio Preto demonstra as inconstâncias da atividade; crescendo constantemente desde a primeira década do século passado, cai de 181.550 Kg em 1913 para 36.534 Kg em 1914, reflexo claro do desencadeamento da Primeira

Guerra Mundial, para elevar-se novamente aos níveis anteriores em 1915 e então explodir para mais de 1 milhão de quilos em 1916. Tal incremento na produção indica a introdução de vários cafeeiros, que colhiam suas primeiras safras e que haviam sido plantados antes de 1913, ou quando da chegada da ferrovia¹¹⁰.

A presença marcante de cafeeiros novos na região é demonstrada no movimento do ano de 1917, quando após as mais altas taxas de embarque de café já vistas até então pela estação local, registra um movimento de apenas 154.880 Kg, elevando-se novamente para mais de 1.170.000 Kg em 1918. Tal diferença demonstra que embora aumentasse crescentemente, a produção local não conseguia manter-se constante.

Os efeitos da geada de 1918 pouco abalaram a produção de Rio Preto em 1919, sendo movimentados na estação local 840.505 Kg de café, decréscimo que mostra irrisório se comparado ao movimento do ano de 1920, com 192.656 Kg embarcados na estação; novamente o fato de ser zona nova de produção faz Rio Preto sentir com enorme intensidade as crises, que no caso das conseqüências da geada, prejudicaram principalmente os muitos cafeeiros jovens, maioria na época, refletindo seus efeitos anos depois¹¹¹.

Retornando à análise da tabela IV, observa-se outro impressionante aumento nas exportações locais; os cafeicultores, recuperando-se de 1918, incrementaram suas plantações e movimentaram o enorme montante – para os níveis de então – de 3.689.672 Kg registrados pela *Companhia* em 1921, quantia que aumenta, embora em taxas inconstantes, para quase 7 milhões de quilos em 1923, 8,8 milhões em 1926, para quase dobrar em 1927, com mais de 15.550.000 Kg, transportados.

A produção da comarca de Rio Preto em 1927 foi de 817.000 sacas de café, 528.000 sacas de arroz, 92.200 sacas de feijão, além de 375.000 arrobas de gado e outros gêneros diversos, visto que o valor de sua exportação totalizou 129.637:000\$000; quase 130 mil contos de réis em valores do período, montante que se mostra considerável ao analisar que, excetuando-se São Paulo, apenas seis Estados mais o Distrito Federal exportaram mais do que esta Comarca naquele ano, ficando atrás do município os Estados do Paraná, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina, Pará, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Maranhão e Piauí¹¹².

¹¹⁰ “José de Souza Martins escreve que o tempo de formação de um cafezal variava de seis anos, se o plantio fosse de semente, a quatro anos, se fosse iniciado por meio de mudas. MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 70.

¹¹¹ A geada de Junho de 1918 atingiu 300 dos 800 milhões de cafeeiros existentes. SUZIGAN, e VILLELA, *Op. cit.*, p. 121.

¹¹² CAVALHEIRO, *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto – 1929. Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n.*

Impressiona o fato de que a década seguinte foi de intenso crescimento e desenvolvimento da economia e população local, período em que nos faltaram dados referentes às exportações locais, mas que terminou com a zona Araraquarense tornando-se a maior produtora de café e, excluindo-se a capital, a região mais populosa do Estado.

A Araraquarense também aumenta sua produção cafeeira de 739.175 sacas em 1920 para 3.597.405 em 1934, já a maior do Estado, para as 2.243.441 sacas produzidas pela segunda maior exportadora do Estado, a zona Mogiana. Ainda em 1940, a região eleva sua produção para 3.808.515 sacas, ressaltando-se que o Estado de São Paulo têm nesse ano diminuída em quase que pela metade o total de sacas colhidas¹¹³.

Também as fontes sobre a ferrovia auxiliam-nos no contorno de um panorama das exportações locais no período; os *Relatórios de Exercícios* da Araraquarense apontam que o maior movimento de café pela *Companhia* se deu no ano de 1937, com 2.556.841 sacas transportadas¹¹⁴, o que aponta alta produção mesmo na referida fase de drástica diminuição do café colhido em todo o Estado.

É claro também, que a alta produção apenas era mantida pela constante incorporação de cafeeiros novos, pela maior disponibilidade de terras, o que não imprime exclusivamente a Rio Preto o mesmo caráter de crescimento de produção verificado por toda a zona Araraquarense; mas o mesmo relatório aponta a estação da *EFA* da então S. J. do Rio Preto como a de maior movimento relativo aos embarques de café em 1942, com 11.044.080 Kg, dado que se confrontado com os 15.550.000 Kg de 1927, reflete não um grandioso aumento de produção, como o verificado por toda a zona após 1927 e por toda a década de 1930, mas que o município de S. J. Rio Preto permaneceu com taxas de produção estáveis, com altos níveis de transporte, estes sempre acima dos 10.000.000 Kg.

Também no meio urbano, é clara a diferença nos períodos pré e pós ferrovia; sabe-se que em 1888, Rio Preto contava com apenas 5 casas do patrimônio, além de algumas palhoças; em 1898, o incipiente núcleo urbano tinha apenas 12 estabelecimentos comerciais. Ainda em 1912, ano da chegada dos trilhos à cidade, o núcleo tinha 1.200 habitantes e não contava com mais de 200 prédios¹¹⁵.

Em 1919, apenas em Rio Preto calculava-se 9 mil pessoas e 2 mil prédios, sendo que a cidade já contava com 4 escolas e 1 cinema; no local, foram encontrados na lista de

¹¹³ CAMARGO, *Op. cit.* (Tabelas escolhidas).

¹¹⁴ *Relatório de Exercícios* da Estrada de Ferro Araraquara para o ano de 1946. p. 61.

¹¹⁵ LINS, O. Considerações sobre a evolução commercial da Comarca. In CAVALHEIRO, A. *Állbum da Comarca de Rio Preto - 1929. Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n.*

“*Indústria e Commercio de 1919*” um considerável número de profissionais diplomados, constituindo-se em 8 médicos, 15 dentistas, 26 advogados e 13 engenheiros agrônomos¹¹⁶.

O comércio mostrava-se mais ativo e diversificado, contando a cidade com 112 armazéns de secos e molhados, 10 hotéis e uma tipografia, fábricas de móveis, açougues, bares e confeitarias, casas de frutas, lojas de máquinas, relojarias e uma loja de veículos, dentre outros estabelecimentos voltados ao abastecimento de produtos e serviços para uma população que cresce em ritmo tão intenso quanto o do aumento da área ocupada pelo café; demonstrando a maior circulação de cereais para uma crescente população, encontramos na lista de estabelecimentos 3 depósitos de cereais e 7 máquinas de benefício, casas de torrefação de café, 18 moinhos de fubá, e 120 engenhos de aguardente e rapadura.

Além disso, observa-se outro fator conseqüente da grande concentração populacional de Rio Preto à época: o crescimento de estabelecimentos ligados ao setor da construção civil; neste ano, dois depósitos de madeira, serrarias, um curtume, ferrarias, 86 olarias e uma construtora.

Apresentando intenso crescimento na década de 1920, uma vez que em 1929 o município contava com 27 mil habitantes e mais de 3.000 prédios, percebe-se em Rio Preto uma concomitante diversificação urbana, com o surgimento de novas atividades, quando o comércio evolui e embeleza-se e a cidade ganha aspectos modernos.

E não se resumia nisso; acompanhado o incremento populacional¹¹⁷, já eram 12 as escolas no município em 1929, sendo que 2 eram do governo do Estado e as outras dividiam-se entre as de cunho particular e as patrocinadas pela prefeitura; além disso foram várias outras as benfeitorias apresentadas no local nesses 10 anos, tais como a contratação de uma firma de saneamento básico em 1922¹¹⁸, e a instalação da Santa Casa de Misericórdia, concluída em 1925. A cidade já contava em 1929 com 14 associações de caridade, 6 casas de saúde, 4 cinemas, 6 tipografias e 3 consulados, frutos da grande concentração de estrangeiros no local.

No mesmo ano, eram quatro as grandes agências bancárias na cidade: *Banco do Commercio e Industria de São Paulo*, *Banco Commercial do Estado de São Paulo*, *Banco do*

¹¹⁶ SILVA, R. *Album da Comarca de 1919*. p 87-94.

¹¹⁷ Um demonstrativo do extraordinário crescimento apresentado por Rio Preto no período se dá pela agência local dos Correios, que no ano de 1927, ficou em terceiro lugar entre as agências mais movimentadas do Estado, sendo que a primeira colocada foi a agência de Campinas. (CAVALHEIRO, A. *Album da Comarca de Rio Preto 1929. Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n.*).

¹¹⁸ Estabelece contrato de prestação de serviços com a prefeitura municipal em 8 de agosto de 1922, por contrato celebrado entre a firma dos Srs. Caetano Castellano & Cia, estabelecida em Rio Claro, sob denominação de “Melhoramentos de Rio Preto Água e Esgotos S. A.”. (CAVALHEIRO, *Album Illustrado da Comarca 1929. Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n.*)

Brasil e a Banca Francesa e Italiana; além destes, estavam em também em atividade no município algumas casas bancárias menores, das quais podem-se destacar as de Germano Cestini e a de Chain José Elias.

No final da década de 1920 era bem maior a quantidade de profissionais diplomados na cidade, sendo encontrados em atividade 31 advogados, 20 médicos, 10 engenheiros, 13 dentistas e 13 farmacêuticos; na lista de *Profissões, Industria e Commercio do Álbum de 1929*, em comparação com o ano de 1919, observa-se a grande diversificação dos estabelecimentos, sendo que à época a cidade já contava com 512 casas comerciais de ramos diversos, agências de revistas e jornais, lojas de armazinhos e fazendas, lojas de calçados e chapéus, camisarias, lojas de artigos para escritório, joalherias, lojas de brinquedos e instrumentos musicais, dentre outros estabelecimentos.

Além disso, havia 10 grandes e bem montadas oficinas mecânicas e 7 lojas de automóveis e acessórios, sendo que apenas a Prefeitura tinha 840 carros motorizados; observa-se também já em 1929 diversas pequenas indústrias como fábricas de gelo, de bebidas, licores e xaropes, laticínios, salames, presuntos e outros produtos.

É importante observar, na lista do *Álbum de 1929*, o crescimento das atividades ligadas ao setor de alimentação; naquele ano estão listados em 35 máquinas de benefício, 12 armazéns de cereais e 87 armazéns de secos e molhados, impressionando também o grande número de compradores de cereais, listados em 21 negociantes.

Na Tabela IV, observa-se a grande importância do movimento de grãos na estação local, principalmente do arroz, produto que, excetuando-se o ano de 1925, sempre obteve taxas maiores que as de café, e às vezes muito superior a essas, como no ano de 1920, em que mais de 2 milhões de sacas de arroz passaram pela estação da EFA, para apenas 192.000 sacas de café; tal característica existirá até o final da década, mesmo nos anos de crise econômica, o que demonstra a importância do mercado de cereais para a economia local.

O crescimento na comercialização de cereais remete-nos também às características dos novos personagens locais: uma expressiva população imigrante ligada ao trabalho com o café, que participava também do mercado de grãos. A prática de lhes fornecer terras cultiváveis demonstrava-se principalmente bem aceita, tornando-se, talvez, condição principal nas negociações entre os fazendeiros e os trabalhadores.

Nessa terra, os colonos cultivavam sua própria comida, principalmente milho e feijão, mas que às vezes incluía arroz, batata, bem como outros cultivos. Junto com a permissão de plantar alimentos vinha a concessão de pastagens para um limitado número de

cabeças de gado, havendo ainda o plantio de hortaliças e a criação de galinhas e porcos nos arredores de suas casas. Podiam ficar com os produtos e negociar qualquer excedente, o que, em muitos casos, proporcionava uma importante fonte adicional de dinheiro.

Fica claro que as zonas novas de produção, com abundância de terras a bons preços, tornavam-se a saída para os cafeicultores e, devido às melhores condições de ganho, local preferido dos colonos no início do século XX, o que explica o redirecionamento do foco de atração de imigrantes e o rápido incremento da população estrangeira da antiga Rio Preto. Para referência da importância de tais vantagens, Holloway calculou que cerca de 70 % da receita de uma família de colonos eram recebidos sob a forma de moradia, terra para plantio de alimentos e privilégios de pastagem¹¹⁹.

Portanto o grande crescimento do município deve-se em grande parte à vinda de trabalhadores imigrantes e nacionais, seja de colonos assalariados, comerciantes e proprietários, cada qual a sua maneira ligados ao complexo cafeeiro. Em 1920, Rio Preto foi o segundo município para onde mais se enviaram imigrantes diretamente da Hospedaria, com um total de 2.407 indivíduos, perdendo apenas para Ribeirão Preto, que recebera naquele ano 2.791 trabalhadores¹²⁰.

O rápido crescimento populacional e de produção de café apresentados pela Araraquarense e S. J. do Rio Preto desde sua incorporação ao sistema exportador cafeeiro remete-nos a um aumento constante nos níveis de chegada de mão de obra, nacional e estrangeira, dado que é confirmado quando observado o considerável aumento no movimento de passageiros da EFA.

Fonte: Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo para 1927.

A importância das culturas intercalares era refletida na produção local de cereais, uma vez que, ainda que em valores bem inferiores aos do cultivo do café, constituía importante parte da produção agrícola municipal. Tomemos o exemplo da produção do milho em 1927, em texto do engenheiro civil Edurado Campoó, para o *Álbum de 1929*:

(...)Esta é outro producto explorado em grande escala por toda a zona, com esplendidos resultados. A nossa

¹¹⁹ HOLLOWAY. *Op. cit.*, p. 126.

¹²⁰ SILVA, Henry Marcelo Martins da. *O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto: 1912-1940*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FHDSS-UNESP, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História. Franca: 2002. p. 46.

*exportação não deixa de o incluir entre os factores de maior preponderância, tendo cooperado grandemente para a abundancia em que vivem relativamente seus cultores, que são sempre em regra geral, os colonos*¹²¹.

A grande concentração de estrangeiros na estrutura populacional da região – a Araraquarense tinha, em 1920, 22% de sua população constituída de estrangeiros, 22 mil apenas em São José do Rio Preto, que já abriga, em 1934, uma população de quase 40 mil imigrantes – aliada às novas condições de trabalho oferecidas pela economia cafeeira (salário), faz com que o elemento estrangeiro se transforme em um dos principais agentes urbanos do período, uma vez que boa parcela da população que se dirigia para as novas áreas era constituída de trabalhadores que rumavam para as cidades, além da grande maioria de trabalhadores do campo, que constituíam importante mercado consumidor de produtos e importante reforço na pequena produção de gêneros alimentícios.

Daí a importância assumida pela ferrovia no contexto descrito; somente após a instalação dos trilhos a cidade esteve finalmente ligada ao complexo exportador cafeeiro, e, assim como outros vários exemplos urbanos do interior paulista, observa um processo intenso de transformações que culmina na caracterização de áreas antes despovoadas e de ínfimos e problemáticos movimentos mercantis, em exemplos de concentração populacional e evoluções urbanas, ligadas ao desenvolvimento do sistema capitalista de exportação do café, como elucida a trajetória rio-pretense.

1.3 Autonomia política e organização do espaço: construção urbana de Rio Preto.

Situada ao norte dos “*Sertões de Araraquara*”, região que até a primeira década do século XX era conhecida apenas como “*Terrenos Desconhecidos*” ou “*Terrenos Despovoados*”¹²², São José do Rio Preto permaneceu durante muito tempo na condição de “*boca do sertão*”, um ponto avançado em meio ao desconhecido interior paulista, infestado de indígenas hostis.

¹²¹ CAMPOÓ, E. Relatório Geográfico da Comarca de Rio Preto. In CAVALHEIRO, *Álbum Ilustrado da Comarca 1929. Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n..*

¹²² CAVENAGHI, *Op. cit.* p. 147.

São José do Rio Preto formou-se em meados dos XIX, e apresenta várias versões de sua fundação, bastante discutida pelos autores locais; na mais comum existe a ação de João Bernardino de Seixas Ribeiro, mineiro da região da atual cidade de Ouro Preto, que migrou em 1840 para o local conhecido como “(...) *campos de Araraquares, na região oeste da província de São Paulo, onde (...) era concessionário de uma sesmaria obtida por ordem régia.*”¹²³.

Seixas Ribeiro teria construído a primeira casa em 1852, de sapé, em meio ao lugar que lhe iria servir de internada. Outra versão, diz respeito ao fato de as terras do patrimônio de São José, que deram origem à cidade, terem sido doadas para a Igreja por Luiz Antônio da Silveira e sua mulher, Dona Tereza Francisca de Jesus, por escritura particular de 19 de março de 1852, lavrada em Araraquara¹²⁴.

Em 1855, três anos portanto após ao que podemos considerar como sendo sua “fundação oficial”, Rio Preto alcança a condição de distrito de paz, ligado ao município de Araraquara, fato que se deve provavelmente não à relevância do povoado, mas à sua localização, embrenhada no sertão. Tal fato é comprovado pelos relatos do Visconde de Taunay em sua obra *Viagens de Outrora*, quando em retorno da Guerra do Paraguai, no dia 18 de julho de 1867, dorme na única casa de alvenaria existente na cidade, pertencente ao fundador João Bernardino Seixas Ribeiro. Descrevendo o pouco que existia, Taunay deixa-nos sua impressão sobre o futuro do lugarejo: “...*Há uma igreja em construção, e cremos que muitos anos fique nesse estado, quando na se arruine totalmente.*...”¹²⁵.

No mesmo ano de 1867, é criado o município de Jaboticabal, que passa a englobar Rio Preto até sua futura emancipação política, em 1894; em 68, já na constituição da primeira Câmara de Jaboticabal, os habitantes de Rio Preto elegem um representante, Antonio Bernardino Seixas¹²⁶.

A partir de meados da década de 1880, iniciam-se as tentativas de autonomia pelos políticos locais, que aproveitando-se dos contatos e amizades existentes em Jaboticabal, de onde vieram seguramente grande parte dos mais destacados líderes de Rio Preto à época, conseguiram o apoio da *Câmara Municipal* daquela cidade no intuito de organizar um movimento para a criação do município¹²⁷.

¹²³ GOMES, *Op. cit.*, p. 1-15.

¹²⁴ Ver ARANTES, *Op. cit.*; BRANDI, *Op. cit.*; e GOMES, *Op. cit.*.

¹²⁵ TAUNAY, Visconde de. *Viagens de Outrora*. São Paulo: Melhoramentos. 1948, p. 106.

¹²⁶ BRANDI, *Op. cit.*, p. 238.

¹²⁷ Em 1878, Manuel Eufrásio de Azevedo Marques organizou e editou uma obra descritiva da Província e, em um verbete, descreveu o arraial de Rio Preto contando com 2.639 almas. MARQUES, M.E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980, pp. 213-214, v.II

Em 1894, aproveitando-se as divisas estabelecidas pela criação da Freguesia de Rio Preto em 1879, foi criado pela Lei no. 294 de 19/07/1894, assinada pelo então presidente do Estado Bernardino de Campos, o gigantesco município que, limitando-se a leste com os territórios de Jaboticabal e Barretos, estendia-se para oeste entre os rios Grande e Tietê, até as barrancas do rio Paraná, na divisa com o então Estado de Mato Grosso.

Em outubro do mesmo ano é realizada a primeira eleição para constituição da *Câmara Municipal*, que aconteceu na sacristia da igreja, sob a supervisão de vereadores de Jaboticabal, e contou com 446 eleitores divididos em duas seções eleitorais. Nesse ano, para um mandato curto de adaptação ao calendário eleitoral, foram eleitos cel. Pedro Amaral Campos, Porfírio Pimentel, Luiz Francisco da Silva, Valêncio José Barbosa, Francisco Antonio Braga e Luiz Pinto de Moraes.

Logo de início, o grupo político chefiado pelo cel. Pedro Amaral, que controlaria a política local até finais do XIX, trabalhou no sentido de organizar a estrutura urbana, implantando a iluminação pública com a doação de lampiões, a primeira escola municipal, a primeira cadeia pública, além de exigir o alinhamento das ruas, que seguiriam o mapa urbano desenhado a pedido da *Fábrica da Igreja*, pelo engenheiro Ugolino Ugolini.

De fato desde o início da década de 1890, Ugolino Ugolini realizava os trabalhos de demarcação dos patrimônios de *São José* e de *Nossa Senhora do Carmo*, com a conseqüente elaboração do primeiro mapa urbano, com o traçado das vias públicas existentes e as projetadas, a pedido do padre José Bento da Costa.

Posteriormente, em junho de 1894, fora assinado um contrato formal entre o engenheiro e o fabriqueiro Ernesto de Assis e Silva Benfica, estabelecendo as bases do trabalho, que além de contar com a elaboração do mapa urbano e de levantamento topográfico, contou com o registro cadastral com os números de lotes, áreas em metros quadrados e em alqueires, valor do aforamento e nomes dos foreiros¹²⁸.

Com a organização do solo urbano, e as providências iniciais tomadas, tratou a *Camara* de dar feições de cidade à vila; nesse sentido, em março de 1900 o intendente Emigdio de Oliveira Castro assinava a Lei no. 31, que obrigava todos os proprietários ou inquilinos, residentes em terrenos das ruas centrais a limparem seus terrenos convenientemente, todos os anos no início do mês de maio, estabelecendo multa de 10\$000 por terreno.

¹²⁸ BRACCI, Carlos Alberto Arantes. *História de um povo fiel*. São José do Rio Preto: Ed. Riopretense, 1999.

A segunda frente da luta política da primeira *Câmara*, assim como de todas as legislaturas seguintes até a instalação do transporte ferroviário em 1912, será a de inserir Rio Preto nos circuitos econômicos, muito distantes e sem a existência de estradas que permitissem uma efetiva concorrência dos produtos locais, constituídos majoritariamente de gêneros da terra, que chegavam a seus destinos sobrecarregados de despesas.

Nesse sentido, concentrara a *Câmara* seus esforços para o termino da *Estrada do Taboado*, importante via de comunicação com as áreas criatórias de Mato Grosso, cujo traçado, que cortava o sertão em direção ao rio Paraná, por entre os rios Tietê e Turvo, ficou a cargo de Olavo A. Hummel, que fora nomeado em 1891 pelo presidente do Estado Américo Brasiliense para coordenar a construção da estrada, que deveria partir de Jaboticabal, passando por Rio Preto e alcançar Sant'Anna do Paranaíba em Mato Grosso.

A origem da estrada, de acordo com artigo do cel. Adolpho Guimarães Corrêa no *Álbum da Comarca de 1929*, teria se dado no ano de 1892, quando os santanenses cel. Carlos Ferreira da Castro, o Cap. José Maria e o padre Ferraz, saindo de Santana do Paranaíba no Mato Grosso, abriram caminho por meio da mata até as barrancas do Paraná para então alcançar o povoado de Viradouro, último núcleo de concentração populacional a oeste do território de Rio Preto¹²⁹.

Os trabalhos oficiais tiveram início em fins de 1892, já no governo de Bernardino de Campos, que contava com Jorge Tibiriçá como Secretário da Agricultura; porém, as obras foram paralisadas tempos depois, e em abril de 1897 a *Câmara* recorre ao governo estadual, afirmando que as vias de comunicação do Taboado e do Itapura não são vias de interesse municipal mas:

“...artérias principalissimas da grande viação do Estado que, mais de servir o município, servem os interesses de São Paulo para não dizer aos interesses da nação. As duas linhas do porto do Taboado e do Itapura ao as linhas naturaes, pelas relações commerciaes entre Cuyabá e o Atlântico, e Santos é o porto naturam do Estado do Mato Grosso. Mas além desta prerrogativa, ellas têm também uma importância eminentemente estratégica, não desprezível porque permitiria em qualquer momento a concentração de um corpo do exercito no Estado do Mato Grosso, fora da fiscalização das Repúblicas Platinas”¹³⁰.

¹²⁹ CORRÊA, Adolpho Guimarães. *Esboço Histórico de Rio Preto*. in: CAVALHEIRO, *Álbum Illustrado da Comarca 1929*. Cap. II – *Esboço Histórico do Município.s/n*.

¹³⁰ SILVA, Raul. *Album de Rio Preto – 1919*. p. 18.

Em janeiro de 1902, novamente a *Câmara*, agora sob o comando do novo chefe político cel. Adolpho Guimarães Corrêa, encaminha ao secretário da agricultura Candido Rodrigues uma correspondência solicitando a conclusão da abertura da estrada do Taboado, que segundo o texto havia sido abandonada sem razão plausível durante o governo de Campos Salles, quando já uma soma considerável de capitais tinha sido dispendido, faltando apenas 135 Km para conclusão¹³¹.

No ano seguinte a *Câmara* volta à carga em ofício ao governo do estado, quando o cel Adolpho Guimarães Corrêa explicava que os criadores de gado da região de Sant'Anna do Parnahyba tinham preferência pelo Taboado, para evitar a enorme volta pelo Triângulo Mineiro e a “...*temível travessia do Rio Paranahyba no porto de Sant'Anna onde tem-se dado o caso de perderem-se boiadas inteiras, cousa que não acontece no porto do Taboado no Paraná, que dá franca passagem mesmo nas maiores enchentes*”¹³².

No entanto, o principal fator de inclusão da cidade nos circuitos econômicos interioranos foi a chegada do transporte ferroviário; desde finais do XIX a *Estrada de Ferro Araraquara* iniciara seu caminho em direção a Rio Preto, anunciando um tempo novo, em que a então pequena cidade conheceria uma fase de desenvolvimento e modernização que a colocaria entre as principais cidades do país, ligado ao sistema de produção do café.

A partir do incremento do transporte ferroviário pela *companhia* Araraquarense, e da conseqüente invasão das atividades ligadas ao setor cafeeiro, a população rio-pretense passa a experimentar uma série de novidades que agora lhes eram permitidas, ao respirarem ares urbanos, ou a síntese, entre o urbano ideal imaginado pelas elites que o promoviam, e o urbano possível, devido aos poucos rendimentos da *Câmara*, e à característica quase sempre privada dos empreendimentos e serviços de melhoramentos, que tornava algumas dessas novidades inacessíveis a uma grande parcela da população.

As inovações técnicas do período introduziram mudanças no uso do espaço urbano e os planos urbanísticos promoveram a produção do solo para o circuito de mercado e a instalação de melhoramentos. Intensificaram-se os processos de higienização da cidade, e iniciaram-se a maioria das grandes obras como serviços de saneamento, iluminação e embelezamento que produziram grandes alterações na paisagem urbana, com a inserção de novos elementos considerados modernos em comparação com o que já se tinha.

Tais inovações marcaram a passagem do século XIX para o XX, revolucionando não apenas a construção civil, mas os meios de transporte, comunicação,

¹³¹ ARAÚJO, E. *O sonho realizado*. Ed. Rio-pretense. São José do Rio Preto: 1998. p. 33.

¹³² SILVA, Raul. *Álbum de Rio Preto – 1919*. p. 18.

difusão do som e da imagem; tiveram especial repercussão na organização das cidades e nas práticas urbanas, logo tornando-se símbolos de modernidade. Nas palavras de Anthony Giddens, “*implantadas inicialmente nos grandes centros europeus e norte-americanos, tais inovações tornaram-se mundiais em sua influência.*”¹³³.

No período da Primeira República, as “elites do café” assumem o poder de Estado empenhando-se em implantar soluções salvadoras e sanar as demandas sociais dentro de um determinado imaginário republicano. Em Rio Preto, grande centro de expansão da economia do oeste paulista, tal processo foi particularmente refletido no âmbito local, e a elite colocava a modernização urbana como pauta de programa das administrações políticas locais no período.

Esse conjunto de mudanças relacionava-se com o dinamismo da cultura cafeeira e com uma espécie de culto ao novo, ao imaginário moderno que passou a vigorar. Nicolau Sevcenko coloca que a palavra ‘moderno’, de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Em suas palavras:

“a palavra ‘moderno’ se torna algo como uma palavra fetiche que, quando empregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para cima do cotidiano dos homens e mulheres comuns (...) Ela introduz um novo sentido à História, alterando o vetor dinâmico do tempo que revela sua índole não a partir de algum ponto remoto no passado mas de algum lugar no futuro”¹³⁴.

O rápido crescimento populacional apresentado por Rio Preto ao longo das décadas de 1910 e 1920 promove uma conseqüente dilatação da malha urbana; a pressão exercida por essa expansão imobiliária criou uma demanda por serviços urbanos, exigindo da municipalidade a agilização dos diversos melhoramentos. Embora muitas dessas medidas se mostrassem inviáveis em sua aplicabilidade a curto prazo, a necessidade de um saneamento urbano em vista do adensamento populacional constituiu-se na principal preocupação do poder público em Rio Preto a partir do início do século XX.

¹³³ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. p. 11.

¹³⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: CIA das Letras, 1992. p. 227-228.

Nesse sentido, já a partir da emancipação política ocorrida em 1894, criou-se a necessidade de um *Código de Posturas*, e até a conclusão de sua elaboração, em 1902, utilizou-se o similar de Jaboticabal. O *Código* regularizava por exemplo a metragem de avenidas, ruas e praças, a nomenclatura das ruas e a numeração das casas, a obrigatoriedade de sarjetas para o melhor escoamento da água, etc.

Quanto às habitações, regulamentava as caídas de água e a construção de latrinas, que deveriam localizar-se afastadas das residências, e fossas, com metragem determinada e na condição de nunca localizarem-se próximas às cisternas. Era proibido pelo *código* atirar nas ruas defecções, animais mortos e materiais em decomposição.

Em relação à postura nos lugares públicos, não era permitido atar animais nas portas, janelas, árvores ou sobre os passeios, além de galopar no perímetro urbano; dar tiros com armas de fogo, de dia e de noite, sendo também proibido explodir bombas e morteiros, excetuando-se os dias de São João, Santo Antônio e São Pedro.

Até aquela data não havia calçamento, as ruas eram sujas, as casas não respeitavam normas de edificação, constituindo foco de uma série de doenças previstas pelos administradores da urbe; além disso, a presença de animais no perímetro urbano, e as constantes brigas e assassinatos causadas pela presença de desordeiros e pela falta de policiamento, eram uma realidade que já afamara a cidade em todo o Estado, imagem essa que em nada agradava a elite local, que trataria de tentar transformar a realidade conforme seus conceitos de civilidade. Nas palavras de Nicolau Sevcenko, “*os coronéis se auto-imaginavam agentes civilizadores, e isso influi de forma significativa no desenvolvimento das cidades. Sua atuação era considerada necessária para acelerar a florada dos cafeeiros e o afluxo das riquezas e das cidades com seus jardins, bulevares e cafês.*”¹³⁵.

As determinações contidas nas posturas quanto ao alinhamento das construções, prevendo recuos frontais e laterais nas novas residências, prendiam-se a uma tentativa de configurar e delimitar o espaço privado das famílias nas casas, como unidades individualizadas e, portanto, separadas do trânsito das ruas.

Outro aspecto contido no Código é o que se refere à questão da ‘*salubridade pública*’, o que evidencia uma das preocupações mais constantes do período: saneamento e a higienização, e que, sem dúvida, relacionava-se principalmente aos preocupantes focos de doenças que assolavam a região, como podemos confirmar no comunicado emitido pela

¹³⁵ SEVCENKO, *Op. cit.*, p. 34.

Câmara aos professores em 1903, limitando a frequência nas escolas apenas aos alunos vacinados¹³⁶:

*“Recomendo-vos de acordo com a circular do Snr Dr.Secretario do Estado dos Negócios do Interior, de 24 de 9bro ultimo que não deixeis de exigir dos Paes, tutores das creanças attestados de vacinação no ato de matricular-os, attestados que me deverão ser remetidos.”*¹³⁷.

Era preciso rigor para "eliminar os maus hábitos", valendo-se das punições previstas em lei. Muitas das faltas eram punidas com pagamento em dinheiro e até prisão. Segundo Chalhoub, insistir na importância de conceitos como ‘civilização’, ‘ordem’, ‘progresso’, e outros afins – os correlatos como ‘limpeza’ e ‘beleza’, e os invertidos tais como ‘tempos coloniais’, ‘desordem’, ‘imundície’, etc:

*“...não nos leva muito além da transparência dos discursos, da observação da forma como eles se estruturam e daquilo que eles procuram afirmar na sua própria literalidade, e através da repetição ‘ad nauseam’. O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização européia nos trópicos...”*¹³⁸.

Tomemos como exemplo, no Código de Rio Preto, o capítulo intitulado “Jogos e Contravenções”¹³⁹, onde a Câmara estabelece quais jogos seriam permitidos, além dos horários e locais determinados para sua prática. No artigo 103, está estabelecido que:

“É expressamente proibido:

§ 1 – O jogo de parada qualquer que seja – Pena de 50:000 de multa ao infractor, apprehensão de todos instrumentos o jogo e 8 dias de prisão para o proprietário do prédio. As disposições deste § comprehendem-se todos os jogos de qualquer denominação que não sejam os de calculo e de exercicio phisicos, taes como: solo, dominó, bilhar, bolas, bagatella, damas, xadrez, voltaret, gamão, etc. os quaes unicamente serão permittidos.”

Os jogos permitidos são aqueles que possibilitam o desenvolvimento do indivíduo, tanto física que é o caso dos jogos físicos, quanto intelectualmente com os jogos de cálculo.

¹³⁶ Conforme assinala Chalhoub, o serviço de vacinação no Brasil à época da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro já era centenário. CHALHOUB, Sidney, *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 101.

¹³⁷ Livro de Atas, 1903.

¹³⁸ CHALHOUB, Sidney, *Op. cit.*, p. 35.

¹³⁹ PINHEIRO, Adriana Cristina. *O código de posturas do município na educação e normatização do “povo”*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas: 2004.

Nesse sentido, de acordo com o ideário das elites locais, tais esportes promoveriam, ao contrário dos outros, a elevação moral e física dos habitantes, aproximando-os da imagem européia, como fica claro na nota publicada pelo cel. Adolpho Guimarães Corrêa em “O Porvir” de 24 de maio de 1908, sobre a fundação em Rio Preto de um time de futebol:

*“Num belo ponto da cidade, onde é irrepreensível a planura do terreno, acaba de preparar o seu campo de exercícios a valente e bem constituída sociedade de futebol desta localidade, o **Rio Preto E. C.** (...) seja-lhes a carreira fartamente de ensino, de nutrição de forças de que tanto carece nossa mocidade, grêmio de entibiados, piegas que dão mais por uma flôr ao peito, do que por uma musculatura sadia, forte, traço característico da raça que mais tem conquistado o mundo, a esforçada e heróica anglo-saxonica.”. (O PORVIR, nº. 241, p. 2, 24/05/1908).*

Quanto à saúde publica, desde o início do século XX a elite local demonstra preocupação com a instalação de uma casa de saúde no município, e é o próprio cel Adolpho, em campanha iniciada em seu jornal “O Porvir”, que lidera a campanha para a viabilização de uma *Santa Casa de Caridade* cuja fundação se deu em janeiro de 1909, reunindo como beneméritos algumas das maiores personalidades locais à época; a *Sociedade da Santa Casa de Caridade de Rio Preto* com o apoio da loja maçônica *Cosmos*, prestou seus serviços por alguns anos, sobretudo por ocasião da “Gripe Espanhola”, encerrando suas atividades após o controle da epidemia.

Nova instituição nasce em maio de 1921, devido à grande epidemia de varíola de anos antes, então sob o nome de *Santa Casa de Misericórdia de Rio Preto*, organizada por novos beneméritos dentre os quais destacam-se os políticos Dr. Cenobelino de Barros Serra, cel. Neca Medeiros, e Dr. Alceu de Assis, além do comerciante Nagib Gabriel; os alicerces do prédio estavam construídos desde 1922, porém, sem recursos para continuar a obra, ainda em 1924, tudo estava parado.

Em fins daquele ano, pelo recém fundado diário “A Notícia”, Nelson da Veiga e Professor Dário de Jesus promovem a discussão pública do assunto, e unidos ao médico Dr. Justino de Carvalho, iniciaram campanha na qual participaram também Feliciano Salles Cunha e Cenobelino de Barros Serra, no intuito de dar prosseguimento às obras. A partir daquela data, a Santa Casa funcionou provisoriamente no prédio da loja *Cosmos*, que fora utilizado anteriormente como hospital, até a conclusão da primeira parte da obra, inaugurada em 1928.

A luta pela “higienização” era um empreendimento dos políticos, que contava porém com a arquitetura de médicos e sanitaristas, especialistas que formularam as políticas públicas do controle dos males e resolveriam os problemas, principalmente das populações ignorantes, que cotidianamente chegavam para viver “os ares do progresso”.

Exemplo disso é a constituição em Rio Preto da *Sociedade de Medicina* na década de 1920, que por meio da postura combativa de seus associados, mas também e principalmente, através das denúncias e campanhas de conscientização levadas a cabo pelos jornais da cidade, os maiores aliados da classe médica, empreendia uma luta contra aquilo a que chamava de charlatanismo. Exemplo disso é a nota publicada em *A Notícia* de 6 de Março de 1926¹⁴⁰:

“O numero espantoso de ‘curadores’ que existem em nossa comarca e a influencia que em alguns lugares exerciam até sobre os médicos estava a reclamar uma providencia enérgica, e essa vira certamente agora, por intermédio da Sociedade Medica de Rio Preto.”

A luta contra o *curandeirismo* era prática ainda em plena década de 20, e algo que muito prejudicava a execução das políticas sanitárias, uma vez que manteriam o povo apegado à ignorância, um legítimo entrave aos projetos “modernizantes” da elite. Tal fato evidencia também o caráter limitado dessa modernidade, que planejada de cima para baixo, que não era encarada por todos da mesma maneira, principalmente pela maioria de pobres e analfabetos, que constituíam a maioria da população à época.

Exemplo disso é o curioso comentário do então presidente da *Câmara* cel. Adolpho Corrêa, que então vinha sofrendo com as críticas contra a subvenção dada a médicos que montavam consultórios na cidade; em “O Porvir” em 1903¹⁴¹, publica a seguinte nota:

“Como censurar-lhe o ato que de um modo tão direto visa a sanar uma falta de tão longo tempo sentida entre nós – a falta de um médico? (...) ou porventura haverá médico que se disponha a abrir clínica num lugar tão afastado como o em que nos encontramos, sem ser subvencionado durante os primeiros tempos, até que o povo se habitue a usar... médico? Certamente que não.”

Com 112 casas comerciais de ramos variados e 840 automóveis¹⁴² apenas de propriedade da prefeitura de acordo com as estatísticas do *Álbum de 1927*, Rio Preto

¹⁴⁰ CAMPOS, Raquel Discini de. A ‘Princesa do Sertão’ na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004. p. 122.

¹⁴¹ O porvir, 1903. Apud GOMES. *Op. Cit.* p. 124.

apresentava um crescimento populacional vertiginoso, e uma elite desejosa dos gostos modernos, que principalmente pelas mãos dos cronistas do período expressam as aspirações pelos melhoramentos urbanos¹⁴³. Tais condições criaram necessidades que impulsionaram os dirigentes a implementar melhorias urbanas, como os calçamentos nas ruas e praças, além do necessário abastecimento de água e da mágica eletricidade, dois dos maiores empreendimentos do período.

A crítica à morosidade na implantação dos serviços diante do crescimento vertiginoso da cidade, servia de pauta à imprensa local, destacando a necessidade imprescindível de tais melhorias, dando vazão às queixas gerais expressas nos artigos dos periódicos que narram o desejo de modernidade contrastada com suas possibilidades.

Por outro lado, os jornais anunciavam diariamente a ação da municipalidade; espaços de poder, eles serviam como instrumentos da “ordem” e do “progresso”, apresentando para todos os alcances ilimitados da modernidade, com suas propagandas de automóveis, produtos de beleza, roupas e modas, diversões, tragédias, política e, é claro, as atividades e as obras da prefeitura e da *Câmara*. Um bom exemplo disso eram os constantes informes sobre o estado das ruas e calçamentos:

“Melhoramentos das ruas”: informam-nos da prefeitura municipal que estão dadas as providencias necessárias para iniciar brevemente o serviço de sargeteamento e collocação de guias na rua Pedro Amaral, entre as ruas Bernardino de Campos e General Glycerio Trata-se de um dos trechos que maior movimentos de vehiculos registra em nossa cidade.”(O MUNICÍPIO, nº. 1083, p. 1, 17/06/1927).

Símbolo desse progresso, assim como na estruturação urbana, o consumo das produções artísticas alcançavam os habitantes da crescente cidade, nos cinemas, teatros e *Bars*, que a elite escolhia para seu convívio. Exemplo disso é a criação em 1913 da *Associação Teatral Riopretense Ltda*, também sob iniciativa do maior chefe político de então, Adolpho Corrêa; a obra, iniciada naquele ano, com direito a ações compradas pela Prefeitura, permaneceu nos alicerces durante muito tempo até ser vendida, sendo que ainda em 1928 encontram-se referências nos jornais às chamadas de reunião para acionistas¹⁴⁴.

¹⁴² Em 1917 tem-se notícia do primeiro automóvel em Rio preto, de propriedade de Nagib Gabriel; já em 1920 a *Câmara* elabora leis específicas sobre o licenciamento de veículos, expedição de carteira de habilitação e normatização do tráfego nas ruas da cidade, estabelecendo a velocidade de um homem a passo nos lugares de aglomeração de pessoas, e de 20km/h nas ruas centrais da cidade. Ressalte-se ainda a preocupação com os motoristas embriagados, que se flagrados receberiam uma multa em dinheiro e apreensão do automóvel, até que o motorista voltasse a ter condições de dirigir. ARANTES, *Op. cit.*, p. 32.

¹⁴³ Sobre a atuação dos cronistas nos periódicos rio-pretenses ver CAMPOS, Raquel. *Op. Cit.*...(Cap. 2).

¹⁴⁴ O MUNICÍPIO, nº. 1117, p. 2, 30/07/1927.

Constituindo-se também em importante exemplo das atividades para as civilizadas elites da época em Rio Preto, pela dimensão do empreendimento, foi a criação do Autódromo de Rio Preto, batizado de *Carlos de Campos*, que fora construído com recursos próprios do cavaleiro Romoaldo Negrelli, de descendência italiana, que foi durante algum tempo agente consular daquele país na cidade. Entusiasta do automobilismo, prática que atraía muitos rio-pretenses, Negrelli estabelece seu autódromo em terreno cedido pelo cel. Vitor Bastos, trazendo para Rio Preto várias personalidades do período para disputar os famosos “*raids*”, como o Conde Matarazzo, o industrial Carlos Jafet e o Barão de Tefé.

Cabe destacar aqui que a modernização visou atender aos interesses da elite local, e pode-se estabelecer uma analogia entre o processo de modernização em Rio Preto e o processo conhecido como “regeneração”, vivenciado pelo Rio de Janeiro e por São Paulo no início do século XX, e que tiveram como modelo a ser seguido os centros urbanos europeus, especialmente Paris e Londres.

Imagem 1 - Autódromo Carlos de Campos (1929).

Fonte: CAVALHEIRO, *Álbum da Comarca de Rio Preto de 1929*. – Cap. X – Rio Preto Associativo. s/n.

As transformações ocorridas no exterior influenciavam esse processo de mudanças que se efetuava em âmbito local. A modernidade atrelada ao capitalismo, centrada na Europa, principalmente com a remodelação das cidades, criavam símbolos do progresso que passaram a influenciar outras áreas do mundo, como o Brasil. As reformas urbanísticas, como a de Paris, realizadas por Haussmann, converteram-se em exemplos a serem perseguidos na luta pela inserção no mundo moderno, e as cidades brasileiras esforçavam-se para aprender a lição.

A transformação urbana e o conseqüente afastamento ou “ocultamento” da exclusão social integrava um amplo projeto de modernização encabeçado pela elite: regenerar significava, também, afastar para longe do olhar público as contradições engendradas pela modernidade.

Nesse sentido, é elucidativo o estudo de Cláudia Vargas sobre o processo de modernização em Araraquara; estigmatizada por anos pela alcunha de “Linchaquara”, devido ao linchamento promovido pela população em 1897, os políticos elaboram as intervenções

urbanas com claro intuito de regeneração, de apagar a imagem antiga sob o símbolo de urbe moderna, de modo a facilitar o afluxo de imigrantes, assunto muito caro às elites no período, além de atrair capitais e valorizar investimentos¹⁴⁵.

Em Rio Preto, a regeneração também foi necessária, e pode ser observada ao se analisar o trabalho de Airton José Cavenaghi¹⁴⁶, em trabalho que compara a exposição de uma mesma fotografia em dois *Álbuns Ilustrados* de Rio Preto, datados respectivamente de 1919 e 1929. No exemplar mais antigo, a imagem, que demonstrava uma pequena vila com poucas casas e quase inabitada, é colocada no início da obra, em local nobre, como importante retrato (primeira fotografia) do início do povoamento.

No segundo livro, a fotografia da incipiente vila servia para demonstrar, pejorativamente, ao lado de pinturas de indígenas em guerra contra os brancos pela posse do local, o passado de sertão de barbáries em contraposição a fotografias que demonstravam as novas ruas calçadas, os novos prédios, os automóveis, o movimentado comércio e é claro, a nova vida burguesa.

O *Álbum* de 1927 procura deixar clara as diferenças entre os períodos, sendo parâmetro não apenas da tentativa de demonstrar as características modernas e civilizadas da cidade e de seus habitantes; ele nos diz mais ainda sobre como para os rio-pretenses de então não havia limites para o processo modernizante em curso, e do qual faziam parte.

Sobre a pretensa nova imagem de Rio Preto no *Álbum*, é esclarecedora a sequência de figuras, na qual são representadas três momentos da vida local: uma da vila inicial, na qual se observa os colonizadores em lutas com indígenas ferozes, ao lado de casebres simples em meio às matas; uma segunda imagem, que demonstra a Rio Preto da época, numa cena de organização e prosperidade, já com o transporte ferroviário, é seguida de outra que mostra uma cidade do futuro, metamorfoseada em verdadeira metrópole do interior paulista.

¹⁴⁵ VARGAS, Claudia. *As várias faces da cidade* - Bento de Abreu Sampaio Vidal e a modernização de Araraquara (1908-1916). Franca: FDHSS-UNESP, 2000 (Dissertação de Mestrado). p. 83 e 84.

¹⁴⁶ CAVENAGHI, *Op. cit.*, p. 152-155.

Imagem 4 – Rio Preto do Futuro (1929).

Fonte: CAVALHEIRO, Álbum da Comarca de Rio Preto de 1929. – Cap. III – Cidade de Rio Preto. s/n.

Tais *Almanaques* eram organizados para demonstrar uma visão elitizada da cidade, valorizando suas qualidades e organizados de acordo com sua concepção de civilização. Num prazo de dez anos observa-se claramente a completa transformação da visão oficial: o que antes era exaltado agora deveria ser esquecido; mudança no discurso de uma elite que também havia se transformado.

1.4 Aparelhamento urbano e negócios privados.

A economia cafeeira permitia a acumulação de capital e esse processo efetivou-se na urbanização das cidades, local onde a elite desenvolvia seus papéis: ocupando cargos públicos e, paralelamente, tratando de seus interesses privados. Essa prática resultava em políticas orientadas para incentivo e proteção da produção de café, promoção de serviços e obras urbanas, elevando o nível das atividades econômicas e beneficiando, além da elite, outros segmentos da sociedade.

As cidades incharam doentamente durante o processo de modernização e industrialização do país, e o espaço urbano valorizado passava a ser objeto dos interesses mercadológicos da elite; nas palavras de Munford: “*a cidade, desde o princípio do século XIX, foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada.*”¹⁴⁷.

A ocupação do espaço do interior paulista despertou o interesse de investidores e dos grandes homens de negócios do país, que buscavam, junto às Câmaras Municipais, concessões e privilégios para a realização de grandes obras, mesmo que isso não significasse, na prática, a efetivação de tais empreendimentos, mas sim uma oportunidade de ganhos pela demarcação desses espaços para investimentos futuro.

¹⁴⁷ MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. p. 328.

A região de Rio Preto, por sua localização como intermediária entre as zonas de ocupação mais antiga e as terras novíssimas do oeste, foi palco de luta desses interesses desde finais do século XIX. Quem nos conta é o pesquisador Augustinho Brandi¹⁴⁸, que em estudo sobre a Câmara de Jaboticabal, relata algumas grandiosas propostas, várias das quais nunca saíram do papel, mas que indicam a importância dos negócios públicos no período.

Em sessão ordinária de 1º de maio de 1891 a Câmara de Jaboticabal analisou petição de Luiz da Rocha Holanda Cavalcanti e Thomas Teixeira de Paiva Araújo, ambos de São Paulo, na qual solicitava privilégio de exploração por 50 anos para a construção de uma estrada de ferro entre Jaboticabal e Itapura, passando por S. José do Rio Preto. O projeto foi negado em virtude da falta de dados mais consistentes e em razão de o projeto não contar com ligação com Monte Alto e Ribeirãozinho, localidades que já se incluíam em projeto anterior de ferrovia elaborado por José Carlos de Oliveira e José Aniceto de Paula Cândido, aprovado em 1º de abril de 1891¹⁴⁹.

Em junho do mesmo ano, os cidadãos Carlos de Oliveira e Paula Cândido apresentam outro projeto para implantação de uma estrada de ferro, agora ligando Ribeirãozinho a S. José do Rio Preto, em uma seqüência natural da sua proposta anterior, em que disputavam o espaço com os proponentes Holanda Cavalcante e Teixeira Araújo. Novamente, a Câmara aprova as intenções de Oliveira e Paula Cândido, tendo como justificativa o menor tempo de privilégio, 30 anos contra os 50 requeridos por Cavalcante, além dos benefícios estendidos a Monte Alto e Ribeirãozinho, já que as localidades não estavam nos planos dos investidores da capital.

Ainda em julho de 1894, a Câmara de Jaboticabal recebe mais um projeto para construção de estrada de ferro assinado pelo engenheiro Gustavo Estienrre; plano básico e superficial se comparado aos similares anteriormente propostos, pedia concessão e privilégio para uso e gozo de uma estrada de ferro que partindo de Jaboticabal atingiria os limites ocidentais do município, passando por Salto de Avandava, estendendo-se também pelo lado contrário até às divisas do Município de Ribeirão Preto, no ponto mais conveniente.

Também em Rio Preto, desde 1896 encontram-se registros de privilégios concedidos pela *Câmara*, sendo que o primeiro data de setembro daquele ano, quando foi concedida, para Augusto Cambraia, durante 60 anos, concessão para instalação de uma ferrovia ligando Boa Vista das Pedras, atual Itápolis, ao Salto de Itapura, passando por Rio Preto.

¹⁴⁸ BRANDI, *Op. cit.* Cap. 14.

¹⁴⁹ Idem, p.381-389.

Como localizada em ponto estratégico ao norte de São Paulo, Rio Preto era objeto de interesses de vários grupos, com propostas que visavam abarcar tanto as áreas em direção às linhas férreas mais antigas, das cidades de Jabotiabal, Araraquara, Barretos e Ribeirão Preto, quanto as áreas de influência do “sertão”, prolongamentos inevitáveis da ocupação desenfreada do interior pelo café, em direção sul, na localidade de Avandava, para encontrar-se com a ferrovia *Noroeste*, e ao extremo oeste, em direção ao Porto do Taboado ou à Itapura, na divisa com Mato Grosso.

Tomemos como exemplo a concessão obtida em julho de 1907, por Asdrúbal A. do Nascimento, por 40 anos, para construir uma estrada de ferro ligando Rio Preto, com bitola de um metro, até o Porto Taboado, no rio Paraná. Ou ainda o pedido de privilegio de Joaquim da Costa Penha, novamente à carga em Rio Preto, pedindo concessão de privilegio para a construção de uma linha de ferro ligando o rio Turvo ao Salto do Avandava, passando pela cidade¹⁵⁰.

Outra demonstração da importância estratégica de Rio Preto, além da disputa de vários grupos sobre as áreas de influência das ferrovias no interior paulista é a chegada da *Estrada de Ferro São Paulo – Goyas*, que chega em um município da comarca de Rio Preto, em finais da década de 1920¹⁵¹; essa ferrovia visava sair de Monte Azul, passando por Vila Olympia, Nova Granada e alcançar a Cachoeira de Marimondo ao norte, na divisa com Minas Gerais. Chegando em Nova Granada, não dá sequência em seus planos, desativando a construção, passando a cidade a ser seu ponto final.

Deve-se ressaltar que a ferrovia *Araraquarense* alcança Rio Preto em 1912, permanecendo aí até o início da década de 1930, quando segue em direção ao Taboado; de característica estatal, ao passo que objetivava servir a região, inclusive praticando uma política de tarifas de baixo preço, não incomodou nenhuma de suas concorrentes privadas com planos expansionistas, indício de que os interesses econômicos tinham uma forte base política, de uma confusão entre a coisa publica e a privada, bastante característica do período.

Os visionários aproveitadores de plantão perceberam logo em Rio Preto as vantagens de se empreender as modernas novidades da época, ou pelo menos as vantagens de possuir suas concessões e monopólios, garantindo pra si a participação nesses empreendimentos, como representante de um grupo maior e poderoso de investidores, ou se possível uma boa margem de lucros com a venda desses monopólios a terceiros.

¹⁵⁰ *O PORVIR*, nº. 200, p. 3, 21/07/1907.

¹⁵¹ *A NOTÍCIA*, nº. 1278, p. 1, 08/02/1930.

A aliança entre os investidores locais e os de âmbito nacional ou internacional¹⁵², era prática comum nesses investimentos, como pode-se apreender ao analisarmos um caso burlesco da História de Rio Preto, que foi a perda ou venda (com calote) das terras à margem esquerda do Tietê, que constituíam o distrito de Avandava, na região fronteira com o município de Bauru.

Avandava, foi a primeira localidade de Rio Preto a ser alcançada pela ferrovia, em fevereiro de 1908, com a chegada dos trilhos da *Noroeste*. No mesmo ano, é elevada a Distrito Policial com o nome de Miguel Calmon, sendo elevada a Distrito de Paz no ano seguinte, passando a ser denominada Calmon, com grande cooperação da *Câmara* rio-pretense.

Em 1910 é vendida a Bauru, fato obscuro que abre margem para discussões sobre os verdadeiros interesses levados em conta naquele processo. A explicação encontrada pelos que se ocuparam de escrever a História local está na grande distância entre as duas localidades, somando-se ao fato de que, localizada à margem esquerda do Tietê, terra infestada por indígenas cruéis, tornava difícil e penosa a cobrança dos impostos e a presença da administração, o que afugentava os candidatos ao cargo de cobrador.

Resolve-se então vender as terras a Bauru, pelo preço de *dez contos de réis*, além dos valores dos impostos atrasados, valores que Rio Preto nunca viera a receber, uma vez que a *Câmara* de Bauru considerou um mau negócio, e desfez o combinado, ficando Rio Preto sem as terras e amargurando o calote¹⁵³.

Outra versão para o acontecido é encontrada no trabalho de Nilson Ghirardello¹⁵⁴, que ao estudar a atuação de um indivíduo, cel. Manoel Bento da Cruz, como político e especulador de terras próximas às linhas da *companhia Noroeste*, refere-se ao caso da “venda” daqueles territórios de uma outra maneira.

Segundo Ghirardello, em acompanhamento à expansão dos trilhos da ferrovia, Bento da Cruz negociava terras e patrocinava a fundação de cidades, surgindo em grande parte de pontos de abastecimento e estações da empresa, que também obtinha vantagens ao obter segurança e materiais para as construções, além de poder contar com trabalhadores oriundos dos grandes contingentes populacionais que para lá afluíam.

¹⁵² Saes aponta que a presença do capital internacional era constante nesses investimentos. SAES, Flavio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira* (1850-1930). São Paulo: Hucitec, 1986. p. 144.

¹⁵³ GOMES, *Op. cit.* p. 110.

¹⁵⁴ GHIRARDELLO, *Op. cit.*, p. 112-117.

Residindo naquela região desde 1905, Bento da Cruz consegue a instalação de frades capuchinhos, que eram famosos em todo o Estado na domesticação dos indígenas, visando, além disso, a fundação de uma povoação, que acontece em 1908.

A futura estação de Penápolis consegue elevar-se a Distrito de Paz no ano seguinte, ligada porém à comarca de Rio Preto, o que não agradava em nada o grande coronel; Bento da Cruz inicia então nova demanda, agora utilizando-se dos mais variados meios, lícitos e ilícitos, em uma disputa em que nenhum dos lados demonstrava ceder, até que em dezembro de 1910, o território é anexado a Bauru.

A vitória foi importante, mas agora novo problema se opunha aos planos de Bento da Cruz, uma vez que a *Câmara* de Bauru, então sob a chefia de Vergueiro de Lorena, primeiro Promotor da comarca, se opunha aos planos de emancipação propostos, já que englobava um território imenso, que abrangia grande parte da Noroeste.

Com a demora do tramite na Assembléia Legislativa, principalmente pela intervenção sistemática dos grupos contrários, Bento da Cruz resolve atacar de outra maneira, entrando para a política de Bauru, em oposição ao grupo de Vergueiro de Lorena e do então prefeito Azarias Leite, morto em uma emboscada em 1910. Elegendo-se vereador em 1911, consegue tornar-se prefeito dois anos depois, ano em que Penápolis alcança sua emancipação política, e que o promotor Vergueiro de Lorena é “removido” para outra comarca.

O grupo ao qual Bento da Cruz estava ligado compreende grandes personalidades políticas da época, como o secretário do interior Oscar Rodrigues Alves, o deputado federal Raul Renato de Melo Cardoso, o deputado estadual Luiz de Toledo Piza Sobrinho, além do coronel Virgílio Rodrigues Alves, um grupo forte formado por integrantes das famílias do ex-presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, e os Toledo Piza, todos detentores de terras na região.

É de se impressionar a confluência de interesses entre as altas esferas do poder agindo nas municipalidades, principalmente em planos audaciosos como os de Bento da Cruz em relação à ocupação do espaço como chefe político local em Bauru, em substituição a um prefeito assassinado, justamente no início das discórdias entre ele e a *Câmara*.

Deve-se ressaltar, porém, que as atividades e os projetos de Beto da Cruz iniciaram-se anos antes da construção da ferrovia *Noroeste* e da conseqüente ocupação do território que levaria seu nome; e além disso tiveram Rio Preto como palco, de maneira muito favorável, ao contrário da versão da contenda sobre a perda dos territórios para Bauru, contada por Ghirardello:

*“Os coronéis de Rio Preto não admitiam perder tão vasta e promissora área; além disso, não queriam ver crescer politicamente Bento da Cruz, que rapidamente se tornava figura proeminente, até pela inexistência de rivais à altura”.*¹⁵⁵

Bento da Cruz aparece desde cedo como empreendedor em Rio Preto, ligado aos maiores nomes da época, como o cel Adolpho Correa e o engenheiro Ugolino Ugolini, em empreendimentos que iam desde a instalação de uma balsa a vapor sobre o rio Paraná, no Porto do Taboado¹⁵⁶, à participação, em 1904, do maior empreendimento de Rio Preto até então, a constituição da *Companhia de Melhoramentos de Rio Preto*, num manifesto que reproduzimos abaixo:

“Manifesto”¹⁵⁷

Companhia Melhoramentos do Rio Preto

Os abaixo assignados, preliminarmente associados entre si, resolveram organizar uma sociedade anônima com o título Companhia Melhoramentos do Rio Preto.

Os seus fins são: Promover o desenvolvimento do município, facilitando os meios de comunicação para dentro e fora dele, provocando o povoamento da parte inhabitada por meio de regular colonisação, determinando o aproveitamento das quedas d’água existentes na zona e creando industrias diversas e tudo quanto mais possa interessar ao commercio, lavoura e industrias locais. Assim a Companhia fará:

- 1- Uma linha regular de trollys entre esta cidade e o ponto mais conveniente de estrada de ferro.
- 2- Instalação de uma linha telefônica entre aquellos pontos citados.
- 3- O estabelecimento do serviço de passagens entre este município e o E. de Matto Grosso, sobre o rio Paraná.
- 4- Pedido de concessões e mais favores legais aos poderes competentes para abertura de novas estradas de rodagem, conservação e melhoramento das actuaes, construcção de pontes, portos, estabelecimento de invernadas, criação de nucleos coloniaes, aproveitamento de quedas d’água etc; adquirindo também aquellas que porventura tenham sido outorgadas a terceiros e que condigam com o fim principal.

Rio Preto, 23 de Novembro de 1904.

Os incorporadores:

Padre Miguel Ângelo Maria da Rosa
Francisco Crespo
Benedicto Tavares da Silva Lisboa
Adolpho Guimarães Correa
Manoel Bento da Cruz”

¹⁵⁵ GHIRARDELLO, *Op. cit.*, p. 116.

¹⁵⁶ Atas da Câmara 1903.

¹⁵⁷ O PORVIR, n°. 68, p.3, 12/12/1904.

O grupo incorporador desfez-se em 1905, mas os indícios de que os planos de Bento da Cruz eram mais antigos e maiores do que a exploração de terras à sombra da ferrovia *Noroeste* são fortes, e desde cedo contando com o apoio do grupo político dominante em Rio Preto, sob comando do cel. Adolpho, outro “investidor” de primeira hora, sempre pronto a “contribuir para o desenvolvimento local”.

E não é de se surpreender a cooperatividade da *Câmara* de Rio Preto no processo de elevação de Avandava a Distrito de Polícia e de Paz, como parte dos planos de Bento da Cruz, uma vez que o prefeito no período também era o cel. Adolpho, seu antigo sócio; além disso, percebe-se também uma certa parceria política entre esses indivíduos, no caso de Avandava; embora passasse em 1910 a pertencer a Bauru, Rio Preto indica subprefeitos para a localidade pelo menos até 1912, dentre eles Manoel Bento da Cruz.

E a presença de Bento da Cruz em Rio Preto também lança luz ao modo como era realizada, na prática, a união dos interesses locais em relação às manobras dos grandes grupos econômicos que procuravam investir em empreendimentos e obter lucros com o incrível processo de transferência populacional e de valorização de terras; constituídas em sua maioria de terras devolutas, recortadas e vendidas em várias prestações principalmente a imigrantes, eram certeza de lucro certo, e conjugavam interesses dos mais diversos, inclusive com a presença do capital internacional.

E é associado a Bento da Cruz, em uma empresa de terras que contava com grandes investimentos de capitais estrangeiros, especialmente ingleses, que encontramos um outro importante personagem da política rio-pretense, Presciliano Pinto de Oliveira, engenheiro e agrimensor, oriundo de Varginha-MG, que participa da fundação, em 1912, da “*The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company*”, que tinha como sócios majoritários, além de Pinto Oliveira, Bento da Cruz, o inglês James Mellor e o escocês Robert Clark.

Constituída inicialmente com capital de 800:000\$000, como proprietária de terras em Penápolis, reduto de Bento da Cruz, a companhia adquire posteriormente sessenta mil alqueires de terras virgens entre os ris Tietê, Aguapeí e Feio¹⁵⁸. Vendendo lotes pequenos, pagos de forma parcelada, a empresa tinha por objetivo atrair principalmente imigrantes, como nos conta Ghirardello, ao observar a sorrateira mudança de nome logo no início de suas atividades, ao qual se acrescenta a palavra “colonização”, além da distribuição de vários

¹⁵⁸ GHIRARDELLO, *Op. cit.*, p. 104.

panfletos explicativos na região Mogiana, de onde partia grande parte daquele contingente de estrangeiros em busca do sonho de terra própria¹⁵⁹.

E é a partir da fundação da empresa que o nome de Presciliano Oliveira aparece com mais frequência no meio local; não sendo possível precisar exatamente o momento em que chega na cidade, Presciliano torna-se vereador e presidente da *Câmara Municipal* em 1914, num período conturbado, em que o antigo chefe político, cel. Adolpho, após um período de forte oposição, muda-se para São Paulo, abrindo espaço para outras personalidades, que vieram a constituir o grupo dominante da política local até o final da década de 20, como os coronéis Neca Medeiros e Vitor Brito Bastos, que ao lado de Presciliano Oliveira comandaram o Diretório local do PRP, constituindo-se nos maiores nomes políticos de Rio Preto no período.

Prova disso é que Presciliano foi presidente da *Câmara* por seis anos consecutivos, de 1914 a 1919, sendo prefeito de 1920 a 1923; e como dirigente político, tratou de empreender seus negócios, como demonstra a solicitação em 1917, feita por ele e outros empreendedores, de concessão para construir uma estrada de ferro, no espigão divisor do rio São José dos Dourados e Tietê, ligando Rio Preto à Colônia Militar do Itapura, com ramal para o Salto do Avandava¹⁶⁰.

Em São José do Rio Preto, a Câmara Municipal é palco privilegiado para a apreensão da atuação da elite; debates sobre as condições, necessidades e realização de obras locais deixam transparecer os joguetes dos coronéis ao defenderem seus interesses privados. E são também frequentes na Câmara as situações em que são aceitos e negados pedidos de isenção de impostos para atividades nem sempre necessárias para a comunidade, além de episódios envolvendo políticos com empresas prestadoras de serviços.

A administração de Presciliano Oliveira seria marcada também pela tentativa de regularização do abastecimento de água de Rio Preto; é ele que assina, em 1919, o contrato com a firma *Caetano, Castellano & Cia*, dando início ao processo de modernização no tratamento de água na cidade.

O espaço urbano caracterizava-se por ser um espaço privilegiado para os investimentos dos capitais excedentes; observa-se nas cidades a existência de indivíduos e

¹⁵⁹ Para facilitar o acesso de imigrantes, o caminho era descrito em língua italiana, maior contingente estrangeiro da Mogiana no período: “*Per chi abbia la sua residenza nella Mogyana arriverà a la Noroeste deve comprare passagio pela la Estazioni di Francisco Schmidt nel ramale di Sertãozinho prendere um trolley e imbarcarsi in Pontal com biglietto per Bauru dove incomincia la Ferrovia Noroeste*”. GHIRARDELLO, Op. cit., p. 110.

¹⁶⁰ ARANTES, Op. cit., p. 112.

a formação de grupos capazes de realizar atividades empreendedoras, e que ao acumular capitais, investiam em negócios e infra-estrutura da mais variada forma¹⁶¹. Além disso, a atuação do capital no urbano abre espaços para fatores não necessariamente econômicos, como o poder, os privilégios, as hierarquias e a sociabilidade.

Essa elite é entendida aqui enquanto representante de vários papéis, como os de coronel, fazendeiro, empresário, político, capitalista, benemérito, fundador de cidades e agente modernizador. Sua atuação, fundamental para o desenvolvimento das funções urbanas, era medida pela representação desses papéis. Nas palavras de Marshall Berman:

*Com isso criará uma nova síntese histórica entre o poder público e o poder privado, simbolizada na união de Mefistófeles, o pirata e predador privado, que executa a maior parte do trabalho sujo, e Fausto, o administrador público, que concebe e dirige o trabalho como um todo. Finalmente o modelo fãustico criará um novo tipo de autoridade, derivado da capacidade do líder em satisfazer a persistente necessidade de desenvolvimento aventureiro, aberto ao infinito, sempre renovado, do homem moderno*¹⁶².

Os serviços de abastecimento de água e de fornecimento de energia elétrica, constituíram-se em dois dos maiores empreendimentos do processo de urbanização das cidades do interior paulista, e por conseqüência, atraíam a atenção de investidores e despertavam a oportunidade de lucros aos envolvidos nessas realizações. Porém, uma vez que tais serviços significavam ainda a inserção das localidades e de sua população no mundo mágico da modernidade, e que a ânsia de contar rapidamente com a eficiência dos serviços serviam como forma de pressão populacional aos políticos, acabavam por constituir-se, algumas vezes, mais em problemas a serem resolvidos do que propriamente uma forma de lucro da qual poderiam aproveitar-se com contratos que oneravam a municipalidade, como de costume.

As primeiras discussões acerca da implantação dos serviços de água em Rio Preto datam do início do século XX, quando são enviados à Câmara propostas de estudos técnicos

¹⁶¹ Sérgio Silva coloca que *O capital estrangeiro não domina inteiramente a comercialização do café e as atividades bancárias. A seu lado, desenvolvem-se os bancos e casas de exportação pertencentes à burguesia do café*. SILVA, Op. cit., p. 62.

¹⁶² BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 73.

sobre o abastecimento local, como as dos engenheiros Antônio Viotti e César Cario de Bureasco, apresentadas respectivamente em janeiro e fevereiro de 1912. No mesmo período, o jornal *O Poder Moderador* publica artigo cobrando providências dos dirigentes para a implantação do abastecimento de água¹⁶³.

Em 1915, sendo prefeito o Major Léo Lerro, fez-se a primeira instalação de água e esgoto de Rio Preto; a água era captada no córrego Borá e por bomba a vapor mandada para caixa de redistribuição, que se encontrava em terreno doado por Vitor Bastos. Quatro anos depois, a prefeitura recebeu autorização da Câmara para assinar contrato com a *Empresa de Aguas e Esgottos*, acordo que gerou desavenças a partir de 1921, quando a *empresa* pede a reforma do contrato, comprometendo-se a implantar um sistema de águas e esgotos mediante o pagamento de duzentos e noventa contos de réis, valor acima do que combinado anteriormente¹⁶⁴.

Em 23/2/1921, o então prefeito Presciliano Pinto de Oliveira convocou uma sessão extraordinária da Câmara para tratar os problemas da água e luz, para ele de grande importância para o município no momento; ao discutir o abastecimento de água, Presciliano aponta que a *empresa* que pedia reformulação do contrato havia comprometido-se a inaugurar definitivamente os serviços de água e esgoto em setembro de 1919, o que não foi cumprido.

A Câmara resolve então exigir o cumprimento pela empresa do que fora acordado, dando prazo para a execução dos melhoramentos com pena de quebra de contrato, que aconteceu em 23 de julho de 1922, em mais uma reunião extraordinária convocada por Presciliano Oliveira, quando além de rescindir definitivamente com a *Empresa de Agua e Exgotto de Rio Preto*, recebe autorização para contratar um empréstimo de um milhão e quinhentos contos de réis para resgatar dívidas antigas e consolidar a dívida flutuante. Na mesma sessão, a Câmara autoriza a abertura de concorrência para nova concessão para exploração dos serviços de água e esgoto¹⁶⁵.

Apenas dois meses depois é celebrado um contrato com a casa bancária *Caetano, Castellano & Cia*, de Rio Claro, no qual a prefeitura contraia um empréstimo de um milhão e quinhentos contos, e a empresa se responsabilizaria pelos serviços de água e esgoto, fundando a *Melhoramentos de Rio Preto Água e Esgottos AS*, também com sede em Rio Claro¹⁶⁶.

Segundo as estatísticas do *Álbum de 1927*, naquele ano a cidade já tinha 22.520 metros de rede de água e 20.000 metros de rede de esgoto, com um consumo médio diário de

¹⁶³ *O PODER MODERADOR*, nº. 4, p. 1, 30/08/1911.

¹⁶⁴ ARANTES, *Op. cit.* p. 20.

¹⁶⁵ GOMES, *Op. cit.* p. 367-368.

¹⁶⁶ CAVALHEIRO. *Album da Comarca de Rio Preto de 1929*. Cap. XIII – Parte Commercial e Industrial. s/n.

1,2 milhão de litros, ressaltando-se que a rede de água só servia metade dos prédios da cidade, com freqüentes reclamações acerca da qualidade da água, além das veementes críticas à instalação dos hidrômetros¹⁶⁷.

O outro grande negócio do período, o de energia elétrica, tem raízes antigas nos planos dos empreendedores e políticos de Rio Preto, datando ainda de finais do século XIX as primeiras propostas e ações nesse sentido, quando a vila teve conhecimento de que a Câmara havia feito uma concessão, efetivada pela Lei nº. 20 de 20 de julho de 1898, aos cidadãos Adolpho Guimarães Corrêa e Ugolino Ugolini, para explorarem durante vinte anos o salto do Avanhandava, para produção de energia elétrica. Os mesmos cidadãos recebiam ainda a concessão de um serviço de bondes entre Rio Preto e o Salto do Avanhandava. Porém, pelos dois, nenhuma proposta fora efetivada.

Em seu capítulo sobre a energia elétrica em Rio Preto, Leonardo Gomes escreve que foi com tristeza e um pouco de natural inveja que viram no jornal local “O Porvir”, de 16 de agosto de 1910, a notícia de que a cidade vizinha de Jaboticabal havia inaugurado o serviço de iluminação à eletricidade¹⁶⁸.

As notícias referentes às melhorias conseguidas pelas localidades mais próximas serviam como fator de pressão aos políticos pela implementação daquelas novidades. Segundo Robson Pereira¹⁶⁹, a “...*constante alusão às melhorias urbanas de outras localidades demonstra inequivocamente a ampliação irrestrita do processo de modernização*”.

E de fato já em 1910 também Barretos já contava com eletricidade, e assim como Jaboticabal, por empresa dirigida por um dos maiores empreendedores do interior paulista no período, Armando Salles Oliveira, que era um dos concessionários da exploração da cachoeira do Marimbondo, no Rio Grande e que também adquire os direitos de concorrência aberta pelo então prefeito cel. Adolpho, implantando também em Rio Preto o serviço de eletricidade em 1913.

Salles Oliveira constitui em São Paulo a *Empresa de Eletricidade de Rio Preto*, que de acordo com o contrato de concessão se comprometia a instalar 400 postes de ferro, com lâmpadas de 150 velas e o montante de 200 kilowates. O contrato previa também o fornecimento de energia pela usina de Marimbondo o mais rápido possível; a *empresa*, no

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ O PORVIR, 16/08/1910. Apud GOMES, *Op. cit.* p. 364-365.

¹⁶⁹ PEREIRA, Róbson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da FHDSS-UNESP. Franca: 1998.

entanto, montou num barracão um autoclave a vapor, que produzia uma voltagem baixa e despertava críticas da população que “pagava” pelo serviço mal prestado, obrigando Armando Salles a comprá-la da usina São Joaquim.

Apenas em 1928, contando com a participação de autoridades diversas, além da presença do presidente do Estado, Julio Prestes, é inaugurada a usina de Marimbondo, que regulariza o fornecimento de energia elétrica a Rio Preto, mas não de forma imediata, de modo que as críticas ao fornecimento mantinham-se constantes.

Os olhares atentos às oportunidades, na confusão entre a coisa pública e a privada, constituídos pela aliança entre investidores e políticos, ou na presença de político-investidores, como o são os indivíduos citados até o presente momento, percebiam naquele processo de transformação pelo qual passava Rio Preto uma fonte de enriquecimento fácil, que se não poderia efetivar-se de um modo rápido, com um pouco de planejamento e estratégia, aliados a operações políticas no momento certo, garantiriam futuramente ganhos consideráveis.

Emília Viotti da Costa destaca que o processo de urbanização emerge como produto da atuação e inserção dos coronéis nas cidades; o investimento em melhoramentos urbanos relacionava-se com a fixação de residência na cidade, e as atividades políticas desenvolvidas pela elite e este quadro impulsionou a urbanização dos núcleos urbanos já existentes. Em suas palavras:

“(...) à medida que os fazendeiros mudaram-se para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafês. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos”¹⁷⁰.

Nesse sentido, o espaço público possuía uma finalidade privatizada, situação que revela a incapacidade de se separar a coisa pública dos negócios privados apresentada pela sociedade brasileira; os melhoramentos urbanos, ao mesmo tempo em que atendiam as necessidades básicas da sociedade, representavam uma forma de investimento.

E é também nesse sentido que atuaram vários dos políticos e homens de negócios da época, empreendendo um processo de exploração imobiliária, ativado pela grande corrente

¹⁷⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977. p. 215.

imigratória que chegava à cidade, como o cel. Adolpho Corrêa, em loteamento de suas terras que vieram a constituir o bairro da *Vila Ercília*.

As empresas de venda de terras eram bem ativas em Rio Preto, principalmente durante a década de 1920, quando houve um alargamento no afluxo de imigrantes e em que a cidade apresenta grande crescimento populacional, pressionando o setor imobiliário pela falta de moradias. Nesse período são constantes as referências nos jornais sobre o loteamento e venda de lotes, do qual originaram-se bairros como o *Esplanada*, loteado nos anos 20 pela *Empresa Territorial Rio Preto*, muitos deles com a presença maciça de pessoas de poucas posses¹⁷¹.

Imagem 5 – Propaganda de venda de terrenos urbanos 1927.

Fonte: A NOTÍCIA, n°. 686, p. 4, 09/12/1927.

Outro exemplo que ilustra bem a sagacidade dos envolvidos nos negócios de terras à época é o cel. Vitor Brito Bastos, que promove uma série de manobras para empreender um processo de valorização de suas terras, que situadas nos limites da cidade na década de 1910, tornar-se-iam local muito valorizado ao longo da década seguinte.

A primeira ação do coronel nesse sentido foi “doar” um espaço de sua fazenda para a instalação de uma caixa d’água da *empresa* de fornecimento à época, em meados da década de 1910. A ação de benemérito era comum aos políticos coronéis de então, e o que teria sido mais um “favor” do grande político, prefeito em vários mandatos a partir de 1917 e seguramente um dos grandes chefes do PRP local dessa data até 1930, ganhou contornos contraditórios, uma vez que o doador entra com requerimento à *Câmara* em outubro de 1925,

¹⁷¹ Nas descrições do *Álbum de 1927*, a *Vila Ercília* é qualificada como um bairro pobre.

exigindo indenização por invasão de terrenos de sua propriedade, na então *Vila Redentora*, pela *Empresa de Águas e Esgotos*¹⁷².

Tais desmandos demonstram a expressiva confusão entre a coisa pública e os interesses privados, durante a chamada República Velha. O poder privado gerado nos tempos coloniais, consolidou-se durante o Império e ampliou-se com o regime republicano. Nas palavras de Maria de Lourdes Janotti, o poder privado: “*era desmesurado na Colônia, continuou a sê-lo durante o Império e a República. (...) Embora não se possa afirmar que todo fazendeiro ou todo grande comerciante era um coronel, também é impossível desvincular o coronelismo do mandonismo local. (...) a população rural continuou submetida ao poder individual.*”¹⁷³.

Ainda no intuito de valorizar suas terras, em setembro de 1922, cel. Vítor doou ao *Rio Preto Esporte Clube*, uma grande área para nela ser construída seu estádio com todas as dependências necessárias, tendo como condição, além da assiduidade dos jogos, a nomeação de Estádio Vítor Bastos com pena do terreno voltar a pertencer aos doadores¹⁷⁴.

Além disso, Vítor Bastos cedia terrenos para a instalação de parques e eventos itinerantes, que promoviam um fluxo constante de pessoas ao local; nesse sentido, permite a instalação do “*Autódromo Carlos de Campos*”, em 1927, empreendimento do italiano Romoaldo Negrelli em suas terras, no qual correram pessoas de fama nacional, tornando-se “a grande moda” de divertimento da elite local à época, e que somada às iniciativas anteriores, promoveram uma grande valorização de sua propriedade, transformada em *Vila Redentora*, loteada pela *Empresa Territorial Rio Preto*, na década de 1920.

Dentre os grandes empreendimentos de serviços, tornados necessários ao estabelecer-se o adensamento populacional na região, e de que se aproveitaram os investidores de plantão, destaca-se também a criação, por Feliciano Sales Cunha, da *Companhia de Transportes e Melhoramentos de Rio Preto*, responsável pela abertura de uma série de estradas de rodagem, assim como pela circulação de transporte rodoviário freqüente, que promoveram a ocupação e o desbastamento das áreas que não contavam com os benefícios da ferrovia, especialmente da área em direção ao Porto do Taboado, que teve durante longo período, ligação por Rio Preto apenas sob os serviços das estradas e jardineiras de Feliciano Cunha.

¹⁷² ARANTES, *Op. cit.* p. 20.

¹⁷³ JANOTTI, *Op. cit.*, p. 39.

¹⁷⁴ GOMES, *Op. cit.* p. 177-178.

Dedicando-se aos mais variados negócios em Descalvado, Torrinha e Taquaritinga, Salles Cunha mudou-se para Mirassol, então pertencente à comarca de Rio Preto, em 1914 dedicando-se ao comércio e fundando a *Empresa de Transportes Mirassol Ltda*, que em 1924, num empreendimento de grandes proporções é transformada em *Companhia de Transportes e Melhoramentos de Rio Preto*, aliado ao cel. João Braga¹⁷⁵.

A Companhia organizara-se com capital de 2.500:000\$000 divididos em 12.500 ações de 200\$000 cada uma, montante que foi integralmente realizado em poucos dias, um verdadeiro sucesso, sendo que dentre os seus acionistas, além dos fundadores, encontram-se elementos da elite local como o *syrio* Nagib Gabriel e os políticos do Diretório Cenobelino de Barros Serra e Presciliano Pinto de Oliveira.

A atuação econômica dos políticos à época, à mesma maneira dos empreendimentos de vulto, em grande medida apoiados nas necessidades coletivas desencadeadas pelo intenso processo de concentração populacional, também aconteciam de forma localizada, em empresas de menor ganho, mas que também contavam com a tradicional confusão entre a coisa pública e a privada, e que merecem destaque no que toca ao entendimento das estratégias, bem como da amplitude do uso da máquina pública para fins privados.

Tomemos como exemplo, a *Empreza Cinematográfica Éden Parque*, que nos anos 20 foi alvo de conflitos entre os políticos locais, que por seus movimentos deixam revelar as artimanhas de que se utilizavam os donos da política à época.

De propriedade de Paschoal Bevilacqua, iniciou suas atividades em 1912 e logo tornou-se um dos locais preferidos da elite rio-pretense, que freqüentava seu bem decorado botequim e assistia aos filmes da *Paramont Filmes*, *Universal*, *Metro Golding Meyer*, *First National Pictures*, além de divertir-se no grande rinque de patinação, muito concorrido em fins da década.

Em junho de 1919, o ex-prefeito e então vereador Major Léo Lerro propõe e consegue aprovar na Câmara, pela Lei nº. 362, a isenção de impostos à *Empreza Éden Parque*, empresa que é adquirida por Lerro em 1921, que posteriormente entra com pedido à Câmara para extensão da isenção de impostos concedida à empresa para terceiros, arrendatários ou adquirentes, por 15 anos, no que foi prontamente atendido, uma vez que logo no dia seguinte, 2 de junho, o então prefeito cel. Neca Medeiros assina a Lei nº. 12, mantendo os privilégios para o Major, além de estendê-los a terceiros. Dias depois, o *Éden Parque* foi

¹⁷⁵ A NOTÍCIA, nº. 26, p. 4, 04/01/1925.

vendido a Gaudêncio Maia, que comprou a *empresa* com a isenção garantida, numa hábil ação de Léo Lerro¹⁷⁶.

Porém, em julho de 1926, por iniciativa do vereador Nelson da Veiga, a *Câmara* revogou as isenções de 1919 e 1921, o que coloca o empreendimento de Gaudêncio Maia em perigo. O fato é que ele havia adquirido também o periódico *O Município*, concorrente do *A Notícia*, de propriedade de Veiga, jornais que empreenderão uma verdadeira batalha por meio de seus editoriais em fins da década de 20, defendendo os dois grupos políticos em disputa no período: o dos chefes do Diretório local do PRP, Presciliano Pinto e cel. Vitor Brito Bastos, que tinha na linha de frente os editoriais do *O Município*, e o de Alceu de Assis, prefeito em 1926, grupo de oposição de que fazia parte Nelson da Veiga.

A salvação do negócio de Galdêncio Maia foi a emenda do cel. Vitor Bastos, que deixava isenta de impostos apenas a tipografia do *Éden Parque*, isso enquanto fosse o *O Município* o órgão oficial, publicando os atos da Câmara e do prefeito. Fato curioso, que demonstra a perseguição política ao *Éden Parque*, é que no mesmo período em que foram cassados os seus antigos privilégios, foi concedida a isenção de impostos por dez anos a José Maria de Oliveira Casaca para a instalação de um parque de diversões no bairro da Boa Vista¹⁷⁷.

Como pode-se perceber, a atuação direta na *Câmara* poderia garantir boas jogadas de investimentos, fazendo-se necessária ao menos a “proteção” de um vereador ao estabelecimentos de vantagens que permitissem investir com bom retorno, quando se tratava de indivíduos de menor peso político.

Exemplo disso é o caso mal sucedido de João de Campos, que pede concessão para uma empresa funerária em março de 1925, para concorrer com a existente, acompanhado, três meses depois, por um abaixo assinado com 60 assinaturas em reclamação contra os serviços da empresa contratada pela Câmara, reforçado ainda pelo parecer do vereador Ângelo Joaquim Correa, que alegava descontentamento geral da população.

As críticas e o parecer foram duramente contestados por Nelson da Veiga, que deixa registrada também, segundo ele, uma tentativa de corrupção por parte de João de Campos, que o havia procurado anteriormente no sentido de consultá-lo sobre a transferência dos direitos da empresa funerária para terceiros; tempos depois, novamente o cidadão voltava a abordá-lo com uma proposta indigna: patrocinar, na condição de vereador, uma proposta

¹⁷⁶ ARANTES, *Op. cit.*, p. 103.

¹⁷⁷ O MUNICÍPIO, nº. 825, p. 4, 31/07/1926.

idêntica¹⁷⁸, manobra pela qual se entende as ações de João de Campos, que fora dono da primeira empresa funerária e havia vendido o empreendimento, com os referidos direitos, e naquele momento, provavelmente depois de organizar o tal abaixo assinado, procurava licença para concorrer com o ex-sócio, e para tal tentava também o apoio de alguém do legislativo.

A modernização local fazia parte de um processo mais amplo que atingia todo o Estado, e estava diretamente ligada à inserção de São Paulo no contexto econômico internacional, tendo por base a expansão da economia cafeeira. A modernização, que era um processo em curso, e do qual faziam parte uma série de conceitos sobre reformas urbanas como higiene e sanitarismo, abastecimento, trânsito, etc, foi exaustivamente manipulada pelos políticos locais para obter dividendos políticos e econômicos, com uma percepção muito própria do que consistia a “coisa pública”.

Deve-se ressaltar, porém, que os envolvidos nesse frenético processo de transformações não percebiam essas mudanças de forma generalizada, estando para a grande maioria bem distantes dos planos dos formuladores e empreendedores da modernidade local.

Elaborada pela elite e para a elite, a grande maioria da população de Rio Preto à época não usufrui das benesses dos melhoramentos, e participam de uma maneira bem peculiar do processo de modernização, fato que demonstra as contradições inerentes ao conceito, assunto que passaremos a discutir.

1.5 Traços da exclusão: ambigüidades da modernização local.

Invasa por um fluxo gigantesco de indivíduos que buscavam fazer a vida sob o verdadeiro turbilhão de transformações promovidos pela economia cafeeira, em compasso com as imposições das diretrizes impostas pela elite, Rio Preto apresenta nas primeiras décadas do século XX uma série de conflitos urbanos decorrente das desigualdades inerentes àquele processo.

A grande maioria dos que chegavam era constituída de trabalhadores pobres, fazendo com que a questão social surgisse como assunto a ser resolvido pelos administradores, em consonância com os projetos “modernizantes” elaborados por eles, nos quais não cabia de maneira alguma a presença de mendigos, sem teto, ladrões, prostitutas, e todo o tipo de excluídos que faziam parte da cidade.

¹⁷⁸ ARANTES, *Op. cit.*, p. 128-129.

No entanto, a Rio Preto da época demonstrava similaridade aos processos vividos por suas pares, observando o aparecimento de bairros onde localizavam-se majoritariamente pessoas pobres¹⁷⁹, bem como apresentando o trabalho desenvolvido pela assistência social, que a partir da transformação das esposas cristãs, ligadas à igreja, constitui-se em *Associação das damas de caridade*, e adotando o estatuto da Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo, de São Paulo, tinha em 1923 D. Izolina Bastos Cruz, esposa do chefe político cel. Vitor Bastos, como primeira secretária. O objetivo da instituição era trabalhar para os pobres, visitando-os semanalmente¹⁸⁰.

Além disso, no acesso à educação, uma das principais preocupações dos dirigentes políticos do período, a desigualdade era patente, uma vez que a falta de escolas, aliada ao processo constante de chegada de novos indivíduos, fazia com que o benefício fosse sentido apenas pelos filhos da elite, e o analfabetismo atingisse a imensa maioria da população, constituída em grande parte por estrangeiros¹⁸¹.

O grande perigo das doenças e epidemias¹⁸², que poderiam deixar os círculos restritos às classes populares e atacar os membros da elite local, como vimos anteriormente aterrorizava os administradores locais, fazendo com que surgissem asilos, sanatórios, e hospitais, além de outras medidas de controle populacional, sob argumentos sanitários.

Assim, as autoridades procuravam resolver a questão controlando a circulação dos mendigos na urbe, utilizando sempre em seus discursos argumentos relacionados a algum mal ou doença infecciosa inerente a esse grupo, e tinham por objetivo “cuidar” ou “segregar” os infectados do resto da população, como demonstrado em projeto aprovado pela *Câmara*, de autoria de Nelson da Veiga¹⁸³:

“Art. 1º. – Fica proibido, a partir de 1º. De janeiro de 1927, a mendicância, nesse município, às pessoas conhecidas de atacadas de lepra. Art. 2º. – Fica igualmente proibida, a localização de leprosos deste município, no perímetro urbano, no das povoações e à margem das estradas de rodagem e também fica proibida a localização em qualquer ponto deste município, de leprosos, de outras procedências. Parágrafo ÚNICO – para cumprimento do disposto no artigo supra isto e para a localização dos morphecos de outros municípios, fica o sr. Dr. Prefeito

¹⁷⁹ Como eram os casos do bairro “Bate Panela”, surgido em meados da década de 1910 e da Vila Ercília, loteado na década de 1920.

¹⁸⁰ GOMES, *op. cit.*, p. 180. Também exemplo da “preocupação” da elite com os pobres, é o surgimento da “*Creche Asylo de Rio Preto*”; em 1918, a creche contava com 680 crianças matriculadas, sendo que 60 delas eram órfãs. ARANTES, *Op. cit.* p. 85.

¹⁸¹ Exemplo disso é a estatística apresentada no *Álbum de 1929*, que para uma população de quatorze mil crianças em idade escolar, apenas 2.722 eram alfabetizadas. CAVALHEIRO. *Álbum da Comarca de Rio Preto de 1929*. Cap. X – Instrução Pública de Rio Preto. s/n.

¹⁸² Como a epidemia de febre amarela que dizimou as povoações de Itapirema e Monte Belo na década de 1920.

¹⁸³ CAMPOS, *Op. cit.* p. 114.

Municipal a aplicar medidas que julgar necessárias e entrar em entendimento com a Delegacia Regional de Policia e Sociedade Beneficente de Rio Preto. Art. 3º. – Os leprosos indigentes, actualmente residentes neste município, terão asylo obrigatório e gratuito, a cargo da Sociedade Beneficente de Rio Preto, recentemente fundada nesta cidade.”

Munida do *Código de Posturas*, a prefeitura tentou eliminar das ruas e das habitações elementos ou comportamentos “inconvenientes”: fossem vendedores ambulantes ou fixos, fossem animais soltos e sem proprietários pelas ruas, fossem as casas destituídas de princípios higiênicos, fossem ainda os bêbados, gatunos e malandros, freqüentadores dos botequins, que representavam sinais do atraso que rondava a progressista Rio Preto.

A formulação de uma política urbana com o objetivo de embelezar e sanear a cidade, resultou no surgimento de graves problemas sociais, uma vez que ocorreu concomitante ao aumento populacional ocasionado pelas migrações do período, e teve como resultado a escassez de moradias para as populações que chegavam, ainda mais pela adequação das construções aos parâmetros impostos pelo *Código de Posturas*, que no mínimo aumentavam os valores a serem investidos na elevação de edifícios, gastos que nem todos poderiam dispor.

E a fiscalização era feita pela municipalidade, em visitas às obras e permissões emitidas pelo engenheiro responsável, sendo freqüentes os avisos às multas referentes aos provavelmente vários desvios de conduta dos proprietários e locatários.

“Posto de Hygiene - Casas Vagas - Em cumprimento aos art. 399, 401 e 402 do Código Sanitário, os proprietários de casas que vagarem, ou de construção nova, são obrigados a enviar ao Posto de Hygiene as respectivas chaves, para que esses prédios sejam inspeccionados e recebem o necessário HABITE-SE, sob pena de multa de 50\$000 a 200\$000 applicaveis ao locador e ao locatário. Rio Preto, 20 de janeiro de 1927. Dr Espiridião Queiroz Lima – Médico-chefe do Posto de Hygiene.” (O MUNICÍPIO, nº. 965, p. 4, 20/01/1927).

Desse modo, sem dinheiro para adequar-se às *Posturas*, e sendo obrigada a disputar a peso de ouro as moradias existentes, devido ao alto preço dos aluguéis, a população pobre de Rio Preto sentia na pele as contradições evidenciadas pelas desigualdades da época. Nesse sentido, é interessante a crônica publicada no álbum de 1927, reproduzida abaixo, que remete-nos, ainda que de maneira engraçada, ao grave problema de moradia na cidade:

“Depois da cadeira eletrica ou do “rabo de tatu”, não conheço maior supplicio do que morar em Rio Preto em casas aluguel. É preciso que o cidadão tenha nervos de borracha, paciência de defunto e sangue de barata, para que resista a tal

tormento, sem ficar louco ou morrer de susto em cada 30 dias. Os proprietários com o seu proverbial desmazelo, só têm pelo inquilino duas preocupações: ou cobrar-lhe o aluguel, ou quebrar-lhe a cara a falta do pagamento.”. (ALBUM DA COMARCA DE 1929, s/p).

Imagem 6 – Propaganda empresas construtoras - 1927.

Fonte: O MUNICÍPIO, nº. 1083, p. 2, 17/06/1927.

Imagem 7 – Propaganda de casas de aluguel - 1927.

Fonte: O MUNICÍPIO, nº. 1063, p. 4, 24/05/1927.

Ao mesmo tempo em que alimentava o imaginário de ilustres visitantes e membros da elite cafeeira, a cidade ameaçava romper a *ordem* e o *progresso* ao traduzir-se em cenário de conflitos, acidentes, mendicância e prostituição, desmistificando assim a *cidade ideal* feita de belas praças e edifícios comemorados pela imprensa.

No momento da reforma urbana, os pobres certamente representavam um incômodo à nova realidade sócio-espacial que os segmentos dominantes desejavam construir. A situação de exclusão, embora provocasse constrangimento e drama de consciência em muitas pessoas, trazia à tona a questão de a pobreza ser mais visualizada. Tal situação é apontada por Berman ao analisar o poema de Baudelaire: “*O problema não é que eles sejam famintos ou pedintes. O problema é que eles simplesmente não irão embora. Eles querem um lugar sob a luz.*”⁴⁰¹.

Os Códigos de Posturas, na tentativa de organizar a vida urbana da cidade, impunham uma série de medidas *civilizatórias* aos moradores; no entanto, as ambigüidades inerentes ao processo de modernização transformavam os sentidos das posturas e comportamentos, uma vez que cada veto, cada atenuação de comportamentos *imorais* pelas autoridades e pelos próprios habitantes coexistia com seu oposto, ou seja, a ausência de *civilidade* e *polidez*:

“**Para o bem e a moral desta cidade** - Por este jornal já se fez sentir a quem de direito a necessidade de uma policia de costumes, quando denunciávamos o mercado de cocaína nos lupanares deste cidade. (...) Aqui não há policia de costumes ao que parece, pois, se houvesse, ahí não estariam, de mistura com residências familiares, e como uma affronta aos brios da sociedade sã, riopretense, os bordéis insolentes, desafiando a fiscalização competente.” (O MUNICÍPIO, nº. 800, p. 1, 01/07/1926)

“**Agressão a Bala** – Ante-ontem à noite registrou-se uma estúpida agressão nesta cidade de que resultou a morte de um commerciante aqui estabelecido. Às 20 horas o sr. Aud Chami, comerciante à rua B. de Campos, n.4, achava-se sentado á porta de seu estabelecimento quando foi aggredido a tiro por pessoa desconhecida, recebendo uma bala que o prostou por terra. A policia tomou conhecimento da grave ocorrência e está empenhada na descoberta do agressor”. (O MUNICÍPIO, nº. 999, p. 1, 06/03/1927).

⁴⁰¹ BERMAN, *Op. cit.*, p. 148.

Em consequência da situação desencadeada pela administração da elite, que com os negócios inescrupulosos e altamente rentáveis aos bolsos dos coronéis, provocavam os difíceis períodos de carestia e de empobrecimento da maior parte da população do país, os populares manifestavam-se em greves e movimentos, além de constituírem grupos de proteção, como são exemplos a *Liga Operária*, fundada em 1911 por um grupo de trabalhadores liderados pelo professor José Palma e pelo operário Paulo Bongiorno, de inspiração socialista e o *Centro Operário de Rio Preto*, fundado em 1922 com claros propósitos políticos, uma vez que a fundação se deu em um “jantar dançante” promovido por Nicolau Lerro, filho do ex-prefeito Major Léo Lerro.

Era visível nesse período a presença e a atuação da classe operária em Rio Preto, estando presentes na chegada da Estrada de Ferro - EFA, em junho de 1912, como nos conta *O Poder moderador*: “(...) à tarde partiu da casa do senhor Bongiorno a comissão da Liga Operária, que acompanhada de banda musical uniu-se a considerável massa popular seguindo para a estação para aguardar a chegada do trem”⁴⁰².

Além disso, protegidos por políticos com aspirações eleitoreiras, e organizados na elaboração de seus propósitos, os populares empreendiam uma luta na tentativa de um “lugar ao sol” na sociedade do capital, controlada pela elite. Nesse sentido insere-se o movimento conhecido como *Tenentismo*, que de âmbito nacional, surgido em oposição ao controle econômico e político exercido pelos coronéis, teve também em Rio Preto seus reflexos, ao conseguir apoio do *Tiro de Guerra* local, quando seu presidente, Dr. Raimundo Barbosa Lima, e o instrutor, o 2º. Sargento Manoel Pereira aderiram ao movimento, compactuando com as tropas do tenente Cabanas, que passara na região em busca da internação no Mato Grosso.

O episódio da revolta Tenentista de 1924, como sabido, denota já naquela época a revolta de grupos da sociedade contra os desmandos coronelísticos, que viriam culminar no golpe empreendido pelas oposições sob o comando de Vargas em 1930.

Porém, no âmbito local, demonstrou também a faceta da relação entre a elite do período e seus opositores, uma vez que para combater os revoltosos, os coronéis de então não pouparam esforços; sendo liderados pelo futuro prefeito Cenobelino de Barros Serra, e com as contas pagas pela prefeitura, motivo de várias discórdias posteriores, polícia e jagunços enfrentaram o movimento, que já apossara-se da vizinha Mirassol e dirigia-se a Rio Preto, empurrando-os em retorno ao Mato Grosso.

⁴⁰² O PODER MODERADOR, n.º. 33, p. 2, 28/01/1912.

E mais, aproveitando-se do estado de sítio imposto pelo governo, os “donos do poder” à época empreenderam uma dura perseguição aos seus opositores, como fica claro no episódio do empastelamento do jornal *Diário de Rio Preto*, de propriedade do comerciante Alfredo Freitas Pimentel, que constituía-se em periódico de oposição ao grupo político dominante, sob direção do advogado Luiz Américo de Freitas.

Na noite de 5/8/1924, capangas, protegidos por 50 policiais da força pública vindos de São Paulo especialmente para isso, invadiram a redação e as oficinas do jornal e empastelaram a tipografia, posteriormente ateando fogo no prédio. O crime fora encomendado pelos políticos e os mais altos membros da magistratura rio-pretense⁴⁰³.

Restava ao povo a tentativa de viver o “sonho” capitalista, sem chances, porém, no esquema arquitetado pelas elites do período. Sem ninguém que por eles lutassem, estiveram sempre a mercê das inconstâncias e contradições do processo em curso, e ainda que às vezes encontrassem apoio em suas demandas, constituíam-se sempre no ponto fraco de uma corda que os ligava diretamente aos grupos dominantes, num Estado visivelmente impregnado de acordos e jogadas que privilegiavam os últimos em detrimento dos primeiros.

Exemplo dessa lógica é a grande demanda ocorrida em Rio Preto nas primeiras décadas do século XX, que discutia a posse de uma imensa fazenda com cerca de três mil alqueires situada nos arredores da cidade, conhecida como *Fazenda Macacos*, de propriedade de tradicional família de Rio Preto, de descendentes do fundador.

Durante muito tempo alvo de grileiros que vendiam parcelas da fazenda por meio de documentos falsos, principalmente a imigrantes, a demanda teve início em 1917, quando os proprietários requerem a reintegração de posse das terras. A negativa sob sentença, do então juiz da comarca, Dr. Lafayette, deu início à demanda que se tornou famosa e em que atuaram advogados de renome de Rio Preto e da capital.

A demanda arrastou-se durante sete anos, até que a Câmara de Agravos do Tribunal Supremo reintegrou a posse do imóvel aos sucessores, iniciando então o período de despejo daqueles que haviam ocupado as terras da fazenda, medida que contou com abusos e crimes por parte da polícia. Sobre esse processo em editorial do “*A Notícia*”, de 14/12/1924, o redator Nelson da Veiga comenta a agressividade e os excessos praticados pela polícia⁴⁰⁴:

“Está sendo feito despejo da “Fazenda Macacos” – dada a importância da causa, a quantidade elevada de cafeeiros, o valor extraordinário das pequenas propriedades agrícolas e o número considerável de sitiantes, na sua quasi

⁴⁰³ CAVALHEIRO, *Álbum da Comarca de 1929*, Capítulo VIII – Imprensa. s/n.

⁴⁰⁴ GOMES, *Op. cit.*, p. 111.

totalidade estrangeiros, tem o processo despertado grande curiosidade, tanto nesta comarca, como também na capital do estado, occupando-se della importantes órgãos da imprensa paulista (...) Regra geral o despejo é uma medida judicial violenta e irritante, mórmente no caso em questão, considerando-se o valor das propriedades e o longo tempo que no immóvel estiveram os despejdos (...) levando em conta isso, devia a polícia ter um pouco mais de caridade e tolerancia para com os infelizes despejados.”

É importante ressaltar que a crítica de Nelson da Veiga dirigia-se especificamente à polícia, que cometera os abusos em “contrariedade” às ordens expressas do juiz, bem como também “exime de culpa” a poderosa e tradicional família donas das terras, que apesar da reintegração de posse requerida na justiça, “nada tinha a ver” com a violência praticada pelos soldados. Complementando a mesma nota, escrevia Nelson da Veiga:

“Justiça seja feita, segundo informação que, com segurança obtivemos, a attitude da família proprietária do immóvel tem sido correta, não se dando o mesmo em relação a parte da força policial que para lá foi (...) “Em desobediência às ordens terminantes do Dr. Juiz de direito, que aconselhou a maior calma e a possível tolerância, a policia tem praticado verdadeiro saque em diversas casas e espancado a mais de um dos proprietários.”

Deste modo, muito embora vários tenham conseguido um lugar estável no grande leque de oportunidades verificados no processo de desenvolvimento rio-pretense, fica claro que o “lugar ao sol” não era para todos; caracterizada pela exclusão, a modernização local aconteceu “de cima para baixo”, concebida por uma elite ávida em lucrar naquele processo, em que atuaram diversos interesses em conflito, e que teve como vencedores sujeitos que souberam articular suas estratégias às transformações do período.

Àqueles que souberam articular suas ações às intensas transformações por que passou Rio Preto à época, inserindo-se efetivamente nos grupos de poder local, será dedicado o próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 TRANSFORMAÇÃO DA ELITE RIO-PRETENSE.

O objetivo deste capítulo foi demonstrar a transformação da elite local a longo do tempo, e para tal, é necessário, de início, tecermos algumas considerações acerca do termo *elite*, e, conseqüentemente, sobre quem compõe a *elite*? Segundo Heinz⁴⁰⁵, embora não se admita que não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza, trata-se de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o “*topo*” de “*estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos*”. Em suas palavras:

Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações”.

O termo *elite* difundiu-se a partir da década de 1930, por meio das teorias sociológicas das elites, principalmente aquelas dos autores do final do século XIX e início do XX, tidos como os ‘pais’ da *Teoria das Elites*, os italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, além do alemão Robert Michels⁴⁰⁶.

Segundo a noção de *elite* de Pareto, haveria em todas as esferas, em todas as áreas de ação humana, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons e por suas qualidades superiores⁴⁰⁷; tais indivíduos comporiam uma minoria do restante da população - uma elite. A esse estrato superior Pareto aplicava ainda uma segunda divisão: a de elite governante e elite não-governante⁴⁰⁸.

Para explicar o equilíbrio e a longevidade do corpo social, Pareto desenvolveu o conceito de ‘circulação das elites’, através do qual procura mostrar a contínua renovação das elites ao longo do tempo, por meio da periódica inserção de elementos novos em seu seio. Conforme explica Barnabé:

⁴⁰⁵ HEINZ, Flavio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 7.

⁴⁰⁶ Sobre as teorias clássicas da elite, consultamos especialmente GRZYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999; KELLER, Suzane. *O Destino das Elites*. Trad. Luís Cláudio de Castro. Rio de Janeiro: FORENSE, 1967; BARNABÉ, Israel Roberto. *Elite, classe social e poder local*. **Estudos de Sociologia**, v. 4, no. 7, 1999; MEDEIROS, Marcelo. *As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos*. **TEXTOS PARA DISCUSSÃO/IPEA Nº. 998**, Brasília, nov. 2003.

⁴⁰⁷ KELLER, *Op. cit.*, p. 21.

⁴⁰⁸ BARNABÉ, *Op. cit.*, p.2.

“O rompimento desta circulação causaria a degeneração da elite, ou seja, o acúmulo nas elites de elementos de qualidade inferior e, abaixo delas, nas camadas inferiores, um acúmulo de indivíduos de traço superior - um quadro de crise propício à derrubada violenta da elite governante, à sua substituição por via de uma revolução”⁴⁰⁹.

Atacando veementemente a concepção marxista de classes sociais, Pareto reconhece a luta pelo poder em todas as sociedades, mas tais conflitos representariam uma luta entre elites e não entre classes; para Medeiros, “(...) Pareto rejeita o uso de classes capitalistas e trabalhadoras por julgar haver uma diversidade de interesses muito grande no grupo dos capitalistas, além de, muitas vezes, trabalhadores e capitalistas possuírem interesses comuns”⁴¹⁰.

Assim como Pareto, Gaetano Mosca também dirigiu sua obra como uma refutação efetiva do marxismo, em particular contra a utopia de uma sociedade sem classes, sem exploradores e explorados, relacionando a noção de elite ao conceito de ‘*classe política*’. Segundo Mosca, existiria em todas as sociedades, duas classes de pessoas: uma classe que dirige - menos numerosa, que exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, e outra que é dirigida - mais numerosa que é controlada pela primeira.

O que distinguia a minoria da maioria, conferindo-lhe o poder de dirigir, era, principalmente, a organização. Organizada, coordenada, ela se impunha a uma maioria atomizada, desarticulada. Além disso, a minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante⁴¹¹.

Menos famoso que seus colegas italianos, porém não menos importante, Michels⁴¹² dedica-se à análise da democracia; segundo o autor, esse modelo exige uma organização que, por sua vez, conduz de modo necessário para a oligarquia. Os homens designados em princípio para servir aos interesses da coletividade, rapidamente desenvolvem interesses próprios, opostos à dita coletividade. O autor afirma ainda que “... a organização é

⁴⁰⁹ BARNABÉ, *Op. cit.*, p. 3.

⁴¹⁰ MEDEIROS, *Op. cit.*, p. 13.

⁴¹¹ KELLER, *Op. cit.*, p. 21.

⁴¹² Sobre a relação de Michels com os pais da teoria das elites ver GRYNSZPAN, *Op. cit.*, p. 33.

a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam”⁴¹³.

Ao determo-nos mesmo que rapidamente e de forma geral à definição do conceito de elite dos “fundadores” da *Teoria das Elites*, quais sejam a ‘elite’ de Pareto, a ‘classe política’ de Mosca e os ‘líderes organizados’ de Michels, podemos perceber que todos estão de acordo no que se refere à idéia de que haveria, em todas as sociedades, um grupo de indivíduos que, por razões específicas, se destacariam da massa, formando uma elite e tomando as grandes decisões sociais. Desde os trabalhos citados, a noção de *elite* manteve-se presente nos debates relativos às hierarquias sociais, ao poder ou à representação política.

No entanto, ao trabalharem com o conceito de elite, Pareto, Mosca e Michels direcionam seus trabalhos contra o marxismo, refutando o conceito de classe social e conseqüentemente a idéia de luta de classes. Nesse sentido, pregando a existência eterna de uma *elite*, negam as possibilidades de mudança ou alteração da ordem capitalista, além de ignorarem os conflitos advindos das relações sociais capitalistas, principalmente os conflitos entre classes. Sobre esse ponto de vista, escreve Barnabé⁴¹⁴:

Esta crítica ao marxismo impossibilita que os autores vislumbrem alguma possibilidade de mudança significativa na sociedade capitalista, ou seja, ao insistir na existência eterna de uma elite governante, os autores não conseguem perceber os nexos que ligam as elites com os interesses do capital (da classe dominante de uma maneira geral), perdendo de vista os conflitos sociais de classe que permeiam o capitalismo e que poderiam levar a uma transformação mais profunda.

Talvez por esses motivos, ou ainda pela sua possível utilização ideológica, contraria principalmente à ideologia marxista hegemônica entre os historiadores de meados do século passado, a *Teoria das Elites* ou mesmo os estudos sobre as elites estiveram em eclipse, ressurgindo com força nos anos 1970, de modo renovado.

Charle⁴¹⁵ ressalta que os estudos das elites ressurgiram com a crise do marxismo e o declínio da história quantitativa e estrutural dos *Annales*, a partir de meados dos anos 1970, quando, segundo o autor, assiste-se a uma dissociação entre a história econômica e a história

⁴¹³ BARNABÉ, *Op. cit.*, p.4.

⁴¹⁴ Idem, p. 8.

⁴¹⁵ CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ (org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 19.

social. Nesse sentido, os historiadores teriam abandonado as pretensões globalizantes, conformando-se em estudar a sociedade em “*grupos*” ou “*elites*”. Em suas palavras:

*A automização da história social leva os historiadores a renunciar a tratar a globalidade do social e a se limitar a uma história social segmentada em grupos sócioprofissionais ou em “elites”; às teses regionais da era Labrousse, sucederam-se as teses sobre os diferentes meios sociais: os médicos, os professores, os operários, a greve, os grevistas, os oficiais, etc*⁴¹⁶.

Também Heinz apresenta a retomada dos estudos sobre elites como instrumental de pesquisa, cujo benefício seria evitar a rigidez das análises fundamentadas nas relações sociais de produção, que não dariam mais conta de traduzir a sociedade contemporânea. Conforme o autor:

*“... um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõe de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção.”*⁴¹⁷.

Desse modo, ainda segundo Heinz, a apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria dar conta, *através de uma microanálise dos grupos sociais*, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social. Em suas palavras, “... *trata-se de compreender, através da análise mais “fina” dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade*”⁴¹⁸.

O enfoque metodológico preferencial desta abordagem, que colocou as elites novamente no centro de interesses da comunidade dos historiadores, é o da “*Prosopografia*” ou das “*biografias coletivas*”, método que, segundo Charle, muito se desenvolveu nos últimos 40 anos em história moderna e contemporânea. Segundo o autor, o princípio de funcionamento é bastante simples: “... *definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e*

⁴¹⁶ Idem, p. 19.

⁴¹⁷ HEINZ, *Op. cit.*, p.8.

⁴¹⁸ Idem, p. 8.

variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise”⁴¹⁹.

Ainda segundo o autor, a multiplicação dos trabalhos de história contemporânea ou de sociologia histórica utilizando o método prosopográfico obedece a razões intelectuais e técnicas próprias dos últimos 30 anos, ressaltando o declínio dos métodos estatísticos globais e da influência intelectual do marxismo, “*que privilegiavam as classes sociais de grandes contingentes (operariado, camponeses, burguesia)*”, e “*o cuidado, próprio de sociedades cada vez mais fundadas sobre o indivíduo, de se aproximar da experiência individual e da diversidade das trajetórias sociais*”, fatores que segundo o autor teriam “*conduzido os historiadores dos períodos recentes a praticar a micro-história social, que implicava ter como método privilegiado a prosopografia ou a biografia coletiva*”⁴²⁰.

Heinz explica que a prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar “*as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico*”. Nesse sentido, o autor afirma a importância das biografias coletivas na elaboração de perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou qualquer outra coletividade histórica, “*... dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos.*”⁴²¹.

Portanto, para o estudo ora proposto, entendemos que a concepção pluralista do conceito de elites deve ser levada em consideração, principalmente como ferramenta de pesquisa, ao considerar os diversos grupos de influência local, procurando apreender as transformações e permanências mais ou menos conflituosas nas relações entre esses grupos e as instâncias de controle do poder.

Mas a questão ainda continuava aberta: quais seriam as elites ou coletividades a serem consideradas fundamentais em nosso objetivo, que era apreender a transformação na elite de Rio Preto? Os estudos sobre as elites, principalmente referentes às cidades do interior paulista, nos quais procuramos nos apoiar, detêm-se ao aspecto político, tendo como foco o estudo dos membros dos poderes legislativo e executivo; a partir de pesquisas

⁴¹⁹ CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, F. m. (org). *Por outra história das elites*. 2006, p. 41.

⁴²⁰ Idem, p. 44.

⁴²¹ HEINZ, *Op. cit.*, p. 9.

prosopográficas, procuram demonstrar a passagem do coronelismo para o populismo e a progressiva entrada de novos elementos na “*elite*” política⁴²².

Mas apenas a “*elite*” política, ou seja, prefeitos e vereadores, dariam base a uma análise efetiva do poder local? Não em nossa perspectiva, que semelhante ao proposto por Barnabé, buscando-se uma análise mais ampla sobre o poder local, define a ‘elite política’ não apenas como a somatória de vereadores e prefeitos de um município, mas também formada “... *por um conjunto de indivíduos com poder econômico, político e ideológico que, influenciando de forma direta ou indireta o exercício do poder e unidos por interesses comuns, apesar de eventuais contradições entre si, formam um grupo coeso, trabalhando basicamente pelo mesmo interesse, qual seja: o controle do poder local.*”⁴²³.

Portanto, para os objetivos do presente capítulo, optamos por tentar apreender, para todo o período proposto, e levando em conta as grandes transformações verificadas por Rio Preto à época, as elites políticas eletivas – prefeitos e vereadores –, mas também os grupos de poder econômico, de representação de classes e de nacionalidade⁴²⁴, etc.

O caminho seguinte seria a análise desses diversos grupos, na tentativa de apreender os nexos e conflitos que aproximavam ou opunham tais indivíduos ao longo do tempo. Ao estudar as relações sociais travadas entre os membros das elites, conheceríamos as formas pelas quais os grupos de influência riopretenses estavam articulados, ressaltando então trajetórias e estratégias, coletivas e individuais, na luta pelo poder local.

Nesse sentido, a metodologia proposta pela “*micro-história*” italiana constituiu-se em importante ferramenta de trabalho; nos moldes sugeridos por Carlo Ginzburg⁴²⁵, utilizamos o nome como fio condutor para a apreensão das redes de relações que articulavam os grupos da elite local.

No entanto, algumas limitações dessa proposta devem ser destacadas. Se num primeiro momento o nome serve para conduzir a redes de relações que ultrapassam documentos e estatísticas, a grande quantidade de nomes pode também dificultar ou

⁴²² BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As Elites Políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetórias*. Piracicaba/Campinas: Ed. Unimep/Ed. UNICAMP, 2001; WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ed. Ribeirão Preto, Palavra Mágica, 2000; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Poder político local do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1979.

⁴²³ BARNABÉ, *Op. cit.*, p. 14.

⁴²⁴ Importantes na cidade desde o início do século XX, foram várias as associações imigrantes existentes ao longo do tempo, em especial as que representavam as colônias italiana, espanhola, portuguesa e árabe.

⁴²⁵ GINZBURG, Carlo *O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico*. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.

inviabilizar uma pesquisa; um “*afogar em nomes*” conforme adverte Fragoso, ao comentar o surgimento e os benefícios da “*micro-história*” italiana:

*“Para tanto o método a seguir seria o nome. Escolhidos o objeto de estudo ou os agentes históricos a analisar, caberia segui-los nas múltiplas relações que os formavam, o que significava investigar tais sujeitos em vários tipos de fontes, ou melhor, em todas que retratassem os diversos aspectos – cultural, econômico, político, etc. – do seu cotidiano. Esta técnica, inevitavelmente, leva a mais nomes, a se afogar em nomes...”*⁴²⁶.

Além disso, Charle aponta que esse movimento no sentido de uma análise cada vez mais intensa engendrou “*perversões de outra ordem*”, uma vez que os historiadores contemporâneos, restringindo suas pesquisas a meios cada vez mais limitados, perderam seu quadro de referência e foram crescentemente influenciados pelas ciências sociais vizinhas de seu objeto, tais como a sociologia, a psicologia social, etnologia, etc. Em suas palavras, “... a automização desejada em face dos determinismos macroeconômicos foi substituída por uma heteronomização em benefício de outras disciplinas que fornecem modelos de substituição”⁴²⁷.

Ainda segundo o autor, a deriva microsocial induz a uma pulverização de pontos de vista e uma dificuldade crescente em elaborar sínteses que não sejam mais do que coleções de visões parciais da realidade estudada; a tal problema, que Charle classifica como uma “*crise de objeto*” da história, somar-se-ia outro, também de capital importância, que é a “*crise de temporalidade*”, uma vez que “...a redução do campo de análise leva a uma indiferenciação do tempo histórico rumo a um tempo puramente biográfico que exclui o tempo coletivo da história social clássica.”⁴²⁸.

No entanto, as trajetórias individuais e coletivas a serem aqui apresentadas, não serão apenas entendidas como meras ilustrações. Antes, pretendemos explicar essas trajetórias visando à compreensão da própria sociedade em que estão inseridas, quais os recursos utilizados pelos indivíduos a fim de alcançarem um posto na hierarquia social, onde a grande maioria das pessoas estava excluída do acesso à riqueza e ao poder.

Entendemos em concordância com Fragoso, que a prática da micro-história não implica necessariamente num abandono do tempo largo; pelo contrário, a apreensão da

⁴²⁶ FRAGOSO, João. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 41-70. p. 62.

⁴²⁷ CHARLE, *Op. cit.* p. 20.

⁴²⁸ Idem, p. 21.

reiteração temporal dos fenômenos é a chave para sua explicação, mesmo que consistam em experiências únicas. Nas palavras de Fragoso:

Os fenômenos sociais/experiências não consistem em processos únicos, repetem-se no tempo, sendo isto produto da “repetição” de certas relações sociais que conformam uma dada sociedade (...) Por exemplo, o pesquisador, ao estudar as práticas econômicas ou as estratégias de parentesco, deve procurar a sua reiteração temporal, pois, somente assim, poderá explicá-las. Mesmo a identificação de uma experiência única só é possível através das práticas rotineiras.”⁴²⁹.

Resta-nos ainda uma consideração, de ordem prática, acerca do uso da micro-história no presente trabalho: a quantidade e qualidade das fontes para o período proposto. É notória fragilidade de nossos arquivos, principalmente das menores cidades interioranas, somando-se a isso a relativa falta de cuidado na elaboração e armazenamento dos documentos oficiais no início do século passado, por vezes propositadamente, como no caso da queima dos documentos da Câmara Municipal em 1918, como veremos adiante.

Nesse sentido, as possibilidades documentais de nossa pesquisa diferem-se bastante daquelas encontradas em outros lugares, principalmente pelos italianos, o que nos dificulta a análise micro-histórica, deixando-a “feia”, como escreve Fragoso, sobre o que denomina “*micro-historia tapuia*”:

“Por razões óbvias, a falta de corpus documentais que permitam o rastreamento ‘das pessoas’ em suas múltiplas relações dificulta a análise das experiências sociais. Nestes casos, temos no máximo uma micro-história feia, tapuia, diferente da italiana. Acho que ter claro estes limites impede decepções e ciladas.”⁴³⁰.

Portanto, para fugir das ‘*ciladas*’ advertidas por Fragoso, ou ainda para não cair na ‘*crise da temporalidade puramente biográfica*’ descrita por Charle⁴³¹, optamos por considerar os indivíduos de forma coletiva, em grupos que fossem semelhantes para todo o período estudado, e que permitissem algum tipo de comparação.

Desse modo, optamos, no caso da análise da elite política no final deste capítulo, considerar prefeitos e vereadores em períodos distintos, visando ainda uma comparação com

⁴²⁹ FRAGOSO, *Op. cit.*, p. 63.

⁴³⁰ Idem, p. 63.

⁴³¹ CHARLE, *Op. cit.*, p. 21.

outras cidades do interior paulista, por meio de diversos estudos locais, que permitissem uma visão de conjunto. Fragoso aborda a questão explicando que a preocupação com a teoria leva à comparação de ‘casos’. Em suas palavras:

*“A construção de uma teoria e sua comprovação derivam da comparação de situações. A idéia de que diferentes regiões coloniais estavam inseridas na sociedade escravista ou de Antigo Regime nos trópicos implica que tais áreas compartilhavam experiências em comum, derivadas da mesma sociedade. Neste sentido, a investigação da formação do Rio de Janeiro colonial pode auxiliar a constituição de Rio Grande de São Pedro, e vice-versa.”*⁴³².

Além disso, procuramos analisar em âmbito local os diversos grupos de interesses e influências, principalmente os de poder econômico, apreendendo a transformação do perfil dos elementos, como proprietários de estabelecimentos urbanos e produtores de café. Somando-se a estes, podemos considerar ainda outros grupos de poder, como a *Associação Comercial*, clubes esportivos e culturais, destacando-se as associações de imigrantes, claramente os “*novos personagens*” da elite local.

E é a partir do exemplo imigrante, especificamente a trajetória do elemento árabe na sociedade local, que por suas especificidades teve em Rio Preto um rápido processo de aceitação e inserção social após duros períodos de perseguições que vinham desde o final do século XIX, que iniciaremos nossa discussão.

O difícil caminho percorrido pela colônia árabe pode servir de parâmetro para a análise do quão aberta era a sociedade rio-pretense à época; enfrentando diversas dificuldades que chegaram ao ponto de coerção da fala, o grupo consegue inserir-se efetivamente na sociedade receptora, trajetória que é a porta de entrada para o nosso estudo sobre a transformação da elite local.

⁴³² FRAGOSO, *Op. cit.*, p. 70.

2.1 Conflitos iniciais e rápida inserção: o imigrante árabe como exemplo na transformação na elite de Rio Preto.

“Indicação.

A bem popular e bem do governo municipal desta cidade:

1.º) Todos os negociantes árabes e turcos desta cidade não poderão continuar no comércio deste município sem Ter um goarda livro esse que seja Brasileiro dentro do Prazo de 30 dias depois de avisado no fim dos 30 dias os que não tiver o goarda livro ô Escripturario Brasileiro, incorra na multa de 50\$000 e não poderá negociar.

2.º) Todos os Turcos que fallar na lingua turca perto de um Brasileiro por cada vez que fallar multa de 10\$000 paga na bocca do cofre municipal. Todo o brasileiro que ouvir elles falando e não der parte ao fiscal multa de 10\$000.

Saude e fraternidade.

Paço Municipal, 3 de Julho de 1906.

P.P.⁴³³.

A controversa indicação do vereador Porfírio Pimentel é bem conhecida dos rio-pretenses, principalmente a partir de sua publicação no *Álbum de 1919*, sendo constantemente relembrada por estudiosos e pesquisadores da cidade, ou ainda por aqueles dedicados ao tema da imigração árabe⁴³⁴.

O episódio foi utilizado de maneiras distintas pelos diversos autores, servindo para uns como exemplo de perseverança e superação dos membros da colônia, que já demonstravam ser importantes em meio aos demais comerciantes da cidade na época de publicação do referido *Album*, e que já em 1906, data da Indicação de Pimentel, mereciam atenção dos políticos e comerciantes mais antigos.

Pra outros ainda, a Indicação do vereador demonstra a dificuldade enfrentada pelos imigrantes advindas das diferenças culturais, principalmente em relação a sua língua natal, em tudo diferente do português, sendo também, em comparação com as línguas faladas por outros grupos imigrantes presentes em Rio Preto, como os italianos e espanhóis, bem mais ‘estranha’ aos ouvidos dos brasileiros.

⁴³³ SILVA, R. *Album Illustrado da Comarca de São José do Rio Preto 1919*, p. 14.

⁴³⁴ Podemos citar TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.; SILVA, Henry M. M. *O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto: 1912-1940*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP-Franca; e ARANTES e ZANIRATO, *Op. cit.*.

Ao analisarmos os padrões migratórios do contingente árabe no Brasil, constatamos que em tudo diferem dos outros grupos estrangeiros que rumaram para o interior paulista. Diferente em primeiro lugar pelos motivos que os levaram a atravessar o oceano, que além do impulso econômico tinha importantes relações com a fuga das pressões e desmandos dos turcos, existindo também diferenças na viagem, paga do próprio bolso ao contrário da grande maioria – italianos e espanhóis principalmente – que obtinham subsídio; além disso, no que se refere à ocupação em terras brasileiras, esta se deu quase sempre em núcleos urbanos e ligados ao ramo do comércio, e quase nunca como colonos em fazendas de café.

Entendemos portanto, baseados principalmente nas diferenças entre os grupos, que o elemento árabe, dentre todos os imigrantes, foi o que enfrentou as maiores dificuldades de adaptação e inserção social, pelo menos entre as etnias mais comuns em São Paulo. E tal situação não foi diferente da enfrentada pelos *turcos* na Rio Preto do começo do século XX, como demonstra a famosa Indicação do início do capítulo.

Além disso, como discutiremos adiante em relação à colônia árabe local, foram várias as demonstrações de preconceitos culturais e perseguições dos comerciantes previamente estabelecidos, principalmente no início do século, sempre amparados pelos *donos do poder* da cidade, vereadores, polícia, fiscais, etc.

No entanto, se avançarmos um pouco mais no tempo, alcançando a década de 1920, apenas dez ou quinze anos depois da tentativa de proibição da fala do árabe na cidade, que felizmente não prosperou, encontramos a colônia em situação totalmente diversa daquela do início do século, que motivara tamanhas perseguições. O elemento árabe figurava então entre os maiores e mais influentes grupos econômicos locais, ligados tanto ao comércio urbano como à produção cafeeira, à Associação Comercial, além de também estarem ligados aos grandes projetos de benemerência e atividades culturais da época. Eram não apenas aceitos, mas também admirados pelos riopretenses de então.

Em 1929, no *Álbum da Comarca*, como que em comemoração a uma trajetória vitoriosa, a colônia árabe encontra-se em destaque na *Galeria das Raças*, ao lado de outros grandes nomes e personalidades locais, tendo ressaltadas as suas qualidades e serviços prestados à comunidade. Não havia dúvidas de que naquele momento, os outrora ‘estranhos’ *syrios*, figuravam na elite de Rio Preto.

Mas como se deu esse rápido processo? Quais foram as estratégias perante as adversidades utilizadas pelos árabes em sua bem sucedida trajetória na localidade? A resposta a essas perguntas pode auxiliar-nos no entendimento do processo de transformação da elite local no período.

A presença do elemento árabe ao que parece é bem antiga em Rio Preto, como demonstra correspondência do então presidente da Câmara e chefe político municipal cel Pedro Amaral, datando do ano de 1898, na qual afirma que já àquela altura os árabes constituíam-se em importantes concorrentes aos comerciantes mais antigos, dois terços dos negociantes locais, sendo também o único grupo estrangeiro com proprietários estabelecidos na então pequena cidade sertaneja de finais do XIX⁴³⁵.

Se levarmos em conta o proposto por Truzzi, que o início do processo imigratório dos sírios e libaneses para o Brasil data ainda na década de 1870, é de se admirar que já em finais do XIX eles estivessem presentes de forma tão marcante em uma cidadela do ainda inabitado sertão paulista; ainda mais pelo fato de que os negociantes aos quais se referiu o então chefe político, ao que tudo indica, eram regularmente estabelecidos, ao contrário dos mascates ambulantes que perambulavam pelo interior do Brasil, alcançando as áreas ainda não densamente povoadas.

A presença destes em nada surpreenderia, já que marcadamente o mascate procurava tais regiões mais ‘desertas’, onde é conhecida sua importância como elemento de desenvolvimento. Mas um número tão grande de negociantes, para as proporções da cidade, regularmente estabelecidos; fixos portanto, ao contrário dos mascates; inseridos no meio local de modo a conseguirem uma relativa preponderância comercial⁴³⁶, demonstram tão grandes barreiras de uma sociedade altamente fechada? Não em nossa perspectiva.

Pelo contrário, entendemos que apesar das grandes dificuldades encontradas pelos pioneiros árabes em Rio Preto, a inserção destes elementos foi muito bem sucedida, principalmente se levarmos em conta que os únicos estrangeiros presentes no comércio local em fins do século XIX, eram os “*turcos*”.

Mas como entender uma tentativa, ainda que mal sucedida e que muito provavelmente não tinha o apoio popular, de coerção da fala? Por mais ‘estranha’ que fosse a língua ou a cultura desse grupo imigrante, não seria ele apenas mais um em meio ao oceano

⁴³⁵ Amaral escreve que no ano de 1898, quando a cidade contava com uma população de cerca de 1.000 pessoas e 120 fogos, o então incipiente comércio local contava com 4 negociantes brasileiros e 8 “*turcos*”, não apresentando negociante de outras nacionalidades. SILVA, *Albun Illustrado* de 1919, p. 13/14.

⁴³⁶ Entendemos que os dados fornecidos por Pedro Amaral na correspondência tinham por objetivo chamar a atenção das autoridades estaduais sobre a grande presença de negociantes estrangeiros, especialmente os de origem árabe, que impunham concorrência aos antigos “*donos*” do comércio local; o chefe político de então era, ele mesmo, um velho e importante comerciante rio-pretense. Nesse sentido, encaramos com certas ressalvas as premissas de domínio comercial dos “*turcos*”, que de acordo com Amaral constituíam-se de 8 dos 12 comerciantes locais. Em 1902 e 1905, por exemplo, não encontramos nenhum elemento árabe entre os maiores contribuintes dos impostos de indústrias e profissões.

de estrangeiros que dirigiam-se ao interior paulista, já familiarizado com as diversidades culturais desses novos elementos?

Entendemos serem outros os motivos que levaram o vereador Porfírio Pimentel a elaborar a Indicação à Câmara; motivos estes ligados às informações da *Correspondência* de Pedro Amaral, e que se referem à concorrência dos comerciantes *syrios*, que teriam desde cedo encontrado espaço no lugar. Nesse sentido, entendemos que ainda que as diferenças culturais constituíssem em barreiras à assimilação e inserção social do elemento árabe, estas não seriam tão importantes, quase intransponíveis, como nos faz pensar a *Indicação* de 1906.

Pelo contrário, tais barreiras não foram capazes de afastar os habitantes locais dos hábeis negociantes árabes, que com suas armas atraíam os clientes, ao passo que com “*outras armas*” a antiga elite econômica tentava manter-se no controle. Nesse sentido, entendemos que os conflitos verificados encontram-se no âmbito da concorrência, entre novos e antigos grupos, pelo controle do poder econômico local; e a se julgar pelo sucesso alcançado pela colônia, reconhecido pelo *Álbum* de 1929, a disputa teve o elemento árabe como um dos vencedores.

Mas em que medida as diferenças encontradas nos imigrantes árabes poderiam dificultar a aceitação e a inserção social desses elementos na sociedade brasileira? Os primeiros árabes foram descritos por Alfredo Ellis Junior como “*(...) homens trigueiros, de aspecto forte, abundantemente servidos de pelos, falavam um idioma muito gutural e incompreensível*”⁴³⁷. Tal imagem perdurou no imaginário brasileiro, e criou-se uma série de preconceitos populares, onde, na maioria das vezes, os sírio-libaneses eram relacionados de forma depreciativa.

Truzzi descreve ainda outros atributos mais visíveis da colônia árabe que, como afirma, foram responsáveis pela identificação pejorativa e simplista pela qual eram conhecidos, simplesmente como “*turcos*”, ao invés de sírios ou libaneses: “*(...) a mesma língua nativa característica, a dedicação ao comércio, o padrão de casamento, a sociabilidade introvertida, centrada na própria colônia, e mesmos os pratos típicos tão logo incorporados à cozinha local*”⁴³⁸.

Mas tais observações teriam ressonância em Rio Preto? Ao levarmos em conta a *Indicação* do vereador Pimentel, tudo indica que sim. Além disso, podemos observar em Rio Preto algumas referências aos diferentes costumes apresentados pelos árabes, como a brincadeira sobre a pronúncia dos sírios contida no *O Porvir* de março de 1906:

⁴³⁷ ELLIS JUNIOR, A. *Populações paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. p. 198.

⁴³⁸ TRUZZI, 1997. *Op. cit.* p. 76.

“SECÇÃO MOSAICO

É sabido que os árabes que vão se familiarizando com a nossa língua, trocam, ao pronunciar certas palavras, algumas letras.

Há dias um súbdito de Abdul-Hamide, foi consultar um medico, e passando a indagar da dieta, perguntou:

- Doutor, “bode” come carne? O medico impertubavel respondeu.

- Não; come capim.

- ?!...”. (O PORVIR, n.º 132, p. 3, 18/03/1906)

Ou ainda a curiosa crônica de Felix Pyat no mesmo *O Porvir* de abril daquele ano, que ao comemorar o final da estação das chuvas, sempre intensas à época, e ressaltar o retorno do bom humor geral, dá uma bem humorada alfinetada na colônia:

“DE BINÓCULO

Temos agora, graças a Deus, manhãs formosas, noutes frescas, enluaradas. A cidade já não se fecha toda apenas escurece num açodado recolher, num precepto fugir á chuva; si ficava dia e noute, pouco tempo faz, com o aspecto triste de um lugar ermo, poucos de seus habitantes sufficientemente corajosos a arriscar-se a masar lama para esgueirar-se até a casa de um amigo, agora tem accentuado aspecto animador. Desde cedo são caras risonhas, prazenteiras, que por toda a parte passeiam uma alegria discrepta sim mas communicativa, que vem do intimo da alma feliz pela volta do bello sol, pelo reggresso dos bellos luars.

Reatam-se os vínculos da sociabilidade que o máo tempo, o máo humor, o tédio das longas semanas esvahidas no constante desabar de aguaceiros mais fortes uns que outros haviam afrouxado.

Mesmo os syrios já se não recordam da sua missão fastidiante de azoinar os ouvidos do próximo com as suas cantilenas que alguém comparou a o zumber de uma mosca impertinente.

Possa perdurar esse tempo agradável assim, para mais agradável se tornar a monotonia da vida sertaneja.” Felix Pyat (O PORVIR, n.º 135, p. 2 e 3, 9/04/1906).

Safady⁴³⁹ ressalta que as dificuldades encontrada pelos imigrantes referiam-se aos problemas para pronunciar certas letras, o que segundo o autor teria causado um certo complexo de inferioridade em alguns indivíduos, que os teria levado a trocar seus nomes por traduções ou apropriações mais familiarizadas aos padrões brasileiros. Mas é certo também que a adaptação do nome foi utilizada como instrumento de inserção desses elementos,

⁴³⁹ SAFADY, Wadih. *Cenas e cenários dos caminhos de minha vida*. Belo Horizonte: 1966. p. 200.

facilitando o convívio e o desempenho de suas atividades, como demonstra a declaração de Calil Abois, na *Sessão Livre* do *O Porvir* de 1905.

**“SECÇÃO LIVRE
DECLARAÇÃO**

Calil Abois, também conhecido por Miguel José, negociante residente neste cidade, declara para os devidos efeitos que d’esta data em diante passa a assignar-se Miguel José Calil Abois, sem entretanto prejudicar os negócios já realizados com o seu primeiro nome.

S. José do Rio Preto, 27 de Agosto de 1905.

Miguel José Calil Abois”. (O PORVIR, n.º105, p. 2, 10/09/1905).

Nesse sentido, é importante destacar como estratégia da colônia árabe o processo destacado por Truzzi como de “*reinvenção das identidades*”, onde a dedicação ao comércio, e especialmente a figura do mascate, seriam utilizados para transformar a ótica depreciativa pela qual se enxergava a colônia. Em suas palavras:

“(…) a batalha da integração de uma identidade tão definida na sociedade receptora deslocou-se para outro campo, que envolvesse a aceitação da diferença, da etnicidade própria como categoria legítima diferenciadora, tentando transformá-la de fardo de conotações suspeitas e negativas em um conjunto de qualidades positivas.

(…)

É exatamente nesse sentido que o mascate encarnou uma espécie de mito fundador da etnia”.

Além disso, Truzzi destaca que as qualidades inerentes à figura do mascate, dentre as quais ressalta o trabalho duro, a frugalidade e a perseverança num futuro melhor, foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplo de conduta⁴⁴⁰. Entendemos que de fato em Rio Preto a relação com o comércio foi a porta de entrada no processo de inserção destes elementos na sociedade local, projeto que embora bem sucedido, não aconteceu sem maiores conflitos.

Safady nos conta que o comércio, especialmente pela figura do mascate, foi a “(…) *base de toda a sua atividade e o ponto de partida para a sua dispersão em todos os recantos do país.*”⁴⁴¹; de fato a dedicação, durante certo período, à atividade de mascateação estava

⁴⁴⁰ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997. p. 76.

⁴⁴¹ SAFADY, J. *Panorama da imigração árabe*. São Paulo: Ed. SAFADY, 1972. p. 21.

inserida na estratégia coletiva de inserção dos árabes, onde os membros estabelecidos davam suporte aos mais novos, estabelecendo-se então uma estável corrente de imigração⁴⁴².

Nesse sentido, ainda que em sua terra natal os sírio-libaneses dedicassem-se à atividades ligadas ao campo, esta não foi a opção da grande maioria ao chegar ao Brasil; a considerar-se os dados fornecidos pelos chegados em Santos, muito provavelmente já tinham em mente, como estratégia, trabalhar em atividades comerciais, aproveitando-se da inserção de parentes ou conterrâneos previamente estabelecidos⁴⁴³.

Truzzi ressalta que ao se depararem com uma sociedade em vias de se urbanizar, é natural que pendessem a tais atividades, aproveitando-se do comércio como um novo espaço de inserção profissional. Desse modo, entendemos que especialmente o interior paulista, pelo intenso processo de ocupação promovido pelo café, foi um terreno fértil ao estabelecimento destes novos elementos.

Os dados estatísticos fornecidos pelo recenseamento de 1920 demonstram a presença de 19.290 turco-asiáticos em todo o Estado de São Paulo, quase um terço deles vivendo na capital⁴⁴⁴; no interior, o censo flagrou ainda, conforme aponta Truzzi, uma concentração importante deles na região servida pela Estrada de Ferro Araraquarense. Em suas palavras:

*“Temos aí uma das regiões do Estado que mais se desenvolveria nas décadas seguintes, beneficiada pela marcha do café em direção ao oeste paulista. As cidades de Rio Preto, Barretos, Olimpia, Catanduva, Taquaritinga e Monte Alto, todos na mesma região ,abrigavam então um número bastante expressivo de sírios e libaneses no interior de São Paulo”*⁴⁴⁵.

⁴⁴² TRUZZI, *Op. cit.*, 1997, p. 35.

⁴⁴³ Os dados estatísticos apresentados por Truzzi, demonstram a grande diferença entre as etnias chegadas ao porto de Santos à época, uma vez que entre os sírios e libaneses do período, pouco se apresentaram como agricultores. Para um total de 18% de syrios ligados à atividades rurais, temos em comparação, por exemplo, para o mesmo período, os italianos, com 49,11% descritos como agricultores, os portugueses com 47,99%, 78,63% dos espanhóis e 98,95 % dos japoneses.

⁴⁴⁴ TRUZZI, *Op. cit.*, 1997, p. 39.

⁴⁴⁵ TRUZZI, *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré/CNPq/FAPESP, 1992. p. 9/10.

Tabela 1 – Principais núcleos de concentração de sírios e libaneses no interior (mais de 200 habitantes no município).

Rio Preto	730	Ribeirão Preto	234
Santos	586	Catanduva	219
Barretos	553	Piraju	219
Campinas	327	Igarapava	213
Piracicaba	287	São Carlos	212
Olímpia	243	Taquaritinga	211
Araraquara	237	Monte Alto	203

Fonte:TRUZZI, *Op. cit.*, 1992, p. 10.

Os dados populacionais de 1920 demonstram a grande presença da colônia em cidades próximas como Barretos, Olímpia, Catanduva, Taquaritinga e Monte Alto, de onde vieram vários elementos *syrios* que se estabeleceram em Rio Preto, fato que demonstra a grande circulação entre os membros da etnia, especialmente naquela parte do Estado de São Paulo.

Embora não tenhamos dados que permitam mensurar a importância relativa dos árabes no comércio local para os primeiros anos do século XX, percebe-se, por meio dos jornais, que desde cedo eram identificados enquanto colônia. Em 1906, por exemplo, faziam-se representar coletivamente num evento importante para os padrões locais, estando presentes no enterro do filho do cel. Adolpho Corrêa, chefe político local, conforme referência feita pelo *O Porvir* de 13/05/1906⁴⁴⁶.

Em 1911, no evento comemorativo do dia 20 de setembro, data da colônia italiana, em que se realizou uma passeata pela cidade, com banda e grande pompa, a bandeira síria figurava à frente do grupo, ao lado das do Brasil e Itália; é interessante notar que o cortejo, numa alusão às principais colônias locais, homenageasse apenas os italianos e árabes, não havendo ainda referências a espanhóis e portugueses, outros importantes grupos estrangeiros presentes em Rio Preto no início do século passado.

No entanto, para o elemento árabe não foi tão simples o processo de inserção na sociedade da época. Apesar de cada vez mais aceitos, é de se imaginar a crescente concorrência imposta aos antigos comerciantes, principalmente pelos novos métodos de comércio utilizados pelos *syrios*, dentre os quais se destacam, além do ambulante que vai ao

⁴⁴⁶ O PORVIR, n.º 140, p. 2, 13/05/1906.

encontro dos clientes em suas residências, os preços menores praticados pelo grupo, além das imbatíveis vendas a prazo, que ao que parece logo atraíram estável clientela⁴⁴⁷.

Contra esse processo levantaram-se os poderosos locais, que utilizando-se do poder político lutaram contra a “*invasão*” árabe no meio comercial da cidade. E foram várias as tentativas, desde a primeira Câmara eleita e durante toda a primeira década do século passado, de barrar o avanço dos sírio-libaneses, como demonstram os pesados impostos cobrados aos mascates, que de tão altos alcançavam, às vezes boa parte do orçamento anual da prefeitura.

Nesse sentido entendemos as investidas da Câmara contra os árabes, principalmente se levarmos em conta que o primeiro chefe político da cidade, cel. Pedro Amaral, era o maior negociante local. Arantes e Zanirato qualificam de draconianas as leis impostas contra os mascates, como demonstram o projeto aprovado em abril de 1896, que estabelecia em um conto de réis o imposto para a mascateação no município; e ressaltam a desproporção do valor estabelecido, pois uma vez que o orçamento total do município naquele ano era de 17 contos de réis, o imposto aplicado ao mascate era simplesmente exorbitante⁴⁴⁸.

Além disso, ainda em fins do XIX, foi aprovada outra lei sobre os mascates, dessa vez de autoria do Coronel Pedro Amaral, estabelecendo imposto de dois contos de réis por cargueiro de mascate e incríveis vinte contos por carro de boi, carroça ou charrete. A justificativa do presidente da Câmara foi a de que os mascates levavam o dinheiro para fazer compras em outros municípios⁴⁴⁹.

No entanto, a partir do início do século XX, outro grupo político toma a frente dos negócios municipais; formado por novos elementos e chefiados por Adolpho Corrêa, muito provavelmente contaram em suas alianças com os membros do comércio, vários deles imigrantes, que, ao que parece, conseguiram um período de folga das perseguições desmedidas.

Note-se porém que a presença dos mascates era intensa: no orçamento do município para 1905, a segunda maior fonte de receitas, abaixo apenas dos impostos de indústrias e profissões, que haviam sido orçados em quinze contos de réis, está o imposto sobre mascates, mais que duas vezes maior que o imposto predial, terceira maior fonte das receitas previstas.

⁴⁴⁷ Truzzi qualifica de “revolução”, as inovações nas práticas comerciais introduzidas pelos árabes. TRUZZI, 1997, *Op. cit.*, p. 58.

⁴⁴⁸ ARANTES e L. ZANIRATO, A. *Legislativo Rio Pretense/; Nossa História. S. J. Rio Preto: Rio Pretense, 2000.*

⁴⁴⁹ ARANTES, 2001, *Op. cit.*, p. 30.

Tabela 2 - Receitas previstas do município de Rio Preto para 1905⁴⁵⁰.

Imposto	Valor
- pelo imposto de industria e profissões	15:000\$000
- >> >> predial	1:500\$000
- Imposto sobre gêneros exportados	600\$000
- >> >> café	500\$000
- >> >> vehiculos	200\$000
- >> >> mascates	4:000\$000

Contra essa situação, voltam à carga os comerciantes estabelecidos, que conseguem aos poucos diminuir a presença dos mascates na cidade; no orçamento de 1908, por exemplo, os impostos sobre *volantes*, como vinham denominados, não somavam mais de 800\$000 réis, bem abaixo do que representavam os impostos sobre indústrias e profissões, casas comerciais e outros⁴⁵¹.

Além disso, se considerarmos que os impostos para mascate de *caixas às costas* era de 200\$000, e que os de cargueiros pagavam 300\$000; e levando também em conta que existiam outros tipos de ambulantes, de menor porte porém previstos no orçamento, que pagavam 30\$000 de impostos, percebemos que as previsões da prefeitura não contavam com muitos visitantes desse tipo ao longo de 1908, uma vez que poucos destes alcançariam a cota prevista para aquele ano.

Seria sinal de que enfim os mascates tivessem tomado outros rumos? Tudo indica que não, se levarmos em conta a Lei nº. 60 de 2 de abril de 1908, que retificava os valores das taxas sobre ambulantes, apenas três meses após sua publicação oficial:

“LEI N. 60

De 2 da Abril de 1908.

Eleva imposto sobre mascates.

O Tenente Coronel Adolpho Guimarães Corrêa, Prefeito Municipal de Rio Preto, faz saber que a câmara em sessão de 27 de Março decretou a lei seguinte.

Art. 1º Fica elevado, no corrente exercício, o imposto de mascate que conduzir caixa as costas à 500\$000; que mascatear com cargueiros 1.500\$000.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Secretaria geral da prefeitura do município de Rio Preto, 2 de Abril de 1908. Eu Manoel Leão, secretario da Prefeitura o escrevi. O Prefeito Municipal. Adolpho G. Corrêa.”. (O PORVIR, n.º 234, p. 3, 5/4/1908)

⁴⁵⁰ LEI N.º 19 – Orça receitas e despesas do município de S. José do Rio Preto, no exercício de 1905. (O PORVIR, n.º 65, p. 4, 8/11/1904)

⁴⁵¹ O PORVIR, n.º. 223, p. 4, 01/01/1908.

Ao que parece, os impostos não foram altos o bastante para afastar os mascates, que apesar de tudo devem ter tido uma forte presença na cidade e que provavelmente muito incomodaram os comerciantes locais naquele início de ano, obrigando o prefeito a tomar providências, que se efetivaram no aumento das taxas para os *de fora*. Ressalta-se ainda a proporção do aumento verificado nos impostos, que mais de que dobraram, no caso dos mascates que conduziam caixas às costas, e que elevaram-se cinco vezes, como observou-se nas taxas para cargueiro, que saltaram de 300\$000 para um conto e meio de réis.

E as perseguições não limitavam-se aos ambulantes, sendo vítimas também os comerciantes estabelecidos de origem árabe, como demonstra o conflito em 1907, no qual um grupo de representantes do comércio, todos membros da colônia, envia uma representação ao presidente da Câmara, reclamando contra a perseguição imposta aos mesmos por parte da polícia.

Na *Seção Livre* do *O Porvir* de 12 de julho daquele ano, em resposta à “zombarias” feitas pelo jornal local *O Rio Preto* sobre as reclamações dos *syrios* à Câmara, os signatários da representação respondem aos ataques daquele órgão, reafirmando, nesses termos, suas reclamações contra as referidas perseguições:

“SECÇÃO LIVRE

Os signatários da representação dirigida em nome do Commercio local ao Sr. Presidente da Câmara e que foi publicada na Secção Livre deste jornal de 28 do mez próximo passado, protestam contra o desmentido que geitosamente, a modo de troça, quis fazer o jornal O Rio Preto.

E para comprovar que a representação foi sciente e conscientemente feita pelo commercio, assignam os referidos signatários esta declaração. Syrios que vivem modestamente de seu commercio, sem se recusarem nunca a prestarem o concurso que possam ao engrandecimento do meio em que vivem, admiram-se os abaixo assignados que a policia lhes fizesse tão aberta perseguição, e não podem deixar de estranhar que agora O Rio Preto os queira tomar como objeto de suas zombarias.

A isso os abaixo assignados não se prestam. Seja o Rio Preto, jornal do espirito, da graça, do que quizer emfim, mas não assim como fez, pois que fez simplesmente palhaçada.

Rio Preto, 9 de julho de 1907”. (O PORVIR, n.º 199, p. 3, 12/07/1907)

José Scaff.
 José Miguel Aiub.
 Elias Rasgalla.
 Jorge Abrão & Irmão.
 Angelo Ferreira & Elias Gabriel.
 Arrego de José Antonio Pedro, Elias Gabriel.
 Arrego de Abrão Radoam & Irmão, Elias Gabriel.
 Arrego de Jorge Miguel, Feris Daher Daud.

Arrogo de José Nassif & Francisco Cury, Feres Daher Daud.
 Arrogo de Elias Malluff, Feres Daher Daud.
 Arrogo de Nicolau Miguel, Feres Daher Daud.
 Arrogo de Manoel Elias & Irmão, Feres Daher Daud.
 Arrogo de Salamão Antonio Pedro, José Pimenta Benfica.
 Arrogo de Abdala Abrão Elias, José Pimenta Benfica.
 Abrão Miguel Maragil.
 Miguel Salamão Cury.
 Arrogo de David Nasser & João Bassit, Miguel Salamão Cury.
 Arrogo de Francisco Humice, Miguel Salamão Cury.

As perseguições do período ao que parecem foram bastante duras, mas tiveram como consequência um efeito positivo: a organização, por necessidade de defesa, dos membros da colônia, que coletivamente lutavam para estabelecer-se na cidade, defendendo-se dos ataques dos “*de fora*”.

Exemplo disso foi a greve empreendida por parte dos comerciantes locais no início de 1908, não comentada nos jornais e sobre a qual não temos muitas informações, da qual tomaram parte, pelo visto, vários elementos da colônia árabe. É o que se entende ao se analisarmos os expedientes da prefeitura do mês de fevereiro, publicados no *O Porvir*, que trazem uma *Portaria* do prefeito municipal do dia 1º. de fevereiro “...ao fiscal do primeiro districto, ordenando que casse as licenças de todos negociantes implicados na greve.”.

No expediente do dia 3, encontra-se um requerimentos enviado à prefeitura, que reproduzimos abaixo, no qual vários membros da colônia pedem revogação das penas a eles aplicadas, por não terem “participado na greve”:

**“PREFEITURA MUNICIPAL
EXPEDIENTE DA SECRETARIA**

DIA 3 DE FEVEREIRO

Requerimento de Pedro José; Miguel José & Irmão; Abrão Elias Maluff; Jorge Abrão; David Nasser; Felício Scaff; Francisco Hams & Irmão; Abbida Abrão Elias; Abrão Rodoam & Irmão; Manoel Elias & Irmão; Miguel Salomão Cury; Chaim José Elias; Elias Gabriel & Irmão; José Miguel Aiub e José & Francisco Cury, alegando não terem tomado parte na greve, e pedindo seja revogada a ordem que cassou suas licenças. Despacho – Sim – especa-se novo alvará, depois de pagos os impostos devidos.” (O PORVIR, N.º 228, P. 2, 23/02/1908.).

Empreendidos então coletivamente, num projeto de inserção social que passava pelo estabelecimento efetivo no concorrido comércio da crescente Rio Preto, os árabes conquistaram pouco a pouco o seu reconhecimento pela sociedade receptora; ainda em 1908, nas páginas do *O Porvir* encontramos uma interessante matéria com informações transcritas do jornal árabe *Salhab*, editado em São Paulo, mas de grande circulação internacional, que ressaltava as qualidades do elemento *syrio*, que adaptava-se a qualquer tipo de clima e de trabalho, sempre obtendo ótimos resultados:

“COLONIA SYRIA

transcrevemos por achar conveniente divulgar

Os allemães ignoram que entre os povos com cuja concurencia terão de encontrar no Brazil! Estão não somente polacos e italianos, mas também numerosos syrios.

(...) São, é certo, em sua maioria, pequenos comerciantes, mas entre elles já se contam, entretanto, médicos, advogados, barbeiros, marceneiros e até fazendeiros e agricultores.

Chegados ao Brazil sem nenhuma animação por parte do governo brasileiro, eram elles a principio demasiado pobres para se entregarem à cultura, mas depois de terem economisado algum dinheiro no exercício do pequeno commercio, foram se dedicando cada vez mais ao trabalho do campo.

Na cultura do bicho da seda, os melhores resultados tem sido com syrios...

Accresce que os syrios podem adaptar-se a toda a espécie de climas (...) como o deserto do sertão, perto do Ceará, e nas margens do Amazonas, onde vão trabalhar na colheita de borracha.

Isto confirma igualmente as asserções do Salhab quando diz que os syrios vão se cruzando pouco a pouco com os brasileiros e que vinte e cinco por cento delles casam-se com brasileiras.

Semelhante facto concorrerá ainda para augmentar a diversidade extraordinária do cruzamento de raças diferentes que já se pode observar no Brazil. (O MUNICÍPIO, n.º243, p. 2, 07/06/1908)

E o projeto de estabelecimento econômico do árabe em Rio Preto não tardou em se efetivar; a partir da segunda década do século passado, observa-se uma verdadeira invasão dos *syrios* no comércio local, que passam a constituir boa porcentagem dos negociantes, muito embora fosse reduzida sua participação, em números absolutos, na composição da população local. Além disso, durante a década de 1920 encontramos vários indivíduos da etnia figurando entre os grupos de maior poder econômico.

Tomemos como exemplo a lista de contribuintes do imposto da *Coletoria Estadual*⁴⁵² para o ano de 1927, que demonstra a grande presença do árabe entre os proprietários de estabelecimentos comerciais, representando mais de 28% dos negócios de imigrantes naquele ano. Do total de 566 estabelecimentos encontrados, os *syrios* são donos de 107.

Dois anos depois, a mesma *coletoria* apontava 6 árabes entre proprietários dos 15 maiores estabelecimentos, sendo que os dois primeiros, a casa bancária de Chaim José Elias e o estabelecimento de Moysés Miguel Haddad & Cia, pertenciam a membros da colônia. Naquele ano, poucos estabelecimentos pagaram impostos cujo valor ultrapassasse um conto de réis; dentre os 31 estabelecimentos que atingiram essa marca, 9 eram de propriedade de *syrios*⁴⁵³.

Imagem 1 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade árabe - 1912.

Fonte: O PODER MODERADOR, n.º. 34, p. 3, 04/02/1912.

Em 1930, na lista dos contribuintes⁴⁵⁴ elaborada pela prefeitura, é visivelmente importante a presença do árabe entre os proprietários locais, representando grande parcela dos imigrantes em atividades comerciais à época; naquele ano, 4 *syrios* figuravam entre os 15 maiores proprietários de estabelecimentos comerciais da cidade.

Além disso, se considerarmos dos contribuintes daquele ano apenas os estabelecimentos cujo imposto ultrapassou o valor de um conto de réis, perceberemos a intensa presença dos *syrios* entre os maiores comércios locais, uma vez que detinham, à época, exatamente um terço, ou seja, 20 dos 60 estabelecimentos daquele ano a alcançarem aquela marca. Sobre o processo de ascensão do elemento árabe em Rio Preto, Cavalheiro escreve em 1929:

“Primeiramente vieram os syrios, com a tenda às costas e a clássica matraca que servia a um só tempos para anunciar aos fregueses a sua chegada e afugentar ao mesmo tempo, as feras que ainda infestavam os caminhos

(...)

Finalmente, como premio a todos os sacrificios, os syrios prosperaram rapidamente e em breve, deixavam a tenda do mascate, para se installarem em Rio Preto com importantes Casas Commerciaes, furnidas de tudo o que era indispensavel aos consumidores desse tempo, e assim, graças a um trabalho proficuo, honesto e persistente, conseguiram os syrios manter

⁴⁵² Anexo 2.

⁴⁵³ A NOTÍCIA, n.º. 990, p. 4, 30/01/1929.

⁴⁵⁴ Anexo 3.

até hoje a primazia commercial, tornando-se detentores dos maiores e melhores estabelecimentos não só de Rio Preto, mas de toda a Comarca.”. (ALBUM 1929, Cap. XII - Galeria das Raças, s/n.).

E a presença econômica dos árabes não limitava-se apenas ao comércio, investindo em outros negócios lucrativos, de acordo com as diferentes oportunidades surgidas ao longo do tempo; no decorrer do período de estudo, e mais frequentemente na década de 1920, encontramos nomes de elementos da colônia ligados aos mais diversos empreendimentos, como o banco de Chaim José Elias, além de grandes empresas comerciais, como é o caso do maior empreendimento local da década de 1920, a criação da “*Cia Melhoramentos de Rio Preto*”, que fundada por Feliciano Sales Cunha, em 1925, foi responsável por vários quilômetros de estradas pelas diversas áreas do extenso município.

Imagem 2 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade árabe – 1926.

Fonte: O MUNICÍPIO, nº. 899, P. 23, 01/11/1926.

Além disso, era freqüente entre o grupo o investimento do capital acumulado em alguns anos de trabalho na compra de terras e na formação de plantações de café; em Rio Preto, esse processo se deu ao que tudo indica desde o início do século XX, uma vez que já em 1915, encontramos os *syrios* entre os mais importantes produtores de café locais.

Nas listas dos maiores cafeicultores de Rio Preto, publicadas pelo periódico *Boletim do Café*⁴⁵⁵, da Secretaria de Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, encontramos diversos nomes de *syrios* entre os mais importantes proprietários dedicados àquela atividade; existentes para o período de 1915 a 1938, o *Boletim* publicava os nomes dos vinte maiores cafeicultores de todos os municípios paulistas, e desde o primeiro número, encontramos árabes entre os mais importantes produtores rio-pretenses.

Em 1915, na lista que seria renovada apenas para o ano de 1922, os *syrios* Ferlitte José e Felício Scaff eram respectivamente o nono e décimo sétimo entre os maiores cafeicultores locais. Em 1924, o mesmo *Boletim* aponta outros dois elementos da colônia entre os mais importantes produtores: José Scaff e Homsí Buchalla & Cia, respectivamente oitavo e décimo sexto entre os vinte maiores para aquele ano.

Mas no final daquela década, o elemento árabe ocupa de vez um lugar entre os mais importantes do setor cafeeiro; em 1928, são árabes o dois maiores cafeicultor de Rio

⁴⁵⁵ *Boletim do Café*: Estatísticas de Produção e de Comércio da Secretaria de Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo (1915).

Preto, Moysés Miguel Haddad e José Scaff, respectivamente com 780 e 714 mil pés de café. Nesse ano também o quinto maior cafeicultor, Azziz Elias, era de origem árabe.

Ainda em 1930, o *Boletim* apresenta José Scaff em primeiro lugar na lista dos vinte principais cafeicultores locais, que continha ainda os nomes de Moysés Miguel Haddad como décimo segundo, Abrão Ramom e Abrão Raduan, respectivamente décimo sétimo e décimo oitavo maiores produtores.

O periódico da Secretaria de Agricultura foi publicado até o ano de 1938, e até esta data, o elemento árabe sempre figurou entre os maiores cafeicultores, sempre com mais de um indivíduo, destacando-se nesse período os nomes de Chaim José Elias, terceiro maior produtor em 1933, e Calil Buchalla, importantes produtores árabes que figuraram nas listas após o ano de 1930. Ao comentar a dedicação do elemento árabe também à produção de café, Elias Choeire escrevia para o Álbum de 1929:

*“No entanto, de uns dez annos pra cá, a constante melhora dos preços de cafés, que se tornou a bebida universalmente preferida fez ainda que um pouco tarde voltar a attenção dos Syrios para a lavoura especialmente a caféeira.
(...)”*

Actualmente em Rio Preto, como nos demais Municípios paulistas, é grande o numero se Syrios agricultores ou que possuem propriedades agricolas.

Em Rio Preto, onde a Colônia conta com mil e duzentas almas approximadamente, sem fallar nos municípios de que se formam a comarca, uns vinte por cento do total possuem terrenos e cuidam da lavoura caféeira.

Na verdade aqui temos fazendeiros Syrios por poucos superados e não são raros os que dentre elles teem mais de uma fazenda de elevadissimo valor monetário.”. (ALBUM 1929, Galeria das Raças, s/n.).

E o processo de inserção da colônia passava também pela sua representação em Associações, que muito mais do que voz oficial serviam de espaços de convivência entre os elementos patrícios. A primeira associação árabe local data já de 1913, constituída para representar a colônia em momentos de necessidade; tal instituição durou pouco, sendo várias vezes reformada até ser substituída pela “*Sociedade Jovens Syrios*”, fundada em 1922 e que a partir de 1925 torna-se a referencia oficial da colônia em Rio Preto. Sobre a associação árabe “*Jovens Syrios*”, escreve Choeire para o Álbum de 1929:

“Reunindo aí os mais preciosos elementos da Colônia, a Sociedade “Jovens Syrios” tem sabido, neste cinco annos e pouco de existência, desempenhar condignamente o seu delicado papel de representante official da Colônia Syria de Rio Preto e localidades vizinhas, correspondendo estrictamente aos seus desejos e aspirações, na louvavel obra e

nobre missão da aproximação entre Syrios e Brasileiros. Sempre apegada a essa divisa tem interpretado fielmente, o pensamento dos Syrios e aproveitado bem todas as ocasiões de representar o Syrio como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente.”. (CHOEIRE, E. A Colônia Árabe ÁLBUM 1929. Galeria das Raças, s/n.).

É importante ressaltar ainda o papel das instituições coletivas da colônia para a efetivação do processo de *reinvenção das identidades* descrito por Truzzi, ditando a “imagem oficial” da colônia, ou, como nos explica Choeire no Álbum de 1929, “(...) *representar o Syrio como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente.*”.

A “imagem” do elemento árabe passava então pela reafirmação, entre os membros da colônia, de sua cultura e tradições, que além de preservadas nas festas e convivências proporcionadas pela “*Jovens Syrios*”, eram ensinadas em um colégio próprio, mantido pela instituição.

Além disso, como vimos, era essencial para o projeto de inserção do grupo, a imagem de trabalho e objetividade do elemento árabe, esta representada nos indivíduos de maior ascensão financeira. Nesse sentido, a associação árabe local mantinha na década de 1920 um efetivo serviço de proteção de indigentes, que mais que auxiliar patrícios, proporcionava um orgulhoso diferencial aos membros da colônia, sendo de acordo com Choeire “(...) *quase impossível ver um mendigo de nacionalidade syria vaguear pelas ruas da cidade.*”⁴⁵⁶.

Destaca-se ainda, no caso da “*Jovens Syrios*”, a realização de vários eventos artísticos que eram muito concorridos, atraindo a “*nata*” da sociedade à época, e que muito contribuíram para a valorização social da colônia. Sobre este aspecto da associação árabe riopretense, Choeire escreve em 1929;

“A Sociedade “Jovens Syrios”, pois, podemos afirmar é uma das instituições que muito honram a Colonia. Beneficente, litteraria e recreativa, tem tratado com verdadeiro amor o interesse, da realização dos seus nobres fins principaes.

Os amplos salões por mais de uma vez reuniram, em uteis conferencias e sessões litterarias tudo o que possui de distincto a sociedade riopretana.

Alli é o ponto de reunião dos jovens e das pessoas de fina educação porquanto só são admitidos para socios as pessoas de comprovado procedimento moral.

A parte beneficente é executada com afínco e zelo pouco communs.”.

⁴⁵⁶ CHOEIRE, E. A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, ÁLBUM DA Comarca de 1929. Galeria das Raças, s/n.



Imagem 3 – Anúncio evento cultural “Sociedade Jovens Syrios” – 1930.
Fonte: A NOTÍCIA, n.º 1450, p. 1, 21/11/1930.

Durante a segunda década do século XX, especialmente pelo reconhecimento público de alguns membros da colônia, percebe-se que os árabes conseguem progressivamente sua aceitação por parte dos rio-pretenses. A sua definitiva consolidação econômica trouxe prestígio e levou o elemento árabe a participar ativamente da vida social da cidade, atuando nas mais diversas associações locais.

Tomemos como exemplo a *Associação Comercial* de Rio Preto, instituição que ao longo do tempo exerceu uma crescente influência política, e que contou em sua organização, em 1920, com a participação dos comerciantes *syrios* João Bassit e Nagib Gabriel, este último, presidente de 1925 a 1928. Destaca-se ainda a *Associação dos Empregados do Comercio*, que teve os *syrio* Mario Tuffi Abufares como membro do conselho fiscal da primeira gestão, e Tuffi Elias Abufares como suplente de Diretor em 1929⁴⁵⁷.

Além disso, percebe-se o investimento dos membros da colônia em benemerência, participando ativamente de causas públicas como é o caso da criação do primeiro hospital local, fundado ainda em 1909 e que funcionou até 1915; a “Casa de Caridade”⁴⁵⁸ teve, entre os seus idealizadores, os nomes dos *syrios* Chaim José Elias e José Scaff.

Ainda nesse período, foi importante a atuação de Nagib Gabriel, que membro da loja maçônica *Cosmos*, foi incorporador da “Casa de Caridade” mantida no surto epidêmico

⁴⁵⁷ CAVALHEIRO, A. *Álbum de 1929*. Cap. XI - Rio Preto Associativo. s/n.).

⁴⁵⁸ GOMES, *Op. cit.*, p. 125 e 126.

de gripe em 1918, que reativou momentaneamente os trabalhos da antiga e precária casa de saúde pública.

Na década seguinte, na campanha para a criação definitiva da *Santa Casa* local, novamente foi fundamental a atuação de Nagib Gabriel e Chaim Jose Elias, presentes desde as primeiras reuniões, e que juntamente com outros “grandes” da colônia, foram de grande importância para o estabelecimento definitivo daquela conquista pela localidade, especialmente por seu auxílio financeiro.

É o que demonstra a lista dos doadores para as obras de construção do prédio da Santa Casa, publicada pelo *A Notícia* em 1925, onde os árabes representam boa parte dos doadores: entre os 13 nomes que haviam auxiliado a instituição, estavam os de João Bassit, Moisés Miguel Haddad, a firma “João Gabriel & Irmãos” de Nagib Gabriel e Chaim José Elias⁴⁵⁹.

Além disso, desde a organização efetiva daquele hospital em 1925, certos nomes de relevo social ficavam responsáveis pela manutenção financeira da instituição, pelo período de um mês, num cargo denominado “mordomo”; excetuando-se os meses de janeiro e fevereiro, que ficaram a cargo de Feliciano Sales Cunha, grande patrono da entidade, além de agosto, em que o posto foi dividido por dois indivíduos, todos os demais meses do ano contaram com apenas uma pessoa no cargo, e entre os que auxiliaram como “mordomos” naquele ano estão três *syrios*: Nagib Gabriel, responsável pelo mês de junho, Chaim José Elias, por setembro e João Bassit, “mordomo” de Dezembro⁴⁶⁰.

E a presença dos representantes da colônia ao que parece era quase que obrigatória em todos os grandes projetos sociais que se efetivaram na cidade à época. Em 1926, por incentivo do Juiz de Direito local, diversos nomes de relevo uniram-se no projeto de fundação da “*Sociedade Beneficente de Rio Preto*”, fundada em 15 de novembro daquele ano com apoio financeiro de vários elementos da colônia, destacando-se a figura de Moisés Miguel Haddad, escolhido tesoureiro da entidade. Além disso, destaca-se o fato de a reunião de fundação da sociedade beneficente ter acontecido nos salões da “*Jovens Syrios*”⁴⁶¹.

Os representantes da colônia não deixam dúvidas sobre o padrão do árabe inserido na sociedade local; Chaim José Elias, João Bassit, Moisés Miguel Haddad e Nagib Gabriel eram todos elementos de posse, ligados aos mais diversos empreendimentos locais, estereotipo perfeito do árabe vitorioso almejado como imagem pela colônia.

⁴⁵⁹ A NOTÍCIA, nº. 57, p. 1, 20/02/1925.

⁴⁶⁰ A NOTÍCIA, nº. 96, p. 1, 23/04/1925.

⁴⁶¹ O MUNICÍPIO, nº. 910, p. 1, 17/11/1926.

Internamente, atuando de forma mais próximas dos elementos da colônia, percebe-se a atuação de elementos diferenciados, como alguns intelectuais e profissionais liberais, como o professor Elias Choeire e os médicos Habib Garzuzi e Taufik Rahd, todos diretores da associação “*Jovens Syrios*” na década de 1920.

Em fins da década de 1920, a trajetória ascendente do elemento árabe ao que parece estava completa; os elementos da etnia estavam entre as maiores fortunas locais, e ligados aos mais importantes eventos e projetos.

Eram ao que tudo indica admirados pelos rio-pretenses, como demonstrados nos eventos públicos em homenagem à colônia do início de 1929, como o “*Grandioso Festival Oriental*” e a apresentação do filme sobre a síria e Líbano “*A atração do Oriente*”, eventos que foram grandiosamente noticiados pelo *O Município*:

*“Diversões
Edem Parque*

Será focalizada na tela desta casa de diversões, hoje na 2ª. sessão, às 9 horas, a importante e bellissima pellicula ‘A Atração do Oriente’, grandioso film documental de um dos países mais antigos na História da Humanidade: a Syria e o Líbano de 1927, pellicula filmada por pessoal tecnico e artistico.”. (O MUNICÍPIO, n.º1545, p. 2, 28/02/1929)

**Imagem 4 – Anúncio Evento homenagem colônia árabe – 1929.
Fonte: O MUNICÍPIO, n.º1539, p. 2, 21/02/1929.**

Elias Choeire, ao comentar para o *Álbum de 1929* o vitorioso processo de inserção e ascensão social do elemento árabe, elogiava a diversidade de empreendimentos a que se dedicavam os membros da colônia, prova cabal, segundo o autor, de que naquele momento, os “*filhos da Syria*” ocupavam seu merecido lugar de destaque, “*no rol dos Sul Americanos*”. Nas palavras de Choeire:

“Em summa, temos entre a colônia aqui, os lavradores, os industriaes especializados em productos de terra, os boiadeiros e os criadores, isto nos dominios da agricultura e seus derivantes.

Nas outras profissões igualmente honrosas e dignificantes o numero desses compatriotas não é, relativamente, pequeno.

(...)

Todo esse movimento e esses varios empreendimentos quer na lavoura, nas profissões liberaes e na industria, todos elles de caracter perpetuo e de duração indefinida, indica perfeitamente e de maneira simples e cabal que os filhos da Syria que aqui estão, já estão contados no rol dos Sul Americanos.” (CHOEIRE, Elias. A colônia árabe. *Álbum de 1929*. Galeria das Raças. s/n.).

Mas até que ponto ia a aceitação do árabe na sociedade rio-pretense? A sua ascendente trajetória mostra os *syrios* entre as elites econômicas e culturais de Rio Preto. Tal inserção seria confirmada pela entrada dos membros da colônia no grupo de poder político?

É o que se apreende da eleição de José Scaff para a suplência do cargo de vereador, função que ocupou por curto período em 1912, e que deve ser considerada importante, uma vez que a presença do elemento árabe na política era praticamente nula até a década de 1930⁴⁶².

Sobre este acontecimento, qual seja a presença de um *syrio* entre os candidatos mais votados em uma eleição municipal, que era o requisito para se ocupar uma vaga na suplência da vereança, não entendemos se tratar de uma aceitação plena destes elemento pela sociedade local, que se confirmasse de modo efetivo, em uma confiança eleitoral da população de Rio Preto, ainda que não desconsideremos os votos, provavelmente concentrados em massa, do contingente árabe em seu candidato.

Como veremos adiante, quando tratarmos da política local no contexto da República Velha, as eleições do período eram quase sempre ditadas pelo *Diretório* do PRP, que pelos jornais publicava seus *Boletins Eleitorais*, indicando a chapa a ser votada ao eleitorado, que geralmente apenas “confirmava” a indicativa nos dias das eleições. Nesse sentido, entendemos que a presença de José Scaff entre os indicados deve ser entendida sim como mais uma importante inserção social dos árabes à época, mas esta referia-se aos donos do poder político, que agora definitivamente apoiavam-se também na influência dos membros da colônia, inserindo um nome *syrio* na chapa oficial

Ressalte-se ainda que a figura do *syrio* nesse processo foi aquela tanto almejada pelos membros da colônia no *processo de reinvenção das identidades* e de valorização da etnia proposto por Truzzi: José Scaff, grande comerciante e importante lavrador, um dos quinze maiores produtores de café da cidade à época, encarnava o resultado do caminho trilhado pelo trabalho duro, exatamente as virtudes tanto ressaltadas pelos árabes, que seriam as bases pelas quais haveria a valorização daquela imagem prévia pejorativa tida pelo grupo.

⁴⁶² TRUZZI, 1997, *Op. cit.* p. 150.

Tais características, ao que parece, foram as responsáveis pela importante entrada do elemento árabe no grupo de influência política local.

Mas ao contrário do que possa parecer, a precoce entrada de um árabe no grupo que controla o poder político, dada pela eleição de Scaff, não anunciava uma grande participação da etnia na política local ao longo do período, pelo menos no que se refere à ocupação de cargos eletivos, uma vez que não houve nenhum membro da colônia entre os vereadores e prefeitos rio-pretenses desde então.

Somente na década de 1940 surgiram políticos de relevo entre os *syrios* de Rio Preto, como Waldemiro Naffah (Secretário dos Negócios do governador Ademar de Barros em 1949) e Bady Bassit (prefeito municipal em 1950 e Deputado Estadual em 1955).

Percebe-se porém, que nos distritos e pequenas vilas próximas a Rio Preto a presença do elemento árabe na política era mais comum, havendo esses lugares, desde cedo, a atuação do *syrio* como elemento de força política, como é o caso de Augusto Elias Abufares, vereador e vice prefeito na primeira legislatura da vizinha cidade de Tanabi em 1925⁴⁶³, e José Bauab, membro do Diretório político de Potyrendaba em 1926⁴⁶⁴.

Em Rio Preto, ao que tudo indica as preocupações do elemento árabe estiveram mais voltadas aos seus negócios e atividades, e o grupo não envolveu-se em conflitos políticos de destaque no período, em consonância com a curiosa nota do *A Notícia* de 1929 em referência ao grande comerciante e fazendeiro *syrio* Moysés Miguel Haddad:

Seção Quitutes (Pensamentos, e... preconceitos)

“Por mim pode ser lá quem for o futuro Presidente da República, o que eu quero é vagões para embarcar café”.
Moysés Haddad

((A NOTÍCIA, n.º 1134, P. 1, 09/08/1929).

No entanto, em fins da década de 1920, um curioso episódio envolvendo um importante membro da colônia árabe indica que as idéias políticas não estiveram totalmente descartadas pelo grupo, e revelam a forma de atuação política dos árabes rio-pretenses no período; Nagib Gabriel, presidente da *Associação Comercial*, falsifica ofício da entidade em congratulações à eleição de Victor Bastos para prefeito, inserindo vários elogios ao amigo, atitude que não passou pelo oposicionista *A Notícia*, que lança várias críticas ao presidente da *associação*:

“ELOGIOS DE ENCOMMENDA

⁴⁶³ A NOTÍCIA, n.º 80, P.1, 25/03/1925.

⁴⁶⁴ A NOTÍCIA, N. 234, P. 1, 16/02/1926.

***O Sr. Nagib Gabriel, candidato perpétuo do sr. Victor Bastos, a uma cadeira de vereador, ilude a boa fé dos diretores da Associação Comercial
A posição crítica do Presidente da Associação que falsificou um officio***

“Mas todos sabem das relações do sr. Nagib Gabriel com o sr. Victor Bastos, como também é do conhecimento que o sr. Victor sempre pensou em fazer do sr. Nagib, vereador à Câmara Municipal e que isso constitue o sonho do sr. Nagib.

Pois muito bem.

O officio não agradou ao velho prefeito.

Queria o governador, largos elogios, rasgadas barretadas e d’ahi o sr. Nagib Gabriel substituir o officio...”.
(A NOTÍCIA, n.º 474, p. 1, 30/01/1927).

O elemento árabe, embora não estivesse representado por nenhum membro da colônia nos cargos da Câmara, atuava à sua maneira no meio político local, adquirindo importância ao longo do tempo como grupo influenciador de opiniões e angariador de votos, como demonstram as participações de João Bassit em 1912, e a atuação de Nagib Gabriel em 1927.

E o que fizeram os árabes da colônia local no momento em que passaram a influenciar o meio político? Atuaram no sentido de garantir sua permanência na situação de destaque no meio econômico rio-pretense, origem de todo seu processo de ascensão; defendendo a posição que a duras penas haviam conseguido, os grandes árabes do comércio empreendem uma grande campanha contra o comércio ambulante, que “*muito prejudicava*” os comerciantes estabelecidos, como demonstra a nota do *A Notícia* de fins de 1925:

***“EM BENEFICIO DO COMMERCIO HONESTO
Campanha necessaria***

(...) é justo que a Camara Municipal procure corresponder a essa boa vontade, protegendo o commerciante estabelecido contra a ganancia e a especulação dos vendedores ambulantes, dos mascates, dos homens da prestação.

(...)

A nossa cidade està cheia desses typos indesejáveis que infestam as pensões e às vezes atrevidamente se apresentam às casas particulares.

(...)

Actualmente, disse-nos hontemsympathico gerente de uma das importantes casas da praça, é simplesmente espantoso o numero desses vendedores a prestação, desses ambulantesque muito seriamente prejudicam o negocio do commercio estabelecido e que sempre concorre para todas as iniciativas que visem o bem publico, o progresso da cidade.”.
(A NOTÍCIA, n.º 196, p.1, 06/12/1925)

Por meio da *Associação Comercial*, da qual participavam vários elementos *syrios*⁴⁶⁵, os donos do comércio atacam os ambulantes durante todo o final da década de 1920, sendo constantes nos jornais as referências ao comércio ilegal nas ruas⁴⁶⁶, ou às necessidades de aumento de impostos para aquela atividade⁴⁶⁷.

“Abuso nas feiras e as irregularidades no fechamento do commercio

As providencias da Associação Commercial

Irregularidades no fechamento dos estabelecimentos nos bairros mais afastados e a venda de *artigos de armarinho e quinquilharias* na feira. (*artigos que não são de primeira necessidade*). (A NOTÍCIA, n.º 1354, p. 1, 27/05/1930)

Eram eles agora a pedir proteção da política em defesa de seus interesses, muito embora poucos anos antes, como vimos anteriormente, seus patrícios tenham enfrentado tão grandes dificuldades para inserir-se no mercado local; tudo indica que teriam aprendido a lição.

“Ambulante Multado

Hontem, o funcionário municipal, sr. Brigagão Luccas, multou o vendedor ambulante, Samuel Gumback, de que também apreendeu as mercadorias, por estar exercendo o commercio sem haver pago os impostos municipaes a que estava sujeito.”

(O MUNICÍPIO, n.º 1405, p. 1, 15/08/1928)

A pergunta que nos fica é a seguinte: como pode, em tão curto espaço de tempo, ter mudado tanto o padrão de aceitação do elemento árabe na sociedade local? Que tipo de sociedade permitiria tão rápido processo de inserção social, após várias demonstrações de animosidade? Seria a trajetória árabe realmente um reflexo de uma sociedade extremamente aberta a novos elementos? São perguntas que tentaremos responder a seguir, na análise do processo de transformação das elites locais.

⁴⁶⁵ Fizeram parte da Diretoria da Associação Comercial naquele período os árabes Nagib e João Gabriel, João Bassit e Salomão Elias Abufâres.

⁴⁶⁶ A NOTÍCIA, n.º 203, p. 1, 18/12/1925.

⁴⁶⁷ A NOTÍCIA, n.º 898, p.1, 07/10/1928.

2.2 Novos personagens “das elites” locais: em cena os imigrantes...

Em que medida a trajetória apresentada pelos árabes de Rio Preto demonstra as reais possibilidades de inserção de novos elementos naquela sociedade sertaneja de início de século? Seria indício de que ali se criou um ambiente favorável à chegada e inserção de novos atores, ou ainda, estaríamos falando de uma sociedade francamente aberta?

Walker escreve que nenhuma sociedade é totalmente aberta⁴⁶⁸, mas percebe-se em Rio Preto, desde o início do século XX, a presença de novos elementos, externos ao círculo de habitantes tradicionais, vindos pelo intenso processo de mudanças verificado pela cidade.

O estudo do processo de recomposição da população local, com a constante chegada de novos elementos, e análise da trajetória de alguns indivíduos no caminho de acesso aos grupos de poder local podem-nos ser úteis para o entendimento de algumas destas questões.

Nesse processo, os altos números de crescimento populacional apresentados por Rio Preto também refletiam uma significativa mudança qualitativa, com a chegada de muitos estrangeiros, não apenas colonos, mas também atuando no meio urbano ou como proprietários rurais, vários deles entre os maiores de seu ramo de atividade.

Além disso, desde a instalação da Comarca em 1904, a cidade passa a atrair cada vez mais elementos diferentes, de moradia fixa ou eventual, ligados aos inúmeros processos judiciais agora julgados ali, como os funcionários ligados à administração pública, oficiais de cartório e justiça, além dos vários advogados a rumarem para lá desde o dia da instalação oficial dos trabalhos.

Esses novos elementos serão cada vez mais importantes ao longo do tempo, uma vez que dentre os que chegaram com a Comarca, estão vários indivíduos que ocuparão os mais altos cargos políticos e participarão dos grupos de influência local, como os futuros prefeitos Léo Lerro e Victor Bastos, ambos primeiros serventuários de cartório do fórum local, os advogados João Odorico da Cunha Glória, José Nogueira Noronha e Alceu de Assis, todos com acentuada atuação política, e ainda o engenheiro agrimensor Presciliano Pinto Oliveira, chefe perrepeista na década de 1920.

⁴⁶⁸ WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ed. Ribeirão Preto, Palavra Mágica, 2000. p. 117.

Nesse sentido, o objetivo desta parte do trabalho foi apreender a transformação dos grupos de influência de Rio Preto ao longo do período a que se detém a pesquisa; com exceção do aspecto político eletivo, que discutiremos no final do capítulo em análise específica dos cargos da Câmara, buscamos aqui mapear a inserção de novos atores, principalmente imigrantes, nos diversos grupos de poder locais.

No entanto, não é apenas com a chegada e inserção de novos indivíduos aos grupos de poder que verificamos a mudança nas elites locais; ao lado das elites tradicionais, existentes desde o início da cidade, como as política e econômica, verificamos em Rio Preto ao longo do período o surgimento de uma diversidade de outros grupos de interesses, como esportivos, culturais, empresariais, etc.

Desse modo, tentamos apreender na pesquisa também o processo de surgimento de novos grupos de poder, ligados ao desenvolvimento urbano pelo qual passava a cidade, e que adquiriram alguma importância social no período, tais como *associações de imigrantes, clubes esportivos e culturais*, a importante *Associação Comercial*, além de indivíduos envolvidos coletivamente em grandes projetos comerciais e industriais, como é o caso da “*Cia Melhoramentos de Rio Preto*” e a “*A Construtora*”, grandes empreendimentos surgidos na década de 1920.

Mas quais eram os grupos de influência em Rio Preto no seu início? Qual é a elite que tomaremos como ponto de partida em nosso estudo de mudança? Existiriam várias elites influenciando o poder local naquele fim de século XIX? As poucas fontes encontradas para esse período resumem-se a algumas correspondências e documentos oficiais que tratam da instalação do município, e indicam a presença naquele tempo de um pequeno número de indivíduos, que foram atuantes no processo de desmembramento em 1894, e que ocuparam os primeiros cargos da inicial administração pública.

Naquele mesmo ano foi eleita uma primeira Câmara de vereadores, que era composta por vários daqueles importantes elementos, e que seria substituída dois anos depois, em novas eleições que acompanharam o calendário oficial; uma rápida análise daqueles indivíduos, com informações encontradas na própria *Ata* de apuração das eleições, indica o perfil do grupo que constituiu a primeira elite política local:

Tabela 3 - Vereadores da primeira Câmara de Rio Preto (1894).

NOME	ATIVIDADE	RESIDENCIA
Pedro Amaral -	negociante	Vila
Porfirio Pimentel	negociante	Vila
Luiz Francisco da Silva	Negociante	Vila
Valencio José Barbosa	Lavrador	Município

Francisco Antonio Braga	Lavrador	Município
Luis Pinto de Moraes	Lavrador	Município

Fonte: Livro de Atas da Câmara nº. 1, 29/10/1894.

Percebe-se pela tabela a simplicidade daqueles elementos, uma vez que nenhum vereador da primeira Câmara teve registrada ocupação diferente das de lavrador e negociante; uma vez que as dimensões da vila eram reduzidas, e havendo naquele momento um baixo índice de concentração populacional, entendemos que mesmo os maiores agricultores e comerciantes fossem de pequeno porte, se comparados aos seus congêneres das cidades mais próximas de desenvolvimento anterior.

Além disso, é relevante na tabela a divisão entre aqueles que tinham sua residência na “vila”, todos negociantes, e os lavradores, que vinham descritos como “moradores no município”, residindo nas cada vez mais numerosas e distantes propriedades do imenso território de Rio Preto.

Estes últimos serão de grande importância ao longo do tempo, uma vez que o fluxo de população para as novas terras torna-se gigantesco a partir de meados da década de 1900, fazendo com que ao longo do período surgissem várias vilas em território rio-pretense, onde passaram a atuar diversos chefes políticos que, mesmo sendo de fora da cidade, eram importantes na medida em que eram ligados a um grande contingente populacional, especialmente na década de 1920, quando tais elementos conseguiram impor sua força nas chapas oficiais à Câmara.

Mas não era apenas de minúsculos negociantes e lavradores que vivia a cidade à época; ao passo que se organizava o poder público local, e a vila ganhava contornos urbanos, chegam vindos de Minas Gerais e de regiões mais próximas uma série de indivíduos vindos para atuar nas oportunidades surgidas naquele processo, como por exemplo, fiscais, advogados, professores, etc.

Levando-se em conta que em fins do século XIX a pequena vila não contava com mais do que poucos lavradores e comerciantes, entendemos que tais elementos, embora em pequeno número, trazem importantes transformações nos padrões sociais verificados anteriormente, passando a atuar intensamente na vida local; estes “novos” constituem, em nossa perspectiva, juntamente com aqueles nomes formadores do inicial grupo de controle político, a primeira configuração da elite rio-pretense.

A presença daqueles grupos pode ser verificada na análise de outras fontes selecionadas para a pesquisa, sempre mais numerosas na medida em que inicia-se o século

XX, quando a cidade ganha aspectos mais modernos, e o poder público torna-se cada vez mais organizado em seus registros.

Desse modo, encontramos aqueles elementos inseridos na que entendemos ter sido a primeira “elite econômica” de Rio Preto, encontrada no Edital de convocação para a constituição da “Comissão de Alistamento Eleitoral” do município, em 1905, publicado pela primeira vez no *O Porvir* daquele ano. Tal documento, encontrado por três vezes naquele periódico nos anos de 1905, 1907 e 1908, continha sempre os nomes dos trinta maiores contribuintes locais, divididos entre os quinze maiores pagadores do imposto de *indústria e profissão*, e os quinze maiores contribuintes da taxa *predial*, contidos nos livros de impostos da prefeitura para os anos de 1902, 1905 e 1906⁴⁶⁹.

A análise desta “elite econômica” do início do século XX, em comparação com as informações relativas ao grupo de controle político e aos poucos que empreenderam atividades esportivas ou culturais naquele período, permite uma constatação geral, que tomaremos como quadro inicial para nossa pesquisa: nos primórdios da evolução urbana de Rio Preto, as elites se sobrepunham.

Havia um grande índice de sobreposição entre os poucos nomes encontrados nas fontes, coincidência que pode ser explicada pelo pequeno tamanho da cidade à época, que fazia com que fosse reduzido o número de pessoas capazes de empreender a administração pública ou algum evento cultural, sendo ainda poucas as que, naquele momento, possuíam grandes somas de capitais.

Nesse sentido, era natural que os nomes presentes nos diversos grupos de poder existentes em Rio Preto no início do século XX fossem os mesmos, havendo, no entanto, sensível mudança no decorrer do período, uma vez que na medida em que a cidade crescia, os grupos de influência tendiam a ser cada vez mais variados.

A correspondência entre as elites nos períodos iniciais da República Velha foi ressaltada por Coniff, em estudo sobre a elite política nacional; no entanto, o autor ressalta que no decorrer do tempo, os estratos médios da sociedade passaram a ter acesso aos cargos públicos, e os grupos de poder passaram a ser mais diversificados. Em suas palavras:

“Cabe uma generalização final. Nos primórdios do século XX, a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da

⁴⁶⁹ O Porvir, no. 76, p. 3 19/03/1905; O Porvir, no. 173, p. 3, 01/01/1907; e O Porvir, no. 223, p. 2, 01/01/1908.

classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras.”. (p. 100)⁴⁷⁰.

Além disso, entendemos ser ainda mais difícil uma separação efetiva entre as elites de Rio Preto nos períodos iniciais da pesquisa, uma vez que a própria organização legal dos poderes locais naquele período vinculava os poderes político e econômico. Se analisarmos mais atentamente a fonte que nos oferece a “elite econômica” dos primórdios de Rio Preto, veremos que se trata de uma convocação para a constituição da “Comissão de Alistamento Eleitoral” em 1905:

“EDITAL

O Dr. Antonio de Souza Barros Juiz de Direito nesta comarca de Rio Preto, etc.

Faz saber pelo recebedor da Câmara Municipal, desta cidade, lhe foram enviadas, para os fins do alistamento eleitoral, duas listas das maiores contribuintes, que durante o anno de 1902 pagaram os impostos de industrias e profissões e predial, compondo-se as listas dos nomes seguintes (...). (O Porvir, no. 76, p. 3 19/03/1905)

Essa *comissão*, como sabido, era a responsável pela organização do processo de cadastramento de eleitores, além de fiscalizar o processo eleitoral, validando ou não os votos das respectivas seções; é considerada pelos estudiosos do tema como um dos mais importantes instrumentos de controle do poder político da República Velha.

O que consideramos de vital importância destacar é o fato de que uma parte da elite política, não composta dos membros eletivos, mas importante na medida em que controlava todo o processo eleitoral local, era indicada a partir do aspecto econômico, uma vez que os maiores contribuintes eram sorteados para ocupar os cargos da “Comissão Eleitoral”⁴⁷¹.

Nesse sentido, destacada a sobreposição entre as elites no período inicial da pesquisa, escolhemos como ponto de partida de nossa análise o Edital para a formação da comissão, fonte que propicia a apreensão da elite econômica, indicada nos quinze maiores pagadores do impostos de *industrias e profissões* e nos quinze maiores proprietários territoriais urbanos, e que oferece importantes indícios sobre a constituição da elite política à época, ao delimitar àquele grupo pagador de impostos, a gestão do processo eleitoral.

⁴⁷⁰ CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 100.

⁴⁷¹ Os cargos eram ocupados pelo Juiz de Direito, dois sorteados entre os maiores contribuintes dos impostos de *Industria e Profissão*, dois membros também sorteados entre o imposto *Predial*, todos com seus respectivos suplentes, além de dois indicados pelo Governo Municipal.

Além disso, tal fonte adquire importância na medida em que oferece os nomes dos contribuintes em três diferentes editais publicados ao longo dos primeiros anos do século passado, possibilitando, na comparação entre as listas, a apreensão da entrada de novos elementos naquele grupo desde o início da evolução urbana do município.

Tabela 4 - Lista dos contribuintes dos impostos de indústrias e profissões e predial 1902.

Indústrias e Profissões		Predial	
NOME	QUANTIA (Réis)	NOME	QUANTIA (Réis)
1. Benedicto Tavares da Silva Lisboa	183\$000	1. José de Assis Pereira e Silva	42\$000
2. Antonio da Silva Braga	100\$000	2. Antonio do Carmo Lisboa	27\$000
3. Antonio de Almeida Funchal	50\$000	3. Pedro do Amaral Campos	42\$000
4. José Severino do Amaral Salles	50\$000	4. Ezequiel Guimarães Corrêa	21\$000
5. Luiz Pinto de Moraes	50\$000	5. José Ferreira Julio	18\$000
6. Crecêncio José Carlos	50\$000	6. Antonio Luiz Pimentel	12\$000
7. José do Carmo Lisboa	50\$000	7. Justino da Cruz Figueiredo	12\$000
8. Manoel Dutra de Sant'Anna	50\$000	8. José de Almeida Mesquita	9\$000
9. Lourenço Antonio de Siqueira	50\$000	9. Ernesto de Assis Benfica	9\$000
10. Adolpho Guimarães Corrêa	50\$000	10. Graciano Martins da Silva	9\$000
11. Eustaquio de Souza Viana	50\$000	11. Joaquim Pinheiro da Silva	6\$000
12. José Alves de Magalhães	50\$000	12. José Salles Filho	6\$000
13. Vicente Gonçalves dos Santos	50\$000	13. José Felix da Silva	4\$000
14. Lindolpho Corrêa	40\$000	14. Theodolino José de Paula	4\$000
15. Martinho Ysidoro Gonçalves	50\$000	15. João Barbosa do Amaral	4\$000

Fonte: O Porvir, no. 76, p. 3 19/03/1905.

Tabela 5 - Lista dos contribuintes dos impostos de indústrias e profissões e predial 1905.

Indústrias e Profissões		Predial	
NOME	QUANTIA (Réis)	NOME	QUANTIA (Réis)
1. José de Assis Pereira e Silva	456\$000	1. Antonio do Carmo Lisboa	60\$000
2. Alf. Polinice Celere comerciante	403\$000	2. Benedicto Tavares da Silva Lisboa	45\$000
3. cel. Adolpho Guimarães Corrêa	203\$000	3. cel. Adolpho . Corrêa	30\$000
4. Benedicto Tavares da Silva Lisboa	183\$000	4. Lindolpho Corrêa	27\$000
5. Antonio da Silva e Souza	168\$000	5. Ezequiel G. Corrêa	21\$000
6. Antonio de Souza Rego	168\$000	6. José de Assis Pereira e Silva	21\$000
7. Antonio do Carmo Lisboa	163\$000	7. Pedro Amaral Campos	21\$000
8. Luiz Góes Pietsh	163\$000	8. Justino da Cruz Figueiredo	12\$000
9. João Carlos do Val	159\$000	9. Major Emygdio de Oliveira Castro	6\$000
10. José Garcia de Andrade	50\$000	10. Tenente Ernesto de Assis Benfica	12\$000
11. José do Carmo Lisboa	50\$000	11. Joaquim Pinheiro da Silva	6\$000
12. Lindolpho Corrêa	43\$000	12. Belmiro José Gomes	6\$000
13. Bernardino Mendes	43\$000	13. José Felix da Silva	6\$000
14. Augusto Cezar Corrêa Sobrinho	40\$000	14. Bernardino Mendes	6\$000
15. Joaquim Pinheiro da Silva	33\$000	15. João Barbosa do Amaral	6\$000

Fonte: O Porvir, no. 173, p. 3, 01/01/1907.

Observamos em Rio Preto três diferentes fases de composição dos grupos de poder, marcadas pelos diferentes processos e acontecimentos verificados pela cidade à época,

períodos que entendemos ser importantes referências em nosso objetivo de apreensão da transformação das elites.

Posteriormente àquela primeira fase de predomínio dos primeiros povoadores, que foram atuantes no inicial processo de emancipação em finais do XIX e que constituíram, em nossa perspectiva, a “primeira elite” local, entendemos terem acontecido duas outras fases de grandes mudanças qualitativas que viriam alterar aquele panorama social.

Tabela 6 - Lista dos contribuintes dos impostos de indústrias e profissões e predial 1906.

Indústrias e Profissões		Predial	
NOME	QUANTIA (Réis)	NOME	QUANTIA (Réis)
1. Ugolino Ugulini	200\$000	1. Benedicto Tavares da Silva Lisboa	69\$000
2. Roberto Braudd	170\$000	2. Antonio do Carmo Lisboa	65\$000
3. José do Carmo Lisboa	90\$000	3. Cel. Adolpho . Corrêa	57\$000
4. João Odorico da Cunha Glória	70\$000	4. Lindolpho Guimarães Corrêa	43\$000
5. José Garcia de Andrade	54\$000	5. José Ferreira Julio	36\$000
6. João Carlos do Val	50\$000	6. Jorge José botequim	30\$000
7. Dionízio Ferreira Diniz	50\$000	7. José de Assis Pereira e Silva	24\$000
8. Belmiro José Gomes	163\$000	8. cel. Ezequiel Guimarães Corrêa	21\$000
9. Augusto Cezar Corrêa Sobrinho	159\$000	9. Martinho Isidoro Gonçalves	18\$000
10. José de Oliveira Netto	50\$000	10. Thobias Manoel Antonio	15\$000
11. João Maceno	40\$000	11. Carlos Baptista de Souza	12\$000
12. Luiz Góes Pietsh	40\$000	12. Antonio do Amaral Salles	12\$000
13. Joaquim Pinheiro da Silva	30\$000	13. José dos Santos Lisboa	12\$000
14. José Martins Lemos	20\$000	14. João Gomyde	9\$000
15. Bento Zeferino de Sene	15\$000	15. João Baptista França	6\$000

Fonte: O Porvir, no. 223, p. 2, 01/01/1908.

A primeira é a iniciada com a instalação da Comarca em 1904, que atrairia para a cidade a partir daquela data elementos que consideramos “*ilustrados*” em comparação aos locais; tais indivíduos terão ao longo do tempo destacada atuação social além de apresentar uma efetiva inserção nos grupos de poder da cidade.

Somado-se a isso, entendemos haver tido naquele período outro importante fator de transformação qualitativa das elites: a inserção do contingente imigrante. O intenso processo de crescimento populacional da cidade refletia-se na chegada maciça de estrangeiros, que mesmo em pequenos contingentes já estavam presentes na cidade desde o início do século, e que com o passar do tempo promoveram uma importante alteração nos padrões das elites locais.

O primeiro grupo de poder local, como vimos, era composto de um reduzido número de pequenos negociantes e lavradores; esta “elite fundadora” era composta pelos primeiros elementos a ocuparem as terras da região, em especial famílias mineiras vindas desde o início do século XIX, além de indivíduos ligados a outras áreas paulistas mais próximas, como as regiões de Araraquara, São Carlos e Jaboticabal.

Destacam-se nesse período os Seixas Ribeiro, os Mesquita, os Silvério, os Paula Ribeiro, Pires de Godoy, que entre outras famílias foram importantes no processo de emancipação em 1894, e que formariam a base dos primeiros “donos” do lugar⁴⁷².

A estes antigos moradores uniram-se indivíduos chegados em decorrência do processo de evolução urbana e administrativa da localidade, ocupando cargos oficiais que naquele momento se faziam necessários, como, por exemplo, fiscais para cobrar os impostos dos cada vez mais numerosos estabelecimentos comerciais surgidos ali, professores, que viriam atuar nas recém criadas escolas, bem como advogados, agora contratados oficialmente pela recém criada Câmara.

Ressalte-se ainda que esse grupo de novos elementos ligados ao primitivo processo de organização da municipalidade era composto de indivíduos vindos também das regiões que haviam fornecido os primeiros contingentes populacionais do local, como as antigas regiões mineiras, além das cidades mais próximas, como Jaboticabal, que controlava a organização legal da localidade.

Tomemos como exemplo o fiscal do comércio Pedro Amaral Campos, nomeado pela Câmara de Jaboticabal em finais do XIX, que tornou-se o primeiro chefe político local, ou ainda o caso do primeiro advogado da municipalidade, Ezequiel Guimarães Corrêa, natural de Minas Gerais, mas que havia tido uma bem sucedida carreira profissional e política em Jaboticabal antes de aportar em terras rio-pretenses. A presença deste último foi a que possibilitou a chegada do primeiro professor municipal masculino, nomeado em 1897, Adolpho Guimarães Corrêa; mineiro vindo de Poços de Caldas, onde havia sido solicitador e jornalista, seria no futuro próximo o chefe político local.

Tais elementos, chegados ainda em fins do XIX, serão como vimos de grande importância no desenvolver da cidade, e constituem, juntamente com os antigos moradores, o que consideramos ser a primeira fase de composição da elite local. A lista dos maiores contribuintes de 1902 (tabela IV) demonstra a importância destes elementos, que estão entre os principais proprietários locais, como Pedro Amaral, terceiro maior imposto predial, ou

⁴⁷² GOMES, *Op. cit.*, p. 73-80.

ainda Luiz Pinto de Moraes, quinto maior imposto de *profissões*, ambos vereadores nas primeiras Câmaras.

Além destes, destacam-se também na elite econômica de início de século os nomes dos mineiros Guimarães Corrêa, que como vimos vieram em fins do XIX participar do início da organização local, e já em 1902 estavam entre os maiores proprietários nos impostos.

Além de Ezequiel G. Corrêa, que viera como advogado da primeira Câmara, e naquele ano foi o quarto maior pagador do imposto predial, encontramos entre os nomes dos contribuintes de *industrias e profissões* os nomes de Adolpho G. Corrêa e seu sobrinho Lindolpho G. Corrêa, respectivamente décimo e décimo quarto maiores impostos daquele ano.

Ressalte-se que todos eles, Adolpho, Ezequiel e Lindolpho tiveram destacada atuação política na cidade, o primeiro como vereador e chefe político durante toda a década de 1900, e os outros dois como Juizes de Paz, Ezequiel de 1902 a 1907 e Lindolpho de 1908 a 1913, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 7 - Juizes de Paz de Rio Preto (1896-1913).

1896-1899	1905-1907
João Dulcídio Pereira de Mesquita	Ezequiel Guimarães Corrêa
João Bernardino Seixas Ribeiro	Marcolino Marques da Costa
Antonio Silvério Baptista	José Ferreira Julio
1899-1901	1908-1910
Luiz Francisco da Silva	Lindolpho Guimarães Corrêa
José Severino do Amaral Salles	Luiz Góes Pietsch
Valencio José Barbosa	Francisco de Paulo Lisboa
1902-1904	1911-1913
Ezequiel Guimarães Corrêa	Lindolpho G. Corrêa (reeleito)
Luiz Pinto de Moraes	Francisco de Paula Lisboa (reeleito)
Valencio José Barbosa	Faustino Corrêa de Almeida

Fonte: CAVALHEIRO, *ALBUM DA COMARCA DE 1929*, Cap. IX – Administração Pública de Rio Preto, s/n.

A análise dos nomes ocupantes do importante cargo de Juizes de Paz ao longo da primeira década do século XX demonstra a incorporação daqueles recentes participantes da vida local chegados ainda em fins do XIX, uma vez que indicam a presença daqueles novos elementos em substituição aos antigos.

Nas duas primeiras legislaturas, encontramos como Juizes de Paz antigos indivíduos participantes da fundação da cidade, como João Bernardino Seixas Ribeiro e João Dulcídio Pereira de Mesquita, juizes em 1896, ou ainda vários dos primeiros organizadores do poder público, como José Severino do Amaral Salles e Luiz Pinto de Moraes: juizes eleitos

respectivamente em 1899 e 1902, o último também fora também vereador à Câmara desde 1896 e, se bem observado, veremos que estes dois estavam entre os maiores poderes econômicos locais desde a lista de contribuintes de 1902.

Além destes, a tabela VII também demonstra que a partir de 1902 outros nomes passam a ocupar os cargos, agora incluindo vários daqueles novos elementos constituintes da primeira elite, como é o caso dos Guimarães Corrêa, sempre importantes contribuintes entre os locais; além destes, destacam-se entre os juizes de paz os nomes de Ferreira Júlio e Luiz de Góes Pietsch, eleitos no final da primeira década do século, e que como demonstram as tabelas IV, V e VI, também estavam entre os maiores contribuintes do período.

O que pretendíamos demonstrar até aqui era a grande sobreposição entre os nomes dos detentores dos poderes econômico e político nos primeiros momentos de nosso período de pesquisa, que, como visto, devia-se ao pequeno número de moradores, majoritariamente constituídos de pequenos proprietários lavradores, precários negociantes sertanejos, além de pouquíssimos “ilustrados”, que logo adquirem importância na vila.

No entanto, ainda em meados da primeira década do século, um importante fato novo viria transformar aquele cenário: a criação da Comarca, que promove profundas transformações sociais, não refletida necessariamente em números, mas de grandes mudanças qualitativas, atraindo à cidade uma série de indivíduos ligados dos mais diferentes modos ao recém criado judiciário local.

A presença destes “novos atores” na vida local é verificada desde o dia da inauguração do Fórum, e inicia o que entendemos ser a segunda fase de composição da elite de Rio Preto, bem mais diversificada que a anterior, ainda que composta de poucos indivíduos.

Tomemos como exemplo o pomposo evento oficial de instalação da Comarca em 5/10/1904, provavelmente o maior evento social de toda a década, descrito meticulosamente pelo *O Porvir*, ao qual comparecera o Deputado Estadual Antonio Olimpio Rodrigues; além de diversos representantes da sociedade local, o evento contou com a presença de vários novos elementos, ligados ao Fórum, que agora conviveriam com os antigos moradores, como demonstra a lista dos presentes publicada no jornal:

Tabela 8 - Lista de presentes na instalação da Comarca publicada no jornal *O Porvir* – 1904.

João Bernardino Seixas Ribeiro – Fundador desta localidade
José de Assis Pereira e Silva – Negociante
Dr. Odorico Glória – Advogado
Cap. Galdino Lopes – Solicitador

Dr. F. Faggiani – Médico
Dr. Licínio Barbosa – Advogado
Dr. Gastão de Sá – Advogado
F. Rocha – advogado
Dr. José Aniceto de Paula Cândido – Advogado
Cap. João Manoel de Oliveira – Delegado
Cap. Benedicto Lisboa – Pharmacêutico
José dos Santos Lisboa – Negociante
Paschoal Bevilacqua – Negociante
Cap. Roque Alves de Magalhães – Membro do Diretório
Gilberto Lex – Pharmacêutico
Lindolpho Corrêa – Delegado de Polícia
Cap. Luiz Francisco da Silva
José Pimenta
Antonio G. Baptista Gonçalves
Ten. Cel .Ezequiel Corrêa – Primerio Juiz de Paz
Bernardino Mendes – Vereador
Fructoso José de Figueiredo – Vereador
Marcolino Marques – Vereador
Major Emygdio de Oliveira Castro – Vereador
Dr. Francisco Crespo – Agrimensor
Dr. José Serrantoni – Agrimensor
Major José de Almeida Mesquita – Membro do Diretório
P. Antonio Purita – Vigário
Joaquim Pinheiro da Silva
Dário Lisboa
Dyonísio Ferreira Diniz – Subdelegado
Francisco Pereira – Lavrador
Manoel Leão
Cincinato Homem – Representante do “O Porvir”
Belmiro Gomes – Representante do “O Porvir”
Francisco Ignácio de Carvalho
Thomás Teixeira de Carvalho
Dr. Portugal Freixoto – Engenheiro
Marcionillio de Mello – Oficial de Justiça
Francisco Cyrillo Fernandes – Oficial de Justiça
João Baptista Freire – Oficial de Justiça
Joaquim Bernardino Ribeiro – Oficial de Justiça
Victor de Britto Bastos – Escrivão Cartório 1º. Ofício
Léo Lerro – Escrivão Cartório 2º. Ofício
Cel Spinola Castro – Escrivão Registro Hypotecas

Fonte: O PORVIR, no. 62, p. 2, 13/10/1904.

A lista de presentes indica a medida da cisão entre os antigos moradores, representados pelos elementos de destaque da sociedade local, e os novos personagens, em tudo diferentes dos negociantes e lavradores que constituíam a inicial elite local: ao lado dos funcionários do foro, havia já na inauguração, a presença de advogados e solicitadores, que aos montes rumariam agora para a verdadeira mina de riquezas que se tornou o “negócio” de terras na região abrangida pela enorme comarca.

Juntamente a estes, e também ligados ao “grande negócio” da justiça de terras daquele momento, são indicados na lista alguns engenheiros agrimensores, que passaram a ser

cada vez mais freqüentes em passagens pela cidade, onde permaneciam por pouco tempo, embrenhando-se novamente nas matas em trabalho de medição oficial das propriedades em demanda.

Ressalta-se nesse processo o fato de que a justiça naquele momento era paga geralmente em terras, e tanto os advogados que requeriam os nem sempre honestos direitos sobre as propriedades, quanto os engenheiros envolvidos nos inúmeros processos de metragem judicial, logo transformar-se-iam em grandes proprietários na comarca.

Além disso, vários destes novos elementos ocuparam importantes papéis e cargos ao longo do tempo, como por exemplo os futuros prefeitos locais Victor Britto Bastos e Léo Lerro, primeiros escrivães do fórum, e o também cartorário cel. Spinola de Castro, influente membro do Diretório do PRP na década de 1900.

Nesse sentido, ressalta-se também naquele período a grande presença dos advogados, que logo adquiriram relevo social e que terão ao longo do tempo importante papel nas administrações políticas locais, especialmente nas décadas de 1910 e 20, quando constituem boa parte dos indivíduos a ocuparem as cadeiras da câmara, além de também serem bacharéis grande parte dos prefeitos locais no período.

Imagem 5 – Propaganda advogados – 1905.
Fonte: O PORVIR, nº. 72, p. 4, 19/02/1905.

Imagem 6 - Propaganda advogados – 1905.
Fonte: O PORVIR, nº. 74, p. 4, 05/03/1905.

A presença dos novos elementos chegados com a Comarca já é sentida na elite econômica de 1906, presente na tabela VI, que indica a inserção de nomes ligados a atividades forenses entre os maiores contribuintes, como verificado com a presença do italiano Ugolino Ugolini, um dos mais atuantes engenheiros locais nas demarcações judiciais no período, que naquele ano foi o maior pagador do imposto de profissões.

Além deste, destaca-se o nome de João Odorico da Cunha Glória, atuante advogado dos primeiros tempos que em 1906 foi o quarto maior contribuinte da cidade, tendo

também papel de destaque na política local ao longo da primeira década do século, quando foi membro do Diretório do PRP e vereador à Câmara.

Ressalte-se ainda a presença econômica de Adolpho G. Corrêa, que aproveitando experiência anterior passa a atuar como advogado provisionado desde o início dos trabalhos do fórum local em 1904, o que ao que parece deu ótimos resultados, uma vez que encontramos seu nome entre os maiores poderes econômicos ao longo de toda a primeira década do século, sendo o terceiro maior contribuinte de profissões da cidade em 1905, e também o terceiro maior proprietário urbano nos impostos no ano de 1906, como indicado nas tabelas V e VI.

No entanto, a chegada destes novos elementos durante o final da primeira década do século passado será refletida nos grupos de influência local não apenas na medida em que, como visto, logo inseriam-se nos grupos de poder político e econômico.

Percebe-se também desde cedo a atuação destes “novos” na sociedade local, como participantes de atividades em prol da comunidade, como por exemplo na reforma do jardim local e instalação do coreto, em 1905; um dos vários empreendimentos públicos que pediam auxílio financeiro à sociedade naquele período, a construção do coreto contou com a colaboração de vários elementos de destaque na localidade, cujos nomes foram publicados no *O porvir* de outubro de 1905 e muito nos auxiliaram na apreensão da inserção daqueles novos atores na sociedade rio-pretense.

Tabela 9 - Lista de doadores verbas para construção do coreto – 1905.

nome	Quantia (réis)
Cel. Adolpho	50.000
Dr. Francisco Crespo	40.000
Victor de Brito Bastos	25.000
Manoel Bento da Cruz	20.000
João Baptista Freire	5.000
Leo Lerro	20:000
João Gomyde	20:000
Belmiro Gomes	10:000
Emygdio de Castro	10:000
Pery	10:000
José A. Mesquita	10:000
Luiz Francisco da Silva	5:000
José de Assis Pereira e Silva	5:000

Fonte: *O PORVIR*, no. 112, p. 2, 26/10/1905 e *O PORVIR*, no. 113, p. 2, 29/10/1905.

A análise da tabela permite constatar que entre os que haviam contribuído até aquele momento, encontram-se, ao lado dos poderosos locais, vários dos que vieram ligados aos trabalhos judiciais a partir de 1904; dos treze nomes, pelo menos cinco referem-se àqueles

novos elementos como o advogado Manoel Bento da Cruz e os cartorários Léo Lerro, Victor Britto Bastos e João Gomyde. Além destes, destacam-se entre os doadores aqueles elementos da cidade que ocuparam cargos administrativos no Fórum, como José de Assis Pereira e Silva, coletor, e Belmiro Gomes, contador e partidor da justiça local.

Desse modo, se somados aqueles locais que também tinham relações com os trabalhos da Comarca, estes elementos constituem mais da metade dos que contribuíram para com o coreto municipal; se comparados aos três nomes representantes da Câmara Municipal, Adolpho G. Corrêa, Emygdio de Oliveira Castro e José Almeida Mesquita, indicam não apenas que a sociedade rio-pretense havia mudado, mas que estes novos indivíduos inseriram-se rapidamente, participando de forma ativa dos projetos públicos.

Tomemos como exemplo o grupo incorporador do maior empreendimento econômico da primeira década do século passado, a “*Companhia Melhoramentos do Rio Preto*”, que tinha por objetivos estabelecer uma linha de comunicação com a estrada de ferro mais próxima, a instalação de telefones e a abertura de estradas de rodagem no vasto território do município.

Imagem 7 – Propaganda “*Cia Melhoramentos do Rio Preto*” – 1904.

Fonte: O PORVIR, n°. 68, p. 4, 12/12/1904.

Muito provavelmente amparada pela presença política de um dos seus proprietários, Adolpho G. Corrêa, no processo de concessões para a implementação daquelas melhorias, os nomes dos incorporadores revelam a presença do advogado Manoel Bento da

Cruz, que como visto no capítulo 2 foi importante coronel na região de Bauru, e do engenheiro Francisco Crespo, todos recém chegados e ligados aos novos trabalhos judiciais.

Além disso, os novos elementos atuaram ainda como promotores dos primeiros empreendimentos culturais da cidade, surgidos ainda naquela década inicial do século XX, como por exemplo a criação dos primeiros jornais locais, que muito provavelmente vieram a reboque das atividades forenses, uma vez que grande parte dos espaços dos periódicos deste início de século era ocupada pelos editais e publicações oficiais obrigatórias, que constituíam-se em importante fonte de recursos.

E é com essa perspectiva que entendemos a fundação, em 1903, do primeiro jornal de Rio Preto, *O Porvir*, de propriedade do então chefe político Adolpho G. Corrêa; vendido posteriormente a Benedicto Tavares de Oliveira, que passa a ser seu diretor e redator por todo o período em que circulou, o periódico era o único jornal local existente no início do século, e trazia todos os principais editais judiciais e municipais daquele período, os primeiros da Comarca.

Somados ao *O Porvir*, destacam-se no período outros periódicos com os quais também contamos na presente pesquisa, em especial *O Poder Moderador* e o *A Cidade*; o primeiro foi fundado em agosto de 1910, para concorrer com *O Porvir*, pelos portugueses Gastão de Sá, advogado ao foro, e Manoel Fernandes Brito, grande comerciante à época. O *A Cidade* surgiu em 1912, a partir da compra do *Poder Moderador* pelo professor José Palma, e circulou ao que parece até 1925, quando encontramos referências suas no *A Notícia*, em artigos de crítica ao sistema de abastecimento de água local.

Além destes, entendemos ser importante destacar o surgimento, ainda na primeira década do século passado do *O Rio Preto*, fundado por João Odorico da Cunha Glória em 1907; embora não tenhamos conseguido números preservados deste jornal, encontramos referências sobre sua existência nos outros jornais do início do século e no *Álbum de 1929*. Ressalta-se que o periódico foi o segundo surgido em terras rio-pretenses, e mesmo tendo circulado por pouco tempo, foi importante na medida em que constituiu no período a base de um grupo de oposição política.

Mas esta “elite cultural” dos primeiros tempos não seria composta apenas por aqueles que empreendiam os pasquins locais; verifica-se logo a partir de meados da primeira década o surgimento de vários empreendimentos sociais, dos mais diferentes tipos, como são exemplo a “*Sociedade Musical 17 de Junho*”, o “*Club Athletico sportivo*”, e a “*Associação Theatral Riopretense*”, todos iniciados em 1906.

As duas primeiras surgiram respectivamente em abril e maio daquele ano, e contavam em suas diretorias com vários indivíduos de destaque à época, dentre os quais estavam também vários daqueles novos elementos, funcionários e advogados, que ao que parece movimentaram a vida dos rio-pretenses no início do século.

Tabela 10 – Diretoria do “Club Athletico Sportivo” – 1906.

Presidente
Gilberto Lex
Secretário
Léo Lerro
Thesoureiro:
Belmiro Gomes
Chefe de sport
Dr. Gastão de Sá

Fonte: O PORVIR, no. 135, p. 2, 09/04/1906.

Tabela 11 - Diretoria da “Sociedade Musical 17 de Junho” – 1906.

Presidente
Adolpho Corrêa
Vice-presidente
Major Léo Lerro
Secretário
Belmiro Gomes
Thesoureiro
Lindolpho Corrêa
Procurador
Nicolau Lerro
Conselho Fiscal
Dr. Gastão de Sá
Major Victor Bastos
Gilberto Lex

Fonte: O PORVIR, no. 139, p. 3, 06/05/1906.

Nota-se pela análise das tabelas, que além de serem cada vez mais comuns, tais atividades contavam com a participação de vários dos indivíduos recém chegados; no entanto, devido às pequenas proporções da cidade, e ao número relativamente pequeno destes ‘novos’, os nomes dos empreendedores destes variados empreendimentos sociais são geralmente os mesmos.

Tomemos como exemplo o tabelião Léo Lerro, secretário do clube esportivo e vice-presidente da sociedade musical; ou ainda o advogado Gastão de Sá, também presente nas duas diretorias, além de Belmiro Gomes, tesoureiro da sociedade esportiva e secretário da associação musical.

E a análise da tabela XII com a diretoria da “*Associação Theatral Riopretense*” confirma a assertiva anterior, indicando por exemplo a presença o farmacêutico Gilberto Lex

como vice-presidente da entidade, quando também fora presidente do clube esportivo e conselheiro da sociedade musical, além da constante presença de Belmiro Gomes, quase sempre secretário daqueles grupos e um dos mais ativos elementos da sociedade local no início do século.

Tabela 12 – Diretoria da “Associação Theatral Riopretense” - 1912.

José Molina Quartim – presidente
Gilberto Lex – vice-
Belmiro Gomes – 1º. Secretário
João Gomyde – 2º. Secretário
Conselho Fiscal
Dr. A. Serpa
Lindolpho Corrêa
José Musegante
suplentes
dr. Arlindo Carneiro
Lafayette Spinola
Caetano Albernaz

Fonte: O PODER MODERADOR, n.º. 32, p. 2, 21/01/1912.

Sem nunca efetivar a construção do teatro, a associação durou até fins da década de 1920, sempre ligada àqueles primeiros elementos organizadores do início do século, como demonstra a convocação de uma assembléia entre os sócios publicada no O Município⁴⁷³ em julho de 1927, que foi assinada por Adolpho G. Corrêa e Belmiro José Gomes, membros desde fundação e que eram respectivamente presidente e 1º. Secretário da entidade naquele ano.

Como visto, nos períodos iniciais do século XX havia uma grande sobreposição entre os nomes dos indivíduos que compunham os grupos de poder; naquele momento, muito embora tenha sido importante a mudança social verificada com a chegada daqueles novos elementos a partir de 1904, a sociedade local ainda era limitada a poucos indivíduos, situação que garantia uma uniformidade nos nomes dos grupos de poder.

Entendemos, porém, que o maior fator de transformação nas elites locais à época era a cada vez maior presença de estrangeiros naquela sociedade, que como demonstrado pelos árabes, estavam presentes desde os primeiros tempos na cidade. No decorrer do período, o número destes indivíduos cresce vertiginosamente, fazendo com que sua presença seja refletida naqueles grupos detentores do poder local.

Nesse sentido, inicia-se com esse processo o que entendemos ser a terceira fase de composição da elite rio-pretense, que principalmente nas segunda e terceira décadas do século

⁴⁷³ O MUNICÍPIO, n.º. 1117, p. 2, 30/07/1927.

passado, e acompanhando o processo de urbanização da cidade, amplia-se constantemente com a incorporação de novos elementos, em especial, os imigrantes.

Ressalte-se que desde o início do século passado, ao mesmo tempo em que chegavam seus patrícios colonos, e no caso local até mesmo antes destes, havia em Rio Preto indivíduos estrangeiros de grande porte comercial, além de profissionais liberais como médicos e engenheiros.

Tomando como base a atividade comercial, percebemos que, embora com pequeno contingente, o elemento estrangeiro marcava presença no comércio local desde cedo, sendo várias as referências a estabelecimentos pertencentes a estrangeiros nas propagandas dos jornais já na primeira década do século XX.

Imagem 8 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1906.

Fonte: O PORVIR, nº. 127, p. 4, 04/02/1906.



Imagem 9 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1912.

Fonte: A CIDADE, nº. 59, p. 3, 27/07/1912.

Imagem 10 – Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1912.

Fonte: A CIDADE, nº. 46, p. 4, 27/04/1912.

Diferentemente do verificado pelos árabes, a imagem do elemento estrangeiro esteve menos relacionada a conotações negativas; pelo contrário, a imagem do estrangeiro, italianos, espanhóis, portugueses, alemães, etc., era sentida de forma positiva pela sociedade local; é o que se entende ao encontrarmos nas propagandas de negócios ou serviços oferecidos por estrangeiros, presentes nos jornais da época, onde a origem estrangeira era reafirmada, atraindo os cada vez mais numerosos patrícios, ou ainda utilizada como garantia de qualidade nos serviços.

Fonte: O PODER MODERADOR, no. 13, p. 3, 05/10/1911.

Imagem 11 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1911.

Imagem 12 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1912.

Fonte: A CIDADE, nº. 37, p. 3, 24/02/1912.

A população local agora poderia contar com um considerável leque de serviços, executados por profissionais especializados, que garantiam uma qualidade muito superior de seus produtos, em comparação com os que eram encontrados na cidade antes de sua chegada; exemplo disso era a especialização dos italianos no ramo da construção civil.

Imagem 13 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1925.
Fonte: A NOTÍCIA, no. 58, p. 4, 21/02/1925.



Imagem 14 – Propaganda profissional imigrante – 1904.

Fonte: O PORVIR, nº. 57, p. 4, 15/09/1904.

Se levado em conta as pequenas dimensões da cidade naquele período, e ainda o reduzido número de profissionais especializados ou com formação superior existentes à época, observa-se a importância do elemento estrangeiro naquela sociedade, que além dos mais diferentes ramos e atividades comerciais, também fornecia grande parte dos profissionais especializados que trabalhavam em Rio Preto naquele início de século, como os raros médicos e engenheiros que passam a ocupar os espaços de propagandas dos jornais locais.

Imagem 15 - Propaganda profissional imigrante – 1911.
Fonte: O PODER MODERADOR, no. 10, p. 2, 23/09/1911.

Imagem 16 - Propaganda profissional imigrante – 1912.
Fonte: A CIDADE, nº. 59, p. 3, 27/07/1912.

E o processo de chegada do imigrante é intenso durante todo o período de pesquisa, e ainda que o fluxo migratório não fosse constante, como visto, variando de acordo com o ritmo do cultivo do café, ao longo das primeiras décadas do século XX Rio Preto transforma-se num dos grandes centros de atração de mão-de-obra estrangeira no Estado de São Paulo.

A cidade se inundava da presença de estrangeiros, que tornam-se mais do que comuns no local, chegando em fins de 1920 a representar boa parte da população e a

controlar, seguramente, a metade dos estabelecimentos comerciais existentes à época. Ilustrativo exemplo dos efeitos do “mar” estrangeiro naquela sociedade desde o início do século, é o caso do italiano Francisco Perrone, proprietário do *Salão Americano*, que em anúncio no jornal *O Poder Moderador* em 1911, comunica a mudança do estabelecimento para novo prédio, “na rua General Glicério, onde funcionava a ‘Sellaria Germam’”.

Imagem 17 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1911.
Fonte: O PODER MODERADOR, nº. 2, p. 3, 23/08/1911.

Imagem 18 - Propaganda estabelecimento comercial de propriedade imigrante – 1911.
Fonte: O PODER MODERADOR, nº. 9, p. 1, 17/09/1911.

A chegada em massa do elemento imigrante em terras rio-pretenses, como visto no primeiro capítulo, teve contornos bem definidos e esteve ligada ao desenvolvimento do complexo cafeeiro, que trazia ao interior paulista um enorme contingente de trabalhadores, imigrantes e nacionais, de diversas maneiras ligados àquele processo, seja como colonos assalariados, artesãos, comerciantes ou proprietários.

Desse modo, a partir da intensificação da ocupação das terras locais, que se dá a partir da década de 1910, a chegada do elemento estrangeiro é constante, registrando altas concentrações de imigrantes ao longo do período, de várias etnias, como podemos observar nos dados fornecidos por Camargo; ressaltando a alta concentração de imigrantes na região Araraquarense em 1920, o autor registra naquele ano 22 mil estrangeiros apenas em São José do Rio Preto, que teria dobrado este número em 1934, apesar dos vários desmembramentos por que passou o município⁴⁷⁴.

E é constante o processo de chegada destes novos elementos no decorrer do período, e se a cidade já era importante centro de concentração imigrante em 1920, quando por exemplo constituía a terceira maior colônia espanhola do interior do Estado, perdendo apenas para Ribeirão Preto e Santos, em 1940, estão na região as maiores colônias italiana e colônia espanhola de São Paulo.

Desse modo, os grandiosos números do fluxo de estrangeiro para a cidade refletem-se em sua cada vez maior presença naquela sociedade; em pouco tempo estavam presentes em todos os principais ramos de atividades comerciais, inclusive como proprietários dedicados ao café, além de constituírem boa parte daqueles que dedicavam-se aos projetos sociais, participando de todos os grandes empreendimentos daquele gênero no período.

⁴⁷⁴ CAMARGO, *Op. cit.*, (Tabelas escolhidas).

Tomemos como exemplo da ‘ocupação estrangeira’ verificada à época nas terras rio-pretenses a lista de contribuintes do imposto da Coletoria Estadual⁴⁷⁵ para o ano de 1927; o documento indica uma impressionante presença imigrante entre os proprietários de estabelecimentos comerciais, representando mais de 65% de todos os negócios registrados. Do total de 566 estabelecimentos encontrados, 379 são de propriedade imigrante.

Naquele período, além de compor boa porcentagem dos negociantes e artesãos locais, numa proporção muito maior que sua participação em números absolutos na composição da população local, o elemento estrangeiro figura durante a década de 1920 entre os grupos de maior poder econômico da cidade. Exemplo disso são os nomes dos maiores contribuintes da mesma *Coletoria Estadual* para 1929⁴⁷⁶, presentes na tabela abaixo.

Tabela 13 - Maiores contribuintes Coletoria Estadual – 1929 (mais de um conto de réis).

nome	valor
1. Chaim José Elias – agencia bancaria	6:000\$000
2. Moysés M. Haddad & Cia - acc. Aut.	5:625\$000
3. Cia Transporte e Melhoramentos – aut. acess.	5:624\$000
4. Moysés M. Haddad & Cia – Ferragens, etc.	2:250\$000
5. Gaete & Cia – cereaes, ben. arroz e café.	1:687\$000
6. Homsí & Irmão – cereaes e bem.	1:687\$000
7. João Gabriel & Irmão – cereaes, bem. arroz e café	1:687\$000
8. J. Frias & Cia – cereaes	1:687\$500
9. Rosa & Filho – cereaes e bem.	1:687\$000
10. Bonfã Natale – cereaes e bem. arroz e café	1:687\$000
11. Leonaldo Pozzella – cer. e benef. arroz e café	1:687\$000
12. Metaine & Abrão – cereaes e bem. arroz e café	1:687\$000
13. Valle & Sanches - cer. e ben. arroz e café	1:687\$000
14. João Camarero – Hotel	1:500\$000
15. Pedro Celestino & Cia – Hotel	1:500\$000
16. Antonio Lopes dos Santos – Hotel	1:500\$000
17. Paulino Bueno Aguiar – fazendas	1:500\$000
18. Antonio Maria Duque – jóias, etc	1:125\$000
19. Alexandre Tambury – moveis e off	1:125\$000
20. Abdo Messias Sapag – faz. etc.	1:125\$000
21. Armando Balzi – fund. –	1:125\$000
22. Fuad & Homsí – aut e acess.	1:125\$000
23. Fernando Duarte Silva – aut. etc.	1:125\$000
24. José Vicente Ayello – ferragens, etc.	1:125\$000
25. João Baptista Thomaz – fazendas e etc.	1:125\$000
26. João Bechuete & Irmão – aut. e access.	1:125\$000
27. Julio Gagliardi – acc. Aut.	1:125\$000
28. Simão Fausto & Cia – moveis e off.	1:125\$000
29. Singer S. Machine & Cia – machinas de costura e acc.	1:125\$000
30. S. Cinemas Reunidas – Cine Capitólio	1:000\$000
31. S. Cinemas Reunidas – Cine Éden Parque	1:000\$000

Fonte: A NOTÍCIA, n°. 990, p. 4, 30/01/1929.

⁴⁷⁵ Anexo 2.

⁴⁷⁶ A NOTÍCIA, n°. 990, p. 4, 30/01/1929.

Naquele ano, poucos estabelecimentos pagaram impostos cujo valor ultrapassasse um conto de réis, e dentre os 31 estabelecimentos que atingiram essa marca, pelo menos 22 eram de propriedade de estrangeiros. Além disso, se levarmos em conta apenas os 15 maiores contribuintes daquele imposto, parâmetro que permite uma comparação com aqueles maiores do início do século indicados nas tabelas IV, V e VI, observamos a total transformação daquele grupo, que agora conta com grande maioria de imigrantes.

Em 1929, na lista dos proprietários dos 15 maiores estabelecimentos, encontram-se seis árabes, quatro italianos e dois espanhóis, sendo que apenas três são elementos nacionais; além disso, ressalta-se para aquele ano a forte presença árabe, cujos elementos pagavam os dois maiores impostos, além do grande número de italianos, ligados ao ramo do comércio de cereais.

No ano seguinte, na lista dos contribuintes⁴⁷⁷ elaborada pela prefeitura também é visivelmente importante a presença do imigrante entre os proprietários locais; se considerarmos dos contribuintes daquele ano apenas os estabelecimentos cujo imposto ultrapassou o valor de um conto de réis, perceberemos o grande crescimento do número de estabelecimentos que alcançaram aquela marca, 60 naquele ano, a maioria pertencentes a estrangeiros.

Tabela 14 - Maiores contribuintes impostos Prefeitura – 1930 (mais de um conto de réis).

nome	valor
1. Moysés Miguel Haddad & Cia – faz. arm. chap.,etc.	2:422\$500
2. Borba, Miranda & Cia – Drog. Perf. artigos dentários e letreiro.	2:110\$000
3. Antonio M. Duque – Joalheria	2:047\$500
4. João Vicente Aiello – Casa especial, ferragens, tintas, louças, etc.	1:922\$000
5. Empresa Cinemas Reunidos – cinematographo diariamente e letreiro	1:885\$000
6. Gaudêncio Maia e M. Lourenço – Cinematographo diariamente e let.	1:885\$000
7. Virgílio E. Coelho – faz. arm. chapeos, séc. e molh. e ferr. bomb. Gaz.	1:835\$000
8. Paulino Bueno de Aguiar & Cia – faz. arm. camisas, etc.	1:797\$500
9. Gaeti & Cia – Machina café, arroz e compradores	1:635\$000
10. Gaetti & Cia – ferr. tintas, óleo, louças, etc. 8 classe e let.	1:635\$000
11. J. Frias & Cia – Machina café, arroz, compradores e let.	1:635\$000
12. M. Calil & Cia – Machina café, arroz compradores e let.	1:635\$000
13. Mitaine & Abrão – Machina café, arroz, comp. e let	1:635\$000
14. Valle & Sanches – Machina Café, arroz, comp.	1:635\$000
15. Elias Madi – séc. molh. faz. louças etc. e gaz.	1:610\$000
16. Manoel Marques Caldeira Filho – séc. molh. ferr., louç. Bomb. Gaz.	1:572\$000
17. Manoel Dias – séc. molh. ferr. bomba gaz	1:572\$500
18. João Baptista Thomaz – tecidos, arm. Perf. calçados e let	1:547\$000
19. Amim Suriani & Cia – Faz. arm. Perfumarias, brinquedos etc	1:547\$500
20. Demetrio Elias Madi – séc. molh. ferr. louças. Etc. gaz.	1:547\$000

⁴⁷⁷ Impostos Prefeitura 1930. Anexo 3.

21. Coelho & Cia – fazendas, arm. Chap., calç. Secc. e molh. ferragens, let	1:522\$000
22. Francisco Gigliotti – camisas, chapeos, calçados e placa	1:510\$000
23. J. B. Costa Lisboa – ferr., louças, tinta, óleo	1:510\$000
24. Abdo Messias Sapag – fazend. Arm. Calç. Chapéus. Etc	1:422\$500
25. Manoel Lourenço – faz. arm. roupas feitas, séc. e molh	1:422\$000
26. E. Santos – ferragens, tintas, óleo, louças, etc	1:385\$000
27. Francisco Duarte da Fonseca – arm. comissões, consignações e mat. p. constr	1:385\$000
28. José Braga & Filho – ferragens, tintas, louças, etc. let	1:385\$000
29. Antonio Torres Sanches – Séc., molh. st. até 1.000, padaria e letreiro	1:322\$500
30. Miguel Guraib – faz. arm. calç. Séc. e molh. etc	1:312\$500
31. J. C. Sawara – faz. arm. Calç. Perf. chapeos	1:297\$000
32. Mansur Chácara & Irm. – faz. arm. Calçados, perf. chapéus e let	1:260\$000
33. B. Costa – fazendas, arm., perf., etc. letreiro	1:260\$000
34. Banca Francesa e Italiana – agencia bancaria e placa	1:260\$000
35. Banco Commercial do E. S. Paulo – agencia bancaria filial e placa	1:260\$000
36. Elias Abrão – faz. armarinho, perf. chapeos, etc	1:260\$000
37. A. F. Mugnani - Dep. Machinas para lavoura	1:260\$000
38. Arthur Ludgrien & Cia Ltda – fazendas etc. 3 classe e letreiro	1:260\$000
39. J. P. Cecílio – fazendas, arm., calç	1:250\$000
40. Moreno & Ribeiro – Machina café, arroz e comp	1:250\$000
41. Bichara José – fazendas, arm. Perf. drog. 8 classe	1:250\$000
42. Cia de Transp. e Melh. Rio Preto – Ag. Autos, mechan. , bomba gaz. let	1:197\$000
43. Luiz Amorielli – faz. arm. Séc. e molh. ferr. bomba gaz. e let	1:187\$000
44. J. G. Sawaga – faz. arm. Calç. Perf. etc	1:135\$000
45. Watanabi Tashis – faz. chapéus, séc. e molh. ferr., etc	1:135\$000
46. José Polachini – Casa especial, calçado, chapeos	1:125\$000
47. Felipe Abrão – faz. arm. Secc. e molh. ferragens etc	1:093\$750
48. Jorge Attala – pharmacia, perf. e let	1:072\$000
49. Francisco Montoro – louças, papelaria, art. p. presentes, etc. typographia e let	1:041\$000
50. Calil Buchalla – comprador de cereaes. Café e placa	1:010\$000
51. Fulgencio B. Peres – pad. Conf. Séc. molh. etc. gazol	1:010\$000
52. Pedro Antenor – ferragens, louças, etc	1:010\$000
53. Salomão Antonio Pedro – fazendas, arm. etc	1:010\$000
54. Homsí & Irmão – Machina café, arroz, compradores e let	1:000\$000
55. Irmãos Dias – séc. molh. ferr. bomb. Gaz	1:000\$000
56. Ignácio dos Santos – camisaria, arm. Perf	1:000\$000
57. Irmãos Sanches – séc. molh. ferr. bomb. Gaz	1:000\$000
58. Julio Gonçalves – Machina café, comp. e torrefação café	1:000\$000
59. José Elias – faz. armarinho, chapeos	1:000\$000
60. Antonio Lerario – comprador de cereaes e café	1:000\$000

Fonte: O MUNICÍPIO, 1930. Ver Anexos.

A análise da tabela demonstra que embora em 1930 o índice da presença imigrante tenha diminuído em relação ao elemento nacional, agora bem mais numeroso entre os maiores proprietários locais, era intensa ainda a presença dos imigrantes naquele grupo, uma vez que detinham à época aproximadamente dois terços, ou seja, 39 dos 60 estabelecimentos daquele ano a alcançarem a marca de um conto de réis de imposto.

Além disso, observa-se que naquele ano as etnias são bem mais diversificadas, e somando-se à forte presença árabe, que mantém a proporção de um terço dos maiores estabelecimentos locais, a tabela indica a presença do elemento português como segundo

maior grupo, com nove indivíduos, suplantando os italianos que naquele ano contavam com sete elementos entre os maiores contribuintes.

Desse modo, o re-equilíbrio entre as etnias também é verificado no seletivo grupo dos 15 maiores impostos; ao lado do árabe, com quatro representantes, grupo que também neste ano é dono do maior estabelecimento local, ganha importância o elemento português, com quatro indivíduos entre os principais proprietários, ao lado de dois italianos e um espanhol.

É importante ressaltar as características diferenciadas dos elementos portugueses, que dedicavam-se não apenas ao comércio de grãos ou de secos e molhados, como a maioria dos grandes impostos à época, mas a atividades diferenciadas, relacionadas ao processo de modernização local, como as ligadas ao ramo de diversões, de que são exemplo o 5º. e 6º. maiores impostos de 1930, a *Empresa de Cinema Reunidas* e o cinema *Eden Parque* de Gaudêncio Maia, ou ainda ao ramo de ourivesaria e jóias, como a joalheria de Antonio M. Duque, terceiro maior comércio local naquele ano.

Os imigrantes estavam presentes nos maiores empreendimentos comerciais locais na década de 1920, como na organização da “*Cia Transportes e Melhoramentos de Rio Preto*”, seguramente o maior negócio surgido na cidade naquele período, e que como visto contava entre os seus acionistas com a participação dos árabes Chaim José Elias, João Bassit e da firma João Gabriel & Irmãos⁴⁷⁸.

Além desta, outro importante exemplo da efetiva atuação dos elementos estrangeiros nos maiores e mais modernos empreendimentos locais é a importante empresa “*A Construtora S.A.*”, surgida durante a década de 1920 fundada pelos italianos da família Cherubini, mas que contava com outros nomes estrangeiros entre seus proprietários, não apenas da colônia, como demonstra a presença do espanhol João Camarero.

Tabela 15 - Lista de acionistas da “A CONSTRUTORA S. A.” - 1927.

Amadeu Segundo Cherubini
Antonio Aluizio
Constantino Cherubini

⁴⁷⁸ A NOTÍCIA, nº. 68, p. 1, 08/03/1925.

Erasma Roveri
João Aluizio
João Camarero
Joaquim de Arruda Campos
Julio Gagliardi
Luigi Boaretti
Marcello Boaretti
Marcello Boaretti (procurador Nicola)
p. p. de Nicola Cherubini –
Sylvestre Nazereth Cherubini

Fonte: O MUNICÍPIO, n.º 1153, p. 4, 18/09/1927.

No entanto, se o estabelecimento econômico do imigrante em Rio Preto se dava em grande medida ligado ao setor urbano, onde alguns inclusive tornaram-se grandes em suas áreas de atuação, sua presença no cenário rural não foi diferente; o elemento estrangeiro, que como visto já se fazia importante na cidade desde o início do século, passa ao longo do tempo a ser também figura “chave” no grupo de proprietários agrícolas, em especial aqueles dedicados ao cultivo de café.

Entre os maiores cafeicultores de Rio Preto, publicadas pelo periódico *Boletim do Café*⁴⁷⁹, encontramos diversos nomes de *estrangeiros* entre os mais importantes proprietários dedicados àquela atividade desde o primeiro número, sendo constantes ao longo do tempo as referências a tais elementos, sempre entre os principais agricultores locais.

Na lista dos vinte maiores cafeicultores de 1915⁴⁸⁰, que como visto já contava com dois cafeicultores árabes, encontramos pelo menos mais dois estrangeiros, o italiano Silvio Coparigni e o português Manoel Menezes, respectivamente 6º. e 13º daquele ano, o que demonstra a inserção do imigrante como produtor de café na cidade já em meados da segunda década do século passado, vários deles entre os maiores locais.

Além disso, se levarmos em conta que naquela data o processo de chegada de imigrantes na cidade estava apenas começando, a presença de estrangeiros entre os maiores produtores de café demonstra a precoce presença destes elementos na cidade, anterior ainda ao fluxo de colonos do café para aquela região.

Desse modo, percebe-se nesse grupo estrangeiro que desde o início do século XX esteve presente em Rio Preto, que nada tinham em comum com os tradicionais colonos que rumavam em massa para as plantações de café; naquele período, os estrangeiros locais como visto eram comerciantes, artistas urbanos, engenheiros, médicos e também de fazendeiros

⁴⁷⁹ *Boletim do Café*: Estatísticas de Produção e de Comércio da Secretaria de Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo (1915).

⁴⁸⁰ Ver Anexo 7.

dedicados ao cultivo do café, como demonstram os nomes de Coparigni e Menezes entre os maiores cafeicultores rio-pretenses de 1915.

A presença do proprietário rural imigrante foi marcante em toda a região Araraquarense desde o início do século XX, fato que pode ser observado na análise dos dados fornecidos por Camargo para 1905; naquele ano, a porcentagem de estrangeiros sobre o número total de produtores rurais desta zona já era de aproximadamente 30%.

Entretanto, o processo de chegada de novos proprietários estrangeiros é constante e ao passo em que se aproxima a década de 1930, o número destes elementos cresce intensamente, chegando a constituir 43% das propriedades da ‘nova região’ em 1920, índice que se mantém alto durante toda aquela década, com aproximadamente metade dos proprietários rurais, como indicam as informações para 1934, quando os estrangeiros perfaziam 45% do total⁴⁸¹.

Em Rio Preto, que acompanhava as características de sua região, verificamos uma notável presença imigrante, principalmente a partir da década de 1910, quando os índices de estrangeiros entre os proprietários rurais cresce para aproximadamente um terço do total. De acordo com Camargo, em 1905 pouco mais de 2% das propriedades agrícolas pertenciam a estrangeiros, índice que se eleva para mais de 30% em 1920 e para 36,5% em 1934.

E a presença imigrante entre os maiores fazendeiros cafeicultores locais ao que parece era uma realidade, uma vez que ao ser renovada a lista dos maiores cafeicultores do *Boletim do Café*, no ano de 1922, são seis imigrantes entre os vinte primeiros produtores, inclusive o primeiro lugar, Manoel Reverendo Vidal, fazendeiro espanhol que naquele ano contava com 350 mil cafeeiros⁴⁸².

Destaca-se ainda pela análise da lista do *Boletim* de 1922, que entre os maiores cafeicultores locais estavam ainda pelo menos mais cinco nomes estrangeiros, todos eles italianos: o terceiro colocado, Manoel Ruffolini, o sétimo maior, Acquilino Mausano, além de José Musegante, Luiz Grigellini, e Umberto Bortelli, respectivamente 12º, 14º. e 19º. Lugares.

Desde o início do século o elemento italiano é predominante entre os proprietários imigrantes da região Araraquarense, chegando a significar, segundo Camargo, mais de 70% dos donos de terras estrangeiros em 1905, índice que se mantém alto durante todo o período

⁴⁸¹ CAMARGO, *Op. cit.*, p. 117.

⁴⁸² *Boletim do Café*: *Op. cit.*, (1922).

da presente pesquisa; segundo o autor, ainda em 1940 mais da metade dos proprietários estrangeiros da região eram italianos, situação que também será refletida em Rio Preto.

Tabela 16 – Proprietários estrangeiros em Rio Preto e conseqüentes desmembramentos (1905 – 1940).

MUNICÍPIOS	1905			1934			1940		
	Italianos	Portugueses	outros	italianos	Portugueses	outros	Italianos	portugueses	outros
RIO PRETO	5	2	4	488	77	148	282	152	155
Cedral	---			103	52	15	60	46	23
Mirassol	---			385	117	297	229	103	261
Mt. Aprasível	---			626	191	863	359	155	442
Tanabí	---			323	46	357	107	28	214
Nova Granada	---			280	83	675	55	25	248
Potirendaba	---			182	39	69	123	48	62
Uchoa	---			125	51	127	63	46	92
José Bonifácio	---			153	35	98	77	65	69
Ibirá	---			120	25	88	78	22	76
Palestina	---			---	---	---	56	33	68
Paulo de Faria	---			---	---	---	3	2	14
TOTAL	5	2	4	2.785	716	2.737	1.492	725	1.724

Fonte: CAMARGO, *Op. cit.*, (V. II, tabela 88, p. 117).

A análise da tabela permite constatar que o elemento italiano também era predominante entre os proprietários de terras estrangeiros de Rio Preto, constituindo em todo o período o maior grupo imigrante de donos de terras, seguido pelos portugueses e espanhóis. Embora os números sejam pequenos para o início do século, quando os estrangeiros locais somavam apenas onze indivíduos, é marcante a presença italiana, com quase a metade dos proprietários estrangeiros para 1905.

E a representatividade daquela etnia entre os proprietários estrangeiros cresceria durante todo o período, e mesmo após o grandioso processo de chegada de novos elementos à cidade, em especial a grande corrente espanhola marcante nas décadas de 1910 e 1920, a porcentagem dos italianos entre os proprietários se mantém alta, alcançando em 1934 46% de todas as propriedades pertencentes a estrangeiros na cidade.

A composição local dos proprietários rurais refletia-se no grupo dos maiores produtores de café; como observado nas listas do *Boletim*, durante toda a década de 1920 foi considerável o número de estrangeiros que estiveram entre os vinte maiores cafeicultores locais, sempre com considerável participação do elemento italiano.

Constituindo aproximadamente a metade dos nomes contidos nas referidas listas para os vários anos daquele período, a importância do imigrante pode ser observada se nos atentarmos ao fato de que durante toda a década, o maior cafeicultor local indicado pelo *Boletim* sempre foi de origem estrangeira.

Em 1924, a lista aponta dez estrangeiros entre os vinte maiores, ainda com o espanhol Reverendo Vidal em primeiro lugar, tendo mais que dobrado sua produção em relação à lista anterior; naquele ano, além de dois árabes, a lista indica sete italianos entre a elite produtora de café local, proporção que diminui na medida em que se aproxima o final da década.

Ao aproximar-se 1930, como visto anteriormente, os árabes ocupam a ponta da lista dos maiores produtores de café locais, e o elemento italiano, ainda que importante, divide espaço com indivíduos de outras etnias, como espanhóis e portugueses, que também aparecem entre os principais cafeicultores da cidade; em 1928, além de três árabes encontram-se mais dois italianos e três espanhóis entre os vinte maiores cafeicultores locais, sendo que em 1930, o *Boletim* apresenta quatro árabes, três italianos e três espanhóis naquele grupo⁴⁸³.

A presença dos imigrantes nos grupos de poder econômico era refletida em sua atuação na sociedade local, que passa a contar cada vez mais com a participação do elemento estrangeiro em projetos de benefício público, ou ainda como importantes membros dos mais diversos grupos de influência à época, como clubes e associações rio-pretenses, dentre as quais destacamos a *Associação Comercial*, surgida em 1920 e que em nossa perspectiva foi a mais influente entidade local no período, e que contou durante toda a década com um grande número de imigrantes entre seus diretores⁴⁸⁴.

Desde sua fundação, foi importante a atuação do elemento imigrante como promotor dos negócios da instituição, especialmente pela atuação dos *syrios* João Bassit e Nagib Gabriel, este último vice-presidente em 1920 e 1922, e presidente de 1926 a 1928, além dos italianos Braz Magaldi e Ricardo Pisani, que ao lado do português Manoel Menezes e do espanhol Rosendo Bento Martinez, ocupavam os cargos de diretores e conselheiros da recém fundada associação.

Desse modo, durante toda a década de 1920 o estrangeiro era constante entre os influentes membros diretores da associação do comércio, representando em determinados momentos a metade daquele grupo; além disso, percebemos entre os diretores a forte presença de elementos daquelas etnias mais comuns entre os imigrantes locais, como italianos, espanhóis e portugueses, colônias que se fizeram representar ao longo do tempo entre os poderosos do comércio, como podemos observar nos nomes dos diretores da década de 1920, indicados na tabela XVII.

⁴⁸³ Ver ANEXO 4.

⁴⁸⁴ CAVALHEIRO, Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto de 1929 – Cap. X – Rio Preto Associativo, s/n.

A tabela indica os nomes de todos os diretores que pudemos apreender para o período, presentes nas oito gestões de diretorias eleitas de 1920 a 1930, especificamente aqueles ocupantes dos cargos de presidente e vice, além de primeiro e segundo secretários e tesoureiros; além destes, incluímos ainda os ocupantes dos cargos dos *Conselhos Administrativos* ou *Conselhos Fiscais*, nomes que encontramos apenas para a metade das administrações do período.

A tabela demonstra a nítida presença do elemento estrangeiro entre os diretores e conselheiros da *Associação Comercial*, constituindo no período aproximadamente a metade daquele grupo, ou seja, vinte e dois dos quarenta e seis nomes encontrados. Além disso, destaca-se o fato de que foram estrangeiros a maioria dos ocupantes dos cargos mais importantes, como o de presidente, tesoureiro e secretário.

Desse modo, foram presidentes da instituição o *syrio* Nagib Gabriel, de 1926 a 1928, e o português Francisco Duarte da Fonseca de 1928 a 1930, destacando-se ainda a constante presença do elemento português, em especial do joalheiro Antonio M. Duque, importante membro que ocupou durante vários anos o cargo de tesoureiro, elegendo-se vice-presidente da entidade em 1930.

Tabela 17 - Lista de Diretores da Associação Comercial 1920 – 1930.

Alfredo Pimentel	João Camarero
Alfredo Boccucia	João Gabriel
Antonio Camarero	Joaquim Domingos Lopes
Antonio do Amaral Botelho	José Carlos Ferraz de Campos
Antonio M. Duque	José de Araujo Braga
Ary F. Mugnaini	José de Azevedo Barreto
Beltholdo Vieira da Silva	José de Freitas Caetano
Benedicto Costa	José Mugnaini
Braz Magaldi	José Polachinni Sobrinho
Domingos Coelho	Luiz Germano da Silva
Dr. Justino de Carvalho	Luiz Rosa
Edgarg Caramurú	Manoel de Souza Varella
Emeterio Pascua Valle	Manoel Lopes Melero
Feliciano Salles Cunha	Manoel Menezes
Francisco Duarte da Fonseca	Nagib Gabriel
Francisco Gigliotti	Octavio Pinto César
Francisco Pires	Pedro Góes
Gumercindo Frota	R. Bento Martinez
Hemeterio Paschoa Valle	Raul Silva
Henri Simonsen	Ricardo Pisani
Isaias Propheta	Salomão Elias Abufares
Isidoro Exposito	
J. Gomes Ribeiro	
João Azevedo Barreto	
João Bassit	

Fonte: CAVALHEIRO, *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto de 1929* – Cap. X – Rio Preto Associativo, s/n.

Além destes, os nomes dos diretores e conselheiros da Associação Comercial demonstram que todas as principais colônias estrangeiras locais estavam representadas por

algum membro daquele grupo, indivíduos que ocupavam a maioria dos principais cargos administrativos, como são exemplo os espanhóis Rosendo Bento Martinez, 2º. Tesoureiro nas gestões de 1920 e 1922, Antonio e João Camareiro, que ocuparam o cargo de 2º. Secretário respectivamente em 1922 e 1923, e ainda Emeterio Paschoa Valle, que desde 1923 ocupou a secretaria da instituição, sendo também seu vice-presidente de 1928 a 1930⁴⁸⁵.

Ressalta-se neste contexto a representatividade dos italianos, que mesmo sendo constantes entre os ocupantes dos conselhos fiscal e administrativo, demonstram-se menos comuns que os espanhóis e portugueses no grupo de diretores; enquanto todas as gestões, excetuando-se a de 1926, contaram com elementos espanhóis ocupando aqueles cargos, a atuação do italiano resumiu-se a poucas participações, como as de José Polachinni Sobrinho, 2º. Tesoureiro em 1925, além de Luiz Rosa e Francisco Gigliotti, respectivamente 2º. Secretário e 1º. Tesoureiro na administração eleita em 1930.

Além disso, foi importante no período a atuação dos elementos estrangeiros nos projetos de benefício público, como hospitais e casas de caridade; mesmo na primeira década do século XX, quando numericamente ainda não haviam alcançado a enorme proporção das décadas seguintes, os imigrantes estão entre os indivíduos empenhados naqueles empreendimentos, como podemos observar na organização da *Casa de Caridade*, primeiro hospital público fundado ainda em 1909.

Naquele ano, no grupo de “notáveis” empreendidos na organização da instituição, além dos elementos da já atuante colônia *syria*, encontramos também os nomes dos italianos Léo Lerro, Sabino di Rubbo e José Musegante⁴⁸⁶, que ao lado dos “grandes” locais, chefes políticos e bacharéis, participavam do importante projeto, ocupando inclusive cargos administrativos, como é o caso de Léo Lerro, secretário da entidade.

Nesse sentido, é importante também a presença dos imigrantes entre aqueles que contribuíram com os trabalhos da Santa Casa, ainda em 1911; no *Balancete* da entidade publicado no *O Poder Moderador* de agosto daquele ano, ao lado dos tradicionais nomes de relevo social do início da década, estão vários elementos estrangeiros, que constituem um terço do total dos indivíduos destacados pelo jornal, como indicado na tabela abaixo:

Tabela 18 - Lista contribuintes obras Santa Casa – 1911.

Laffayette Spínola	10:000
Maria Rodrigues de Carvalho	30:000
João Pereira de C. Delgado	100:000

⁴⁸⁵ CAVALHEIRO, *Álbum da Comarca de Rio Preto de 1929* – Cap. XI – Rio Preto Associativo. s/n.

⁴⁸⁶ GOMES, *Op. cit.*, p. 125 e 126.

Dr. Olavo Hummel	50:000
Coronel Adolpho Corrêa	50:000
Dr. Arlindo Carneiro	50:000
Dr. Laffayette Salles	20:000
Dr. Aristides Serpa	20:000
? José Maria	50:000
Pachoal Bevilaqua	2:000
Benedicto Lisboa	20:000
Antonio Pimentel	5:000
Manoel Elias & Irmão	5:000
Orlando Vieira	2:000
Carlos Magro	5:000
Jorge Abrahão	30:000
José Ferreira Julio	50:000
Cyrillo G. Corrêa	20:000
Chain José Elias	30:000
José Scaff	30:000
Affonso Abrigato	20:500
Léo Lerro	50:000
José Musegante	20:000
José Vaz Ferreira	20:000

Fonte: O PODER MODERADOR, nº. 1, p.3, 16/08/1911.

Na década seguinte, na campanha para a criação definitiva da *Santa Casa* local, ao lado da importante atuação do *syrio*, também estavam presentes outros elementos imigrantes; na lista dos doadores para as obras de construção do prédio da entidade, publicada pelo *A Notícia* em fevereiro de 1925, os estrangeiros representam boa parte dos doadores, uma vez que entre os 13 nomes que haviam auxiliado a instituição até aquela data, estavam os do fazendeiro e político espanhol Manoel Reverendo Vidal e do construtor italiano Constantino Cherubini, além dos quatro *syrios* João Bassit, Moisés Miguel Haddad, a firma “João Gabriel & Irmãos” de Nagib Gabriel e Chaim José Elias⁴⁸⁷.

Além disso, ocuparam o cargo de “mordomo”, responsável pela manutenção financeira da entidade naquele ano, vários elementos estrangeiros, dentre os quais destacam-se o italiano Constantino Cherubini, responsável pelo mês de março, e o representante da colônia espanhola, Isidoro Exposito, que ocupou o cargo em abril; destacam-se ainda naquele grupo os elementos da colônia árabe, que como visto anteriormente responsabilizaram-se por três meses no exercício daquele cargo⁴⁸⁸.

E a presença social do imigrante pode ser observada ainda na lista dos indivíduos que contribuíram para a construção do prédio da Santa Casa, publicada em abril de 1925 pelo

⁴⁸⁷ A NOTÍCIA, nº. 57, p. 1, 20/02/1925.

⁴⁸⁸ A NOTÍCIA, nº. 37, p. 1, 21/01/1925.

A Notícia; o documento indica naquele grupo um grande número de estrangeiros, que compunham aproximadamente 35% do total dos doadores⁴⁸⁹.

Desse modo, naquela época a presença daqueles elementos era constante em todos os grandes projetos sociais que se efetivaram na cidade, como é exemplo a fundação da “*Sociedade Beneficente de Rio Preto*”, ainda em 1926, que contava com vários estrangeiros entre os seus organizadores.

Naquele projeto, como visto anteriormente foi importante a atuação dos árabes, que além de cederem os salões de sua associação para a realização do evento inaugural, também ficaram responsáveis pela instituição, uma vez que além do tesoureiro Moysés Miguel Haddad, foram eleitos *benfeitores* da entidade a “Sociedade Jovens Syrios” e Salomão Elias Abufares. Além destes, destacam-se ainda entre os benfeitores eleitos naquele ano os nomes de João Camarero e Izidoro Espósito, representantes da colônia espanhola⁴⁹⁰.

Ainda no final da década de 1920, outro importante evento local contou com a participação de grande parte dos rio-pretenses: a instalação do Bispado, realizado com grande festejo para o qual contribuíram mais de duzentos e cinquenta indivíduos, citados pelo *A Notícia* de julho de 1929⁴⁹¹, em lista que contamos nos anexos do presente trabalho.

A análise da lista de doadores permite apreender que são estrangeiros aproximadamente 43% do total de 267 indivíduos indicados pelo jornal, demonstrando que no final daquela década era efetiva a participação do elemento imigrante na sociedade rio-pretense, inseridos de modo a se fazerem representar nos principais eventos, sempre numa proporção maior que sua representação na composição populacional.

Além disso, a lista dos que auxiliaram no grande evento da Igreja revela a grande desproporção entre os grupos imigrantes, indicando uma grande presença de italianos, que constituíam aproximadamente a metade do total de 117 dos estrangeiros indicados pelo jornal, ao passo em que demonstra a relativamente pequena participação de portugueses e espanhóis, que representaram respectivamente 8,5 e 11,9% do total de estrangeiros; além disso, a lista demonstra a impressionante presença dos árabes, encontrados em número de 33 e que representavam quase 30% de todos os contribuintes de origem imigrante participantes do importante evento local.

E a mesma alta representatividade dos imigrantes podemos encontrar em outras atividades sociais de Rio Preto à época, como por exemplo na lista de alunos do “*Gymnasio*

⁴⁸⁹ A NOTÍCIA, nº. 96, p. 1, 23/04/1925 e A NOTÍCIA, nº. 97, p. 1, 24/04/1925.

⁴⁹⁰ O MUNICÍPIO, nº. 910, p. 1, 17/11/1926.

⁴⁹¹ A NOTÍCIA, nº. 1119, p. 1, 23/07/1929.

de Rio Preto”, publicada pelo *O Município* em março de 1929, e que indica a forte presença do elemento estrangeiro naquela importante e provavelmente restrita instituição de ensino local.

A tabela permite constatar a grande proporção de imigrantes entre os alunos do *Gymnasio*, que compunham aproximadamente um terço do total de 29 indicados pelo jornal; além disso, percebe-se pela tabela a alta incidência de italianos e árabes, que representavam quase a totalidade dos estrangeiros, e a baixa presença de outras etnias, resumida em apenas um elemento de origem portuguesa, não havendo naquele ano nenhum representante da colônia espanhola naquele grupo.

Tabela 19 - Lista alunos “Gymnásio de Rio Preto” – 1929.

Anna Mendes de Oliveira
Adibo Demétrio Madi
Antonio de Paiva Castro
Armida Romano
Augusta Rondon
Betze Alcântara Barros
Conceição M. de Oliveira
Dirceu Angrisani Doria
Eglantina de Barros
Epaphas G. J. Ennes
Fernando Menezes
Geraldo Mansor
Gontram de S. Raposo
Gustavo Bozzani
Gustavo Homsí
Jasmin Homsí
Luiz Paternost Salles
Maria Celma Raposo
Maria Homsí
Maria José A. de Barros
Marina Julietta Bozzani
Mathilde Rogano
Myrta de Queiroz Lima
Paulo Narche
Theóphilo de Paiva Castro
Thusnelda Raposo
Ultimatum Fava
Ulysses do Amaral
Waldemar Leandro

Fonte: O MUNICÍPIO, no. 1557, p. 2, 14/03/1929.

Além disso, observa-se para todo o período o elemento estrangeiro como promotor dos modernos projetos locais, como os grandes projetos comerciais vistos anteriormente, “*A Construtora*” e “*Transportes e Melhoramentos de Rio Preto*”, ou ainda o *primeiro autódromo do Brasil*, empreendimento do italiano Ronualdo Negrelli.

Em meados de 1929, como homenagem por sua atuação como cafeicultor no município, o italiano Erasmo Roveri ganha um prêmio do *Instituto Agrícola Brasileiro*, muito comentado na cidade; tal distinção, de acordo com a nota de primeira capa do *A Notícia*, visava não “*somente o numero de pés de café cultivados mas também, e muito especialmente, a orientação inteligente que preside a sua cultura.*”⁶⁵⁶.

Tais empreendimentos e homenagens davam àqueles elementos uma grande inserção social, fazendo com que naquele período o imigrante já tivesse alcançado seu lugar na elite; em 1925, Celestino Tedeschi, conhecido membro da colônia italiana local, convidava o publico rio-pretense para o espetáculo de gala no *Phenix Cinema*, em homenagem à colônia⁶⁵⁷.

Deste modo, principalmente pela atuação dos imigrantes no cenário local, percebe-se a sociedade rio-pretense aberta à inserção de novos elementos, característica que não eliminou os conflitos entre os antigos e novos interesses, mas permitiu uma sensível mudança nos grupos de poder locais ao longo do período.

Porém, a transformação dos grupos de poder local teriam influenciado na mudança da elite política rio-pretense? A medida dos reflexos das alterações dos padrões sociais na composição da elite política é o assunto que passaremos a discutir.

2.3 A Política local na República Velha.

A história política de Rio Preto na República Velha, muito embora tenha refletido o sistema coronelístico existente em todo o Estado de São Paulo naquele período, apresenta especificidades que podem indicar em que medida a presença dos inúmeros elementos chegados desde o início do século alteraram os padrões de controle do poder local.

A cidade, que passava pelo gigantesco processo de transformação social do período, foi palco de diversos e intensos conflitos políticos, que foram reflexo do processo de inserção daqueles novos elementos na elite política local. Nesse sentido, observam-se na

⁶⁵⁶ A NOTÍCIA, n.º 485, p. 1, 02/06/1929.

⁶⁵⁷ A NOTÍCIA, n.º 183, p. 1, 05/11/1925.

cidade distintos contextos políticos ao longo das três primeiras décadas do século passado, e a análise destas fases pode nos auxiliar na apreensão das forças atuantes no processo de transformação da elite rio-pretense ao longo do período de pesquisa.

O processo de organização política de Rio Preto se deu já no contexto republicano, e mesmo existindo indícios da existência de monarquistas entre os primeiros moradores⁶⁵⁸, não encontramos referências a movimentos políticos locais contra o novo regime instaurado em 1889; pelo contrário, observa-se desde cedo a aderência dos habitantes da vila ao governo republicano, como podemos observar na correspondência de congratulações ao novo governo estadual, em 1891, assinada por vários antigos moradores que viriam a constituir o primeiro grupo de controle político local, logo após seu desmembramento de Jaboticabal em 1894, tais como o cel. Pedro Amaral e o fundador João Bernardino Seixas Ribeiro⁶⁵⁹.

Desse modo, desde o início de sua organização e durante toda a República Velha, a política local caracterizou-se pela existência do PRP como partido dominante na cidade, e mesmo em períodos de disputas políticas, a posição se dava apenas em âmbito local, permanecendo todos no seio do partido republicano, com exceção do PD, surgido já em meados da década de 1920.

Em fins do século XIX, a cidade vive seu primeiro embate político, quando o grupo liderado pelo recém chegado jornalista e solicitador mineiro Adolpho G. Corrêa derrota nas urnas o partido do cel. Pedro Amaral; a partir daquela data, o cel Adolpho assumiu o comando da política rio-pretense, e apesar de ter enfrentado alguns movimentos de oposição, foi o grande chefe político de Rio Preto durante o início do século XX, posto que deixará apenas em meados da década de 1910, quando muda-se temporariamente para São Paulo, dedicando-se ao curso de direito no Largo São Francisco.

De um conflito inicial, num momento em que os grupos de poder ainda estavam se constituindo, Rio Preto vive ao longo da primeira década do século XX um período de relativa estabilidade política, sob o domínio político de um coronel com força suficiente para dominar os poucos movimentos de oposição surgidos à época.

No entanto, ao passo em que a cidade desenvolvia-se economicamente e também se transformava no centro judicial de uma imensa área localizada no caminho dos mais altos interesses do grande capital, novos elementos ligados aos modernos interesses estabeleceram-se em Rio Preto, alterando sensivelmente o quadro político local.

⁶⁵⁸ A elite sempre foi republicana, praticamente não encontrando referência a monarquistas, excetuando-se Bernardino Seixas Ribeiro, antigo morador que era monarquista convicto; além deste, apenas o advogado português Gastão de Sá.

⁶⁵⁹ GOMES, *Op. cit.*, p. 69-70.

Desse modo, já em fins da década de 1900 surgem os primeiros movimentos de oposição, promovidos pelos novos atores da política local, processo que altera sensivelmente a forma de controle político dos antigos chefes, que a partir daquele momento deveriam adaptar-se aos novos tempos, em estratégias de alianças e incorporação de novos elementos, inseridos de forma a manter oxigenado o grupo dominante do poder.

Nesse período, Rio Preto vivencia uma fase de intensos conflitos, quando uma diversidade de novos personagens, vários deles chegados em meados da primeira década do século passado a partir da instalação da Comarca, e outros ainda atraídos pelo posterior processo de desenvolvimento econômico, entraram em franca luta contra os antigos pelo controle político local, especialmente após a saída de cena do cel. Adolpho Corrêa.

Daquele conflito, sai vitorioso num primeiro momento o partido chefiado pelo cartorário italiano Major Léo Lerro, que elege-se prefeito e domina a política local até 1917, quando outro grupo consolida-se no controle do poder, comandado pelo engenheiro Presciliano Pinto de Oliveira e pelo cartorário Victor Britto Bastos, que foram os maiores chefes locais do PRP na década de 1920, e que apesar de terem enfrentado uma diversidade de conflitos, dominaram a política rio-pretense durante todo o restante da República Velha.

Desse modo, entendemos que apesar de refletir o sistema coronelístico dominante na política paulista, ao longo do período a cidade passa por diversas transformações que promovem alterações nos grupos de poder político, processo permeado por conflitos que revelam em que medida o padrão de domínio coronelístico adaptava-se aos novos tempos.

Mas como se dava o coronelismo em Rio Preto? As definições clássicas apontam a reciprocidade entre os coronéis e o governo estadual, em que os primeiros garantiam os votos aos candidatos escolhidos pelos grandes chefes políticos, e em troca recebiam total autoridade em suas localidades. Em Rio Preto, observa-se claramente durante todo o período de pesquisa, tal pacto entre o governo e o chefe político.

O maior exemplo de poder coronelístico na cidade foi o cel. Adolpho G. Corrêa, chefe político do início do século; além do controle dos cargos da Câmara e prefeitura, e da influência na indicação dos ocupantes de cargos da administração estadual, o coronel esteve no comando num momento especialmente importante da história local, em que se efetivavam os trâmites para a instalação da Comarca.

Aquele processo significava não apenas a presença do poder judiciário e a conseqüente atração de novos interesses e personagens à cidade; a chegada da Comarca promovia também uma verdadeira reestruturação do poder local, com a criação de vários

novos cargos e funções, que seriam ocupados pelos indicados dos chefes políticos locais e regionais.

Desse modo, além de determinar o elo de influência entre o coronel e os funcionários públicos indicados por ele, o processo de instalação da Comarca reforçava os vínculos com os chefes regionais, que auxiliaram politicamente na tramitação do projeto no Legislativo Estadual, e posteriormente indicaram “apadrinhados” para boa parte dos importantes cargos da administração forense recém inaugurada⁶⁶⁰.

E o coronel Adolpho Corrêa, que comandou a cidade naquele importante momento do início do século, indicava seus aliados políticos para os mais importantes cargos administrativos locais, como foram exemplo Benedicto Tavares da Silva Lisboa, correligionário que ocupou o cargo de Delegado de Polícia em exercício em 1904⁶⁶¹, e também Ezequiel Guimarães Corrêa, seu tio, para o cargo de Juiz de Direito Substituto em 1905⁶⁶².

Naquele período, os jornais revelam em suas colunas sociais as várias viagens e pedidos de licença dos promotores e juizes, que vinham seguidos de promoções e transferências para outras regiões do Estado, geralmente mais urbanizadas que o sertão de Rio Preto. Nesse sentido, entendemos que apesar de serem apenas cargos substitutos, nada tinham de secundários, uma vez que os delegados e juizes substitutos constantemente exerciam suas funções devido à alta rotatividade dos indicados oficiais.

Além disso, era com a Comarca que iniciava-se todo o processo local de organização da importante “Guarda Nacional”; no caso de Rio Preto, houve a criação em 1905 de uma “*Brigada de Infantaria*”⁶⁶³ com quatro *Batalhões*, comandada por Adolpho G. Corrêa, que naquele processo controlou a administração de patentes, claramente distribuídas entre seus correligionários.

Não tivemos mais notícias sobre outra unidade da Guarda Nacional na cidade, mas havia ainda em 1905 a expectativa de que mais regimentos seriam criados, possibilitando assim maior agraciamento político de patentes pelo chefe local; na publicação de anúncio da criação da milícia local, *O Porvir* avisava aos leitores da possibilidade de mais cargos, quando seriam então “*contemplados todos os correligionários não aproveitados na Brigada de Infantaria*”.

⁶⁶⁰ Nesse processo, como visto anteriormente chegaram a Rio Preto para trabalhar como serventuários do Fórum vários dois futuros chefes políticos locais, como Léo Lerro e Victor Bastos.

⁶⁶¹ O PORVIR, n.º 65, p. 1, 08/11/1904.

⁶⁶² O PORVIR, n.º 91, p. 2, 25/06/1905.

⁶⁶³ Ver Anexo 1.

“Guarda Nacional

Noticiamos a criação de uma brigada de infantaria, da Guarda Nacional, em nossa Comarca.

Agora acrescentamos que será dentro em pouco creado um regimento de cavallaria da mesma milícia, sendo no mesmo aproveitados todos os correligionários que não foram incluídos na Brigada de Infantaria.”. (O PORVIR, n.º 93, p. 1 e 2, 06/07/1905).

E foram vários no período os exemplos de utilização do poder como garantia de favores especiais aos “amigos” dos chefes políticos, como discutido no capítulo 2; ainda em fins da República Velha, e anunciadas pelos jornais sem maiores restrições, foram tesoureiros da prefeitura Dulcídio Siqueira, enteado de Victor Britto Bastos e nomeado no exercício de sua prefeitura, e Darcy Pinto, sobrinho do chefe político Presciliano Pinto Oliveira, que transferiu-se de Minas Gerais em 1929 especialmente para assumir o cargo.

Os coronéis frequentemente auxiliavam financeiramente indivíduos recentemente chegados à cidade, que ao lado de seus correligionários constituíam uma rede de alianças que garantia seu domínio político local; curiosamente, é especialmente entre estes protegidos que surgem em Rio Preto ao longo do tempo os principais opositores políticos aos grupos dominantes, como foi exemplo Adolpho G. Corrêa, que antes de liderar o vitorioso grupo de oposição que passa a dominar a política local no início do século passado, havia chegado sob a proteção do antigo chefe político local, cel. Pedro Amaral, que foi seu padrinho de casamento e que lhe indicou para o cargo de professor municipal.

Além do antigo coronel, destacam-se ainda as trajetórias de Alceu de Assis e Nelson da Veiga, advogados que chegam em fins da década de 1910, e auxiliados pelos chefes do PRP, ocuparam temporariamente os cargo de Procurador da Câmara.

No entanto, uma vez definitivamente estabelecidos na cidade, os dois bacharéis iniciaram uma bem sucedida carreira política que culminou na eleição de ambos à vereança e de Assis para prefeito municipal em 1925; rompendo com o Diretório do PRP, e com os chefes que anteriormente os ajudara, Veiga e Assis lideraram um importante partido de oposição em 1927, amparado por um jornal diário, que disputa o poder local e exige uma série de artimanhas por parte dos chefes do Diretório perrepista para a manutenção do poder local.

Sobre o auxílio aos novatos pelos chefes políticos, e em especial ressaltando a traição de um beneficiado das graças do coronel, *O Município*, defendendo o chefe político local Presciliano Pinto de Oliveira dos ataques do periódico oposicionista *A Notícia*, critica o seu redator e proprietário, Nelson da Veiga, lembrando-o de que no passado, sua vida na cidade começara com o “*arrimo*” que lhe dera aquele mesmo chefe.

“A proposito...”

O dr. Nelson quando pisou terras de Rio Preto, o primeiro passo que deu foi para procurar o sr. Dr. Presciliano.

Procurou e achou e foi atendido e viveu muito tempo do arrimo que lhe deu esse prestante cidadão.

O doutor Nelson confiava-se desde esse tempo nos seus altos méritos, mas por vias das duvidas achou prudente arrimar-se ao dr. Presciliano e ‘cavar’ um encostozinho com o que aliás passou bons tempos.

Que tambem si não fosse isso!...”. (O MUNICÍPIO, nº. 1169, p. 1, 07/10/1927).

Entendemos, no entanto, que muito embora os casos de traição fossem comuns, o poder de indicação a tais cargos constituiu-se em efetiva forma de controle do poder por parte dos cronéis locais, ao reforçar laços de dependência de vários indivíduos com o chefe político; nesse sentido, enfraqueciam os movimentos de oposição, cooptando lideranças com promessas de vantagens, como nos revela o bem humorado comentário do *A Notícia* de 1929, referindo-se à postura política do advogado democrático Pádua Fleury: “*Eu éra democrático mas agóra sou procurador da Camara.*”⁶⁶⁴.

Em fins da República Velha, a intensa presença de jornais fazia mais difícil a vida dos coronéis, que viam suas armações reveladas ao público, quase sempre em denúncias promovidas pela oposição; tais conflitos constituíram-se em importantes fontes de informações sobre a atuação dos políticos no controle da máquina pública, como demonstra a divertida coluna “História Antiga” de Juca Pato Mirim, publicada no *A Notícia* de fevereiro de 1927, que ao criticar a administração passada do grupo situacionista, revela algumas práticas dos chefes políticos do período:

“Historia Antiga: Figuras e factos XII

Capitalistas...

A historia da administração de Rio Preto, registra factos phantásticos.

Antigamente (1919... a 1922) era moda o desconto de ordens e letras da Câmara, descontos esses feito com os cobres da Câmara e bancando o capitalista, os próprios chefes.

Houve um thezoureiro de municipalidade que inutilizou um sem numero de canhotos de recibos e possuindo documentos, que publicados causariam um formidável escândalo, desafiava céos e terras e não temia ninguém.

Desejava esse cidadão até ser processado para esclarecer a situação e arrancar a mascara de muito malandro.

N’uma certa epocha houve uma verificação nas contas e foi descoberto um desfalque de 60:000\$000.

⁶⁶⁴ A NOTÍCIA, nº. 1134 p. 1, 09/08/1929.

Estava na iminência de estourar uma bomba, mas o ‘choro’ (lagrimas de crocodillo) acalmou e ageitaram a cousa e voltou a reinar paz no seio de Abrahão.

Esse facto é de conhecimento de muita gente.

JUCA PATO MIRIM.”. (A NOTÍCIA, n.º 483, p. 1, 12/02/1927).

Todo aquele poder local exercido pelos coronéis fundamentava-se em sua capacidade de garantir eleições favoráveis aos interesses dos chefes estaduais do PRP, fazendo com que os pleitos, embora quase nunca disputados, fossem eventos de grande interesse e zelo por parte do grupo político dominante.

O período foi marcado pela fraude eleitoral e pelo voto de cabresto, e o papel desempenhado pelo coronel no processo eleitoral garantia a reprodução do sistema político; a Constituição encarregou-se de favorecer o *status quo*, ao regular os pleitos de modo a permitir o afastamento das classes populares do processo político.

Em todo o período, o grupo dominante controlava o processo político – mesas eleitorais, Comissão de Alistamento, contagem adulterada, eleitores mortos ou fictícios - os chamados fósforos -, degola de candidatos de oposição, verbas públicas para arregimentar eleitores, etc; depois de tudo, as eleições passavam ainda pelo processo de “reconhecimento”, onde as autoridades legais, sempre da esfera de influência dos chefes políticos, reconheciam ou anulavam os pleitos nas diversas seções eleitorais.

As eleições, uma vez que totalmente controladas pelos coronéis e marcadas constantemente pelas fraudes, não atraíam a população, que desinteressava-se do pleito de resultado já previsto; nesse sentido, tais eventos não mediam necessariamente a vontade popular, mas eram importantes na medida em que justificavam publicamente aquela situação de domínio político, ao apresentar a confirmação nas urnas dos indicados do partido, referendados por grande parte dos eleitores.

Além disso, os pleitos serviam para medir a influência e o controle exercido pelos chefes locais do PRP nas diversas regiões do Estado, situação que se refletiria em sua futura consideração pelos chefes do governo ou da *Comissão Diretora*, no envio de verbas à cidade, nas indicações para cargos públicos ou ainda nas lembranças para candidaturas; no entanto, no caso de maus resultados eleitorais, era comum o apoio da Comissão ao grupo político rival.

A Constituição estabelecia prazo para a inscrição dos eleitores, que eram incluídos em uma lista periodicamente renovada pela “Comissão de Alistamento Eleitoral”; como

sabido, o artifício de burlar as listas, incluindo no pleito votos de analfabetos, pessoas mortas e crianças era comumente utilizado pela situação para garantir a vitória nos pleitos.

Além disso, como os ocupantes dos cargos eleitorais eram todos ligados de alguma forma ao coronel, seu controle sobre as eleições era exercido de forma pessoal, às vezes de forma explícita, como demonstrado no edital de alistamento eleitoral publicado no *O Porvir* de 1905, que convocava os correligionários a comparecer perante o Juiz de Paz, Ezequiel G. Corrêa, que atendia diariamente *na casa do cel. Adolpho*:

“Avisamos aos amigos e co-religionarios que precisarem justificar a sua maioridade para poderem alistar-se eleitores que o Juiz de paz, cel. Ezequiel Guimarães Corrêa, perante o qual devem ser feitas essas justificações, é encontrado diariamente, das 10 horas da manhã as 3 da tarde, em casa do cel. Adolpho Guimarães Corrêa, a disposição dos snrs. Alistandos.”. (O PORVIR, n.º 86, p. 3, 28/05/1905).

Desse modo, o controle do alistamento por parte do coronel facilitava a perseguição aos oposicionistas, que tinham frequentemente seus nomes excluídos das listas oficiais de eleitores; nesse sentido, era quase impossível que algum movimento político contrário aos chefes locais tivesse algum tipo de êxito, como nos revela a nota sobre o processo de cadastramento de eleitores, francamente favorável ao partido situacionista, publicada no mesmo número do *O Porvir*:

ALISTAMENTO

O alistamento a que se esta procedente deixa mais que patente a grande força de que dispõe o partido republicano local, chefiado pelo Cel. Adolpho Guimarães Corrêa. A maioria é absoluta. Talvez seja de numero superior a 200 eleitores! Já vêm que é muita coragem pretender uma meia dúzia que seja reconhecido o seu diretório. E que diretório? Ufa!..... Não, não é possível isto, meus senhores, nem mesmo por um bamburro! (O PORVIR, n.º 86, p. 3, 28/05/1905).

O dia do pleito era geralmente marcado por uma festa, proporcionada pelo coronel, que se encarregava de arregimentar os moradores do campo, transportá-los para a cidade, dar de comer, etc; em Rio Preto, ao que tudo indica tal trabalho era facilitado, uma vez que uma das duas únicas seções eleitorais de 1905 funcionava na própria residência do coronel Adolpho⁶⁶⁵.

No dia decisivo, o poder do chefe político era praticamente absoluto, controlando a polícia e os principais cargos do processo eleitoral, como a importante Mesa Receptora, que

⁶⁶⁵ O PORVIR, n.º 129, p. 3, 18/02/1906.

sob influência dos coronéis escolhiam de quem receber os votos, dificultando ainda mais o exercício dos eleitores oposicionistas; além disso, a Mesa encarregava-se de complementar os votos da situação com eleitores fantasmas, analfabetos e menores.

Exemplo bem humorado de como agiam os donos do processo eleitoral, especialmente da Mesa Receptora de votos, a crônica de João Novato no *A Cidade de 1912* revela a dificuldade dos correligionários oposicionistas em dias de pleito, até mesmo para votar em um candidato neutro:

“Correram frias as eleições de hontem, como frias são todas a eleições sem pleito.

Todo mundo sabia de antemão que os candidatos officiaes já estavam nomeados, e por isso a maior parte do eleitorado ficou commodamente em seus penates.

Eu mesmo, com toda a minha presumpção de patriota extremado, estava resolvido, em obediência à disciplina, a não votar. Sou hermista, e como o meu partido resolvesse ficar na moita, precisava, como bom soldado, acompanhar o terço.

Mas, encontro um amigo, civilista, que pede o voto.

- O sr. está abusando das minhas convicções! Não sabes que sou hermista?

- Sei, sim senhor. Porém, peço teu voto para um candidato neutro: o padre Faustino Consoni.

- ?!

- É a verdade. O padre Consoni há de ser eleito, tal é a cotação do seu nome no mercado eleitoral; e você, que é bom catholico, estou certo que não deixará de votar no único homem capaz de transformar o Estado num paraíso, e os paulistas em anjos, e ...

- Basta, meu amigo e podes contar com meu voto.

E sendo hora de votar, corri a desempenhar-me desse dever duplamente sagrado, visto que ia votar num santo.

Approximando-me da mesa eleitoral, o presidente me exigiu o respectivo titulo.

- Não o tenho aqui.

- Então não vota; é de lei.

- Perdão, sr. presidente, a lei estabelece que uma vez o eleitor reconhecido como tal pela mesa... Ora, os srs. Mesários me reconhecem, não é verdade?

- Nunca o vimos mais gordo!

A coisa ia se azedando, quando lembrei-me de um estratagema: ameaçar o presidente com uma excommunhão especial do virgem Faustino.

- Mas o sr. vem votar no padre Faustino? Pois então pode votar até cinquenta vezes!

Não fosse a invocação desse santo nome, e quem ficaria sem votar, era o patriota.

João Novato.”. (A CIDADE, n.º 38, p. 1 e 2, 02/03/1912).

Em tempos de grande disputa, quando a oposição manifestava-se de forma mais intensa, todos os meios de manipulação eleitoral eram utilizados, como o sumiço das listas,

que invalidavam todos os votos da seção eleitoral, ou ainda as famosas fraudes dos resultados, que tinham necessariamente que serem confirmados pela *Junta Eleitoral*, depois das eleições.

Casalecchi descreve vários eventos de fraudes em eleições por parte dos chefes locais, que aconteceram durante toda a República Velha, como demonstram os conflitos ocorridos em Piraju, em 1898, onde a situação impediu os votos do grupo contrário e facilitou a participação de forasteiros, crianças e analfabetos, ou ainda os exemplos de alistamentos duplicados de São Carlos e Jaú, que incluíram em suas listas vários eleitores de cidades vizinhas⁶⁶⁶.

Desse modo, grupos inteiros de eleitores eram levados de um lado para o outro, chegando a participar de várias eleições num mesmo dia, como os famosos eleitores volantes de Julio Prestes⁶⁶⁷; em Rio Preto, também encontramos referências às transferências de eleitores, fatos novamente revelados em conflitos políticos amparados pelos jornais locais, como é o caso da bem humorada nota do *O Município* alfinetando a vitória oposicionista na eleição de Juiz de Paz no distrito de Nova Aliança em 1927:

“Os elementos politicos descontentes deste município, lançando mão de todos os recursos, conseguiram reunir um total de 85 eleitores de Monte Bello, de Potyrendaba e de José Bonifácio. (A China coitada! Foi deixada em paz porque está numa effervescencia de mil demônios.).”. (O MUNICÍPIO, n.º 1065, p. 1, 27/05/1927).

Ao comandarem a Prefeitura e a Câmara, os coronéis também apoderavam-se da máquina pública, e o dinheiro dos cofres municipais era largamente usado para fins eleitoreiros, especialmente as “Verbas Eventuaes”, previstas no orçamento, e que como aponta o *A Notícia* em 1927, constituíam a base de todo o prestígio do grupo situacionista.

“...O **valeroso** directorio do ‘O Município’, conseguiu apenas uma quinta parte de comparecimento, e isso a despeito de prefeitura, de um resto de directorio, de agentes arrecadadores, de autoridades, de fiscaes, de funcionarios, e, principalmente da celebre verba de ‘Eventuaes’, por onde se escoia todo o grande prestigio politico dos homens do directorio, há bem uns dez annos... verba essa ultrapassada a do orçamento, somente no segundo trimestre do anno, que foi o das eleições de Monte Bello, a grande pedra posta pelos altivos eleitores daquelle districto no sapato dos homens do cofre municipal...”. (A NOTÍCIA, n.º 610, p. 1, 21/08/1927).

E as formas de controle coronelístico do processo eleitoral não resumiam-se apenas à conferência e validação de listas; em pleitos disputados que apresentavam

⁶⁶⁶ CASALECCHI, *Op. cit.*, p. 209.

⁶⁶⁷ Idem. P. 210.

possibilidades de derrota, a mesa poderia simplesmente encerrar os trabalhos antes da hora, como nos extremos casos apontados por Casalecchi, das cidades de Sorocaba, Porto Feliz, Iguape e Pindamonhangaba, que nas eleições de 1892 tiveram as urnas encerradas às 9h 30m da manhã⁶⁶⁸.

Também em Rio Preto, principalmente nas intensas disputas políticas da década de 1920, tais expedientes eram utilizados pelo grupo político dominante, como demonstrado nas eleições do distrito de Borboleta em 1927; naquele período, a cidade vivenciava uma luta pelo controle político local que opunha os situacionistas do Diretório do PRP a um grupo de oposição aglutinado em um partido denominado PRM.

Surgido no início daquele ano, o partido de oposição havia anunciado a não participação nas eleições para Juizes de Paz para o então distrito; no entanto, de última hora, os correligionários oposicionistas resolvem fiscalizar o andamento do pleito, o que ao que parece desarticulou os planos dos chefes do PRP, que resolveram, de imediato à chegada dos fiscais do partido rival, encerrar os trabalhos das seções mesmo com a participação de um número irrisório de eleitores.

Tal fato não passou despercebido pelo oposicionista *A Notícia*, que aproveitando-se do resultado negativo daquele pleito pregava na primeira página a falecia do diretório comandado por Presciliano Pinto Oliveira e Victor Britto Bastos, uma vez que naquela ocasião estes haviam conseguido os votos de apenas 100 eleitores, *não contando os phosphoros que são muitos*:

“O resultado foi que o snrs do P. R. P. local, que não tem eleitorado, se viram na dura contingência de encerrar as assembléas eleitoraes com o comparecimento total de 132...

É espantoso!...

Possuindo o districto de sede cerca de 1.000 eleitores, o directorio do sr. Presciliano só conseguiu 130 e mesmo assim alguns a bico de pena, como será opportunamente provado.

Sendo 25 os mesários e 5 os fiscaes do P. R. M., só compareceram 100 eleitores, (não contando os phóspharos que são muitos)...”. (A NOTÍCIA, n.º 526, p. 1, 20/04/1927).

Em Rio Preto, tais expedientes eram freqüentes, principalmente em períodos de forte oposição; o grupo que controlava o processo político usava os mais diversos artifícios para burlar a eleição, não importando a força e o prestígio dos candidatos oponentes, como foi o caso da degola do candidato independente Adolpho G. Corrêa em 1925. Mesmo tendo sido

⁶⁶⁸ O autor aponta ainda outro caso, já na década de 1920, em Ribeirão Preto, quando as urnas foram fechadas às onze horas da manhã. CASALECCHI, *Op. cit.*, p. 213-214.

no passado o mais influente chefe político local, o grupo situacionista não se intimida ao afastar o antigo coronel de seu retorno à Câmara.

Retornando à cidade em meados da década de 1920, e apoiado por antigos companheiros de política, o coronel Adolpho inicia sua campanha a uma cadeira de vereador para o triênio 1926-1928; publicando nos jornais alguns boletins eleitorais aos seus correligionários, Corrêa consegue no pleito um expressivo número de votos, grande parte deles concentrados na *1.ª Seção Eleitoral*. No entanto, no posterior processo de verificação dos resultados, a Junta Apuradora anulou todos os votos da seção de Adolpho Corrêa, fato que foi explicado dessa maneira pelo *A Notícia*, ao comentar os números das eleições do dia anterior:

“Na 1.ª secção desta cidade compareceram 120 eleitores e a acta registrou 148 cédulas para vereadores. Dessa forma está nulla a votação em a referida secção.

Em consequencia disso o sr. dr. Adolpho Guimarães Corrêa não conseguirá o quociente para o 1.º turno, sendo portanto eleita toda a chapa do Directorio.” (A NOTÍCIA, n.º 194, p. 16, 30/11/1925).

Os recursos eleitorais, embora comuns, não alteravam os resultados dos pleitos, uma vez que as instâncias superiores também eram influenciadas pelos chefes do PRP; em Rio Preto, os jornais indicam com frequência notícias sobre tais ações judiciais, e ainda que conseguissem algum amparo inicial, não se confirmavam nas instâncias superiores, sempre decisivas em favor da situação, como foi o caso do Recurso Eleitoral interposto por João Odorico da Cunha Glória, em 1912, contra sua arbitral cassação do mandato de vereador⁶⁶⁹.

E durante todo o período a que se refere a pesquisa encontramos nos jornais notícias de recursos eleitorais contra as arbitrariedades e as burlas do processo eleitoral; ainda em fins da década de 1920, e reclamando contra a exclusão de seu correligionário Adolpho Corrêa na conflituosa eleição municipal de fins de 1925, José de Almeida Mesquita tem seus recursos negados pela Junta Apuradora⁶⁷⁰ e posteriormente pelo Tribunal de Justiça⁶⁷¹.

Além dos cargos da mesa, os coronéis contavam com uma enorme variedade de funcionários públicos a seus serviços, geralmente utilizados para intimidar os eleitores oposicionistas; além disso, tais funcionários estavam eles mesmos vinculados ao poder do coronel, uma vez que nas mãos do chefe estava a estabilidade do emprego.

⁶⁶⁹ A CIDADE, n.º 45, p. 3, 20/04/1912.

⁶⁷⁰ A NOTÍCIA, n.º 198, p. 1, 10/12/1925.

⁶⁷¹ O MUNICÍPIO, n.º. 772, p. 1, 26/05/1926.

Para aqueles elementos, qualquer deslize em direção à oposição poderia ser penalizado na perda do cargo, como demonstra o caso de Pedro Bernardino de Seixas Gama, que foi demitido do cargo de carcereiro da Câmara um dia depois de votar no então candidato oposicionista Adolpho G. Corrêa⁶⁷².

Desse modo, dentre os artifícios dos coronéis em dias de pleito estava a pressão do eleitorado pela máquina pública, expediente que ao que parece foi utilizado amplamente em Rio Preto, como demonstra a crítica ao Diretório do PRP em 1927, que nas eleições dos distritos usou de táticas como a pressão policial, de fiscais, ameaças, etc:

*“Os antecedentes do pleito
Há muito os homens da Prefeitura vendo fugir-lhes a confiança
do digno e altivo eleitorado de Monte Bello puzeram em pratica os
processos mais condemnaveis.
Depois de marcada a eleição para 24 de Abril conseguiram
que fosse essa data adiada para 24 de Maio para serem incluídos
alguns eleitores alistados por conta dos cofres da Prefeitura.
Exoneram o antigo e honesto fiscal de Monte Bello, que vinha
exercendo com dedicação as suas funcções há mais de 5 annos.
Tiraram das mãos do Sub-prefeito a arrecadação dos
impostos.
Ultimamente exoneraram todas as autoridades policiaes,
nomeando amigos escolhidos a dedo.
Não satisfeitos com essas medidas, os homens da Prefeitura,
por seus cabos iniciaram uma tremenda campanha no seio do
eleitorado municipalista, fzendo as ameaças mais absurdas e
lançando mão dos expedientes mais condemnados.”. (A NOTÍCIA,
nº. 549, p. 1, 26/05/1927).*

Havia, no entanto, apesar do grande controle eleitoral dos chefes do PRP, pleitos em que a oposição se fazia forte o bastante para uma vitória nas urnas que fosse validada pela Junta Eleitoral; nesse momento, os coronéis lançavam mão de expedientes mais severos, onde a violência era utilizada para afugentar os eleitores contrários e garantir as eleições, como demonstra um dito da época citado por Casalecchi: *“onde não entrava o fósforo entrava o capanga”*⁶⁷³.

As eleições eram palcos de vários conflitos armados, com ou sem a presença policial, que estrategicamente guardava as seções eleitorais, ou desaparecia deixando a cidade livre para as perseguições aos oposicionistas; em Rio Preto, ainda em fins da República Velha encontramos referências a tais episódios de violência, como na nota publicada no *A Notícia* sobre um conflito ocorrido em uma das seções eleitorais na concorrida disputa para os cargos da Câmara em fins de 1925, em que o porteiro do Grupo escolar foi ferido a bala:

⁶⁷² O PORVIR, n.º 106, p. 2 e 3, 19/09/1905.

⁶⁷³ CASALECCHI, *Op. cit.*, p. 215.

“Houve um conflito quase no final da votação, sahindo gravemente ferido o porteiro do grupo escolar, Rosalino José de Souza.

O correcto funcionario foi ferido à bala no peito.

Foi também ferido o sr. Alberto Costa...”. (A NOTÍCIA, n.º 194, p. 16, 30/11/1925).

Casalecchi aponta, porém, que além daquelas situações onde a violência surgia de desavenças pessoais no calor dos pleitos, havia aquelas que eram precedidas de organização e cálculo por parte dos coronéis, que punham em cena dois tipos de forças repressivas: os capangas e a polícia.

A figura do capanga temido era comum naqueles períodos, usado constantemente nos pleitos na perseguição ou eliminação dos opositores; em Rio Preto, principalmente no início do século, tais artifícios eram comuns, como demonstrado no *O Porvir* de 1905:

“Em divisas do município de Barretos com o Estado de Minas, foi assassinado o conhecido desordeiro Benedicto Ivo de Sant’Anna, pronunciado nesta comarca por tentativa de morte contra o major Emydio de Oliveira Castro.

Faccinora cobarde mas perigoso, foi muito celebre nesta cidade pelos actos que praticava, o ultimo dos quaes foi esse attentado contra o alludido cavalheiro major Emydio por ocasião das eleições municipaes.”. (O PORVIR, n.º 114, p. 2, 05/11/1905).

Além disso, a interferência policial era comum nos dias de pleito, e a ação da força pública esteve em muitas ocasiões a serviço da fraude; diferentemente dos capangas, que serviam a todas as facções políticas, os soldados da polícia arremetia-se apenas contra a oposição, na proteção do partido governista.

O cargo de delegado de polícia era exercido por indicados do coronel local ou diretamente pelo próprio governo, situação que garantiu por todo o período o “serviço” policial aos desmandos dos coronéis, como deposto na reclamação dos moradores de Potyrendaba publicada na seção livre do *A Notícia* de janeiro de 1927:

“- Perseguição política –

As violências do sub-delegado Dias Netto – Um appello aos exmos. Snrs. Drs. Secretario da Justiça, chefe de Policia e Delegado Regional de Rio Preto

A vida em Potyrendaba tem se tornado impossível de uns tempos pra cá. O sub-delegado Manoel Dias Netto é arbitrário, violento e instrumento político nas mãos dos snrs. Benedicto Pupo e José Oliva.

(...)

Fazemos um appello aos exmos drs. Secretario da Justiça, chefe de Policia e Delegado Regional de Rio Preto, no sentido de ser aberta um inquérito e apurada as graves

violências e arbitrariedades praticada pelo sub-delegado Dias Netto.” . (A NOTÍCIA, n.º 472, p. 4, 27/01/1927).

Em Rio Preto, dentre todos os episódios de violência por parte da polícia destaca-se o empastelamento do jornal de oposição *Diário de Rio Preto* em 1924, quando aproveitando-se das confusões promovidas pela eclosão do movimento tenentista em São Paulo, os situacionistas conseguem que soldados da força estadual viessem da capital especialmente para o feito. Cavalheiro comenta o acontecido no capítulo dedicado à imprensa rio-pretense no *Álbum de 1929*:

“Tanto os políticos como os mais altos membros da magistratura rio-pretense sorriram á idéia de uma oportunidade apropriada, á terrível vingança que vinham premeditando e que nunca haviam praticado por serem covardes.

Tal anormalidade porém, favorecida pelo estado de sitio e a absoluta isenção de garantias individuaes, aguçou o ódio cannibalesco de todos os poltrões que se julgavam victimas da acção desassombrada do vibrante jornal, terminando uma dia por lançar fogo ao predio e destroçar todas as machinas da officina. Foi um espectáculo tão brutal e odioso, que a sua memória constituirá para toda a vida uma pagina de lama na civilização de Rio Preto.”. (A ALBUM 1929, Capitulo VIII – Imprensa. s/n.)

Não foi difícil, ao que parece, conseguir o apoio do governo no ataque ao periódico oposicionista; naquele momento, o grupo que comandava a política local contava com uma grande proximidade com os altos escalões do PRP, uma vez inseridos no importante processo de ocupação e legalização das novas terras do extenso município, que acontecia sob cuidadosa supervisão governamental.

Desse modo, o auxílio dos poderes oficiais aos coronéis objetivava o controle da ordem local, estabilidade que garantiria a normalidade no caminho de ampliação dos poderes econômicos e políticos dos chefes perrepistas, no intenso processo de ocupação das novas áreas do interior paulista, como indica Casalecchi:

“A fraude costumeira, de mil modos conseguida, compartilhava da reiterada ambigüidade do ideário liberal republicano. Facilitava-lhe a ocorrência a expansão descomedida para o oeste onde a cidade, conquistando o sertão, recorria à violência para vencer “a pintada” e “o bugre”, munindo-se de capangagem para a tomada de “posse de terras”, e da política para assegurar o domínio.”⁶⁷⁴.

⁶⁷⁴ CASALECCHI, *Op. cit.* p. 221.

O esquema de controle eleitoral garantia portanto o sucesso dos candidatos oficiais; em Rio Preto, durante todo o período de pesquisa os resultados foram amplamente comandados pela situação, claramente manipulados de modo a direcionar os votos aos candidatos indicados pela Comissão Diretora, como ocorrido na eleição para o senado estadual de fevereiro de 1906, em que os dois candidatos perrepistas, Bernardino de Campos e João Baptista de Mello, obtiveram o mesmo total de 58 votos⁶⁷⁵, ou ainda as eleições para o senado e câmara dos deputados estaduais de junho do mesmo ano, em que todos os indicados oficiais obtiveram os votos de 78 eleitores⁶⁷⁶.

E os resultados favoráveis com indícios de fraude foram comuns para toda a República Velha; ainda em fins da década de 1920, apesar das diferenças sociais e urbanas que dificultavam os desmandos coronelísticos, o fenômeno ainda acontecia nos pleitos rio-pretenses, como demonstram os resultados das eleições estaduais de abril de 1925, em que todos os candidatos oficiais obtiveram 873 votos⁶⁷⁷.

Desse modo, os pleitos apresentavam sempre um baixíssimo índice de votos para a oposição, garantindo-se assim o prestígio dos coronéis locais frente aos altos escalões da política paulista, como nos explica *O Município* de 1925, ao comentar os resultados das eleições para senador e deputados estaduais de abril daquele ano, amplamente favoráveis ao PRP:

“A chapa recommendada pela Comissão Diretora obteve quasi a unanimidade, attestando assim mais uma vez o grande prestígio que goza o Partido chefiado pelo sr. dr. Presciliano Pinto de Oliveira.”. (A NOTÍCIA, n.º 98, p. 1, 26/04/1925).

Ao direcionar seus votos para os candidatos da situação governista nos pleitos nacionais e estaduais, os dirigentes políticos do interior fizeram-se credores de recompensas que consistiam em liberdade de ação na direção local. No entanto, o poder decisório final não ficava no âmbito municipal, uma vez que ao controlar os poderes judiciário, militar e policial, o Estado garantia sua posição de parte forte na barganha.

Desse modo, não eram comuns os conflitos entre os coronéis locais e os altos escalões da política estadual; os desacordos eram geralmente resolvidos em pouco tempo, com o chefe político perdoado ou substituído por outro ligado à oposição local, como

⁶⁷⁵ O PORVIR, n.º 127, p. 2, 04/02/1906.

⁶⁷⁶ Receberam 78 votos Dr. José Alves Guimarães Junior, candidato a senador, e Dr. Bernardino de Campos, Dr. Azevedo Marques e Dr. Antonio do Amaral César, que pleiteavam o cargo de deputado. (O PORVIR, n.º 144, p. 3, 10/06/1906).

⁶⁷⁷ A NOTÍCIA, n.º 98, p. 1, 26/04/1925.

demonstra o caso do rompimento do presidente do Diretório do PRP local, Presciliano P. Oliveira, com a Comissão Central do partido em fins de 1924.

Naquele momento, o território de Rio Preto passava por um grande processo de desmembramentos, com a criação de vários municípios, e uma drástica redução de sua área, motivos que levaram os políticos locais a tentar barrar o processo no legislativo. Entretanto, os novos municípios tinham a proteção dos altos escalões do PRP, e os desmembramentos foram aprovados em dezembro de 1924, fato que provocou a imediata renúncia de Presciliano do seu cargo no Diretório, como publicado no *A Notícia*:

“Conseguimos saber, com toda a segurança, que devido a sérias divergências entre os altos poderes do Estado e o diretório político local, renunciou a presidência do directorio de Rio Preto, o sr. dr. Presciliano Pinto de Oliveira. (A NOTÍCIA, n.º 18, p. 1, 21/12/1924).

O conflito entre os interesses era evidente, e a amplitude do debate na cidade exigia uma medida de efeito, como a renúncia, que foi amplamente divulgada na imprensa local; em 31 de dezembro, o vice-presidente do Diretório Cenobelino Barros Serra também renuncia em solidariedade a Presciliano, atitude que de acordo com as expectativas do *A Notícia*, seria seguida por todos os demais membros⁶⁷⁸.

No entanto, passados os momentos mais intensos de desapontamentos e de críticas, Presciliano e Cenobelino não tardaram em ceder à intransigência da Comissão Diretora, e em ofício de 5 de fevereiro, tornam sem efeito a renúncia de dezembro, fato que não tardou em ser anunciado publicamente, para afastar qualquer pretensão de sucesso dos grupos oposicionistas⁶⁷⁹.

Desse modo, durante toda a República Velha foi constante a influência na vida política local dos acontecimentos verificados nas esferas mais altas do poder estadual, em especial dos interesses da Comissão Diretora do PRP, que seguia de perto todos os movimentos políticos do interior paulista.

No processo dos desmembramentos territoriais de Rio Preto, a atuação dos altos escalões do PRP foi em favor dos novos chefes políticos, ligados às localidades em vias de emancipação, como observado na visita do deputado Raphael Sampaio ao município, em

⁶⁷⁸ A NOTÍCIA, n.º 24, p. 1, 01/01/1925.

⁶⁷⁹ A NOTÍCIA, n.º 72, p. 1, 14/03/1925.

1923, que tinha por objetivo acalmar os ânimos e conciliar os diversos interesses existentes à época, de acordo com aquilo pretendido pelos diretores do partido⁶⁸⁰.

Desse modo, assegurada politicamente a aprovação das leis de criação dos novos municípios, foi rápida a ação dos chefes do PRP em assegurar o controle do processo de organização do poder nas recentes áreas, uma vez que ainda em fins de dezembro, apenas dez dias depois de anunciados os desmembramentos, a Comissão Diretora do Partido reconheceu seus respectivos Diretórios políticos⁶⁸¹, que estariam sob a órbita de influência dos grandes chefes estaduais.

E a influência dos grandes chefes paulistas pode ser verificada em vários eventos que demonstram a grande vigilância mantida pelo PRP naqueles novos núcleos urbanos próximos a Rio Preto, sendo recorrentes as visitas de delegados do partido encarregados de acompanhar pleitos conflituosos, como observado em 1926, quando a Comissão Diretora designou o deputado estadual Francisco Junqueira para reorganizar os Diretórios dos novos municípios de Mirassol e Monte Aprazível, que apresentavam intensas disputas entre grupos políticos rivais⁶⁸².

Em Catanduva, que em 1925 vivia um momento de conflitos pelo controle do Diretório local, a Comissão Diretora organizou a luta entre as facções rivais, aproveitando-se de uma eleição para deputados para estabelecer uma disputa eleitoral, em que seriam votados pelos dois grupos candidatos específicos da lista oficial proposta pelo PRP; conforme explicava o *A Notícia*, o vencedor teria o reconhecimento de seu Diretório político como oficial:

“(...) a Comissão Diretora escalou já dois candidatos para serem votados em 1º. Turno, da seguinte maneira: o antigo Directório votará no sr. dr. Arthur Whitaker e os partidários do sr. Adalberto Netto votarão no sr. dr. Raphael Sampaio.

O grupo que vencer organizará o Diretório.” (A NOTÍCIA, n.º 95, p. 1, 31/04/1925).

Dois anos mais tarde, como a situação política catanduvense ainda não havia se estabilizado, novamente entra em cena a Comissão Diretora, que apaziguou a situação formando um Diretório de conciliação constituído por membros de ambos os grupos em disputa, sob a presidência de Lacerda Franco, grande chefe político do PRP⁶⁸³.

⁶⁸⁰ A NOTÍCIA, n.º 479, p. 1, 06/02/1927.

⁶⁸¹ Os novos Diretórios reconhecidos pela Comissão Diretora do PRP foram os de Mirassol, Monte Aprazível e Tanabi. (A NOTÍCIA, n.º 23, p. 1, 30/12/1924).

⁶⁸² A NOTÍCIA, n.º 252, p. 1, 16/03/1926.

⁶⁸³ A NOTÍCIA, n.º 498, p. 1, 09/03/1927.

Ressalta-se nesse processo a participação do influente político Quinzinho Junqueira, de Ribeirão Preto, que era o chefe político incontestável do importante 10º. Distrito Eleitoral paulista, e exercia o controle sobre uma extensa área que compreendia toda a região localizada entre Ribeirão Preto e as terras rio-pretenses⁶⁸⁴.

A dinâmica dos acontecimentos locais correspondia às transformações na política em âmbito estadual; desde o início do século XX, a legislação eleitoral inseriu Rio Preto na área de abrangência do 10º. Distrito eleitoral⁶⁸⁵, definindo-se naquela data o grupo de Ribeirão Preto como maior influência nos rumos da política local.

Por Quinzinho passavam as principais decisões políticas regionais, e eram ligados a ele os principais políticos eleitos por Rio Preto durante a República Velha; ao clã Junqueira estava ligado o deputado Francisco Junqueira, responsável pela citada organização dos diretórios em crise de Mirassol e Monte Aprazível em 1925, e pelas mãos do chefe ribeirão-pretano, de acordo com a nota do *A Notícia*, foi arquitetado o vitorioso arranjo em Catanduva:

“sr. cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, chefe de inconfundível prestígio na política do Estado, trabalhou pelo accôrdo ora realizado, em Catanduva, approvando a formula que sahiu victoriosa na conferencia do dia 27. (A NOTÍCIA, n.º 498, p. 1, 09/03/1927).

E não podemos esquecer que os interesses do grande capital estavam vinculados também aos serviços públicos do município, como a empresa que fornecia energia elétrica à cidade, que assim como várias outras congêneres de cidades do interior paulista, era de propriedade de Armando Salles Oliveira.

Além disso, como discutido no capítulo 2, no ano de 1922 a Câmara de Rio Preto celebrou um grande empréstimo com a empresa *Caetano e Castellano* de Rio Claro, barganha que envolveu também um contrato da prefeitura com a empresa rio-clarense para a prestação dos serviços de água e esgotos na cidade, que resultou na fundação da “Melhoramentos de Rio Preto Água e Esgoto S/A”, que executa os serviços até 1938.

Durante a década de 1920, foi advogado da empresa de Rio Claro o deputado Eloy Chaves, que esteve presente em todas as principais negociações com a Câmara ao longo do período, como a consolidação da dívida em 1926⁶⁸⁶.

⁶⁸⁴ Ver capítulo 1.

⁶⁸⁵ Lei n.º 956 de 26 de setembro de 1905, reforma a legislação eleitoral do estado, pelo artigo 3º. Divide o território do Estado em “dez circumscrições eleitoraes”, cabendo a cada distrito eleger cinco deputados. (O PORVIR, n.º 109, p. 1, 08/10/1905).

⁶⁸⁶ O MUNICÍPIO, n.º. 747, p. 4, 25/04/1926.

Nesse sentido, entendemos que os diversos interesses ligados ao grande capital direcionavam-se para Rio Preto no período refletiram-se nos rumos políticos tomados pela cidade; além disso, os diversos conflitos entre as altas esferas do poder paulista, que acabavam por resultar em rompimentos entre os membros da Comissão Diretora, tinham seus reflexos no município, acabando por influenciar as disputas internas pelo poder, como verificado nos conflitos do movimento civilista do início do século, ou ainda no famoso caso “Washington-Altino”, da década de 1920.

O primeiro conflito foi especialmente importante em Rio Preto, uma vez que na intensa disputa entre os partidários de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, e ao contrário do que preconizava a Comissão Diretora do PRP, o chefe ribeirão-pretano Quinzinho Junqueira foi um dos poucos políticos paulistas que preferiram apoiar o Marechal, que embora tenha perdido no Estado de São Paulo, obteve a grande maioria de votos do 10º. Distrito eleitoral, controlado por Quinzinho. Naquele período, os grupos políticos rio-pretenses passaram a ser denominados Hermista e Civilista⁶⁸⁷.

O conflito entre os membros da Comissão Diretora da década de 1920, que ficou conhecido como o caso “Washington-Altino”, também teve influências na política rio-pretense, uma vez que após sérias divergências com os altos escalões do PRP, na tentativa de barrar ou amenizar os diversos desmembramentos previstos para o município, o Diretório local é rapidamente “perdoado” pela Comissão Central, no clima do conagraçamento que uniu novamente os coligados ao seio do partido⁶⁸⁸. Nas palavras do oposicionista *A Notícia*: “*O directorio esteve por terra, mas surgiu o celebre caso Washington – Altino e nova injeção de óleo camphorado.*”⁶⁸⁹.

Os movimentos de oposição surgidos na cidade ao longo da República Velha nunca conseguiram efetivamente uma ruptura no controle dos grupos ligados à Comissão Diretora do PRP; entretanto, mesmo dentro da ordem do partido havia espaços para disputas locais, em que se debateram ao longo do período vários partidos oposicionistas de curta duração.

Ao passo em que se transforma no grande núcleo populacional da década de 1920, Rio Preto passa também a constituir um dos maiores eleitorados do Estado, como observado

⁶⁸⁷ O PODER MODERADOR, n.º 21, p. 2, 05/11/1911.

⁶⁸⁸ Ver CASALECHI, *Op. cit.*, p. 161-170.

⁶⁸⁹ A NOTÍCIA, n.º 477, p. 1, 03/02/1927.

nas eleições de 1922, em que a cidade apresentava o maior eleitorado do interior paulista, suplantando cidades como Campinas, Santos e Ribeirão Preto⁶⁹⁰.

Desse modo, aproveitando-se das novas oportunidades surgidas do processo de urbanização local, tais como o desenvolvimento econômico, o crescimento e diversificação populacional e o próprio processo de modernização urbana, novos elementos empreendem tentativas de inserção política, com ou sem o apoio dos coronéis.

A diversificação econômica, como vimos, foi a porta de entrada para diversos novos elementos inseridos nos grupos de poder local ao longo do tempo, processo que associado à grande e diversificada concentração populacional alcançada por Rio Preto na década de 1920, promoveu um alargamento das bases de influência política da cidade, que passaram a contar com um número cada vez maior de estrangeiros ao lado dos antigos coronéis.

Além disso, o processo de modernização urbana favorecia o surgimento de debates políticos, pela transformação nos padrões de sociabilidade, a partir da multiplicação dos espaços públicos, cada vez mais freqüentados pela sociedade e que favoreciam as discussões políticas, ou ainda pela mudança nos padrões de produção e consumo culturais, bem mais comuns e acessíveis na década de 1920, especialmente pela circulação dos jornais, principal arma política do período.

Em Rio Preto, desde o início do século passado elementos descontentes formam partidos oposicionistas, geralmente amparados por jornais, que surgem e desaparecem com freqüência ao longo do período. Ainda na década de 1900, fase de grande domínio do cel. Adolpho Corrêa, os rio-pretenses viram surgir dois jornais ligados a grupos políticos de oposição.

O primeiro caso foi o surgimento do *O Rio Preto*, periódico fundado em 1907 por João Odorico da Cunha Glória, advogado que após estabelecer-se na cidade liga-se ao grupo político do antigo chefe local, cel. Pedro Amaral, fundando um movimento de oposição a Adolpho Corrêa.

O partido de Cunha Glória passou por diversas denominações ao longo do tempo, aproveitando-se dos momentos mais ou menos favoráveis aos movimentos oposicionistas, de acordo com os acontecimentos ligados aos altos escalões da política estadual; após a morte do cel. Amaral, Glória foi heremista, opondo-se aos situacionistas locais que apoiavam Rui Barbosa, e em 1912 punha sua pena em defesa do Partido Conservador.

⁶⁹⁰ CASALECHI, *Op. cit.*, p. 265-270.

O que não mudava eram os nomes que compunham o grupo oposicionista, o fato de estarem fora do controle do poder, e as colunas da imprensa utilizadas para fazer política, movimento que ao que parece era encarado com naturalidade pelos rio-pretenses, como demonstrado na nota do *O Poder Moderador* de 1912, que anunciava a volta do *O Rio Preto* após um período fora de circulação:

“Este nosso collega local, que por algum tempo teve a sua publicação interrompida, acaba de reaparecer, todo catita, com o seu formato augmentado e o material typographico completamente reformado.

Continuando sob a competente redacção do sr. dr. Cunha Glória, obedece, entretanto, á nova orientação, como organ do Partido Republicano Conservador, cujo programma defende com maestria.”. (O PODER MODERADOR, n.º 34, p. 1, 04/02/1912).

Outro exemplo de tentativa de inserção política baseada nas colunas de um jornal foi a do advogado português Gastão de Sá, que fundou, em sociedade com o comerciante Manoel Fernandes Brito, o periódico *O Poder Moderador*, em agosto de 1911; surgido para concorrer com *O Porvir*, não esteve de início ligado a movimentos políticos, seguindo seu programa independente, como estampado na capa de seu primeiro número: *“Esta folha não é nem pretende ser partidária: apparece, pura e simplesmente, para ser organ dos interesses do município.”*⁶⁹¹.

Entretanto, ao que tudo indica os planos não eram bem aqueles declarados no programa do novo jornal; em outubro daquele ano, quando a cidade se movimentava com as eleições municipais para o triênio 1912-1914, Gastão de Sá empreende uma candidatura independente a uma cadeira na Câmara, e utiliza as colunas do *O Poder Moderador* para defender uma mudança nos governantes locais.

Nos números anteriores à data das eleições, o periódico publica cartas e artigos que defendem a formação de um *Partido Municipal*, que não seja nem heremista nem civilista, claramente preparando o terreno para sua candidatura independente⁶⁹².

“Sr. redactor: Quer-me parecer que, a semelhança do que já se tem feito em tantos outros municípios do nosso estado, devíamos cogitar aqui da fundação de um novo partido – o municipal.

Um partido que não seja civilista, nem heremista; que se organize, única e exclusivamente, para cuidar do que diz respeito à vida do município, eis o que é necessário.”. (O PODER MODERADOR, n.º 17, p. 2, 22/10/1911);

⁶⁹¹ O PODER MODERADOR, n.º 1, p. 1, 16/08/1911.

⁶⁹² O PODER MODERADOR, n.º 17, p. 2, 22/10/1911; e O PODER MODERADOR, n.º 19, p. 1, 29/10/1911.

No dia do pleito, apesar do grande número de votos, o independente Gastão de Sá não conseguiu ser eleito, iniciando então um período de ataques ao grupo liderado por Adolpho Corrêa, que claramente influenciou em sua derrota; deste modo, continua defendendo nas colunas de seu do *O Poder Moderador*, a criação de um novo partido na cidade⁶⁹³.

Com apenas dois meses de circulação do periódico independente, o anunciado alheamento dos interesses partidários havia sido abandonado, e ao levarmos em consideração que em fevereiro do ano seguinte Gastão de Sá vende o jornal, que sai de circulação no nº. 36 após apenas seis meses de existência, percebe-se que o empreendimento esteve ligado desde o início aos interesses relativos às eleições municipais de outubro de 1911.

No entanto, apesar do resultado negativo e mesmo sendo recente a existência do jornal, tudo indica que Gastão de Sá conseguiu a proeminência política que desejava para as eleições municipais; nos dias anteriores ao pleito, conforme crônica de J. J. Bicudo no *O Poder Moderador*, o advogado jornalista havia sido convidado por ambos os partidos locais para enfileirar suas colunas, o que demonstra no mínimo o respeito dos chefes perrepistas ao novo poder político exercido pela imprensa.

Bicudo narra à sua maneira a ordem dos fatos, interessado em defender Gastão de Sá das críticas do *O Porvir*; no entanto, oferece-nos uma visão, ainda que parcial, dos movimentos que antecederiam as eleições locais na República Velha, especialmente do modo como os coronéis encaravam os empreendimentos jornalísticos e os novos políticos a eles ligados:

“Mas o confrade foi um tanto injusto com nosso amigo Gastão, afirmando que elle ‘não perdoa a civilistas, nem a hermistas, o insucesso da candidatura extra-chapa...”

Lembro-me bem das coisas, como ellas se passaram e (...) façamos uma ligeira recapitulação dos factos.

Approximaam-se as eleições municipaes e o diretor desta folha ‘monarquista desabusado’ estava quieto no seu canto. Eis se não quando, é convidado por dois dos mais graduados membros do directorio civilista, para fazer parte da chapa, que o partido deveria apresentar ao seu eleitorado. Fez elle ver, então, que sua condição, de completo alheamento aos partidos d’aqui, não lhe permittia acceitar o convite, evitando assim que fosse o seu nome figurar na lista dos candidatos do partido civilista.

Realisou-se depois disso, uma reunião previa do eleitorado civilista e ninguem ignora como em taes assembléas se decide: foram

⁶⁹³ O PODER MODERADOR, n.º 20, p. 1, 01/11/1911; O PODER MODERADOR, n.º 21, p. 1, 05/11/1911; O PODER MODERADOR, n.º 22, p. 1, 09/12/1911.

escolhidos os candidatos que deviam merecer os suffragios, não figurando no seu numero o nosso director.

Isso não lhe causou estranheza, mas os próceres do partido, como que sentindo-se mal com a consciência destacaram um embaixador que lhe disse mais ou menos isto: 'olhe Gastão, você veio para cá, foi para cavar a vida, não é? Pois n'este caso eu lhe communico, que está assentado o seguinte: você, e vez de ser eleito vereador, será nomeado inspector das escolas, na vaga do actual inspector, que, como sabe, é andidato á vereança. Mas, a saber, se faz questão de ser eleito, nós o elegemos, porque a tal previa não tem, como você sabe, o menor valor.'

Já lhe acenavam com a mamata, para que fim, não sei.

Entrementes a direcção do partido hermista tinha como relação á pessoa do nosso director, a mesma lembrança, convidando-o para a sua chapa, o que não foi por elle acceito. (O PODER MODERADOR, n.º 21, p. 2, 05/11/1911).

Os compradores do *Poder Moderador*, o professor José Palma e Belmiro Gomes, fundaram o *A Cidade*, que aparece a partir do número 37, em seqüência ao antigo título, em 24 de fevereiro de 1912. Os novos proprietários não dão de início um caráter político ao jornal, muito embora fosse famosa a tendência socialista do professor José Palma, que esteve envolvido na fundação da Liga Operária em 1911⁶⁹⁴.

O jornal muda de proprietários e fica certo período sem circular, mas ainda em 1925 encontramos referências suas no concorrente *A Notícia*, como jornal de oposição ao Diretório perrepista, em artigos de crítica ao sistema de abastecimento de água local⁶⁹⁵.

Naquele período, o controle da prefeitura havia voltado ao grupo prescilianista, após dois anos sob influência do oposicionista cel. Victor Candido de Souza, de Mirassol; o *A Cidade*, que durante todo o tempo havia apoiado o chefe político do município vizinho, perde o contrato das publicações da Câmara e Prefeitura, que passa a ter *O Município* como órgão oficial a partir de 1925⁶⁹⁶.

Nesse momento, o jornal serve como base para os ataques de um grupo oposicionista ligado ao antigo chefe Léo Lerro a ao seu genro, o advogado Ângelo Corrêa, que era vereador à Câmara e publica no início daquele ano uma série de artigos criticando a água consumida pelos rio-pretenses, claramente visando atingir o grupo político dominante, responsável pelo contrato com a empresa responsável pelo serviço anos antes.

Os jornais da situação correm em defender os chefes, criticando os artigos e a folha oposicionista, como demonstra a nota do *A Notícia* de fevereiro de 1925, que mesmo ácida e tendo por objetivo atacar o periódico adversário, oferece importantes indícios da vida

⁶⁹⁴ O PODER MODERADOR, n.º 22, p. 1, 09/11/1911.

⁶⁹⁵ A NOTÍCIA, n.º 64, p. 1, 03/03/1925.

⁶⁹⁶ A NOTÍCIA, n.º 40, p. 1, 25/01/1925.

política do *A Cidade*, além de oferecer indícios de como se davam as relações entre os jornais e os políticos na República Velha:

“Conhece-se bem, aqui, o feitio desse jornal, atravez de seus 12 annos e coisa de vida nesta cidade.

Esse jornal esteve sempre preso aos partidos, sempre submettido ás conveniências pessoas, sempre ao dispor dos que têm governado esta terra.

Essa situação impediu sempre que esse orgam tivesse idéias próprias, manifestasse as próprias opiniões.

(...)

Nessa função menteve-se sempre muito commodamente, e a sua entranhada dedicação pelo interesse publico resumiu-se sempre na publicação de meia dúzia de notas officiaes que cobrava a tantos por linha e que sempre foram pagas com os dinheiros públicos.

Agora, que de repente lhe tiraram esse indispensável arrimo, agora que perdeu o contracto com a Câmara, agora que cessou o auxilio dos cofres municipaes, agora que faltou a verba, agora que deixou de ser o decantado e quase terno orgam de todas as situações, surge nos “A Cidade” com ares de grande zelo que nunca teve pelo bem publico, com gestos desordenados e fastidiosos de desvelos mal ensaiados, arremetendo contra tudo, querendo tudo demolir, tudo metter a baixo.”. (A NOTÍCIA, n.º 62, p. 1, 28/02/1925).

Curiosamente, as respostas do *A Notícia* aos artigos de Corrêa do início de 1925 são as últimas referências encontradas nas fontes relativas às atividades do *A Cidade*, que ao que tudo indica deixou de circular naquele ano, justamente no momento em que perdera as lucrativas publicações da Câmara, que ao que parece, eram o que mantinha o jornal em funcionamento.

Ainda na década de 1920, a vida política rio-pretense seria movimentada pelo surgimento do *A Notícia*, periódico de propriedade do advogado Nelson da Veiga, que também empreende uma tentativa de inserção na política local, ancorado pelas colunas de sua folha.

Após uma mal sucedida campanha como candidato independente a uma cadeira à Câmara na legislatura 1923-1925, em que consegue apenas a suplência, e aproveitando-se do momento de reorganização do poder local, Veiga investe em seu projeto político, adquirindo uma cara máquina *Alauzet* e fundando o *A Notícia* em novembro de 1924.

As pretensões políticas do proprietário da nova folha eram claras, ainda mais pelo grande investimento de Veiga no negócio, que não era lucrativo, uma vez que as assinaturas certamente não cobriam de início os gastos com a compra da máquina. Os movimentos de Veiga não passaram despercebidos pelos chefes locais, como indica a crítica nota do órgão perrepista *O Município*:

**“Secção Livre
Reparos, em tempo**

Embora na grande machina impressora do jornal ‘A Noticia’ desta cidade, tenha capital, cujos juros, bem módicos, dariam mais que a respectiva assignatura, de tempos para cá, sô casualmente dou com a mesma.” (O MUNICÍPIO, nº. 1351, p. 1, 12/06/1928).

O Diretório local não teve dúvidas ao apoiar Veiga, que amparado pelas colunas de sua folha diária, participava ativamente dos destinos municipais; assumindo como suplente a vaga de um vereador que abdicara no início de 1925, o proprietário do *A Notícia* torna-se um dos mais ativos membros da Câmara, iniciando uma parceria com o então prefeito Alceu de Assis, e sendo indicado pelos chefes para chapa oficial do partido nas eleições municipais de outubro daquele ano.

Eleito com grande número de votos e também ocupando a presidência da Câmara, Veiga associa-se aos então vereadores Ângelo Corrêa e Manoel Reverendo Vidal, que aliados ao prefeito Alceu de Assis formam um bloco coeso de grandes pretensões políticas, que controlava a metade dos cargos do legislativo municipal, e era amparado por uma folha diária de grande circulação local.

No entanto, os “donos” do Diretório perrepista ao que parece não gostaram das idéias de ascensão dos bacharéis, e na eleição anual para prefeito e cargos da Câmara ocorrida em janeiro de 1927, sorrateiramente impedem as reeleições de Alceu de Assis e Veiga para as importantes funções, que foram “retomadas” pelos antigos chefes.

Nesse momento, o grupo do *A Notícia* inicia um grande movimento de oposição, que culminou na fundação do Partido Republicano Municipal, que disputa as eleições locais até 1928; sempre com uma boa parcela dos votos, o novo partido conseguiu ao longo de sua curta existência algumas vitórias, o que obrigou os coronéis perrepistas a usarem de todos os artifícios possíveis para manter o controle do poder em suas mãos.

O sonho dos oposicionistas do *A Notícia* acaba após uma estranha derrota na eleição para prefeito e cargos da Câmara de 1928, em que mesmo perdendo, os chefes do Diretório se recusam a entregar as chaves da prefeitura, conseguindo anular a vitória perremista nos tribunais.

Durante praticamente todo o primeiro semestre daquele ano, período em que eram julgados os recursos eleitorais referentes ao pleito de janeiro, o *A Notícia* não publicou referencia ao andamento da situação na justiça, preenchendo seus espaços com notícias esportivas, e dando margem aos ataques da folha do Diretório, *O Município*:

*“Insatisfeito com os julgados nos Recursos Eleitoraes deste Município, o homem do **pigarro** correu a São Paulo e, de lá voltou e, com a ajuda do dito da Alauzet espalhou por céos e terras, próxima victoria.”. (O MUNICÍPIO, n.º 1351, p. 1, 12/06/1928).*

Em junho, saiu definitivamente a decisão do Tribunal Estadual, francamente favorável ao grupo situacionista, anulando a eleição de janeiro e cassando um vereador perremista, fato que ao que parece desanimou os membros da oposição, que perde a vitalidade.

Após a incrível derrota, desanimado com a impossibilidade de concorrer com as artimanhas coronelísticas, Nelson da Veiga abandona a vida política; em setembro de 1928, provavelmente pelas dificuldades em pagar as parcelas de sua *Alauzet*, vende os direitos de sua folha, dedicando-se a partir daquele momento apenas à advocacia e à agricultura, sem pleitear novamente nenhum cargo eletivo⁶⁹⁷.

Sob a direção do novo proprietário, Manoel dos Reis Araújo, o *A Notícia* retorna ao seu programa de folha independente; voltando a publicar para a municipalidade no mesmo mês de sua venda⁶⁹⁸, o antigo jornal oposicionista não envolveu-se mais em conflitos políticos durante todo o restante da República Velha.

Ao comentar a imprensa pirata do interior paulista no início do século XX, Cavalheiro nos oferece um curioso panorama do processo de criação das inúmeras folhas oposicionistas surgidas no período, os conhecidos “*jornaes de cavação*”, que sempre ligados a algum coronel que financiava sua circulação, surgiam interessadas em vantagens advindas de sua atuação política; no entanto, na mesma rapidez com que surgiam, tais periódicos desapareciam logo em seguida à derrota de seu grupo, quando perdiam-se também as “mamatas” do poder público:

“como se fundam os jornaes de ‘cavação’

Descrevamos portanto, como se fundam ordinariamente os chamados jornaes de “cavação” synonymo apropriado para a definição da maior parte dos pasquins que apparecem e desaparecem com a velocidade do relampago.

Para o inicio destas empresas, ha sempre um “pirata” e um “idiota”.

O primeiro é sempre uma notabilidade nas letras e no jornalismo do paiz. O segundo é quando menos, um coronel cheio de capital e boçalidade, prompto a ir no embrulho toas as vezes que for necessário.

Os dois porém, se entendem. Um quer ser vereador, chefe político ou mesmo suplente de Delegado.

⁶⁹⁷ A NOTÍCIA, n.º 808, p. 1, 14/09/1928.

⁶⁹⁸ A NOTÍCIA, n.º 882, p. 4, 18/09/1928.

O outro, que não tem essas pretensões, mas também quer ser alguém na vida, trata de bajular o chefe, enche-lhe a cabeça de caraminholas, avanç-lhe nos “cobres” e, por fim, resolvem a instalação de uma officina Typographica, para a competente fundação do sonhado jornal independente, reformador e philosopho. A estas horas já o velho coronel anda com o juízo a arder de entusiasmo, em quanto o ‘pirata’ dá uns retoques no vasto programma do novo orgam.

É desnecessário dizer-lhe, que o jornal só dura enquanto o cofre não fecha a porta.”. (ALBUM DE 1929, s/n, Cap VIII – Imprensa.).

Os movimentos oposicionistas passaram a atuar de forma constante no cenário político rio-pretense, acompanhando o desenvolvimento urbano local e as novas possibilidades políticas baseadas nos jornais; desse modo, especialmente durante a década de 1920, comandar o Diretório local do PRP não significava mais necessariamente comandar os cargos da Câmara.

No entanto, durante a República Velha os movimentos políticos aconteciam dentro da ordem republicana, e os partidos de oposição, embora constantes, nunca tiveram a pretensão de romper com o programa do PRP, uma vez que eram formados por elementos que em nada diferiam daqueles que governavam a política, a não ser pelo fato de estarem afastados do controle do poder local⁶⁹⁹.

Além disso, mesmo acontecendo dentro de um grupo cada vez menos específico de elementos, a disputa pelo poder político local não deu margem para a atuação dos setores populares, que não empreenderam movimentos que saíssem do controle dos chefes perrepistas.

Exemplo interessante da relação dos coronéis com os setores populares eram as comemorações do Dia do Trabalho, que durante a década de 1920 eram realizadas pelo Centro Operário local, sempre contando com a participação das grandes autoridades locais.

Reportados detalhadamente pelos jornais, os festejos incluíam uma passeata pelas principais ruas da cidade, em visita de saudação às residências das principais autoridades locais, como o juiz, o promotor e o coronel; inseridos nas comemorações operárias, os donos do poder eram homenageados com discursos e salvas de palmas, como demonstrado na nota do *O Município*, descrevendo a comemoração trabalhista em 1927:

“À tarde organizou-se grande passeata que percorreu a cidade saudando as autoridades locais e a imprensa.

O operariado de Rio Preto, carregando os seus estandartes seguido da “Banda Municipal” saudou o exmo. Sr.

⁶⁹⁹ Ver CARONE, E. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970. p. 312.

dr. Antonio do Amaral Vieira, m. juiz de direito da Comarca que agradeceu em eloqüentes palavras essa deferencia, congratulando-se com os operarios pelo grande dia.

Visitaram em seguida os operários aos srs. Victor Bastos, prefeito municipal, que felicitou o perariado pela grande data; "A Noticia" que agradeceu pelo sr. dr. Nelson da Veiga, seu director; e dr. Álvaro de Barros, promotor publico que agradeceu aquella gentileza." (O MUNICÍPIO, nº. 1047, p. 1, 03/05/1927).

Nos festejos do Dia do Trabalho de 1930, após a tradicional passeata com gritos de vivas e morras pelas ruas centrais da cidade, o Centro Operário realizou uma sessão solene em sua sede, que foi presidida pelo cel. Victor Britto Bastos, chefe do Diretório perrepista que era personagem comum nas comemorações dos operários rio-pretenses nos anos finais da República Velha⁷⁰⁰.

Desse modo, os diversos setores populares e até os movimentos de oposição política estiveram sempre sob o controle do PRP. Em Rio Preto, durante todos os períodos de conflitos ocorridos durante a República Velha, que eventualmente promoveram alterações nos grupos de poder de âmbito local, o partido continuou a dar as cartas, e os interesses da Comissão Diretora prevaleceram em detrimento das aspirações dos políticos locais.

Essa característica da política local talvez explique a fraca participação dos chefes rio-pretenses nas decisões do PRP; apesar de representarem um gigantesco eleitorado, de vital importância para os interesses dos chefes da Comissão Diretora, os políticos da cidade nunca conseguiram no período uma indicação aos altos cargos eletivos estaduais pelas chapas oficiais do partido.

Situação contrária à vivida pelos políticos de Ribeirão Preto, sede do distrito eleitoral; a proximidade com Quinzinho Junqueira fazia com que os candidatos daquela região fossem os grandes beneficiados das negociatas políticas do distrito, e constituíssem a maioria dos indicados das chapas oficiais.

Além disso, conforme aponta Walker, os políticos ribeirão-pretanos receberam no período diversas concessões e favores, por parte do alto escalão governamental, que incluíam além do domínio político regional e favores de âmbito econômico, a indicação a cargos importantes da administração pública, como secretários e ministros⁷⁰¹.

Bem mais difícil foi vida dos políticos rio-pretenses, que nunca ocuparam tais cargos até 1930, situação que reflete a medida do controle político dos grandes coronéis do interior paulista, que detinham para os seus os principais cargos da administração pública,

⁷⁰⁰ O MUNICÍPIO, nº. 1778, p. 1, 03/05/1930.

⁷⁰¹ Walker, *Op. cit.*, p. 56-75.

escolhendo num jogo de cartas marcadas os correligionários que lhes convinhassem contar; e ao que parece, os políticos de Rio Preto não eram considerados confiáveis o bastante para os chefes do PRP.

No entanto, a interferência dos altos escalões da política local explica apenas em parte a pequena influência dos elementos rio-pretenses nas tomadas de decisões e na indicação a cargos de relevo pelo partido; internamente, os vários períodos de conflitos vividos pela cidade ao longo das décadas de 1910 e 1920 promoveram um ambiente de disputas e traições, que impediram uma luta organizada em torno de nomes que representassem todas as aspirações locais.

Desse modo, nos momentos políticos decisivos, em que a Comissão Diretora organizava conferências regionais para a escolha dos candidatos a figurarem nas listas oficiais do partido, os políticos rio-pretenses ao que parece não apresentavam a unidade necessária para conseguir a indicação de algum elemento local, como indica a curiosa nota do *A Notícia* de 1927, que ao criticar o grupo situacionista revela indícios das práticas que permearam a política local durante a República Velha:

*“Historia Antiga
Figuras e factos V
O trahidor*

Em 1922, o sr. José de Nogueira Noronha, dispunha de grande prestigio n'esta comarca e gozava de certa influencia em São Paulo.

Reuniu-se a previa de Ribeirão Preto para a escolha dos candidatos á Câmara Estadual.

O sr. cel. Neca Medeiros, prefeito municipal em exercício era portador de um officio do Diretório d'esta cidade, subscripto pelos seus membros (inclusive o sr. Victor) indicando o sr. Noronha.

Antes da prévia, em conversa particular, o sr. cel. Neca mostrou o officio ao dr. Altino, presidente da Assemblêia política de Ribeirão.

O dr. Altino depois de lê-lo, tirou um outro do bolso, mais recente, no qual o sr. Victor Bastos declarava não concordar mais com o que assignara.

Foi um bomba.

E Rio Preto deixou de dar um representante ao Congresso do Estado.

JUCA PATO MIRIM.”. (A NOTÍCIA, n.º 476, p. 1, 02/02/1927).

Desse modo, apesar de comandarem uma das mais importantes regiões paulistas, e de controlarem um eleitorado de peso que estava entre os maiores do interior, os políticos de Rio Preto não conseguem alçar vôos mais altos na política estadual durante a República Velha, envolvidos em conflitos de ordem interna que, para a felicidade dos membros da

Comissão Diretora, enfraqueciam as investidas dos chefes rio-pretenses, dando margem à exclusão de suas candidaturas em benefício de pretendentes de outras regiões.

No entanto, a falta de um grande chefe político no fim da República Velha, com prestígio suficiente para indicar ou ocupar cargos de importância supra-local, pode promover a falsa impressão de que o sistema coronelístico fosse ameno em Rio Preto, e que a região tenha se constituído em terreno fértil ao êxito de movimentos oposicionistas.

Tal era a percepção dos propagandistas do Partido Democrático em 1927, que após viagens pelas cidades da Comarca rio-pretense ressaltavam em seus relatórios as enormes possibilidades democráticas naquele distrito, que não tinha à época coronéis fortes o bastante *“a ponto de transformarem os eleitores em ‘cordeiros’”*⁷⁰².

No entanto, ainda que não tenha havido na cidade nenhuma grande autoridade política individual, foi efetivo durante todo o período o domínio do PRP sobre os destinos locais, sempre mantendo sob seu controle a gestão do poder na região, apesar da aparente imagem de liberdade de ação promovida pela inexistência de grandes coronéis.

Essa característica da política local pode ser observada na trajetória do Partido Democrático, que desde sua fundação em 1926 aparece no cenário político rio-pretense, sempre com grandes expectativas que nunca se confirmaram em número de votos; o estudo do surgimento e atuação do PD na cidade pode nos auxiliar nos contornos do perfil da política local na República Velha, além de indicar as reais possibilidades dos movimentos oposicionistas na região.

Desde abril de 1926, quando ainda era recente a organização do PD no Estado, encontramos nos jornais referências ao processo de organização local de um Diretório político, movimento que indica desde cedo uma boa aceitação por parte de alguns setores sociais à idéia de um partido alternativo ao PRP.

“Secção Livre
Partido Democrático

Brevemente por boletim será convidado o povo desta cidade para comparecer a próxima reunião da fundação do ‘Partido Democrático’ nesta comarca filiado ao partido de igual nome fundado em S. Paulo.

No dia 1.º de Maio vindouro, circulará o 1.º numero do jornal ‘O Democrata’ como orientador do partido.

Rio Preto, 4 de Abril de 1926.

José Victorino de Sampaio Netto”. (A NOTÍCIA, n.º 266, p. 4, 06/04/1926).

⁷⁰² PRADO, M. L. C. A Democracia Ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934). p. 43.

Tal aceitação inicial pode ser verificada nos bons resultados obtidos pelo partido já nas eleições federais de fevereiro de 1927, em que mesmo sem Diretório oficial na cidade, e sem contar com o apoio propagandista que utilizaria no futuro, o PD consegue uma boa margem de votos na Comarca⁷⁰³.

Naquele pleito, os resultados para senador apontaram os democráticos controlando aproximadamente 20% do eleitorado local, com 154 votos para seu candidato, Gama Cerqueira, para os 524 obtidos por Arnolpho de Azevedo, do PRP; nos distritos, porém, era bem menor a presença democrática⁷⁰⁴, bem como nos novos municípios vizinhos, como Mirassol, que registrou apenas 15 votos para o novo partido, para mais de 650 para o PRP, e que tinha situação semelhante às de Potyrendaba, Ignácio Uchoa e Monte Aprazível, esta última não tendo registrado nenhum voto democrático nas referidas eleições.

No entanto, tudo indica que a presença do novo partido era bem vinda pelo eleitorado local; para as cadeiras de deputado federal, onde existia a possibilidade de indicação de mais de um candidato, o representante democrático foi o mais votado em toda a Comarca de Rio Preto, obtendo 746 votos, com uma boa margem de vantagem para o segundo colocado, Dr. Heitor Teixeira Penteado, do PRP, que conseguiu 511 votos na cidade.

O resultado positivo ao que parece animou os diretores do PD, que passaram a investir na organização do diretório local, que é fundado em abril daquele ano⁷⁰⁵, em reunião fiscalizada pelo Diretório Central do partido, à qual compareceram 140 eleitores rio-pretenses; daquela data em diante, os democráticos estiveram presentes nos movimentos políticos locais, participando das principais disputas eleitorais do final da década de 1920.

Ao que tudo indica, a região de Rio Preto era considerada terreno fértil para os planos do PD; conforme aponta Prado, os relatórios das caravanas de propaganda do partido que visitaram as cidades Comarca apontavam que aquelas poderiam se tornar um poderoso núcleo democrático “(...)porque lá ‘o prestígio do Partido Republicano Paulista é relativamente pequeno, principalmente em Rio Preto, onde se encontram mais comumente prestígios pessoais, havendo quase inteira liberdade de ação’”⁷⁰⁶.

Desse modo, uma vez reconhecida a falta de grandes coronéis e a ‘liberdade de ação’ para os propagandistas democráticos, o partido investia em diversas palestras e

⁷⁰³ A NOTÍCIA, n.º 492, p. 1, 25/02/1927.

⁷⁰⁴ Foram dados aos democráticos apenas 3 votos em Cedral, que contou com 100 eleitores perrepistas, e 14 dos 67 votos de Monte Bello. (A NOTÍCIA, n.º 492, p. 1, 25/02/1927).

⁷⁰⁵ A NOTÍCIA, n.º 525, p. 1, 19/04/1927.

⁷⁰⁶ PRADO, *Op. cit.*, p. 43.

comícios, dos quais participavam, ao lado dos correligionários locais, personalidades enviadas diretamente da capital.

Era comum na estratégia dos democráticos o envio de diversas caravanas de propaganda ao interior paulista, tempos antes das eleições, que percorriam as principais regiões eleitorais do Estado em defesa do programa do partido. Em Rio Preto, era grande a expectativa dos diretores democráticos pelos resultados positivos dessas iniciativas, como aponta Prado ao analisar um relatório de um visitador do partido sobre a região:

“Ele continuava, advertindo o Diretório Central deveria interessar-se muito por aquela zona que ‘de sertão só tem o nome, possuindo maiores recursos de civilização do que inúmeras cidades das proximidades da capital’. Aconselhava intensificação da propaganda na zona, ‘achando muito útil a visita à cidade de Rio Preto e circunvizinhanças de uma caravana de prestígio, chefiada por um nome de real relevo, um Gama Cerqueira ou um Reinaldo Porchat...”⁷⁰⁷.

E as caravanas não tardaram em chegar; em julho de 1927, a primeira comitiva do PD vem de São Paulo com a presença de Joaquim Celedonio Filho, Wando Henrique Cardim e Alfredo Issa⁷⁰⁸. Além de prestigiar o Diretório recém inaugurado, as propagandas visavam chamar a atenção da população local para os candidatos do partido nas futuras eleições a senadores estaduais, que seriam realizadas no início do ano seguinte.

Os resultados do pleito de fevereiro de 1928 demonstram a aceitação do PD como partido alternativo pelos eleitores locais; Zoroastro Gouvêa, candidato democrático pelo 10º. Distrito, foi o segundo mais votado em primeiro turno na cidade, obtendo aproximadamente 23,5% dos votos da sede, e sendo eleito representante regional com boa margem de votos⁷⁰⁹.

No entanto, ao longo do tempo o PD percebeu que a liberdade de ação oposicionista presumida para a região no início de suas atividades não era tão verdadeira como previsto pelos seus propagandistas; apesar de serem aceitos em Rio Preto, os democráticos encontravam imensas dificuldades nas pequenas cidades vizinhas, como demonstram as graves ocorrências de Tanabi, que fora palco de cenas de violência por parte dos chefes políticos locais, que impediram a chegada da caravana de propaganda que trazia Zoroastro Gouvêa⁷¹⁰.

⁷⁰⁷ PRADO, *Op. cit.*, p. 43-44.

⁷⁰⁸ A NOTÍCIA, n.º. 583, p. 1, 14/07/1927.

⁷⁰⁹ A NOTÍCIA, n.º. 741, p. 1, 26/02/1928.

⁷¹⁰ PRADO, *Op. cit.*, p. 44.

Tais acontecimentos, porém, não abalaram as pretensões democráticas na região, e passado o pleito estadual, os democráticos preparavam-se agora para disputar as eleições municipais, marcadas para outubro do mesmo ano, e que foram encaradas com grande interesse pelos diretores do partido, uma vez que poderiam significar o estabelecimento definitivo do PD como partido alternativo ao situacionista PRP em todo o Estado de São Paulo.

E a organização dos democráticos para a disputa das eleições municipais inicia-se já em abril de 1928, com a fundação do *O Rio Preto* pelo advogado mineiro Mario F. de Azevedo, periódico que passa a atuar como órgão oficial do PD em Rio Preto, defendendo o programa do partido e atacando a administração dos tradicionais chefes perrepistas⁷¹¹.

Além disso, já no início de outubro aparecem nos jornais *Boletins Eleitorais* convocando os correligionários democráticos à eleição prévia de escolha dos candidatos que figurariam na lista oficial do partido nas eleições municipais⁷¹².

A escolha coletiva dos candidatos, tal como a antecedência na divulgação da chapa oficial eram bastante incomuns daquele período, e faziam parte da estratégia do PD, que criticava em suas campanhas as práticas antidemocráticas do partido situacionista, uma vez que as chapas perrepistas tornavam-se públicas apenas poucos dias antes dos pleitos, sempre resultado de negociatas entre os coronéis.

Em 15 de outubro, escolhida democraticamente a chapa que iria disputar as eleições locais, o PD lança a candidatura de seus correligionários com um grande comício, para o qual a Comissão Diretora enviou como palestrantes uma comitiva de peso, composta por Zoroastro Gouvêa, Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Antonio Pereira de Magalhães e Clovis Botelho Vieira⁷¹³.

No entanto, os bons resultados conseguidos nas eleições de 1927 e 1928 não se refletiram em âmbito local, e apesar de todo o investimento e expectativas depositadas pelos chefes democráticos naquele pleito, nenhum elemento indicado pelo PD conseguiu se eleger para uma vaga na Câmara, totalmente ocupada pelos candidatos oficiais do PRP.

O partido não desanima, e os elementos democráticos locais permanecem ativos; já a partir de outubro de 1929, realizam comícios de propaganda defendendo a “Aliança Liberal” para a campanha presidencial do início do ano seguinte⁷¹⁴.

⁷¹¹ A NOTÍCIA, n.º. 775, p. 1, 17/04/1928.

⁷¹² A NOTÍCIA, n.º. 897, p. 4, 05/10/1928.

⁷¹³ A NOTÍCIA, n.º. 905, p. 1, 15/10/1928.

⁷¹⁴ A NOTÍCIA, n.º. 1190, p. 1, 14/10/1929.

Ao que tudo indica, fazer parte da oposição naquele período abria portas para vantagens advindas da disputa política; além do caso do advogado Pádua Fleury, que deixou as fileiras do partido ao ser nomeado para o cargo de Procurador da Câmara, também Mario F. d Azevedo ao que parece movimentava-se para conseguir vantagens de sua atuação oposicionista.

Ao defender a administração perrepista das críticas feitas por Azevedo no jornal democrático, *O Município* indica que os motivos dos ataques não eram partidários, sugerindo que fossem outras as intenções do proprietário daquele órgão, *que apesar de um trabalho anfanoso e incansável não conseguiu um cartório dos que se crearam em a novel comarca de Monte Aprazível*”.

“NOTAS DO DIA

O segredo de uma campanha

Em nossa cidade o Partido Republicano Paulista não presta, porque o redactor do ‘O Rio Preto’ não conseguiu cavar um cartório em Monte Aprazível!!!...”. (O MUNICÍPIO, nº. 1433, p. 1, 23/09/1928).

Desse modo, nos períodos que antecederam as eleições de 1930, a imagem da região vendida pelos democráticos era a mais promissora possível, como demonstra a curiosa nota do *A Notícia* de outubro de 1929, em crítica às declarações do democrático Mario F. Azevedo, que havia prometido em entrevista a um jornal do Rio de Janeiro que Vargas teria mais de três mil votos em Rio Preto, esquecendo-se de que a cidade tinha apenas pouco mais de mil eleitores:

“A verdade dos liberalistas

O sr. dr. Mario F. de Azevedo, illustre advogado nesta comarca e nosso distincto e apreciado collaborador em interessante entrevista concedida ao ‘Diario da Noite’ do Rio, disse:

‘Sá Rio Preto, onde resido há mais de cinco annos, suffragará com mais de tres mil votos a chapa de Getulio Vargas – João Pessoa’

Pura ironia...

Comquanto a nossa attitude, seja de absoluta independência não podemos deixar de anotar que nesse calculo do nosso illustre confrade ha um grande erro. Rio Preto não tem ainda 2.000 eleitores. Logo não é possivel, ainda que se considere que a totalidade do eleitorado riopretense seja aliancista, o que não é, que a chapa Getulio Vargas – João Pessoa conte aqui com 3.000 votos.”. (A NOTÍCIA, nº. 1201, p. 1, 27/10/1929).

Os resultados, no entanto, deixaram mais uma vez a desejar, e Vargas conseguiu apenas 202 votos em Rio Preto, bem menos que o candidato perrepista Julio Prestes, que

obteve 1045 votos na cidade⁷¹⁵, situação que reflete bem a situação de controle do PRP nos rumos políticos daquela região, ainda em fins da República Velha.

Desse modo, entendemos que a política local em todo o período a que se refere a pesquisa refletiu os padrões de domínio do sistema coronelístico que dominavam todo o Estado de São Paulo; no entanto, o sistema de poder na primeira República deixou margens para disputas que aconteciam dentro da ordem prevista pelos donos do poder, que resultavam em conflitos onde novos setores da população empreendiam tentativas de inserção política, e que eventualmente promoviam alterações nos grupos de poder.

Mas quais teriam sido os resultados dos inúmeros conflitos? As transformações urbanas e as pressões de novos elementos promoveram mudanças efetivas no grupo que controlava a política local? São perguntas que tentaremos responder a seguir, na análise em diversos períodos do grupo de ocupante dos cargos da Câmara, em nossa perspectiva, a elite política local.

2.4 Transformação da elite política: um estudo sobre o legislativo local.

Os numerosos conflitos ocorridos nas diversas fases da política rio-pretense, muito embora não refletissem nenhuma tentativa de alteração da ordem coronelística e tenham estado sempre sob o controle dos altos escalões do PRP, produziram ao longo do tempo alterações no grupo que controlava o poder político local.

Como visto anteriormente, ao longo das primeiras décadas do século passado Rio Preto passa por um grande processo de transformações, de várias ordens, que alteraram grandemente os padrões anteriormente verificados pela pequena urbe, e que promovem grandes mudanças nos grupos de poder pré-existentes.

Tais mudanças refletiram-se também na alteração do panorama político da cidade, especialmente pela atuação de novos elementos, que ao longo do tempo adquiriram força suficiente para influenciarem os resultados das eleições, ou ainda para disputarem com os coronéis os cargos eletivos municipais, inserindo-se dessa maneira na elite política local.

Mas em que medida as pressões de novos elementos refletiram-se na transformação da elite política rio-pretense? Os diversos períodos de conflitos, com a participação cada vez maior de novos elementos nas disputas locais, alteraram efetivamente a

⁷¹⁵ O MUNICÍPIO, nº. 1735, p. 1, 02/03/1930.

estrutura do poder político? A resposta para estas perguntas pode estar na análise do legislativo municipal ao longo do tempo.

O estudo da transformação dos padrões sociais dos ocupantes dos cargos da câmara pode revelar o processo de inserção dos novos atores no cenário político local no decorrer da República Velha; desse modo, a apreensão do processo de transformação das elites políticas constitui num indicador da flexibilidade da sociedade rio-pretense, inundada como visto por uma multidão de diferentes novos personagens urbanos, e da medida que a ascensão econômica e social possibilitava a entrada destes novos elementos na atividade política.

Além do mais, a análise do legislativo nos diversos momentos vividos pela política local possibilita a apreensão dos períodos de maior intensidade de mudanças, indicando a medida em que os vários conflitos refletiram-se nos contornos da elite política local.

Desse modo, esta parte do trabalho dedica-se à apreensão do processo de recomposição das elites políticas, especialmente do grupo que controlava os cargos da Câmara, ao longo do período a que se detém a pesquisa, objetivando relacionar os principais períodos de inserção de novos elementos, às transformações urbanas e conflitos políticos ocorridos em Rio Preto ao longo do tempo.

Além disso, procuramos ainda no decorrer deste capítulo adotar uma perspectiva comparativa entre os perfis do legislativo rio-pretense e de diversas outras cidades do interior paulista, no intuito de apreender como tais municípios se aproximam ou não no processo de transformação da estrutura do poder local, e conseqüente transformação da elite política.

A comparação entre as cidades foi possível por meio de diversos trabalhos de caráter prosopográfico que tiveram por objeto as elites políticas de municípios de diversas regiões do Estado de São Paulo, especialmente aquelas localizadas nas zonas cafeeiras próximas a Rio Preto, tais como Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos e Araraquara⁷¹⁶.

Tais estudos tiveram em sua maioria o objetivo demonstrar a transformação no perfil dos vereadores após o final República Velha, e procuravam apreender a transição na política de âmbito local, do coronelismo ao populismo; nesse sentido, os trabalhos caracterizaram, cada qual a sua maneira, o perfil dos vereadores daquelas cidades durante o período coronelístico, e constituem um importante parâmetro de comparação da medida em que as mudanças verificadas em Rio Preto assemelham-se àquelas verificadas por outras cidades do interior paulista.

⁷¹⁶ WALKER, *Op. cit.*; BILAC, *Op. cit.*, KERBAUY, *Op. cit.*;

O ponto de partida para a apreensão da transformação da elite política local é a primeira Câmara eleita na cidade, ainda logo após sua emancipação de Jaboticabal, em 1894; como visto anteriormente, esse primeiro grupo de poder constituía também a elite econômica e cultural da pequena vila, e era composto em sua totalidade por pequenos negociantes e lavradores sertanejos, como indicado na tabela III do presente capítulo, que optamos por reproduzir abaixo:

Tabela 3 – Vereadores da primeira Câmara de Rio Preto (1894)

NOME	ATIVIDADE	RESIDENCIA
Luiz Francisco da Silva	Negociante	Vila
Pedro Amaral	Negociante	Vila
Porfirio Pimentel	Negociante	Vila
Francisco Antonio Braga	Lavrador	Município
Luis Pinto de Moraes	Lavrador	Município
Valencio José Barbosa	Lavrador	Município

Fonte: Livro de Atas da Câmara nº. 1, 29/10/1894.

Ressalta-se ainda, naquela primeira elite política local, a clara divisão entre os dois principais tipos de perfis dos vereadores à época; residentes na vila, os comerciantes eram ao que tudo indica os chefes mais influentes, e controlavam os cargos mais importantes da municipalidade, como a Presidência da Câmara, ocupada nas primeiras legislaturas pelo chefe político cel. Pedro Amaral, ou ainda a Intendência, cargo executivo da administração pública que foi ocupado pelos negociantes Luiz Francisco da Silva em 1895, e Major Emygdio de Oliveira Castro, durante todo período 1900-1907.

Já aqueles que se declaravam lavradores e residentes no município, eram representantes políticos das regiões mais afastadas da vila, proprietários de terras localizadas às vezes nos mais distantes rincões do imenso território de Rio Preto à época, que como visto estendia-se em direção oeste até as barrancas do rio Paraná, ultrapassando ao sul o rio Tietê.

Tais fazendeiros, que nos períodos iniciais estiveram sempre num segundo plano na política local, ganham importância ao longo do tempo; além de controlarem um número cada vez maior de eleitores, rumados para as novas terras rio-pretenses durante as décadas de 1910 e 1920, os chefes interioranos comandavam regiões que como visto foram estrategicamente interessantes aos chefes estaduais do PRP, garantindo àqueles políticos uma relação de proximidade com os altos escalões do poder paulista, especialmente na década de 1920.

Portanto, o primeiro grupo de controle político local era composto de indivíduos simples, comerciantes de pequeno porte que se mantinham não apenas com o que vendiam aos parques consumidores urbanos, mas principalmente por sua atuação no fornecimento de

gêneros aos habitantes espalhados pelo interior do município, além de pobres lavradores, que apesar de serem proprietários de terras, não eram em nada semelhantes aos poderosos coronéis que comandavam a política paulista.

Entretanto, a vila permaneceria por pouco tempo nas mãos dos primeiros chefes, e ainda em fins do século XIX, quando passava pelo seu primeiro momento de organização urbana, um grande número de “forasteiros” chega à cidade, alterando em pouco tempo o equilíbrio das forças políticas locais.

Como visto anteriormente, o grupo de Adolpho G. Corrêa assume o controle da política local em 1902; claramente mais intelectualizado e afeiçoado às características urbanas, os novos chefes são em grande medida diferentes daqueles primeiros políticos locais, uma vez que ao lado do solicitador e jornalista Adolpho Corrêa, estiveram também um bacharel, o primeiro advogado da Câmara e tio do chefe político, Ezequiel G. Corrêa, um farmacêutico, Benedicto Tavares da Silva Lisboa, além do negociante e também jornalista, Belmiro José Gomes.

No entanto, a presença destes novos elementos não se reflete nos membros do legislativo, uma vez que daquele grupo apenas o farmacêutico Benedicto Lisboa ocupa uma vaga na Câmara, de 1908 a 1910; sua atuação deu-se em outras esferas do poder, ocupando cargos estratégicos como Juizes de Paz, que no início do século organizavam o processo eleitoral, ou ainda funções administrativas relativas à administração municipal e judiciária.

Exemplo disso foi a atuação dos Guimarães Corrêa, tio e sobrinho de Adolpho, como Juizes de Paz durante a década de 1900⁷¹⁷; os ocupantes daquele cargo eram eleitos pela população, no mesmo pleito em que eram escolhidos os vereadores, e assim como estes também refletiam o poder de influência política do coronel.

Além dos juizes, aquele grupo ocupou também outras funções administrativas importantes ao longo da primeira década do século passado, como Belmiro José Gomes, contador e partidor judicial em 1905, e ainda Lindolpho Corrêa, fiscal da coletoria estadual durante as décadas de 1910 e 1920.

Desse modo, ainda que novos personagens tenham passado a atuar na política local ao longo daquele início de século, sua participação não desenvolveu-se necessariamente no cenário da Câmara, estendendo-se a outras importantes esferas do poder, que também eram importantes para o efetivo domínio político do grupo chefiado pelo cel. Adolpho.

⁷¹⁷ Ezequiel G. Corrêa exerce o cargo de 1902 a 1907, sendo substituído por Lindolpho G. Corrêa, que ocupa o cargo de 1908 a 1913.

Nesse sentido, aqueles correligionários estavam presentes nos mais diversos eventos sociais rio-pretenses, como representantes do poder público, ou ainda como promotores de empreendimentos coletivos, como foram exemplo os clubes esportivos e culturais surgidos no início do século XX⁷¹⁸, que ao que tudo indica também faziam parte das estratégias políticas locais, uma vez que em meio aos seus organizadores estavam vários daqueles partidários próximos ao coronel.

Entretanto, a atuação política mais importante dos elementos daquele grupo, que não estava diretamente vinculada aos cargos do legislativo, foi a de dirigir o primeiro jornal local, *O Porvir*, fundado pelo próprio Adolpho em 1903, e posteriormente conduzido por seu aliado Belmiro Gomes; como visto, os periódicos representaram uma das mais importantes armas políticas do período, e o jornal, surgido um ano após os confrontos que resultaram na substituição dos antigos chefes pelos partidários de Corrêa, muito auxiliou no controle político exercido pelo coronel ao longo da primeira década do século passado.

Desse modo, os novos e diferentes elementos, que chegados em fins do XIX promovem a alteração do equilíbrio do poder local com a formação de um vitorioso grupo de oposição, embora exercessem atividades de vital importância para a manutenção do controle político por Adolpho Corrêa, não atuaram de modo geral ocupando cargos no legislativo, e aquele perfil delineado pela primeira Câmara, de negociantes *da vila* e lavradores *do município*, se estenderá até o final da década de 1900, tendo como única “novidade” a presença de um “advogado”, o próprio coronel Adolpho.

A legislatura do triênio 1905-1907 indica o padrão dos vereadores que perdurou durante o período: ao lado do advogado Adolpho Corrêa, e do proprietário Emygdio de Oliveira Castro, residentes na vila, estavam diversos “lavradores”, residentes “na Comarca”, e que representavam populações localizadas em áreas distantes do município,

Tabela 20 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1905/1907.

VEREADORES	ATIVIDADE
Adolpho Guimarães Corrêa	Advogado
Cassiano Maciel de Pontes	Agricultor
Emygdio de Oliveira Castro	Negociante
Fructuoso José de Figueiredo	Agricultor
Porfirio Pimentel	Agricultor
Roque Álvares Vieira de Magalhães	Agricultor

Fonte: O PORVIR, n.º. 65, p. 1, 08/11/1904.

⁷¹⁸ São exemplos daqueles empreendimentos a “Sociedade Musical 17 de Junho”, o “Club Athletico sportivo, e a “Associação Theatral Riopretense”, todos iniciados em 1906 e que como visto anteriormente eram geridos pelos mesmos elementos que participavam de outros grupos de poder locais, especialmente pelos partidários de Adolpho Corrêa.

Como visto anteriormente, tais chefes “de fora” serão cada vez mais importantes na política rio-pretense, e desde meados da década de 1900 sua força se fazia presente nas disputas locais, como evidencia a tabela ao indicar as presenças de Roque Álvares Vieira de Magalhães, representante da vizinha Tanabi, e Porfírio Pimentel, que em 1894 fora membro da primeira Câmara eleita em Rio Preto, onde aparece como negociante e morador da vila, mas que em 1905 é proprietário de terras e residente em Monte Aprazível, vila fundada por ele cuja população lhe garantia a vaga de vereador.

No entanto, ainda que o número de fazendeiros constituísse a maioria dos membros do legislativo, os principais cargos, bem como a direção da política local, estiveram sob o controle dos moradores da cidade: além da presidência da Câmara, mais importante função política do início do século e que era ocupada pelo cel. Adolpho, também a Intendência municipal estava nas mãos de um morador da vila, Emygdio O. Castro.

Aquela situação, contudo, iria se modificar ainda em fins da primeira década do século passado, fruto das transformações promovidas pela instalação da Comarca, que como visto nos capítulos anteriores, foi responsável por inúmeras mudanças nos padrões das elites locais, promovendo uma diversificação social ao atrair diversos elementos ligados às atividades judiciais, e também chamando a atenção dos grandes interesses políticos e econômicos ligados aos altos escalões do PRP, ao decidir os destinos das milionárias terras daquela parte do oeste paulista.

Desse modo, a presença dos novos atores no cenário político local promove primeira grande fase de transformação nos padrões dos ocupantes da Câmara, refletida já na legislatura 1911-1913, que apresenta vários novos elementos entre os vereadores, em especial os bacharéis, que naquele momento ocupavam três das oito vagas do legislativo local.

Tabela 21 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1911/1913.

VEREADORES	ATIVIDADE
Adolpho Guimarães Corrêa	Advogado
Arlindo Carneiro	Advogado
Frutuoso José de Figueiredo	Agricultor
Gilberto Lex	Farmacêutico
João Odorico da Cunha Glória	Advogado
José Ferreira Júlio	Agricultor
Luiz Francisco da Silva	Negociante
Roque Álvares Vieira de Magalhães	Agricultor
Orlando Afonso Vieira de Almeida (suplente)	Advogado
José Scaff (suplente)	Negociante
Luiz Roncatti (suplente)	Negociante
Léo Lerro (suplente)	Funcionário Público
Victor Britto Bastos (suplente)	Funcionário Público

Fonte: ARANTES, L. *Dicionário Rio-pretense*. Op. Cit. p. 52.

Ao lado de três lavradores já tradicionais no meio político rio-pretense, Frutuoso J. Figueiredo, José Ferreira Júlio e Roque Vieira de Magalhães, além do negociante Luiz Francisco da Silva, outro antigo membro da elite política local, aquela legislatura contou com a presença dos novatos Arlindo Carneiro e João Odorico da Cunha Glória, advogados no foro local, além do farmacêutico Gilberto Lex.

Entretanto, a participação naquela legislatura não se limitaria apenas aos eleitos de primeira hora; em função dos vários conflitos ocorridos à época, as reuniões de Câmara contaram com a participação de vários suplentes ao longo do tempo, além de dois novos vereadores eleitos em substituição a renúncias em meados do mandato.

O primeiro suplente a assumir foi o advogado Orlando Afonso Vieira de Almeida, que exerce suas funções temporariamente enquanto se resolve judicialmente o caso da exclusão de Odorico da Cunha Glória, aprovada pela Câmara em novembro de 1911⁷¹⁹; além deste, os comerciantes José Scaff e Luiz Roncatti também ocupam por pouco tempo uma cadeira na Câmara, assumindo as vagas abertas pelas renúncias de Gilberto Lex e Luiz Francisco da Silva, no início de 1912.

Em agosto daquele ano são realizadas eleições municipais⁷²⁰ para a escolha dos substitutos de Lex e Silva, pleito do qual saem vencedores os Majores Léo Lerro e Victor Britto Bastos, ambos cartorários no Fórum local que tiveram importante atuação política ao longo das décadas de 1910 e 1920.

Desse modo, se considerarmos na análise daquela legislatura também os vereadores que assumiram posteriormente, o número total de elementos sobe para treze, e a proporção dos tradicionais fazendeiros cai bastante em relação aos novos indivíduos; ao lado dos três lavradores, a Câmara de 1911/1913 apresenta quatro advogados, um farmacêutico, três negociantes e dois funcionários públicos, grupo que se comparado àquele do início do século indica a grande mudança no perfil da elite política local naquele curto período.

As diferenças evidenciadas pela legislatura iniciada em 1911 marcam o início de uma nova fase na política local, em que foi importante a presença de diversos novos atores, principalmente a partir de 1914, quando sai de cena o cel. Adolpho; naquele período, vários elementos entram em franca disputa pelo poder político local, na qual destacam-se advogados, engenheiros, professores e funcionários públicos, em detrimento dos antigos fazendeiros e negociantes que anteriormente dominavam os cargos da Câmara.

⁷¹⁹ O PODER MODERADOR, n.º 24, p. 1, 03/12/1911.

⁷²⁰ A CIDADE, n.º 45, p. 3, 20/04/1912.

Os períodos subseqüentes serão, portanto, os mais conturbados da política local, com a participação de um número cada vez maior de atores, como demonstrado pela tabela abaixo; na década de 1910, foram eleitas três legislaturas, que totalizaram nove anos de duração e contaram com a participação de 21 vereadores, 3 a mais que na década anterior, período que também contou com três Câmaras eleitas.

Tabela 22 – Média anual de vereadores e prefeitos (1894-1930).

	VEREADORES		PREFEITOS ⁷²¹	
	Total	Media por ano	Total	Media por ano
1894-1901	17	/8= 2,12	-	-
1902-1910	18	/9= 2	2	/3= 0,66
1911-1919	21	/9= 2,33	6	/9= 0,66
1920-1930	30	/11= 2,72	8	/11= 0,72

A análise da tabela indica que tal característica intensifica-se ao aproximar-se o fim da República Velha, sendo bem maior o número de indivíduos que ocupou uma cadeira na Câmara na década de 1920; nesse período, que para nossos cálculos foi considerado com onze anos de duração, passaram pela Câmara quatro legislaturas, e 30 vereadores exerceram suas funções, uma média anual em muito superior àquela apresentada pela Câmara no início do século, e que reflete os crescentes conflitos e disputas pelos cargos políticos vividos por Rio Preto à época.

Além disso, a tabela fornece informações sobre o seletivo grupo de prefeitos, que também apresenta diferenças entre os diversos períodos e refletem as intensidades das disputas pelo poder à época; em Rio Preto, é clara a diferença entre as três décadas do século XX quanto ao número de indivíduos que ocuparam o cargo, que havia sido monopolizado pelo cel. Adolpho entre 1908 e 1914, mas que fora exercido por quatro diferentes elementos nos anos finais da década de 1910.

Levando-se em conta que o cargo de prefeito fora criado apenas para a legislatura iniciada em 1908, a média para os três anos de existência daquela função para a primeira década do século aproxima-se daquela verificada pelo período 1911-1919, que apresenta uma média de 0,66 prefeitos por ano, como indicado na tabela.

No entanto, se ponderarmos que até 1914 praticamente apenas o cel. Adolpho esteve no exercício do cargo, e considerarmos em nossa análise apenas os anos finais da segunda década do século, que vão de 1915 a 1919, a média de prefeitos sobe para 0,8 quase um prefeito novo por ano, situação que reflete a intensa luta pelo controle dos cargos da

⁷²¹ O cargo de prefeito é criado na cidade a partir de 1907, sendo ocupado pelo antigo presidente da Câmara cel. Adolpho Corrêa a partir de janeiro de 1908.

Câmara no período, em que opunham-se vários novos elementos que ocupavam o espaço aberto pela saída de Adolpho Corrêa.

O novo perfil dos vereadores inaugurado pela legislatura 1911/1913, que apresentava um grande número de advogados e profissionais liberais em relação a um decrescente número de fazendeiros será o padrão da Câmara local até o final da década de 1910, característica bem representada pelos vereadores eleitos para o triênio 1914/1916, indicados na tabela abaixo:

Tabela 23 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1914/1916.

VEREADORES	ATIVIDADE
Adolpho Guimarães Corrêa	Advogado
João Fontes Torres	Advogado
Jonas Gonçalves Gonzaga	Professor
José Nogueira de Noronha	Advogado
Léo Lerro	Funcionário Público
Manoel Jorge de Medeiros e Silva	Agricultor
Oscar Rezende de Carvalho	Advogado
Presciliano Pinto	Engenheiro
Víctor Britto Bastos (suplente)	Funcionário Público
Emygdio Francisco Nogueira (suplente)	Agricultor

Fonte: ARANTES, L. *Dicionário Rio-pretense*. Op. Cit. p. 52.

A tabela indica na legislatura iniciada em 1914 a participação de apenas um elemento ligado a atividades agrícolas, Manoel Medeiros e Silva, ao lado de seis profissionais liberais e um funcionário público; além disso, ressalta-se a grande quantidade de advogados entre os vereadores do período, grupo que representava exatamente a metade dos ocupantes das cadeiras daquela Câmara.

O período caracterizou-se com o menor índice de agricultores e proprietários rurais entre os membros da Câmara municipal; de 1911 a 1919, 28% dos vereadores dedicavam-se à atividades agrícolas, proporção bem menor àquela verificada no início do século, quando constituíam mais da metade dos vereadores.

No entanto, o eclipse momentâneo dos fazendeiros não tardou em acabar; ainda em fins da década de 1910, os representantes das regiões mais afastadas retornaram a freqüentar as reuniões da Câmara, controlando naquele momento um estável e crescente eleitorado que será na década seguinte objeto de intensas disputas, que como visto foram conduzidas pela Comissão Diretora do PRP.

Naquele contexto, o início dos anos 20 caracterizou-se pela intensa ocupação do solo rio-pretense, com a vinda em massa de uma grande população que rapidamente povoou o

outrora desabitado sertão, processo que teve como consequência o desmembramento de grande parte de seu território, e o surgimento de vários novos municípios vizinhos.

Desse modo, uma série de novos atores políticos, em sua maioria fazendeiros de regiões mais distantes da comarca, conseguem uma vaga no legislativo local, abrindo-se então outro período de conflitos que envolveram não apenas interesses locais, mas também os altos escalões do poder estadual.

A Câmara eleita para o período 1923-1925 exemplifica esse processo; ao lado dos já comuns bacharéis e demais profissionais liberais, aquela legislatura contou com a presença de três grandes proprietários de terras de regiões vizinhas, que impuseram sua candidatura pela força política de seu numeroso eleitorado.

Os fazendeiros Victor Candido de Souza, Militão Monteiro, e Manoel Reverendo Vidal representavam respectivamente os eleitorados de Mirassol, Tanaby e Ignácio Uchoa, grupo que somado ao medico Baldomero Seabra, vereador representante de Potyrendaba, controla no período a metade dos cargos da Câmara local, demonstrando a grande poder daqueles chefes “de fora”; tais elementos, para o desgosto dos chefes locais, comandam durante dois anos a política rio-pretense, escolhendo os prefeitos e demais cargos do legislativo local.

Tabela 24 – Legislatura Câmara Rio Preto triênio 1923/1925.

VEREADORES	ATIVIDADE
Alceu de Assis	Advogado
Angelo Joaquim Corrêa	Advogado
Candido Gonçalves Rocha	Advogado
José Amancio Faria Motta	Advogado
Baldomero Seabra	Medico
Manoel Reverendo Vidal	Agricultor
Militão Alves Monteiro	Agricultor
Victor Candido de Souza	Agricultor
Nelson da Veiga (suplente)	Advogado
Victor Britto Bastos (suplente)	Funcionário Publico
Cenobelino Barros Serra (suplente)	Medico

(ARANTES, L. *Dicionário Rio-pretense*. Op. Cit. p. 52.)

No entanto, aquele perfil da Câmara iria alterar-se novamente a partir de 1925; após a criação dos novos municípios, desmembrados de Rio Preto em fins de 1924, os chefes políticos das regiões vizinhas passam a ocupar-se cada vez mais de suas localidades, exonerando-se de suas funções na Câmara rio-pretense e abrindo espaço para a inserção de novos elementos.

Desse modo, no início de 1925 deixam a Câmara local o antigo prefeito, Victor Candido de Souza, e os vereadores Baldomero Seabra e Militão Monteiro, substituídos por suplentes que viriam a ser figuras de destaque a política local no fim dos anos 1920, e que

deram àquela legislatura uma característica peculiar, uma vez que sem os três representantes “forasteiros”, apenas um fazendeiro ocupou uma vaga na Câmara até o final do mandato, e os advogados passam a ser a grande maioria entre os membros do legislativo local.

Além dos bacharéis Alceu de Assis, Angelo Joaquim Corrêa, Candido Gonçalves Rocha e José Amâncio Faria Motta, e do agricultor Manoel Reverendo Vidal, a Câmara passou a contar naquele ano com o médico Cenobelino B. Serra, o advogado Nelson da Veiga, e o funcionário público Victor B. Bastos, elementos em grande medida diferentes dos chefes vizinhos.

No entanto, se levarmos em conta que desde o início da década de 1910 Victor Bastos não exercia mais as funções de cartorário, dedicando-se integralmente à advocacia como solicitador, aquela legislatura terminou composta por seis advogados, um agricultor e um médico, perfil que revela uma super-representação dos bacharéis, mas que será no entanto o padrão até o final da República Velha.

Portanto, a política local apresentou ao longo do tempo diferentes períodos, que distinguiram-se pelos diversos contextos de âmbito local e estadual, e que promoveram mudanças no perfil da elite política, que fora de início predominantemente constituída de fazendeiros e comerciantes, e no decorrer do período passa a incluir elementos novos, ligados a atividades diferentes, como funcionários públicos, médicos, engenheiros e principalmente os bacharéis, que dominam a política local durante praticamente todo o fim da República Velha.

Entretanto, algumas características apresentadas pelo perfil do legislativo rio-pretense chamam a atenção, por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos pelos estudos sobre as elites políticas nacionais ou estaduais; tradicionalmente, a elite política da República Velha é conhecida pelo predomínio da presença proprietários rurais entre os postos políticos⁷²², e ao basearmo-nos pela diversificada Câmara local, percebemos que Rio Preto não refletia o perfil da elite estadual.

Teria Rio Preto, devido às diversas transformações sociais e conflitos políticos por que passou durante o período, sido mais aberta à inserção de novos elementos? A resposta para esta questão está na medida de aproximação entre o perfil do legislativo rio-pretense e os de outras Câmaras de cidades do interior paulista durante a República Velha.

A comparação entre as cidades indica sensíveis diferenças entre as Câmaras, e ao que parece Rio Preto teria vivido no período um ambiente mais propenso à renovação que suas congêneres de regiões cafeeiras mais antigas; nesse sentido, a cidade teria sido desde o

⁷²² LOVE, *Op. cit.*, 1982.

início terreno fértil para empreendimentos políticos de elementos novos, que eram inseridos na elite política promovendo ao longo do tempo sensível mudança no perfil do grupo que controlava o poder.

Desse modo, desde seu inicial processo de ocupação, dado efetivamente apenas em fins do século XIX, a região apresenta diferenças entre os elementos constituintes da elite política se comparada a cidades como Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto, que pertencendo a regiões mais antigas, envolveram-se em um processo diferente de expansão econômica e aproveitamento do espaço, que remetia-se ao fim do século XVIII.

Desse modo, aquelas cidades são frutos de diferentes correntes de incorporação do território paulista, em que se destacam as antigas migrações mineiras, comuns após a decadência do ouro nas Minas Gerais, e as frentes de expansão paulistas, em especial de famílias proprietárias em deslocamento das áreas mais antigas, que de posse de sesmarias dirigiam-se rumo ao interior.

Naquele período, muito embora a ocupação econômica efetiva estivesse ainda limitada à regiões mais próximas à capital, inicia-se um processo de deslocamento de famílias proprietárias rumo aos sertões do interior paulista, ocupando inúmeras sesmarias doadas pelo governo imperial; conforme aponta Oliveira, a partir da segunda década do século XVIII as sesmarias doadas em São Paulo já tinham atingido pontos avançados do interior paulista, *muito além das áreas de ocupação econômica efetiva*:

“(...) no início do século XVIII, ou mais precisamente na segunda década desse século, as sesmarias doadas em São Paulo já tinham atingido pontos avançados do Planalto Paulista, alcançando as regiões de Itapetininga e Araraquara, o que indica que as doações de terras naquele momento estavam sendo feitas em áreas localizadas muito além daquelas de ocupação econômica efetiva”⁷²³.

Os ocupantes mais antigos daquele processo eram os mineiros, que desde meados do séc. XVIII embrenham-se nas regiões paulistas em expansão às suas atividades; são mineiros os primeiros moradores de várias importantes cidades do Estado, como por exemplo Ribeirão Preto, Jaú e Rio Preto, que teve como fundador Bernardino Seixas Ribeiro, natural de Ouro Preto, que após um período em Casa Branca ocupa terras na região em meados do XIX.

⁷²³ OLIVEIRA, F. A. M. de. *Faces da dominação da terra* (Jaú 1890-1910). São Paulo: Fapesp, 1999. p. 4.

No entanto, as regiões mais centrais do Estado, em especial as áreas de Rio Claro, São Carlos e Araraquara, apresentaram processo diferente, uma vez que entre seus primeiros fundadores encontram-se principalmente elementos paulistas, ligados a grandes famílias proprietárias originadas de regiões de ocupação mais antiga.

Desse modo, ao tempo das formações de fazendas e fundação de vilas, os braços da elite paulista estendiam-se dominando as terras interioranas, a partir das regiões mais antigas, num esforço que como aponta Oliveira fazia parte da estratégia da aristocracia agrária para manter-se no poder⁷²⁴; assim, famílias inteiras transferiam-se para as regiões sertanejas, promovendo um processo que resultou na proximidade das relações, muitas vezes consanguíneas, entre os grupos políticos de diversos municípios paulistas.

Em Rio Claro, Bilac aponta a presença de antigas famílias proprietárias, vindas especialmente das regiões de Campinas e Itu, como primeiros desbravadores locais; chegados em início do século XVIII e trazendo escravos e alguma fortuna, ocuparam várias sesmarias dos “*Sertões de Araraquara*”, especialmente nas regiões onde hoje estão Rio Claro, Araraquara, Limeira, São Carlos e Descalvado⁷²⁵.

Em Jaú, outro ponto de ocupação avançada do interior do Estado em fins do XVIII e início do XIX, o processo de chegada dos desbravadores acompanhou os padrões de Rio Claro, com a presença de famílias originadas das regiões mais antigas, ocupando as sesmarias sertanejas.

No entanto, além daquelas famílias a cidade teve também a participação efetiva do elemento mineiro naquele processo, pioneiros entre os habitantes da região, chegados algumas décadas antes dos paulistas; situação bem próxima daquelas por que passaram Ribeirão Preto e Rio Preto, que tiveram entre seus primeiros moradores os migrantes mineiros para apenas posteriormente receberem as influências das antigas regiões de São Paulo.

Conforme explica Oliveira, a presença dos mineiros é bem mais antiga entre os moradores da região de Jaú, uma vez que já ocupavam as terras locais desde 1830, sendo responsáveis pela fundação da cidade em 1853⁷²⁶; além disso, a autora destaca as diferenças entre aqueles primeiros elementos, ressaltando a maior simplicidade das famílias mineiras, que geralmente se organizavam de modo nuclear, não estando ligadas a redes familiares de parentela como os desbravadores paulistas chegados posteriormente. Em suas palavras:

⁷²⁴ Idem, p. 155.

⁷²⁵ BILAC, Op. cit. P. 41. A autora cita dentre outras famílias os Costa Alves, os Pereiras, os Góes, Paes de Arruda, senador Vergueiro Paes de Barros e os Cardoso de Negreiros.

⁷²⁶ OLIVEIRA, Op. cit., p. 52.

“Os paulistas eram de regiões como Capivari, Itu, Porto Feliz e Tietê; diferentemente das famílias mineiras, grande parte das de origem paulista constituíam-se em uma única parentela unida por laços de parentesco carnal ou decorrente de casamentos, embora em alguns casos esse grau se apresentasse bastante afastado. Essas ligações tinham quase sempre como eixo a família Almeida Prado.” (OLIVEIRA, 1999. p. 55)

Desse modo, a ocupação dos territórios do interior paulista obedeceu a uma lógica de influência das antigas elites do Estado, que foram as primeiras a desbravar as terras, estabelecendo uma rede de ligação, muitas vezes de caráter familiar, entre os chefes políticos de diversos municípios paulistas. Assim, principalmente em cidades próximas, que pertenceram a um mesmo processo temporal de ocupação, era comum o exercício do poder nas diversas localidades por elementos ligados entre si por laços de parentesco.

E tal situação norteou o processo de ocupação das regiões próximas a Rio Preto, como demonstra Kerbauy⁷²⁷, em seu estudo sobre a elite política de São Carlos, que aponta que as facções políticas da cidade eram aparentadas aos grupos dominantes de Araraquara e Rio Claro, o que facilitava àquela “família” a dominação política nos âmbitos estadual e municipal.

No entanto, Rio Preto apresenta desde o início diferenças em relação àquelas cidades, não encontrando entre os primeiros chefes políticos elementos ligados a famílias proprietárias tradicionais, pelo menos não na seqüência apontada por Kerbauy nas cidades de Rio Claro, São Carlos e Araraquara, que seriam a trajetória mais provável de influência local, numa seqüência lógica dos desmembramentos que originaram o município⁷²⁸.

Os motivos dessa dissensão podem estar na reformulação da legislação eleitoral promovida pelo governo estadual no início do século XX; como visto anteriormente, em 1905 o governo promove uma reorganização das áreas eleitorais paulistas, dividindo o Estado em dez Distritos Eleitorais, reconfigurando-se regionalmente as áreas de influência dos altos escalões da política estadual.

Desse modo, a partir do início século XX Rio Preto passa a pertencer à área de abrangência do 10º. Distrito, cuja sede e comando estavam em Ribeirão Preto, processo que altera o centro que comandava os destinos regionais; as regiões a que Rio Preto se ligara até o momento, dos municípios aparentados Araraquara, São Carlos e Rio Claro, ficam a partir

⁷²⁷ Kerbauy, Op. cit. p. 75. a autora destaca as famílias Arruda Botelho, aparentadas do Conde do Pinhal,

⁷²⁸ Rio Preto pertenceu a Araraquara até 1868, data do desmembramento de Jaboticabal, que comandou os destinos locais até sua emancipação em 1894.

daquela divisão restritas ao 5º. Distrito, aspecto que demonstra o respeito às influências dos diversos grupos da elite nas divisões elaboradas pelo governo.

As tabelas a seguir demonstram as diferenças entre os perfis dos vereadores rio-pretenses no período, e refletem as várias fases apresentadas pela política local, como a primeira Câmara de 1894, que apresenta um grande número de vereadores cuja procedência é desconhecida; tais indivíduos eram desbravadores sertanejos, e após atuarem no processo de organização política local, mudaram-se da cidade, desaparecendo dos registros locais.

Tabela 25 - Vereadores eleitos por período e por local de nascimento - Rio Preto (1894-1930).

	SP	RJ	MG	Outro Estado	Outro país	Desconhecido	Total
1894-1901	5 (29,4%)	0	5 (29,4%)	0	1 (5,9%)	6 (35,3%)	17
1902-1910	4 (22,2%)	0	6 (33,3%)	0	0	8 (44,4%)	18
1911-1919	4 (19%)	0	5 (23,8%)	1 (4,7%)	3 (14,2%)	8 (38%)	21
1920-1930	10 (33,3%)	1 (3,3%)	8 (26,6%)	2 (6,6%)	3 (10%)	6 (20%)	30

A tabela apresenta ainda o reflexo do processo ocupacional da região, que contou com as influências determinantes de mineiros e paulistas, que constituíram concentradamente a maioria dos vereadores durante toda a República Velha, índice muito maior que o apresentado por Ribeirão Preto, outra importante cidade paulista que teve nos mineiros seus primeiros políticos fundadores, e cujos dados estão indicados na tabela abaixo:

Tabela 26 - Vereadores eleitos por período e por local de nascimento – Ribeirão Preto (1910-1928).

	SP	RJ	MG	Outro Estado	Outro país	Total
1910-1928	22 (31,9%)	21 (30,4%)	13 (18,8%)	5 (7,2)	8 (11,6%)	69
1910-1916	7 (23,3%)	12 (40,0%)	5 (16,7%)	3 (10,0%)	3 (10,0%)	30
1919-1928	15 (38,5%)	9 (23,1%)	8 (20,5%)	2 (5,1%)	5 (12,8%)	39

Fonte: Walker, *Op. cit.*, p. 123.

As tabelas indicam que ambas as elites políticas refletem as influências mineiras e paulistas do processo de ocupação de suas regiões; no entanto, Rio Preto apresenta uma porcentagem muito maior de elementos políticos oriundos de Minas Gerais, que constituíram cerca de 30% dos vereadores de todo o período, enquanto Ribeirão apresentava um índice de 18% de mineiros.

A tabela demonstra que o legislativo ribeirão-pretano era mais aberto à participação de elementos de outros Estados, como o Rio de Janeiro, que em Ribeirão Preto perdeu apenas para São Paulo como o que mais forneceu elementos da elite política; nesse sentido, diferencia-se novamente do exemplo rio-pretense, que apenas na década de 1920 apresenta uma mudança naquele perfil de predomínio de paulistas e mineiros, elegendo

naquele período elementos oriundos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, além de estrangeiros.

No entanto, ainda que apresentasse uma maior diversificação na origem de seus políticos na década de 1920, Rio Preto teve nos mineiros e paulistas seus principais representantes políticos, mesmo naquela década, quando compuseram aproximadamente 60% do legislativo local, situação bem adversa à apresentada por Rio Claro, cujos dados estão indicados na tabela seguinte:

Tabela 27 - Origem dos prefeitos e vereadores – Rio Claro (1900-1930).

	Família tradicional da cidade	Família tradicional da região	Família Imigrante	Região	Outra	Desconhecida	Total
Prefeito	-	7	2	-	-	2	11
Vereador	1	1	17	-	-	3	22

Bilac, Op. cit. p. 91.

Oriunda de um processo centralizado em famílias paulistas, que como visto compartilharam além das terras os primeiros cargos públicos de várias cidades localizadas em sua região, Rio Claro demonstra um índice muito pequeno de participação de indivíduos naturais de Estados vizinhos em seu legislativo, tendo como principais elementos políticos indivíduos pertencentes a famílias tradicionais da região, que ocuparam a maioria dos cargos mais importantes, como o de prefeito.

No entanto, a tabela indica para Rio Claro uma participação bastante expressiva de políticos de origem imigrante, fruto do processo de desenvolvimento por qual passou a cidade, que resultou numa grande concentração populacional daqueles elementos no meio urbano; desse modo, o exemplo de Rio Claro indica que os processos locais de desenvolvimento propiciaram a abertura do meio político a novos atores, mas o controle político continuava nas mãos das tradicionais famílias da região.

A origem imigrante é outro importante aspecto na análise da transformação da elite política; adaptados aos meios onde se estabeleceram após o processo migratório, e após alcançarem projeção econômica, os estrangeiros e seus descendentes inseriram-se de diversas maneiras nas sociedades receptoras, passando a fazer parte dos diversos grupos de poder, inclusive os de influência política.

A medida de inserção dos elementos imigrantes nas elites políticas indicaria a abertura da sociedade à presença de novos atores, e seria reflexo da grande representatividade

daqueles elementos, cada vez mais comuns no Estado; no entanto, essa situação não se verifica de maneira uniforme em todas as cidades do interior paulista.

Como demonstrado pelas tabelas anteriores, a presença de estrangeiros entre os membros do legislativo foi constante entre os vereadores das três cidades comparadas, que sabidamente foram grandes centros de atração imigrante especialmente no início do século XX; entretanto, mais uma vez os exemplos demonstram que as situações locais determinavam as características do processo político, uma vez que as participações daqueles elementos apresentaram características diferentes nas diversas localidades.

Ribeirão Preto, que desde fins do XIX já recebe as influências modernizantes do complexo cafeeiro, e por consequência uma massa de estrangeiros que rapidamente adquirem relevo social, teve durante a República Velha uma média de pouco mais de 10% de seus vereadores de origem imigrante; típica capital do mundo do café, a cidade serve como base de comparação para a inserção dos estrangeiros na atividade política à época.

Ocupada efetivamente num contexto diferente daquele observado pela congênere da Mogiana, Rio Preto também apresenta uma grande concentração de estrangeiros em sua estrutura populacional, que como visto anteriormente, apesar das dificuldades encontradas no início, inserem-se de maneira rápida nos grupos de poder local, adquirindo relevo social e participando dos principais movimentos locais.

E sua presença é refletida nos cargos do legislativo, como observado na tabela XX, que indica a presença de estrangeiros entre os membros da Câmara desde a primeira legislatura; no entanto, o exemplo de fins do XIX, o vereador italiano Ugolino Ugolini, atuou por pouco tempo como membro da Câmara, sendo excluído em meados de seu mandato, e não indica a realidade local.

Naquele momento, a cidade não apresentava ainda um número considerável de estrangeiros, que como visto no exemplo árabe do início do século XX, estavam longe de ter uma inserção efetiva nos meios políticos locais; desse modo, ficam mais claros os dados da tabela, que indicam a presença do elemento imigrante na Câmara local apenas a partir do início da década de 1910.

Naquele período (1911-1919), Rio Preto apresenta uma média de aproximadamente 15% de imigrantes no legislativo, índice bem superior aos 10% verificado por Ribeirão Preto, situação que reflete a grande participação destes elementos na sociedade local; no entanto, na década seguinte, a média de estrangeiros no legislativo rio-pretense cai para 10%, ficando abaixo daquela apresentada por Ribeirão Preto para aquele período, que foi de 12,8%.

Desse modo, fica claro que os dados do legislativo não refletem necessariamente a importância dos diversos meios sociais das cidades interioranas; embora a presença imigrante fosse cada vez maior naquelas sociedades, com indivíduos participando dos principais grupos econômicos e culturais, sua inserção na elite política acontecia num passo bastante diferente daquele verificado em outras esferas de influência.

Além disso, como demonstrado pelo exemplo de Rio Claro, os contextos locais determinaram o perfil da participação do elemento estrangeiro na República Velha; os dados fornecidos pela tabela XX indicam uma presença enorme imigrantes entre os vereadores locais daquele período, compreendendo mais de 70% de todos os membros da elite política que ocuparam aquele cargo, situação que como visto deveu-se à grande presença dos estrangeiros no meio urbano.

No entanto, a super-representatividade evidenciada na função de vereador não se confirmava para os cargos mais importantes, como o de prefeito, que de acordo com a tabela esteve durante a maioria do tempo sob controle das antigas famílias proprietárias, que sabidamente souberam articular a presença dos novos elementos imigrantes aos seus projetos políticos, inserindo-os no meio político, mantendo, porém, para si os destinos da política local.

Desse modo, apesar de constituírem a maioria dos principais membros da elite política rio-clarense, apenas dois elementos estrangeiros ocuparam a prefeitura da cidade durante a República Velha, situação que novamente reflete a importância dos contextos locais como preponderantes no entendimento do processo de inserção do elemento imigrante nos meios políticos das cidades do interior paulista.

O exemplo de Rio Claro lança luz ainda sobre outro perfil da trajetória imigrante na política das cidades do interior, que é a presença do elemento estrangeiro ocupando os principais cargos da administração municipal; como apontado por Bilac, em Rio Claro, a participação imigrante vinha acompanhada da condição de fazendeiro⁷²⁹.

Tal condição foi indicada também para Catanduva, em que a chegada de estrangeiros aos cargos mais importantes do município passavam pela condição de

⁷²⁹ BILAC, *Op. cit.*, p. 94.

proprietários de terras, ou de estarem ligados a estes, que comandaram a política local durante toda a República Velha⁷³⁰.

Em Rio Preto, o único estrangeiro a ocupar o executivo foi o Major Léo Lerro, político de grande prestígio em meados da década de 1910, que chegara na cidade a partir da instalação da Comarca, em 1904, para dedicar-se à função de cartorário; posteriormente, abandona o cargo no Fórum para dedicar-se à advocacia, como solicitador, atividade diferente daquela que garantiu aos elementos imigrantes de Rio Claro e Catanduva sua inserção na elite política.

Desse modo, o exemplo de Lerro confirma a característica ressaltada para o legislativo rio-pretense no início deste capítulo, que indicava uma preponderância dos setores urbanos no cenário político da cidade, que apesar de compartilhar as vagas da Câmara com os políticos fazendeiros, mantinham sobre seu controle os principais cargos da administração local.

A presença dos setores urbanos na política rio-pretense é ressaltada pela análise comparativa dos perfis de ocupação profissional dos legislativos de outras cidades do interior paulista, para a qual contaremos novamente com os exemplos de Ribeirão Preto e Rio Claro, que apresentam importantes diferenças na evolução de sua elite política.

A tabela a seguir indica dados referentes às atividades profissionais dos vereadores de Rio Preto e Ribeirão Preto para a República Velha, e embora apresentem semelhanças quanto à grande presença de elementos dedicados a atividades urbanas, revelam descompasso que permitem apreender o diferenciado meio político rio-pretense à época.

Tabela 28 - Vereadores eleitos por período e por ocupação profissional – Rio Preto, e Ribeirão Preto. (1900-1930).

Período	Rio Preto		Ribeirão Preto*	
	nº.	(%)	nº.	(%)
Fazendeiro	22	36,06	24	34,3
Fazendeiro e mais outra ocupação	-	-	13	18,6
Empregador ou gerente no comércio	11	18,03	07	10,0
Empregador ou gerente na indústria	-	-	4	5,7
Médico	3	4,9	4	5,7
Advogado	14	22,95	14	20,0
Dentista	1	1,63	4	5,7
Engenheiro	2	3,27	0	0,0
Farmacêutico	4	6,55	0	0,0
Jornalista	0	0,0	0	0,0
Professor	1	1,63	0	0,0
Funcionário público	3	4,91	0	0,0
Trabalhador Urbano	0	0,0	0	0,0

⁷³⁰ LEITE, Silvia I. de S. Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna: 1918-1964. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp/Araraquara. Araraquara: 2007. p. 120.

Outra atividade	0	0,0	0	0,0
Total	61		70	

(* os dados fornecidos por Walker compreendem apenas o período 1910-1928. WALKER, p. 130).

Os dados de Walker para Ribeirão Preto abarcam período diferente daquele proposto para o presente estudo, além de compreender atividades profissionais que não levamos em conta para nossa pesquisa; no entanto, apesar das diferentes metodologias, entendemos que ambos os casos podem ser levados em conta como representativos da República Velha, motivo pelo qual inserimos os dados das diferentes cidades na mesma tabela.

E a análise dos dados para as duas cidades revelam, de início, uma característica comum a todos os municípios paulistas do período, que era a grande presença de fazendeiros na elite política; tanto Rio Preto quanto sua congênere apresentaram altos índices de proprietários rurais entre os membros da Câmara, que nos dois casos constituíram mais de 30% de todos os vereadores eleitos no período.

No entanto, além do expressivo contingente de fazendeiros as cidades se caracterizaram pela participação de vários elementos urbanos no meio político, especialmente aqueles dedicados ao comércio e à profissões liberais; no caso ribeirão-pretano percebe-se que os elementos urbanos dedicavam-se concentradamente às atividades de advogado, médico, dentista, comerciante e industrial.

Já o exemplo rio-pretense demonstra uma amplitude maior de atividades a que se dedicavam os membros do legislativo, apresentando elementos dedicados a atividades não encontradas no exemplo ribeirão-pretano, como engenheiros, farmacêuticos e funcionários públicos; desse modo, apesar de apresentar a ausência dos setores ligados aos interesses industriais, já presentes no legislativo de Ribeirão Preto à época, Rio Preto demonstrou ser no período bem mais aberta ao diferentes setores urbanos que sua congênere da Mogiana.

Além disso, impressiona nos dois exemplos a quantidade de bacharéis entre os membros do legislativo, que representaram aproximadamente 20% dos vereadores eleitos no período; em Rio Preto, como visto no início do capítulo, os bacharéis constituíram o principal grupo entre os políticos locais desde o final da primeira década do século XX, quando passam a ser mais que freqüentes no meio político local, chegando a ocupar mais da metade dos cargos da Câmara em algumas legislaturas.

No entanto, os dados fornecidos por Walker⁷³¹ para Ribeirão Preto indicam que a presença dos bacharéis no legislativo daquela cidade deu-se principalmente após o início da década de 1920, uma vez que os advogados representaram apenas 10% dos vereadores entre os anos de 1910 e 1916, proporção que sobe para 27,5% na década seguinte; desse modo, revela outra diferença do perfil do legislativo rio-pretense, que teve a influência dos bacharéis desde os primeiros momentos de sua vida política.

E o exemplo oferecido por Rio Claro evidencia mais ainda as características urbanas do legislativo rio-pretense; na tabela abaixo, Bilac indica as atividades profissionais da elite política de Rio Claro durante a República Velha, segundo uma metodologia que considerava apenas os elementos que tiveram recorrentes atuações políticas ao longo do tempo, considerando apenas os vereadores que elegeram-se para dois ou mais mandatos, e prefeitos que ocuparam o cargo por pelo menos doze meses⁷³².

Tabela 29 – Composição profissional do executivo e legislativo de acordo com o primeiro mandato – Rio Claro (1900-1930).

Profissão	Prefeito nº. (%)		Vereador nº. (%)	
Fazendeiro	4	36,3	7	31,8
Farmacêutico	3	27,2	1	4,5
Advogado, médico, engenheiro, dentista	-	-	-	-
Funcionário público	4	36,3	-	-
Comerciante	-	-	13	59
Industrial	-	-	1	4,5
Total (nº.)	11		22	

Fonte: Bilac, *Op. Cit.* p. 92.

No entanto, ao passo em que se considera apenas aqueles elementos de destacada trajetória política, o número indivíduos considerados para a pesquisa diminui, deixando de fora contextos políticos por vezes importantes, que refletiam-se na presença de novos elementos na elite política ainda que por pequenos períodos temporais; desse modo consideramos em nossa análise não apenas os elementos de recorrência no meio político local, mas também aqueles que mesmo em curtos espaços de tempo concorreram com os membros tradicionais pela vagas na Câmara.

Contudo, para efeitos de comparação entre os exemplos das cidades, elaboramos a tabela abaixo nos moldes metodológicos propostos por Bilac, em que consideramos apenas a

⁷³¹ WALKER, *Op. cit.* p. 130.

⁷³² BILAC, *Op. cit.* p. 17.

elite política analisada pela autora em seu trabalho; tal comparação revela ainda mais diferenças sobre o perfil do legislativo rio-pretense:

Tabela 30 – Composição profissional do executivo (seis meses ou mais em exercício) e legislativo (vereadores com dois ou mais mandatos) – Rio Preto (1900-1930).

Profissão	Prefeito nº. (%)		Vereador nº. (%)	
Fazendeiro	2	22,22	10	40
Farmacêutico	-	-	-	-
Advogado, médico, engenheiro, dentista	5	55,55	9	36
Funcionário público	2	22,22	2	8
Comerciante	-	-	3	12
Industrial	-	-	-	-
Outros	-	-	1	4
Total (nº.)	9		25	

Embora de maneira mais simplificada que a análise empreendida por Walker em seu estudo sobre o legislativo de Ribeirão Preto, Bilac aponta para Rio Claro uma grande presença de agentes urbanos na composição de sua Câmara, assim como os exemplos de Rio Preto e Ribeirão Preto.

No entanto, diferentemente daquelas cidades, Rio Claro contou com poucos representantes à Câmara que fossem profissionais liberais, apenas 3, todos farmacêuticos, atividade que ao que parece foi importante no meio local, uma vez que dedicavam-se àquela atividade mais de 27% dos vereadores. Além disso, a pequena presença dos profissionais liberais no meio rio-clarense é ainda mais perceptível pela ausência completa dos bacharéis e demais profissões como médicos, engenheiros e dentistas, que surpreendentemente não estiveram representados na Câmara rio-clarense em todo o período.

A análise das tabelas indica ainda em Rio Preto uma menor participação de fazendeiros entre os membros da elite política, 22%, para 36% apresentado por Rio Claro, que teve durante todo o período a influência dos grandes proprietários nos destinos locais, muito embora contasse com uma grande participação de comerciantes em seu legislativo.

Contudo, o aspecto que mais diferenciava os perfis dos legislativos das duas cidades era a grande presença dos profissionais liberais entre os vereadores rio-pretenses, característica que como visto marcou a Câmara local desde meados da década de 1910, principalmente pela presença dos bacharéis, que além de ocuparem várias das cadeiras da casa, ainda controlaram no período os cargos mais importantes.

A presença daqueles elementos pode ser observada na tabela XXV, que indica os perfis de ocupação profissional dos prefeitos, em diferentes períodos, considerando apenas aqueles que ocuparam o cargo por pelo menos seis meses em todo o período:

Tabela 31 – Prefeitos eleitos por período e por ocupação profissional (mais de seis meses de exercício) – Rio Preto (1894-1930).

Profissão	1900-1910		1911-1919		1920-1930	
	nº.	(%)	nº.	(%)	nº.	(%)
Fazendeiro/Lavrador	0	-	0	-	2	28,57
Empregador Comércio ou Indústria	0	-	0	-	0	-
Profissional Liberal	1	100	2	50	4	57,14
Funcionário Público	0	-	2	50	1	14,28
Trabalhador Urbano	0	-	0	-	0	-
Outra Atividade	0	-	0	-	0	-
Total	1		4		7	

A análise da tabela permite apreender, entre os períodos, um claro aumento no número de indivíduos que ocuparam a prefeitura, ao aproximar-se a década de 1930, movimento que reflete a passagem do período de domínio de Adolpho Corrêa para o período de disputas vivido pela cidade nas décadas de 1910 e 1920.

Entretanto, percebe-se pela tabela uma importante diferença na evolução do perfil da elite política rio-pretense, que no período caminhou no sentido inverso daquele apresentado pelas demais cidades comparadas; nesse sentido, enquanto a maioria dos núcleos urbanos vivia uma situação de passagem entre o domínio dos fazendeiros e maior participação dos demais segmentos sociais no meio político, Rio Preto apresentava desde cedo uma grande presença dos bacharéis no comando da política local, tendo apenas posteriormente verificado a inserção dos fazendeiros nos principais cargos, como demonstrado pela tabela, transformação que promove diversos conflitos ao longo da década de 1920, tema de nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 CONFLITOS NA ELITE: A DISPUTA PELO PODER LOCAL NA REPÚBLICA VELHA

Como visto anteriormente, embora tenha estado sempre sob o controle da Comissão Diretora do PRP, a política rio-pretense apresentou na República Velha diversos contextos que promoveram alterações nos grupos que controlavam o poder local; desde o início do século, novos elementos empreendem tentativas eventualmente bem sucedidas de inserção política, aproveitando-se de momentos favoráveis que obedeciam a diversos fatores tais como o crescimento e a diversificação da população do município ou ainda a influência dos grandes interesses do PRP.

Desse modo, a cidade vivenciou periodicamente disputas pelo controle do poder local, especialmente a partir do final da década de 1910, quando surgem vários grupos de atuação política ligados aos mais diversos interesses, processo que obriga os chefes perrepistas de então a utilizarem-se de diferentes estratégias para manter-se no controle da situação.

Nesta parte do trabalho, tivemos como proposta o estudo de conflitos políticos que movimentaram o cenário de Rio Preto na década de 1920, e que promoveram alterações no grupo que controlava o poder local; nesse sentido, acompanhando a atuação dos personagens atuantes nos diferentes contextos de disputas daquele período, pretendemos a apreensão das diferentes estratégias na luta pelo controle da política rio-pretense na República Velha.

Para tal objetivo, selecionamos dois conflitos que refletiram aqueles contextos e que tiveram como resultado a reorganização do poder local no início da década de 1920, como o que opôs os chefes do Diretório aos fazendeiros de fora, ligados às novas áreas do município que conseguem controlar a Câmara em 1923, e a disputa entre dois grupos rivais, resultantes do conflito com os “de fora”, que movimentou o cenário local no fim daquele período, com a criação de um partido de oposição.

O primeiro caso reflete o processo de ocupação das áreas mais novas do interior paulista no início do século XX, que como visto no 2º. Capítulo movimentou diferentes interesses ao longo do tempo, especialmente em território rio-pretense, que por sua vasta dimensão esteve no caminho de diversas frentes de expansão.

Desse modo, um número cada vez maior de indivíduos dirigia-se para as novas terras, que passam a ter um expressivo eleitorado, que garantia a representação de seus vereadores à Câmara local; além disso, tais regiões vivenciaram um grande processo de especulação imobiliária, principalmente a partir de meados da década de 1910, que despertou a

atenção dos grandes interesses do capital e do alto escalão da política paulista, que passa a atuar intensamente no sentido de favorecer os novos elementos nas disputas locais.

A presença dos políticos das regiões vizinhas teve como resultado a reorganização dos elementos que controlavam a política local, uma vez que os chefes tradicionais, como estratégia para combater a força cada vez maior dos “de fora”, empreendem um alargamento das bases de participação política, com a inserção de novos atores, convocados de maneira a oxigenar o grupo situacionista.

Como consequência, aquela disputa lança as bases para o segundo conflito a que se deteve a pesquisa, no qual se opuseram os tradicionais chefes do Diretório perrepista e um grupo oposicionista constituído pelos mesmos elementos inseridos na elite política nos embates do início da década.

Amparados por um jornal de grande circulação na cidade e ocupando os mais importantes cargos da administração local, os novatos constituem um grupo que controla a metade dos cargos da Câmara de 1926 a 1928, organizados em torno de um partido que consegue vitórias importantes, obrigando os antigos chefes a novamente movimentarem-se para manterem o controle da situação.

Desse modo, as disputas refletiam as possibilidades de atuação para os novos elementos, surgidas nos diversos e nem sempre previsíveis contextos políticos vivenciados por Rio Preto no período; além disso, revelam as diferentes estratégias utilizadas pelos diversos grupos envolvidos na disputa pelo poder.

3.1 - Quando os “de fora” ocupam a prefeitura...

“Do ‘Correio da Manhã’

A criação de municípios, em São Paulo, assumiu, ultimamente, um aspecto alarmante. Só numa comarca do Estado foram recentemente installados trez e mais dez districtos de paz, achando-se em andamento no Congresso, outras iniciativas collimando o mesmo objectivo.

A maioria das localidades, para as quaes se pleteia e obtem essa prerrogativa não reúne as condições exigidas por lei. Nem possuem a cifra da população necessaria, dez mil habitantes, nem offerecem as indispensáveis condições económicas. Um dos municípios creados, ha pouco, tem apenas trez mil habitantes.

O facto vae despertando commentarios equívocos e parece que não é sem razão a estranheza... Ao que se murmura, com fundamento, trata-se de uma escandalosa industria muito rendosa, explorada por falsos amigos da situação e provavelmente exercida sem o conhecimento do presidente do Estado. Alardeando relações intimas com o chefe do governo, e aggravando assim com um abuso grave, uma especulação gravíssima, certos indivíduos organizaram empreitadas.

Citam-se nomes, mencionam as quantias. Diz se que está prestamente, no Congresso, uma proposta para a criação de um município, mediante a remuneração de trinta contos... Repetimos que o sr. Carlos de Campos deve desconhecer essa nova industria, mas não lhe será difficil apurar a verdade chegando mesmo, se quizer, a surprehender os empreiteiros de tão indigno negócio...”. (O JORNAL, nº. 39, p. 1, 6/12/1925)

A denúncia do *Correio da Manhã* revela o contexto em que se deu a ocupação das terras de grande parte das novas regiões paulistas, especialmente aquelas desbravadas no início do século passado, acompanhando o desenvolvimento das ferrovias interioranas, como a Araraquarense, Noroeste e Alta Sorocabana.

Como visto nos capítulos iniciais, naquele período as novas áreas foram destino de uma grande corrente populacional, e em pouco tempo tornaram-se as mais populosas regiões do Estado; além disso, o processo também foi marcado pela especulação imobiliária das novas terras, em grande maioria devolutas, adquiridas principalmente em demandas falsas milionárias que movimentavam o cenário forense estadual em suas diversas instâncias.

Exemplo desse processo foi a atuação de Manoel Bento da Cruz como especulador de terras na região servida pela ferrovia *Noroeste*; como aponta Ghirardello, em acompanhamento à expansão dos trilhos da companhia, Bento da Cruz negociava terras e patrocinava a fundação de cidades, várias delas surgidas dos próprios pontos de apoio e estações da empresa, que obtinha em contrapartida ao apoio vantagens como o fornecimento de trabalhadores, o fornecimento de materiais para as construções, além da segurança contra os freqüentes ataques dos indígenas locais⁷³³.

Ligado a grandes elementos políticos do período, como o grupo formado por integrantes das famílias do ex-presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, e os Toledo Piza, todos eles grandes proprietários de terras na região, Bento da Cruz lança luz ao modo

⁷³³ GHIRARDELLO, *Op.cit.* p. 112-117. (Ver Capítulo 1).

como era realizada, na prática, a união dos interesses locais em relação às manobras dos grandes grupos econômicos que procuravam investir em empreendimentos e obter lucros com o incrível processo de transferência populacional e de valorização de terras.

As terras abundantes, conseguidas de modos nem sempre honestos, eram recortadas e vendidas em pagamentos parcelados, principalmente a imigrantes; desse modo, eram certeza de lucro certo, principalmente ao longo prazo, devido à crescente valorização do alqueire, especialmente aqueles localizados nas áreas mais férteis e próximas às cidades, que eram comercializadas em último lugar.

Esses empreendimentos conjugavam interesses dos mais diversos, que ultrapassava os âmbitos local e estadual, atraindo também a presença do capital internacional, como indica a nota da Gazeta de Uberaba reproduzida pelo *O Porvir* de 1907, que noticiava os movimentos de um grupo estrangeiro na compra de terras no caminho da ferrovia Noroeste para a instalação de uma indústria de charque:

“Da Gazeta de Uberaba

‘venda de terras’ – Informaram-nos que o coronel Américo Fleury proprietário de grande fazenda de criação no município de Sant’Anna do Paranahyba, Estado do Matto Grosso, recebeu de importante syndicado estrangeiro vantajosa proposta para a aquisição da fazenda do Paquarussú, situada nas margens do Paraná naquella município por onde tem de atravessar a futura via ferrea Noroeste do Brasil.

Uma das principais clausulas da proposta do syndicato é a de se estabelecer na mesma fazenda de sociedade com o coronel Fleury, uma xarqueada, desenvolvendo a industria do extrato de carne e a criação de gado vaccum.

Levado avante o contracto, installar-se-ão ali 200 familias de colonos que tratarão de diversas industrias e de lavouras.”. (O PORVIR, nº. 216, p. 2, 03/11/1907)

Outro exemplo da atuação do capital estrangeiro na ocupação do interior paulista foi a empresa de terras “*The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company*”, fundada em 1912, que tinha como principais proprietários Bento da Cruz, o engenheiro agrimensor mineiro Presciliano Pinto Oliveira, o inglês James Mellor e o escocês Robert Clark⁷³⁴.

E é a partir da fundação daquela empresa que o nome de Presciliano Oliveira aparece no cenário político rio-pretense; embora estivesse presente nas demandas forenses locais desde meados da primeira década do século passado, é apenas em 1912 que o engenheiro mineiro ascende politicamente, tornando-se chefe do Diretório local do PRP, e elegendo-se vereador e presidente da *Câmara* em 1914.

Desse modo, a atuação de Bento da Cruz e Presciliano P. Oliveira indicam o poder daqueles grupos ligados à indústria denunciada pelo *Correio da Manhã*; o dois estiveram

⁷³⁴ Idem, p. 104.

presentes nas primeiras demandas e partilhas ocorridas nas terras do município, especialmente aquelas que localizavam-se próximas ao rio Tietê, no futuro caminho da ferrovia *Noroeste*.

O primeiro atuara como advogado e esteve presente desde os processos inaugurais do Foro, participando das primeiras viagens de diligências ao interior da Comarca, nas quais provavelmente conheceu de perto as possibilidades de ganho com as terras devolutas; além disso, Bento da Cruz atuou como importante político no período, e em seu caminho de fundador de cidades não poupou de violência para controlar o poder das regiões que lhe eram estratégicas, como foi o caso de Bauru.

Para conseguir a fundação e independência dos municípios que criava na *Noroeste*, Bento da Cruz consegue desmembrar as terras pertencentes a Rio Preto na região, anexando-as ao território de Bauru; no entanto, como também encontrara dificuldades com os políticos daquele lugar, empreende um vitorioso projeto de controle político que culmina com sua eleição para prefeito, e que teve como consequência a morte do político rival e a transferência de um Juiz contrário.

Nos jornais locais, percebe-se os movimentos do coronel da *Noroeste*, que de bacharel no foro local e capitão da Guarda Nacional no início do século⁷³⁵, é citado como chefe político de Bauru em fins de 1911⁷³⁶, para já no início do ano seguinte ser indicado como advogado e proprietário em Birigui⁷³⁷, seu recém criado município e motivo de todo o violento processo de tomada de poder em Bauru.

Já Presciliano P. OLiveira, atuara como agrimensor em várias das importantes divisões de terras locais, também participando de várias diligências judiciais no início do século, de onde provavelmente vieram suas relações com Bento da Cruz na especulação de terras nos sertões da *Noroeste*; além disso, desde 1912 Oliveira chefia o Diretório local do PRP, mesmo com a presença política do cel. Adolpho, que ainda comandava a política rio-pretense.

Desse modo, levando em conta a atuação de Bento da Cruz no papel de implacável coronel desbravador nas novas áreas da *noroeste*, e considerando a trajetória ascendente de Presciliano Oliveira na política de Rio Preto nas duas décadas finais da República Velha, entendemos que os grandes interesses especulativos pelas terras sertanejas influenciaram a política local por todo o período.

⁷³⁵ O PORVIR, n.º. 93, p. 2, 06/07/1905.

⁷³⁶ O PODER MODERADOR, n.º. 28, p. 2, 23/12/1911.

⁷³⁷ O PODER MODERADOR, n.º. 36, p. 3, 18/02/1912. Sobre a atuação de Bento da Cruz ver Capítulo 1.

Desde o início do século XX, os jornais revelam indícios dos grandes interesses do capital atuando no cenário econômico de Rio Preto, especialmente a partir da instalação da Comarca e da aproximação do transporte ferroviário, momento que atrai a atenção dos grandes investidores pelas oportunidades surgidas da ocupação do território, como demonstra a nota do *O Poder Moderador* de agosto de 1911, que noticia interesses norte-americanos em terras próximas ao município:

“Notícias

Compras de terras

Fala-se com insistência na próxima vinda à esta cidade do representante de um sindicato norte-americano, que pretende adquirir, neste município, uma enorme quantidade de terras, destinadas não só a cultura do café, como ainda para a criação, em larga escala, do gado vaccum.” (O PODER MODERADOR, nº. 1, p. 1, 16/08/1911).

Além disso, data também do começo do século os movimentos do grupo ligado à *Companhia Frigorífica de Barretos*, que passa a adquirir terras na região de Rio Preto, especialmente nas áreas próximas à *Estrada do Taboado*, rota das boiadas que vinham do Mato Grosso até os centros abatedores paulistas; no início de 1912, *O Poder Moderador* inicia uma campanha denunciando os interesses do grupo ligado a Antonio Prado, na qual revela as intenções do frigorífico de mudar o trajeto da estrada, ligando suas propriedades diretamente ao seu município sede⁷³⁸.

Em maio do mesmo ano, o *A Cidade* retoma o assunto, confirmando os planos do frigorífico e afirmando que a empresa já havia conseguido no Congresso Estadual a aprovação de “uma verba de 30 ou 35 contos” para reformas na estrada próxima às suas terras, e que trabalhava ativamente para mudar seu traçado. Nesses termos, convocava a edilidade rio-pretense a tomar providências para evitar possíveis prejuízos advindos de tal mudança:

“Estrada do Taboado

Há tempos, dando uma noticia relativa ao mau estado da estrada desta cidade ao Taboado, salientamos a necessidade dos poderes municipais envidarem esforços junto ao governo do Estado para fazer-se os concertos geraes, abertura de atalhos, etc. e denunciemos o intuito da Companhia Frigorífica de Barretos de ligar as suas propriedades em Viradouro e adjacências ao município em cuja sede funciona.

(...)

Sabemos, entretanto, que o Congresso Estadual votou uma verba de 30 ou 35 contos para esse fim e que a Companhia Frigorífica trabalha activamente para que seja Barretos o ponto convergente da estrada e não Rio Preto, como até aqui tem sido.

Insistimos: é necessário que a nossa edilidade esteja alerta, para impedir que o nosso município seja prejudicado, com as pretensões da Frigorífica e do vizinho município.” (A CIDADE, nº. 48, p. 2, 11/05/1912).

Os interesses do grupo ligado a Antonio Prado nas terras rio-pretenses eram ao que tudo indica bastante fortes, uma vez que desde os investimentos anunciados em 1912, o frigorífico barretense manteve um representante na cidade, Major Fabiano Barreto, que de

⁷³⁸ O PODER MODERADOR, nº. 32, p. 2, 21/01/1912.

visitante eventual a serviço da empresa passou também a ser proprietário de terras na região, residindo em Rio Preto por longo período⁷³⁹.

Além disso, embora não tenha conseguido desviar o circuito de transferência do gado vindo do Mato Grosso pelo Taboado, o frigorífico ao que tudo indica foi eficiente em garantir o fluxo dos animais diretamente para seu matadouro em Barretos, uma vez que ainda em 1925 o gado apenas descansava nas cercanias da cidade, destinando-se à Barretos por falta de um embarcadouro da EFA em Rio Preto.

Eram esses pelo menos os argumentos do *A Notícia* quando abordava o assunto; no início de 1925, quando a cidade preparava-se para a escolha do prefeito que comandaria seus destinos durante aquele ano, o jornal publicou uma série de artigos com “*sugestões de importancia*” para a futura administração municipal, enumerando várias prioridades dentre as quais destacava-se a criação do embarcadouro local para o gado:

“Embarcadouro de gado

Melhoramento de inadiável execução, um embarcadouro de gado, virá constituir uma fonte de renda á nossa Camara e tornará o commercio de gado muito mais intenso e facilitará consideravelmente o embarque nesta cidade.

Parece incrível, mas é real; o gado vem de Matto Grosso e descansa nas cercanias de Rio Preto, para embarcar em Barretos, quase exclusivamente por falta de um embarcadouro aqui.”. (A NOTÍCIA, nº. 54, p. 1, 15/02/1925).

E foram várias as referências encontradas no período que indicavam a presença dos Almeida Prado como proprietários ou ligados a investimentos na região, especialmente nas novas terras localizadas entre Rio Preto e o rio Paraná, como demonstra a presença de Vicente de Almeida Prado, político de Jaú, como segundo maior produtor de café de Monte Aprazível em 1931⁷⁴⁰.

Nesse sentido, não deve ter sido ao acaso a presença do deputado Armando Prado, como fiscal do PRP, nas eleições Juizes de Paz dos distritos do recém criado município de Mirassol em agosto de 1926⁷⁴¹; apesar da aparente insignificância do pleito, que apenas escolheria juizes para pequenas vilas sertanejas, o partido enviou um membro de seu alto escalão para conferir o andamento do processo eleitoral, e ninguém melhor para saber dos destinos daquela região, do que um membro do clã Almeida Prado, legítimos interessados na ordem política dos lugarejos.

⁷³⁹ O Major Fabiano Barreto aparece pela primeira vez nos jornais em 1912, quando é citado como hóspede do município atuando como representante da Cia Frigorífica de Barretos (A CIDADE, nº. 53, p. 3, 05/06/1912); posteriormente, são frequentes nos jornais as referências à sua pessoa, como proprietário de terras residente na cidade (A NOTÍCIA, nº. 54, p. 1, 15/02/1925).

⁷⁴⁰ Boletim do Café de 1930-31.

⁷⁴¹ O MUNICÍPIO, nº. 839, p. 1, 18/08/1926.

E os negócios dos Prado ainda se efetivavam na década de 1930, como indicado por Nardoque em seu estudo sobre o processo de ocupação das terras rio-pretenses próximas à divisa com o Mato Grosso, que aponta a família entre os principais especuladores da região, em meio a outros agentes atuaram no retalhamento daquela área até a década de 1940; segundo o autor, naquele processo “(...) destacaram-se: Almeida Prado, Euphly Jalles, Cia Lancashire General Investment, Cia Agrícola Francisco Schmidt, CAIC (Companhia de Agricultura, Colonização e Imigração) e outros”⁷⁴².

Passado o primeiro momento de ocupação das terras interioranas, outros investidores apareciam para revender as terras agora legalizadas, por um preço bem maior do que compravam, de modo que a especulação continuou sendo o maior negócio do interior paulista também após o fim da República Velha.

E Rio Preto ao que parece estava no olho do furacão; além das terras mais próximas e aquelas que localizavam-se em direção ao Mato Grosso, a cidade também era núcleo de comercialização de terras e arregimentação de trabalhadores para as áreas distantes da *Noroeste*, como indicado nas várias propagandas dos jornais locais na década de 1920.

Em um mesmo número do *A Notícia* de 1925, foram publicadas três propagandas (reproduzidas abaixo), relativas a diferentes áreas de ocupação recente do interior, como as que negociavam terras no Urubupungá e Araçatuba, na região noroeste, além da grande empreitada de 40 contos de réis anunciada por Jonas Mello, que objetivava a contratação de serradores e oleiros para trabalharem na mesma região.

⁷⁴² NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2002. p. 81. O autor discute ainda um grande caso de grilagem acontecido na região conhecido como “*Glória-Furquim*”, que teve a participação de Julio Prestes de Albuquerque. p. 103.

Imagem 1 – Propaganda venda de terras - 1925.

Fonte: A NOTÍCIA, nº. 114, p. 3, 26/05/1925.

Imagem 2 – Propaganda empreitada trabalho na região Noroeste – 1925.

Fonte: A NOTÍCIA, nº.114, p. 2, 26/05/1925.

Imagem 3 – Propaganda venda de terras – 1925.

Fonte: A NOTÍCIA, nº.114, p. 2, 26/05/1925.

E novamente a atuação do agrimensor mineiro Presciliano Pinto Oliveira é esclarecedora; conforme aponta Ghirardello, a “*The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company*” foi constituída inicialmente como proprietária de terras na região de Penápolis, área de influência de Bento da Cruz; posteriormente, a companhia adquire mais sessenta mil alqueires de terras virgens entre os rios Tietê, Aguapeí e Feio³²⁷.

Os quinhões que couberam a Presciliano foram comercializados em várias etapas, tendo participado do processo de divisão e venda a prestações efetuado pela “*San Paulo Land, Lumber & Colonization*” em 1912, mas reservando grandes e ricas glebas para serem especuladas posteriormente, quando seu valor ultrapassaria várias vezes aqueles gastos em sua aquisição.

Tais terras eram de qualidade superior àquelas negociadas anteriormente pelo engenheiro, além de localizarem-se mais próximas dos centros urbanos, como demonstra a propaganda do *A Notícia* de maio de 1925, em que as terras de Presciliano e demais parentes mineiros, todas próximas ao município de Araçatuba, são loteadas e negociadas pela “*Empresa Paulista de Colonização*”, que tinha como presidente o advogado Clovis Botelho Vieira:

“As grandes transações

Importante syndicato inglez acaba de comprar do sr. dr. Augusto Elysio de Castro Fonseca, por intermédio da Empresa Paulista de Colonização, conceituada sociedade para a venda de terras, - a fazenda Jangada, no município de Biriguy, pela importância de mil e duzentos contos de réis.

Aquella Empresa já tinha também vendido em pequenos lotes, alguns milhares de alqueires de terras, pertencentes ao dr. Augusto Elysio.

Á Empresa Paulista de Colonização estão confiados importantes interesses de muitos proprietarios de terras. Ella foi encarregada da revenda, em lotes, das grandes areas de terras que o dr. Presciliano Pinto de Oliveira, prestigioso chefe do directorio político desta comarca, possui na fazenda Baguassú, no município de Araçatuba, e travessada pela E. de Ferro Noroeste.

Também o dr. Antonio Pinto de Oliveira, juiz de direito na Comarca de Varginha, Estado de Minas Geraes e o cel. Joaquim Pinto de Oliveira, lavrador naquella comarca, que, há tempos, contractaram com aquella Empresa a revenda de parte das terras que possuem na referida fazenda Baguassú, acabam de confiar-lhe a revenda de mais uma gleba, de cerca de quatro mil alqueires, sendo essas terras mais proximas de Araçatuba e optimas para café.”. (A NOTÍCIA, nº. 108, p. 1, 16/05/1925).

No entanto, a intensa especulação de terras também trazia seus efeitos colaterais; devido ao grande movimento do volume de negócios, que como visto eram anunciados aos montes nos jornais do interior paulista, o mercado territorial era alvo de uma série de trambiques, que envolviam a fraude de documentos e a venda de terras sem propriedade, situação que acompanhou o desenvolver do processo de ocupação local desde seu início.

³²⁷ GHIRARDELLO, *Op. cit.*, p. 104.

Tais práticas proporcionaram episódios desagradáveis, como conflitos territoriais entre quase sempre pequenos compradores ludibriados e grandes proprietários em defesa de seus interesses; os resultados eram previsíveis, e ao termino do julgamento os legítimos proprietários sempre tinham reconhecidos seus direitos, e os pequenos perdiam na maioria das vezes tudo o que tinham.

Por vezes as reintegrações de posse aconteciam de maneira violenta, como foi exemplo o caso da “*Fazenda dos Macacos*”, em fins de 1924; naquele período, após conseguir a vitória judicial que lhes garantia a posse das terras, os proprietários da grande fazenda imediatamente iniciaram a expulsão dos moradores, processo que se caracterizou pela violência por parte da polícia, e que motivou comentários reprovadores do *A Notícia*³²⁸.

A demanda da “*Fazenda dos Macacos*” iniciou-se em 1917, e referia-se a negociações ilegais de terras próximas à cidade; entretanto, ao passar do tempo tais episódios aconteciam em áreas cada vez mais distantes do município³²⁹, como demonstra a nota publicada no *A Notícia* de 1927, em que a “*CIA Agrícola Schmidt*” chama a atenção para a presença de especuladores ilegais em suas terras em Tanabi:

“Secção Livre

Fazenda Marinheiro

Tendo chegado ao nosso conhecimento que indivíduos desautorizados entre os quaes um certo sr. Antonio Augusto Sobrinho teem tentado vender terras da fazenda ‘marinheiro’, sita no município de Tanaby, desta comarca, fazenda esta localisada parte no ‘Marinheiro de Cima’ e parte no ‘Marinheiro do Meio’, a bem de nossos direitos tornamos publico que taes vendas nenhum valor terão visto como ditas terras pertencem à Companhia Agricola Francisco Schmidt, da qual somos o liquidante pela forma legal.

Outrossim declaramos que outorgamos procuração nesta cidade e comarca ao advogado dr. Alceu de Assis, para o fim de defender a nossa posse sobre toda a area das terras, doze mil alqueires, impedindo que a turbem estando a Companhia na disposição de fazer valer pela lei seus direitos, fundados em excellentes e incontestados documentos.

Rio Preto, 22 de Agosto de 1927.

Alberto Wately – liquidante.”. (A NOTÍCIA, nº. 613, p. 1, 25/08/1927).

Desse modo, a corrente de chegada de população para as áreas sertanejas de Rio Preto manteve-se intensa e constante durante toda a República Velha, e as negociatas por vezes duvidosas permearam o mercado de terras ainda durante a década de 1940; além disso, como parte do processo ocupacional, várias cidades foram fundadas naquele período, como

³²⁸ GOMES, *Op. cit.*, p. 162. Sobre os comentários do *A NOTÍCIA* sobre as violências daquele episódio ver Capítulo 1.4.

³²⁹ Os episódios de vendas ilegais de terras e de reintegrações de posse violentas foram comuns também durante os períodos subseqüentes, como os “despejos de Votuporanga”, no ano de 1944. Sobre os conflitos de terras naquela região após o fim da República Velha ver RODRIGUES, Fabíola. *Por onde vão as “Brisas Suaves” do sertão paulista? – população e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga*, um estudo de caso. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/Unicamp. Campinas, 2005. p. 35-40.

demonstram os trabalhos de Nardoque e Rodrigues³³⁰ sobre o surgimento dos municípios de Votuporanga e Jales, e que confirmam que a situação denunciada pelo *Correio da Manhã* na nota reproduzida no início do capítulo, manteve-se ainda por um longo período.

Aquele contexto, portanto, norteou a colonização do gigantesco território de Rio Preto, que passa a ser o mais populoso município do interior paulista ainda em fins da década de 1910, com mais de 125.000 habitantes; entretanto, aquela imensa população não estava localizada apenas na cidade, espalhando-se pelas diversas regiões de sua imensa área, que passam a concentrar um número cada vez maior de moradores, residentes em um também crescente número de novas vilas.

Os novos núcleos urbanos conseguem em pouco tempo representar seus interesses na política rio-pretense, e vários chefes regionais são eleitos para as legislaturas locais desde a primeira década do século XX; além disso, como tais regiões estavam no alvo de grandes interesses políticos e econômicos, seus representantes conseguiram a proteção do PRP para efetivarem seus processos de emancipação.

Os números das perdas territoriais vivenciadas por Rio Preto impressionam; iniciados em 1917, quando Catanduva consegue sua emancipação política, os desmembramentos são sucessivos, resultando num corte que no final da década de 1950 chegou a mais de 25.000 quilômetros quadrados. Leonardo Gomes comenta aquele processo:

“Os desmembramentos –

Um corte de 25 mil quilômetros quadrados.

No dia 14 de novembro de 1917, o mundo territorial do distrito de Rio Preto, instituído em 1855, com mais de 25 mil quilômetros quadrados das terras mais férteis do Estado de São Paulo, - começou a encolher. Uma lei assinada naquele dia, e que recebeu o n.º 1.564 tirava-lhe o valioso pedaço de Vila Adolpho, que passava a ser município autônomo com o nome de Catanduva.

Era o começo dos esperados desmembramentos, com os quais Rio Preto havia de perder 25 mil e 750 quilômetros quadrados!

Um mundo mesmo!

(...)

Rio Preto dava vida a onze municípios brasileiros e, em compensação, reduzia-se territorialmente – ele que fora quase do tamanho da Bélgica – a umas escassas 95 léguas quadradas!”. (GOMES, p. 108-111).

Os dados populacionais fornecidos por Camargo permitem a apreensão temporal dos desmembramentos sofridos por Rio Preto e do contingente populacional que rapidamente deslocava-se para as novas áreas de seu território; como observado na tabela abaixo, os novos municípios não apareciam nos dados oficiais até 1920, com exceção de Catanduva, desmembrada em 1917.

³³⁰ Localizadas em terras de especulação imobiliária, Votuporanga e Jales foram criadas no intuito de valorizar as propriedades a serem futuramente comercializadas. Sobre o processo de surgimento de Votuporanga ver RODRIGUES, *Op. cit.* p. 22; sobre o surgimento do município de Jales, ver NARDOQUE, *Op. cit.* p. 122.

Tabela 1 – População Rio Preto e municípios desmembrados (1886-1934).

Município	Data da Criação	Número de habitantes			
		1886	1900	1920	1934
Rio Preto	19/07/1894	-	3.221	126.796	62.000
Catanduva	19/07/1917	-	-	16.009	31.666
Cedral	27/12/1929	-	-	-	11.806
Mirassol	23/12/1924	-	-	-	55.676
Monte Aprazível	23/12/1924	-	-	-	58.984
Tanabi	23/12/1924	-	-	-	28.618
Nova Granada	19/12/1925	-	-	-	32.837
Potirendaba	26/12/1925	-	-	-	13.204
Uchôa	30/12/1925	-	-	-	15.719
José Bonifácio	28/12/1926	-	-	-	20.785
Ibirá	12/12/1921	-	-	-	17.056

(Fonte: Camargo, Op. Cit. Tabela 17, p. 23).

No entanto, em 1934 os dados oficiais já demonstram a presença dos novos núcleos populacionais como municípios independentes, facilitando a apreensão da medida em que aqueles 126.796 habitantes verificados em Rio Preto pelos dados de 1920 estavam divididos nas várias regiões do extenso município; além disso, percebe-se pela tabela a grande concentração populacional nas regiões de Mirassol e Monte Aprazível, que em meados da década de 1930 tinham somadas quase a mesma gigantesca população apresentada por Rio Preto em 1920: 114.660 habitantes.

E a análise da tabela demonstra ainda a intensidade daquele processo na década de 1920: em 1934, se somadas as populações apresentadas por todos os municípios desmembrados do território rio-pretense ao longo daquele período, os números alcançam a marca de 316.679 habitantes, mais que o dobro indicado pelo recenseamento de 1920.

Desse modo, acompanhando a crescente concentração populacional das novas áreas, novos chefes políticos surgem no cenário rio-pretense; como visto anteriormente, embora os fazendeiros das regiões vizinhas não tenham dominado efetivamente a política local, sua presença se fazia sentir desde as primeiras Câmaras eleitas na cidade, como foram exemplo Porfírio Pimentel e Roque Alves Vieira de Magalhães, que na legislatura de 1905/1907 representaram respectivamente as localidades de Monte Aprazível e Tanabi.

O exemplo de Magalhães indica a importância daqueles eleitorados interioranos: além de ser eleito consecutivamente de 1905 a 1913, o político de Tanabi também foi presidente da Câmara, segundo cargo mais importante da administração municipal, após o cel. Adolpho assumir a prefeitura em 1908.

Na década de 1910, a presença dos chefes ‘de fora’ mantém-se constante, e além de Magalhães foram vereadores à Câmara local o fazendeiro Emygdio F. Nogueira, chefe político

de Nova Granada, e Victor Candido de Souza, representante de Mirassol; tais elementos faziam parte dos primeiros grupos a empreender a ocupação econômica daquelas áreas, e desde o início da década seguinte estiveram entre os principais fazendeiros locais.

As listas dos maiores cafeicultores do *Boletim do Café* confirmam aquele cenário, indicando desde o início da década de 1920 a presença daqueles chefes políticos entre os principais cafeicultores rio-pretenses, como o cel. Emygdio F. Nogueira, segundo maior produtor local em 1921, e Antonio Fidelis, futuro chefe político de Mirassol e que naquele ano foi o oitavo na lista elaborada pelo *Boletim da Secretaria da Agricultura*³³¹.

No número seguinte, o periódico indica a presença de mais daqueles elementos entre os principais fazendeiros locais do ramo cafeeiro; para o ano de 1922, a lista do *Boletim* indica o espanhol Manoel Reverendo Vidal, chefe político de Ignácio Uchoa, em primeiro lugar entre os maiores cafeicultores da cidade, e Victor Candido de Souza, que como visto era representante político de Mirassol, como segundo principal produtor de café local³³².

Sempre considerados pelos chefes políticos locais, os representantes das áreas distantes ao que tudo indica compartilhavam da mesma cartilha do Diretório local, não havendo sinais evidentes de disputas entre os grupos até o final da década de 1910; no entanto, aquele cenário iria se transformar no início dos anos 20, momento em que os interesses dos chefes interioranos passam a diferir-se dos planos pretendidos pelos donos do Diretório local.

Nesse período, os políticos “de fora” passam a disputar com os chefes locais as influências com os altos escalões da política paulista, atraindo para si as atenções de vários grandes elementos do PRP, que passam a defender os interesses e reivindicações das novas localidades; desse modo, ao passo em que controlavam um crescente eleitorado, tais chefes interioranos entram em luta aberta contra os situacionistas pelo controle da política local.

A disputa se dá no início da década de 1920, momento em que várias regiões distantes passam a ter um representante à Câmara local, que fica claramente dividida entre os antigos e novos atores políticos das áreas interioranas; naquela disputa, os novos elementos conseguem a maioria da casa, controlando assim os cargos mais importantes, e escolhendo durante dois anos o prefeito municipal.

Os conflitos terminaram apenas em 1925, quando da separação final dos municípios chefiados pelos políticos interioranos, desmembrados enfim do território rio-pretense; sob a proteção dos grandes chefes do PRP, que aceleraram os tramites no legislativo

³³¹ *Boletim do Café Op. cit.*, (1921). (Ver anexos)

³³² *Boletim do Café Op. cit.*, (1922). (Ver anexos)

estadual, os novos municípios são criados a revelia dos chefes rio-pretenses, que rompem momentaneamente com a *Comissão Diretora*.

A análise da situação curiosa da história política local, em que os “de fora” ocupam a prefeitura, pode revelar as estratégias utilizadas pelos diferentes atores na luta pelo poder local, além de revelar indícios de como se davam as relações entre os interesses locais e os dos altos escalões da política paulista, ligados ao grande capital.

O início das divergências deu-se em fins de 1922, quando houve o rompimento entre os grupos de Presciliano Pinto de Oliveira, chefe do Diretório, e Victor Candido de Souza, coronel de Mirassol, motivados por desacordos quanto aos nomes a serem indicados na chapa oficial do partido nas eleições para a legislatura municipal no triênio 1923/1925.

O Diretório prescilianista vinha de um período de intensas desavenças com a Comissão Diretora PRP, por discordâncias quanto às diretrizes do partido para a região, especialmente em relação aos políticos ligados a Altino Arantes, que ao lado de Quinzinho Junqueira era a grande influência do partido naquele distrito; no passado recente, aqueles grandes políticos haviam atuado no processo de desmembramento de Catanduva, o primeiro sofrido por Rio Preto, e que aconteceu apesar dos esforços contrários dos chefes rio-pretenses, que tentaram ao máximo evitar a perda do importante território.

Os políticos de Catanduva tinham a proteção da *Comissão Diretora*, e além de conseguiram sem maiores dificuldades a emancipação do rico e populoso município, aprovada em 1917, arranjam no mesmo período a eleição de um político local, Adalberto Netto, como representante da região na Câmara estadual, fato que comprova a maior proximidade dos políticos catanduvenses com os altos escalões do PRP, em detrimento dos chefes de Rio Preto.

Desse modo, ao iniciar-se a década de 1920 o Diretório prescilianista estava desgastado em suas relações com os chefes estaduais, e preparava-se para enfrentar o período de turbulências locais sem o apoio da *Comissão Diretora* do PRP; conforme aponta Alceu de Assis em comentário sobre a política em 1922, naquele momento a situação prescilianista estava “(...) *desmoralizada pelos golpes que Catanduva, pela mão do deputado Altino Arantes contra ella desfechara*”³³³.

Além disso, internamente a situação dos prescilianistas também não era das mais confortáveis, uma vez que ao lado dos oposicionistas das novas regiões, a cidade apresentava no período uma série de grupos contrários atuando politicamente, constituídos por alguns

³³³ A NOTÍCIA, nº.479, p. 1, 06/02/1927.

novos elementos que tentavam de maneira independente inserir-se na política local, mas principalmente por políticos que nutriam antigas rugas com os chefes do Diretório, adquiridas em lutas passadas.

O mais importante desses grupos era o chefiado pelo italiano Léo Lerro, provavelmente o político local de maior influência nos momentos posteriores à saída do cel. Adolpho Corrêa; Lerro ocupou uma vaga no legislativo local de 1913 a 1919, período em que exerce também a prefeitura, perdendo, porém, o controle do poder num ilegal e violento procedimento do Diretório nas eleições para 1918, que resultou na invasão e queima dos documentos da Câmara, e que revela as práticas dos coronéis locais nas lutas política do período.

O ano de 1917 marcava o início de mais uma legislatura na Câmara local, eleita ao que parece sem conflitos uma vez que apresentava uma constância dos elementos que terminaram o mandato anterior, tendo como única alteração a entrada de Victor Candido de Souza; desse modo, com a mesma configuração que lhe garantira a prefeitura nos anos de 1915 e 1916, Lerro consegue reeleger-se para mais um ano de governo.

No entanto, aquela situação não agradava o chefe do Diretório Presciliano Pinto de Oliveira, que a partir da saída de Adolpho Corrêa tornou-se o mais influente político local; desse modo, detentor de grande proximidade com os altos meios políticos estaduais, Presciliano lidera um grupo que busca controlar a política local, situação que não era das mais fáceis, devido ao prestígio alcançado por Lerro em suas boas administrações passadas.

Além disso, a situação interna da Câmara era francamente favorável ao grupo de Lerro, uma vez que em seu partido estavam os vereadores de maior idade, fator considerado pela legislação eleitoral para decidir pleitos que resultavam em empate; assim sendo, mesmo controlando a metade dos cargos do legislativo, o grupo prescilianista não conseguia eleger seus correligionários para os cargos mais importantes, principalmente o de prefeito.

Para reverter aquela situação, os donos do Diretório empreendem um ardiloso plano a ser executado nas eleições para prefeito e demais cargos da Câmara de 1918; como o empate lhes era desfavorável, os prescilianistas não comparecem no dia da eleição, manobra que impediu a realização do pleito, por falta de número legal de vereadores.

Desse modo, a escolha do prefeito e dos cargos da Câmara para aquele ano ficou adiada, até que se convocasse os suplentes, e outra sessão fosse marcada; no entanto, no dia seguinte os vereadores prescilianistas se reúnem, às escuras, juntamente com suplente que era seu correligionário, e promovem a escolha dos importantes cargos da administração, sem a participação dos partidários de Léo Lerro.

O advogado e vereador oposicionista Ângelo Corrêa, genro de Lerro, relata os fatos ocorridos em janeiro de 1918, em artigo de ataque aos prescilianistas no *A Notícia* de 1927, e embora estivesse defendendo o seu sogro de críticas promovidos pelo jornal do grupo contrário, fornece uma idéia ainda que parcial dos procedimentos utilizados pelo grupo do Diretório na tomada do poder municipal naquele início de ano:

Em 15 de Janeiro de 1918, ocasião em que se elegem as mezas da Camara, o Sr. Major Léo Lérro compareceu com todos os seus companheiros, ao meio dia em ponto, no edificio da Camara Municipal desta cidade, para aquelle fim, não tendo porém, havido sessão, por falta de numero, pois, sabendo os snrs. Presciliano e Britto Bastos que seriam derrotados pela idade, não quizeram dar numero. Resultado: a eleição da meza ficou adiada, até que fossem convocados os supplentes de vereadores. Mas a facção contraria que contava com o apoio do snr. Domingos d Zacharias, supplente de vereadores, reuniu-se no dia seguinte, á revelia dos demais vereadores, e, em logar improprio e contrario a lei, procedeu a eleição da meza, eleição esta que nada exprimia, por ser considerado um acto gracioso e illige.”. (A NOTÍCIA, nº. 529, p. 1, 26/04/1927).

O grupo de Léo Lerro não aceita a derrota, conseguida de modo ilegal pelos adversários, e recusa-se a entregar as chaves da Câmara, impedindo que o grupo prescilianista tomasse posse da administração pública até que se resolvesse a situação pelos meios legais; no entanto, em outra manobra em surdina o grupo do Diretório arromba as portas e ocupa as dependências da Câmara, apossando-se dos documentos e do dinheiro lá existente.

Essa é pelo menos a visão de Ângelo Corrêa, que acusa os prescilianistas de naquele episódio terem queimado e destruído uma série de documentos da Câmara, especialmente os de ordem financeira, fato que teria facilitado àqueles indivíduos o embolso do dinheiro dos cofres públicos, e a posterior incriminação do administrador anterior, Léo Lerro; nas palavras de Corrêa:

“Ora, os actos contrários á soberania da lei não devem ser respeitados, e, por isso, andou bem o prefeito de então, o snr. Major Léo Lérro em fechar a Câmara, recusando-se, dessa arte, a fazer a sua entrega aquelles que nada representavam na ordem das cousas administrativas.

(...)

*Os usurpadores do poder arrombaram a Camara, e apossaram-se de todas as dependências do edificio com a grande documentação nella, existente, e depois, **esses inveterados demolidores da reputação alheia**, começaram a espalhar aos quatro ventos, pela imprensa venal, e pelas esquinas, de que o meu sogro e distincto amigo, o snr. Major Léo Lérro, **déra grandes desfalques nos cofres municipaes, pois, da escripta da Camara, verificava-se desvio de dinheiro***

para manter a lucta política.”. (A NOTÍCIA, nº. 529, p. 1, 26/04/1927).

O ano de 1918 marcou, portanto, o início do controle do Diretório prescilianista sob os destinos políticos rio-pretenses; nutrindo boas relações com os chefes do PRP, e controlando os cargos mais importantes da administração municipal, aquele grupo consegue influenciar as eleições da legislatura seguinte, que se caracterizou pela participação de vários novos elementos, e pela ausência do grupo de Léo Lerro. Mais uma vez Corrêa indica as suas perspectivas da vitória prescilianista:

“Historia Antiga: Figuras e factos VI

Quando foi da scisão com o prestigioso político Major Léo Lerro, graças aos “esforços” do Cel. Oswaldo de Carvalho, escrivão do alistamento que “protegeu” escandalosamente a situação prescilianista, o directorio quase foi a gloria.

O capitalista Cel. Oswaldo de Carvalho prendeu um sem numero de autos de alistamento e d’ahi a victoria do sr. Presciliano.

O cel. Capitalista, que foi o salvador ganhou dois processos no lombo e muita promessa...”. (A NOTÍCIA, n.º 477, p. 1, 03/02/1927).

Desta maneira, influenciando as posições mais importantes da administração local, o grupo prescilianista mantém sob seu controle o comando da política rio-pretense até os conflitos de 1922, quando um novo contexto se efetiva na cidade, e ao lado das tradicionais oposições internas, outros fatores passam a influenciar também o equilíbrio do poder local, como as dificuldades de relação com os chefes do PRP e o crescente poder dos coronéis ‘de fora’, fazendo com que a situação fugisse do controle do grupo dominante.

E as dificuldades do grupo prescilianista não se restringiam àquelas; ao lado da atuação dos oposicionistas internos e externos, aquele momento foi marcado por uma grande variedade de candidatos independentes em busca de uma vaga na Câmara, situação que fazia mais difícil ainda a manutenção daquele equilíbrio preexistente na política local, configurado desde a chegada do grupo de Presciliano ao poder.

As eleições para o triênio 1923/1925 confirmariam aquela situação, ao apresentar a quase total reformulação do quadro de vereadores; dos dez elementos que ocuparam uma cadeira na Câmara na legislatura anterior, apenas o coronel mirassolense Victor Candido conseguiu se reeleger, ficando de fora elementos de importância no Diretório perrepista, como o então prefeito Victor Bastos, além do próprio chefe local, Presciliano Pinto Oliveira.

Os conflitos e acertos que resultaram naquela configuração podem indicar a medida do poder dos novos elementos que relação aos interesses dos chefes locais, além de revelar as estratégias utilizadas pelos grupos envolvidos na disputa, que como visto não se limitavam a apenas duas facções em oposição.

As divergências iniciaram-se em fins de 1922, quando os políticos do Diretório iniciavam as discussões sobre a formação da chapa oficial para a disputa das futuras eleições municipais; naquele momento, ficou clara a diferença entre as pretensões dos grupos ligados a Presciliano Oliveira e Victor Candido de Souza.

O chefe de Mirassol, há tempos membro da Câmara e do Diretório rio-pretense, tentava naquele momento uma virada no jogo político local, forçando a entrada de novos elementos, ligados à sua influência, na chapa oficial do partido; desse modo, Victor Candido tenta a indicação de dois candidatos ligados aos seus interesses, o médico José Amâncio Faria Motta e o advogado Alceu de Assis.

Porém, a entrada daqueles candidatos significava a exclusão dos correligionários situacionistas, motivo pelo qual o grupo liderado por Presciliano não aceitou de imediato as imposições do coronel forasteiro; desse modo, abriu-se uma disputa momentânea entre os grupos, apaziguada apenas após a intervenção do deputado estadual Adalberto Netto, político de Catanduva ligado ao chefe perrepista Altino Arantes.

Novamente a influência do alto escalão do PRP interferia nos planos do grupo prescilianista, e como da primeira vez, no apoio aos políticos de Catanduva para seu desmembramento de Rio Preto em 1917, os chefes estaduais estavam ligados aos representantes das novas regiões em vias de emancipação política.

Desse modo, não restava alternativa ao grupo prescilianista a não ser aceitar as imposições de Victor Candido, inserindo os nomes de sua facção na chapa oficial, formulada aprovada na casa de Presciliano Oliveira; pelo acerto, seriam indicados pelo Diretório três elementos da facção política mirassolense: Victor Candido, Faria Motta e Alceu de Assis, futuro prefeito que descreveu alguns anos depois as condições de sua entrada para o legislativo local:

“Declarada luta franca em fins de 1922, contra o Directório, lucta que visava a reforma da edilidade para o triênio seguinte. São notórios os factos que collocaram, num momento, em campos oppostos o directorio de Rio Preto, fraco ao termino de dilatado periodo de desastrada actuação na vida publica do municipio, e entre os chefes políticos de Mirassol, Tababi e Monte Aprasivel, nascentes ao calor de valiosa protecção de S. Paulo, factos que terminaram no accordo realisado em dezembro de 1922 em casa do chefe de Rio Preto, da qual resultou a chapa oficial.

Por esse acordo, da facção mirassolense entravam para a chapa treis elementos...”(A NOTÍCIA, n.º 471, p. 1, 26/01/1927).

No entanto, o restante dos candidatos do Diretório seria composto também de elementos diferentes daqueles sob os quais se apoiara até então a política prescilianista, com a total reconfiguração dos membros indicados, a começar pelo chefe do Diretório, que abdicou de uma vaga na chapa oficial para conformar os diversos interesses e desse modo manter o controle da situação.

Desse modo, para fazer frente à nova situação que se impunha no cenário político local, o grupo prescilianista promove uma reorganização do Diretório, com a exclusão de antigos correligionários como o advogado José Nogueira Noronha e o fazendeiro Manoel Medeiros e Silva, e entrada de novos elementos, como o médico Cenobelino Barros Serra, o advogado Candido Gonçalves Rocha e o fazendeiro Manoel Reverendo Vidal, chefe político de Ignácio Uchoa.

Aqueles novos políticos passariam a compor os cargos do Diretório perrepista, sendo também os candidatos oficiais do grupo prescilianista nas eleições de 1923, indicados nas vagas remanescentes da chapa oficial formulada no acordo com Victor Candido; desse modo, oxigenando seu grupo de correligionários, Presciliano tentava remediar a situação desfavorável que se configurara em seus domínios.

No entanto, na formulação da chapa oficial o grupo prescilianista deixou de fora antigos e poderosos correligionários, como Militão Monteiro, chefe político de Tanabi, que não fora escolhido candidato do partido para dar lugar aos indicados de Victor Cândido, traição que custaria caro aos donos do Diretório, uma vez que no futuro Monteiro atuaria no grupo oposicionista.

As cartas foram lançadas e as perspectivas eram amplamente favoráveis à oposição; no dia do pleito, sabedor do imenso eleitorado das regiões interioranas, o grupo do Diretório empreende uma última tentativa de eleger seus membros à Câmara, concentrando seus votos em apenas dois candidatos: Victor Bastos e Candido Rocha.

Em traição aos outros políticos da chapa previamente formulada, inclusive àqueles novos elementos recentemente arregimentados para seu grupo, os prescilianistas lançam de última hora uma cédula em que eram indicados para a escolha dos eleitores apenas os nomes de Bastos e Rocha, manobra que não teve o efeito esperado, mas que gerou a revolta dos outros candidatos oficiais, como escreve Alceu de Assis, um dos prejudicados pela ação desleal do grupo situacionista:

“Foi quando então, chamando ao bar do Éden Parque o dr. Barros Serra, em torno de uma mesa lhe mostrei uma cédula, feita a machina, typo copia, denotando emissão de ultima hora e clandestina, com os nomes apenas dos srs. Victor Bastos e Candido Rocha! Era evidente o intuito de se carregar sobre eses dois nomes, e não há razão para se não suppor que taes cédulas provinham da Prefeitura, onde se açoitára, lúgubre e espavorido, o chefe Victor Bastos.”. (A NOTÍCIA, n.º 473, p. 1, 29/01/1927).

A oposição fora a grande vitoriosa daquele pleito, que contou com a eleição de seis elementos não alinhados ao grupo situacionista; no primeiro turno que ao lado de dois candidatos independentes, Ângelo Corrêa e Militão Monteiro, foram eleitos quatro dos indicados oficiais do Diretório, Candido Rocha e Reverendo Vidal, correligionários prescilianistas, e Victor Candido e Faria Motta, candidatos da facção mirassolense.

Sobraram duas vagas a serem decididas em segundo turno, que foram ocupadas por Baldomero Seabra e Alceu de Assis, ambos indicados oficiais do Diretório, mas que também eram alinhados ao grupo de Victor Candido; desse modo, restaram aos candidatos prescilianistas apenas as vagas da suplência, e ainda assim atrás do candidato independente Nelson da Veiga, que obtivera mais votos que os candidatos oficiais Cenobelino Barros Serra e Victor Britto Bastos. Ao comentar os arranjos da política local em fins de 1922, o *A Notícia* descreve nesses termos a derrota dos prescilianistas naquele pleito:

“Historia Antiga: Figuras e factos XIII

‘O accordo’

Estamos em 1922, anno glorioso do celebre empréstimo e do novo contracto com a Empresa de Águas.

O sr. Victor Candido, chefe de grande prestigio em Mirasol, impunha a candidatura Faria Motta.

O directorio prescilianista não queria transigir; a chapa já estava completa.

Rompeu se a política e a lucta foi declarada aberta.

Os chefes prescilianistas já haviam escolhido até o sub-prefeito de Mirasol.

Horas depois, o sr. Presciliano foi prevenido por um dedicado e fiel amigo que o sr. Victor Bastos, não merecia confiança.

Diante do ocorrido, o sr. Presciliano que temia a opposição já existente, resolveu chamar o chefe de Mirasol e fez novamente um accordo, aceitando a entrada do sr. Faria Motta com a exclusão do sr. cel. Militão, chefe de grande prestigio em Tanaby e até então fiel ao partido situacionista.

O sr. cel. Militão, que se achava ausente, levou um ponta pé.

Feriu-se o pleito.

O cel. Militão Monteiro, eleito por grande maioria, em opposição.

O sr. Victor Britto Bastos, prefeito municipal, estrondosamente derrotado.

Pagou como merecia.

JUCA PATO MIRIM.”. (A NOTÍCIA, n.º 484, p. 1, 13/02/1927).

Com a derrota do grupo prescilianista, o comando da política local passa para as mãos do chefe de Mirassol, Victor Candido de Souza, que lidera um grupo que ocupa a metade dos cargos da Câmara no período, e que era formado por outros políticos de áreas vizinhas, como Militão Monteiro de Tanabi e Baldomero Seabra de Potirendaba; a facção dos chefes “de fora” consegue fazer o prefeito de 1923, Faria Motta, e o de 1924, Victor Candido de Souza.

No entanto, os planos do coronel de Mirassol não restringiam-se apenas ao controle da administração local, e desde o início de 1923 seu grupo empreende uma tentativa de controlar totalmente os rumos da política local, substituindo o Diretório prescilianista por outro que incluísse apenas seus correligionários.

Desse modo, utilizando-se de seus contatos com os altos escalões da política perrepista, os chefes “de fora” conseguem a intervenção favorável do poderoso Altino Arantes, que manda à cidade como seu representante o deputado Raphael Sampaio, especialmente com o objetivo de intervir para a criação de um Diretório chefiado pelo coronel de Mirassol.

Com o apoio dos chefes do PRP, o grupo de Victor Candido tenta conseguir o apoio dos vereadores independentes e demais aliados, em reuniões às escuras e apresentando cartas de recomendações de Altino Arantes, que prometiam aos possíveis correligionários cargos de relevo na situação política que se preparava para dominar Rio Preto, como relata um dos personagens daquele contexto, Alceu de Assis, ao relembrar seu primeiro mandato na Câmara local:

“Scindida a Câmara Municipal, afim de dominarem na política com diretório seu, provocaram os dissidentes a intervenção paulistana, pelo conselho do deputado Raphael Sampaio, quando delles se desligou o Vereador Ângelo Correa, passando a reforçar as hostes prescilianistas. Quatro a quatro formaram na Câmara a situação politica do municipio. Mistér se tornava a desagregação de um para maioria na edilidade, que teria de decidir pelo directorio do sr. Presciliano ou do coronel Victor Candido. O dr. Ângelo, de adesão recente, obstinava-se em não abandonar a situação que adoptára; assestaram os dissidentes seus fogos contra mim, invocando, aliáz, justamente, direitos de credores da minha eleição... No dia 25 de fevereiro de 1923, em um quarto do então Hotel do Commercio, juntos os srs. coronel Victor Candido, coronel Militão e cap. Antonio Fidelis, lançaram-me, em definitivo, o ‘ultimatum’, e em termos que não deixavam a menor dúvida sobre seus positivos propósitos de fazerem o directorio pela maioria na Câmara.”.

(...)

“E saibam disso os senhores prescilianistas, eu tinha no bolso uma carta do meu presado amigo dr. Altino Arantes pedindo minha adesão ao grupo do coronel Victor Candido, sob promessa, feita verbalmente pelo deputado Raphael Sampaio, portador dessa carta, de relevante e culminante posição na política que se preparava para dominar Rio Preto...”. (A NOTÍCIA, nº.479, p. 1, 06/02/1927).

No entanto, o Diretório prescilianista consegue estabelecer uma rede de alianças e manter-se de pé; adquirindo o apoio de vereadores independentes que unem-se em um bloco de oposição a Victor Candido, os chefes rio-pretenses conseguem manter um relativo equilíbrio no legislativo local, sem alcançar, porém, o controle da administração municipal, que esteve nas mãos de Victor Candido até o início de 1925.

Com o controle da Câmara, o coronel mirassolense empreende uma das mais conturbadas administrações da República Velha, voltando suas atenções mais às necessidades dos distritos do que aos os problemas da cidade, indícios de que os planos de desmembramentos e independência política das novas regiões já estavam em andamento desde o começo de sua gestão.

Desse modo, a administração do mirassolense passa a ser alvo de intensas críticas, coordenadas pelos opositores do Diretório, que marcam posição dentro da Câmara denunciando a administração deficiente do grupo político de Victor Candido; exemplo disso foi a moção de desconfiança elaborada pelos vereadores prescilianistas contra o prefeito imposto pelo grupo dos “de fora”, Faria Motta, lida logo no início de seu mandato, em sessão da Câmara de janeiro de 1923³³⁴.

Além disso, também pelos jornais os prescilianistas teciam intensas críticas ao grupo de Victor Candido, que cuidava mais dos seus interesses do que dos de Rio Preto, deixando a cidade abandonada, com vários problemas locais de importância por serem solucionados, como denunciava *A Notícia* em dezembro de 1924:

“O que temos aqui com rotulo de Camara Municipal, pôde ser tudo, menos órgam de governo; pôde ser machina de receber e gastar dinheiro, como estamos cansados de saber; mas instituição de governo, protectora do povo, boa depositaria de economias publicas, isso não, nem por sombras.
(...)

Ainda agora vemos que está para findar-se um anno de administração municipal, durante o qual deveriam ter entrado para os cofres publicos 1.000 e tantos contos de réis.

Pois bem; nada se tem a dizer dos serviços municipaes, de melhoramentos públicos, de beneficios á cidade e

³³⁴ A NOTÍCIA, nº. 516, p. 1, 03/04/1927.

município, porque nada se fez, nada se organizou, nada se construiu.

(...)

A Prefeitura quase sempre em viagem, o contador ausente, o thesoureiro idem, quase sempre, o Inspector de Obras, idem, idem, o advogado da Câmara, atraz dos executivos fiscaes, de modo que se tem na Câmara uma péssima impressão com o desgoverno e a desordem que alli reina, onde todos mandam e desmandam e onde tudo corre num verdadeiro regabofe em que quasi ninguem leva nada a sério, e onde afinal some o dinheiro do povo sem ninguem saber por onde, em que e para que...”. (A NOTÍCIA, nº.23, p. 1, 30/12/1924).

No entanto, a oposição não impediu os planos de Victor Candido, que administra a cidade conforme sua orientação, em auxílio principalmente às regiões interioranas cujos chefes eram seus correligionários; desse modo, grande parte do dinheiro dos cofres públicos foi gasto em melhorias a estas localidades, principalmente em 1924, último ano do controle político dos chefes “de fora”.

Naquele período, provavelmente sabedor que o futuro lhe proporcionaria a independência de seu reduto eleitoral, Victor Candido fortalece suas relações com as áreas interioranas, investindo pesadamente o dinheiro municipal na execução de benefícios a estas regiões, sem se preocupar com as repercussões de seus atos no meio rio-pretense; desse modo, principalmente em fins de seu mandato os cofres municipais ficaram vazios, e a prefeitura tinha dificuldades até para pagar os salários de seus funcionários, como demonstra a bem humorada nota do *A Notícia* de janeiro de 1925, que noticiava o tão esperado dia em que o prefeito quitara os atrasados:

“Segundo nos informaram, o thesoureiro da Prefeitura, pagou grande parte do pessoal.

A pessoa que gentilmente nos trouxe a feliz nova, não poudé nos occultar a alegria suprema e o desespero pavoroso que os funcçionários da Câmara experimentaram, quando em dias passados, um feliz christão, um grande patriota, um benemérito, lá appareceu para pagar gordo laudêmio...

Foi um sucesso. Mal o cobre cahiu na caixa e já o funcçionalismo queria, ao menos ver as pelles, tomar o cheiro do caraminguá e então muito humanitariamente o gentil thesoureiro, formou o pessoal, deitou fallação e começou a escorregar a pecúnia.”. (A NOTÍCIA, nº. 24, p. 1, 01/01/1925).

Além disso, como as melhorias locais não eram efetuadas, surgiram dúvidas sobre a honestidade do grupo mirassolense, publicadas abertamente nos jornais por seus opositores políticos, como demonstra a curiosa nota do *A Notícia* de 1925, em referência à gestão de

Victor Candido, na qual o jornal comenta a estranha tristeza do secretário da Câmara, em meio à alegria geral dos funcionários que recebiam seus salários atrasados:

“Procurando saber a causa da sua tristeza que tanto espanto causava, verificou-se que era motivada pelo desaparecimento misterioso do seu elegante guarda-chuva.

Ora seu secretario, então até o senhor que é um dos chefes, não foi poupado do ?!...

O pessoal é taco; não respeita cara, nem careta

Ha dias era um chapéo carteira, depois o filtro, hoje o guarda-chuva do secretario, amanhã serão os occulos do contador, depois a flauta do seu ajudante...

Agüenta Felipe...”. (A NOTÍCIA, n.º 24, p. 1, 01/01/1925).

Em 1924, o grupo dos chefes “de fora” consegue efetivar seus objetivos, e o congresso estadual aprova em fins de dezembro a criação dos novos municípios da Comarca de Rio Preto, Mirassol, Tanabi e Monte Aprazível, que levavam consigo grande parte da população e das valiosas terras localizadas entre o Tietê e o Paraná; naquele momento Rio Preto deixara de ser o “*maior município do Brasil em extensão*”, como anunciado no *A Notícia* de dezembro de 1924³³⁵.

No entanto, mesmo sendo previsível a futura independência daquelas áreas, que era inevitável pelo processo constante de ocupação do espaço, os políticos rio-pretenses tentavam remediar a perdas advindas daquele processo, limitando as áreas compreendidas pelos desmembramentos; desse modo, os períodos antecedentes foram de intensos conflitos entre os grupos de Presciliano e Victor Candido, que disputavam nas instâncias superiores da política paulista as dimensões e divisas dos novos municípios.

Em 20 de dezembro o *A Notícia* anunciava com garantias que nos próximos dias seriam anunciadas as criações dos novos municípios, uma vez que os projetos haviam passado rapidamente pela Câmara dos Deputados e dependiam apenas da aprovação no Senado, que se reuniria naquele dia para decidir sobre a questão; no mesmo número, em suas colunas sociais o jornal noticia o retorno de vários políticos locais de suas viagens a São Paulo, como Militão Monteiro e Victor Candido, que cuidavam de seus interesses junto aos chefes políticos do PRP.

Além destes, também retornara naquele dia da capital do Estado o chefe do Diretório Presciliano Oliveira, ao que tudo indica contrariado com os altos escalões do partido, uma vez que no dia seguinte, *A Notícia* estamparia como manchete de capa a

³³⁵ A NOTÍCIA, n.º 19, p. 1, 23/12/1924.

informação de que “*devido a sérias divergências entre os altos poderes do Estado e o diretório político local*”, Presciliano havia renunciado a presidência do Diretório de Rio Preto³³⁶.

Os motivos do rompimento são revelados dias depois, também pelo *A Notícia*; em seu número do dia 23, o jornal reproduz informações colhidas no *Jornal do Commercio*, que anunciavam a aprovação dos novos municípios pelo Senado estadual, em reunião acontecida no dia anterior à renúncia de Presciliano:

“Segundo lemos no ‘Jornal do Commercio’, o Senado aprovou, sábado, em terceira e última discussão, fazendo logo sahir á promulgação, os projectos criando os municipios de Mirassol, Tanabi e Monte Aprasivel com as mesmas divisas dos districtos de paz que têm esses nomes.

Os novos municípios serão desmembrados de Rio Preto que assim deixará de ser como até agora foi, o maior município do Brasil em extensão territorial.” (A NOTÍCIA, n.º 19, p. 1, 23/12/1924).

Como as pretensões dos políticos locais não haviam sido alcançadas, e devido à péssima impressão deixada na cidade pelas grandes perdas sofridas naquele processo, que evidenciavam a fraqueza dos políticos locais frente aos interesses dos altos escalões da política paulista, Presciliano rompe publicamente com a Comissão Diretora do partido, atitude que é seguida pelo vice-presidente do Diretório, Cenobelino Barros Serra, em janeiro do ano seguinte.

No entanto, passados os momentos mais conturbados, e findo o período de domínio dos chefes “de fora”, o grupo prescilianista reata os laços com a direção do PRP, tornando sem efeitos as renúncias anteriormente alarmadas; tal estratégia, que permitiu aos membros do Diretório a manutenção do controle local após a saída do coronel mirassolense, seria largamente utilizada por seus adversários no futuro, como mais um sinal de sua fraqueza política, como escreve o oposicionista Ângelo Corrêa em 1927:

“A outra prova de covardia que deu o Directorio, foi por ocasião do retalhamento do Município de Rio Preto, em seis outros Municípios. O Directorio não se moveu. O Município de Rio Preto foi reduzido ao tamanho microscópico em que se encontra. As divisas do Município de Mirassol chegaram às portas desta cidade, e a política do sr. Presciliano não deu côr de si. É que o referido Directorio, que nos infelicita, tinha receio de levantar a crista e perder o bastão do mando, como vamos provar.

³³⁶ A NOTÍCIA, n.º 18, p. 1, 21/12/1924.

O Snr. Presciliano e mais um outro membro do Directorio resolveram formular á Comissão Directora, o seu pedido de demissão de presidente e membro do Directorio, como um protesto enérgico contra o retalhamento do nosso Município. O Governo não deu importância a essa fúta do Snr. Presciliano e de seu companheiro, e mais que depressa, promulgou a lei creando os Municípios de Mirasol, Tanaby e Monte Aprazível. O que fizeram os homens do Directorio?!!! Acovardaram-se, retirando immediatamente o pedido de demissã da secretaria da Comissão Directora, tal era a certeza que alimentavam de ser aceita a sua demissão, mandando-os ás urtigas”. (A NOTÍCIA, n.º 512, p. 1, 29/03/1927).

Portanto, mantendo apesar de todas as dificuldades as relações cordiais com os altos escalões do PRP, e por esse motivo permanecendo como representantes oficiais do partido em Rio Preto, os membros do Diretório voltariam a controlar a política local logo no início de 1925, quando são eleitas as Câmaras dos novos municípios criados na Comarca.

Naquele momento, os chefes “de fora” assumem suas funções seus respectivos domínios políticos, renunciando aos cargos na Câmara rio-pretense, processo que abre espaço para a entrada de novos elementos que a partir daquele momento atuavam ativamente no cenário político local: o advogado Nelson da Veiga, candidato independente que conseguiu o primeiro lugar entre os suplentes, Cenobelino Barros Serra, médico local que assim como o primeiro era novato nos trabalhos da Câmara, e Victor Britto Bastos, o único antigo correligionário prescilianista presente naquela legislatura.

Assim sendo, após as graves turbulências promovidas pela tempestade política dos chefes “de fora”, que obrigara o grupo situacionista a empreender diversas e bem sucedidas estratégias de sobrevivência, Presciliano e seus correligionários continuam no controle da política local.

Naquele período, o grupo do Diretório tinha que aplacar a opinião pública, já descrente em seu comando pelos revezes nos desmembramentos, e que cobrava providências e melhorias dos novos donos da prefeitura, já que a cidade estava abandonada pela administração anterior, como indica a bem humorada nota do *A Notícia* de janeiro de 1925:

“Em nossa cidade, e município, a experiência de muitos annos tem provado, que tudo anda torto.

Até as denominações de tudo são impróprias. O governo municipal deveria chamar-se desgoverno municipal. A Repartição de Hygiene melhor deveria denominar-se ‘Repartição de Proteção à sujicidade e aos microbios’.

A Empresa de Força e Luz não se chamaria melhor ‘Empresa da Fraqueza e da Escuridão’?”. (A NOTÍCIA, n.º 27, p. 1, 06/01/1925).

Além disso, como fruto das manobras do período anterior, as bases políticas de sustentação do Diretório foram totalmente reconfiguradas, situação que traz à cena elementos que serão importantes na política local do fim da década de 1920; desse modo, o grupo prescilianista iniciava o novo período de domínio tendo de coordenar vários novos interesses e influências locais, inseridos na elite política pelas necessidades impostas pelo conflito com Victor Candido.

Portanto, com graves problemas administrativos a resolver numa cidade que cada vez mais se preocupava com os assuntos urbanos, Presciliano e seu grupo tinham ainda a missão de controlar a presença dos novos interesses na influência nos destinos municipais, num meio cada vez mais aberto às discussões públicas, que aconteciam especialmente pelas páginas dos jornais, como demonstrado pelo conflito que passaremos a discutir a seguir.

3.2 O bacharel, o coronel e as chaves da prefeitura.

“DUELLO

O senador Pinheiro Machado e o jornalista dr. Edmundo Bittencourt, na manhã de 23, bateram-se em duello na praia do Ipanema, em Copacabana.

Deu origem ao encontro, o facto do jornal – Correio da Manhã, do sr. Edmundo, ter atacado vivamente aquelle senador.

Serviram de padrinhos dos contendores os srs. Ramiro Barcellos, senador, General Hermes da Fonseca, Osmundo Pimentel e dr. Vicente Piragibe.

O combate deu-se a pistolla, decidindo a sorte que o sr. Edmundo atirasse em primeiro lugar.

Collocado a dez passos de distancia de seu adversário atirou o sr. Edmundo, falhando a espoleta.

Então o general Pinheiro Machado descarregou a sua arma para o ar, dizendo a seu adversário: ‘carregue de novo’.

Carregadas as pistollas de novo, visou o dr. Edmundo a cabeça de seu adversário e atirou. A bala passou perto.

Então o sr. Pinheiro Machado fez fogo contra o dr. Edmundo, que foi atingido pela bala, perto da ultima vértebra e cahiu sendo immediatamente socorrido pelo medico dr. Daniel de Almeida.

O general tem sido muito felicitado pelos seus amigos por ter escapado illeso. (O PORVIR, n.º 143, p. 1, 03/06/1906).

O episódio narrado pelo *O Porvir* de meados de junho descreve uma situação já incomum naquele início de século: o duelo armado para resolver diferenças de ataques à honra; no entanto, aquele fato reflete uma situação cada vez mais corriqueira em vários municípios brasileiros a partir daquela data, ao opor em conflito um coronel político tradicional e um jornalista, que pelas colunas de seu periódico lança ataques aos maus usos do poder público.

Naquele momento, várias cidades adquirem um patamar de desenvolvimento urbano que não envolvia apenas o crescimento populacional e econômico, mas também o estabelecimento de um meio cultural mais plural e por consequência mais aberto à participação popular nos destinos públicos; tal ambiente era favorecido grandemente pela presença dos jornais, que cada vez mais numerosos, passam a fazer parte do cotidiano dos habitantes das cidades interioranas desde o início do século XX.

Desse modo, os coronéis passaram a enfrentar novas situações advindas daquelas mudanças, como a presença de uma grande quantidade de diferentes elementos com aspirações políticas, ou ainda meios de comunicação de grande alcance que poderiam abalar seu poder tradicionalmente estabelecido; desse modo, os antigos donos do poder depararam-

se com situações em que não podiam contar apenas com as antigas práticas coronelísticas, sendo obrigados a adaptarem-se às novas situações surgidas para manterem-se no poder.

Como, porém, administrar o poder em um meio social cada vez mais plural? Como os coronéis poderiam manter sob seu controle os destinos da política local em ambientes cada vez mais favoráveis à participação de mais camadas da população nos destinos da administração pública? E além disso, como enfrentar a existência de vários jornais que como visto atuavam intensamente nas políticas interioranas na República Velha?

O acerto de contas do senador Pinheiro Machado com o jornalista Edmundo Bittencourt demonstra aquela dificuldade encontrada pelos tradicionais chefes coronelísticos ao enfrentar as novas situações políticas do meio urbano; ao ser atacado pelo jornalista nas colunas do *Correio da Manhã*, não teve dúvidas em resolver a questão à bala.

No entanto, os coronéis poderiam cada vez menos resolver seus conflitos políticos daquela maneira, e uma vez transformados os meios políticos em que atuavam, também suas práticas deveriam adaptar-se aos novos contextos; nesse sentido, é esclarecedor o conflito ocorrido entre os políticos rio-pretenses em fins da década de 1920, em que um grupo de novos elementos amparados por um jornal empreende um vitorioso projeto de oposição aos políticos tradicionais.

Formado por novos elementos que rapidamente adquirem importância no meio político local, e amparados por um jornal de grande circulação diária, o novo grupo disputa com os prescilianistas o controle da política rio-pretense; utilizando-se de novas práticas e defendendo um perfil político até então inexistente, o novo partido rapidamente adquire importância no cenário local, obtendo importantes vitórias e adquirindo prestígio junto ao eleitorado da região.

Aquela situação obrigou os elementos do Diretório a utilizarem-se de vários expedientes para manter-se no poder, estratégia que culmina no seqüestro das chaves da prefeitura pelo coronel situacionista após uma derrota eleitoral, e na curiosa situação vivida pela cidade em fins da República Velha, quando teve simultaneamente dois prefeitos em exercício; desse modo, o conflito rio-pretense reflete uma situação que era comum a vários outros municípios paulistas, e ao revelar as diferentes estratégias utilizadas pelos grupos envolvidos naquela disputa, pode indicar como se davam as lutas entre novos e antigos elementos nos mutantes cenários políticos das cidades interioranas.

Como visto anteriormente, o ambiente político predominante em Rio Preto em meados do século fora resultado de várias transformações promovidas pelos conflitos entre o grupo prescilianista e os chefes “de fora” no início da década; desse modo, após o final do

período de domínio dos forasteiros, o grupo de elementos que participaria das decisões políticas locais juntamente com os membros do Diretório era bem maior e diferente.

Em janeiro de 1925, quando já decidida a separação dos novos municípios e por consequência já previstas as renúncias dos chefes forasteiros, Rio Preto vivia um momento de tranquilidade dos ânimos que outrora estiveram acirrados; nesse clima realizaram-se as escolhas de prefeito e cargos da Câmara para aquele ano, pleito que teve como resultado a eleição do advogado Alceu de Assis.

A partir daquele momento começa a se destacar na cidade a figura política de Assis; eleito como visto pela pressão de Victor Candido, o novo político passa a defender os interesses do grupo prescilianista logo no início de seu mandato, auxiliando, como fiel aliado do partido do Diretório, no movimento oposicionista mantido ao coronel mirassolense durante todo o período em que a administração local esteve entregue às suas mãos.

A escolha do prefeito não havia deixado dúvidas ao Diretório prescilianista; como grande parte da Câmara era composta pelos coronéis das regiões vizinhas, que não disputariam a vaga da administração local por terem outros objetivos, os únicos representantes prescilianistas que poderiam ser escolhidos eram Assis e Manoel Reverendo Vidal, representante de Ignácio Uchoa, que provavelmente por ser de fora do município não cogitou ocupar a prefeitura.

Desse modo, Assis inicia seu primeiro mandato como prefeito municipal, tendo como primeira tarefa melhorar a péssima administração pública vigente à época; estas eram as aspirações dos rio-pretenses, que receberam com alegria a notícia da escolha de seu novo administrador, celebrando com festa em praça pública a eleição de Assis, evento que foi longamente retratado pelo *A Notícia*³³⁷.

Aproveitando o espaço político aberto às suas ações, Alceu de Assis empreende um plano político onde apela para figura do administrador; desse modo, trata de executar os melhoramentos municipais necessários, que eram alarmados diariamente pelo *A Notícia*, além de implementar benfeitorias que marcariam de vez seu nome na política local.

Nesse projeto, Assis contava com o apoio do advogado Nelson da Veiga, que proprietário do *A Notícia* divulgava nas colunas de sua folha os planos e serviços executados pelo novo administrador, desde o início de seu mandato, como demonstra a entrevista de duas partes publicada por aquela folha ainda no primeiro mês de governo, em que o novo prefeito apresenta suas prioridades para a administração que se iniciava³³⁸.

³³⁷ A NOTÍCIA, n.º 35, p. 3, 18/01/1925.

³³⁸ A NOTÍCIA, n.º 40, p. 1, 25/01/1925 e A NOTÍCIA, n.º 41, p. 1, 27/01/1925.

E as melhorias não tardaram em aparecer; já em fins de fevereiro Assis promove a remodelação do jardim municipal³³⁹, investindo também pesadamente no concerto de ruas e na colocação de sarjetas, medidas de efeito que auxiliavam o novo administrador em seu projeto de ascensão política, e que por meio do *A Notícia* eram alardeadas para os quatro cantos da cidade³⁴⁰.

Posteriormente, Assis atua efetivamente na resolução de outros problemas da municipalidade, como a dificuldade na fiscalização dos automóveis, resolvida repassando as funções à polícia³⁴¹, ou ainda o problema relativo ao abastecimento d'água, que era o ponto central de críticas do jornal oposicionista *A Cidade* naquele início de ano, e que rapidamente fora contornado pelo novo prefeito em acerto com a empresa que executava os serviços.

Além destes, diversos outros pontos foram acertados pelo novo prefeito naquele início de mandato, como a construção do matadouro municipal e o concerto das estradas do município³⁴², de modo que em pouco tempo Assis já se destacara em relação aos administradores anteriores, recebendo várias congratulações e homenagens, como a publicada pelo *A Notícia* em julho daquele ano, que ao lado da foto do prefeito trazia na primeira capa as melhorias empreendidas em tão curto espaço de tempo:

“A parte central da cidade está quase toda macadamizada, o serviço de sargeamento de guias em franca actividade, a construcção de um embarcadouro de gado em inicio, a construcção de um lindo jardim em frente ao grupo escolar terminada, a modificação do jardim da praça Ruy Barbosa em trabalhos, todo o funcionalismo em dia; nos districtos grandes melhoramentos, a luz electrica grademente extendida a novos trechos, varias estradas de automóvel perfeitamente reparadas e outras em construcções etc. sem augmento de despeza..

É simplesmente admiravel o que tem o sr. dr. Alceu de Assis feito em beneficio de Rio Preto em tão curto espaço de tempo.”. (A NOTÍCIA, n.º 141, p. 1, 18/07/1925).

Entretanto, a maior novidade implementada por Alceu de Assis em sua administração foi a Feira Livre; naquele momento, eram constantes nos jornais as referências sobre os altos custos de vida em Rio Preto, e o prefeito bacharel inicia em fins de março a venda de carne mais barata ao povo, por intermédio da prefeitura, que comprava mais barato e revendia sem lucro.

³³⁹ A NOTÍCIA, n.º 52, p. 1, 12/02/1925.

³⁴⁰ A NOTÍCIA, n.º 81, p. 1, 06/03/1925.

³⁴¹ A NOTÍCIA, n.º 111, p. 1, 21/05/1925.

³⁴² A NOTÍCIA, n.º 112, p. 1, 22/05/1925.

De início contando apenas com a prefeitura, mas posteriormente incorporando outros produtos e novos negociantes³⁴³, a feira local ganha vida própria, mantendo-se em atividade por longo tempo, o que garantiu a Alceu de Assis várias congratulações por toda sua vida pública, provavelmente o motivo maior de seu empreendimento, que não agradou uma parte dos comerciantes locais, mas garantiu uma boa imagem do prefeito às populações de baixa renda, como observado na capa do *A Notícia* ao comentar o boletim da prefeitura anunciando o início da venda de carnes baratas ao povo:

“As necessidades do Povo

CARESTIA DA VIDA

***Providencias da Prefeitura
de Rio Preto***

O dr. Alceu de Assis, illustre prefeito municipal, reconhecendo que são justas as reclamações que diariamente vem fazendo a imprensa local contra a excessiva alta de preços em certos artigos de consumo publico, acaba de iniciar acertadamente a pratica de medidas que vêm muito beneficiar a população

(...)

É o primeiro passo.

Sabemos que a prefeitura iniciara em breve pelo mesmo processo de venda a preços razoaveis de feijão e arroz e está providenciando a instalação de feiras livres o que até hoje não tem passado de simples idea”. (A NOTÍCIA, n.º 78, p. 1, 22/03/1925).

Os elogios de Nelson da Veiga à administração de Assis intensificaram-se a partir da entrada do primeiro no legislativo municipal, em março daquele ano, em substituição a Militão Alves Monteiro, chefe político de Tanabi, que renunciara para assumir seu reduto eleitoral recém emancipado; uma vez na Câmara, Veiga destaca-se politicamente no cenário rio-pretense, sendo um dos mais atuantes vereadores locais.

A figura do proprietário do *A Notícia* não era recente no meio político rio-pretense; suplente naquela legislatura 1923/1925 e já prevendo sua entrada na Câmara no início do último ano de mandato, Veiga funda sua folha em novembro de 1924, como jornal independente, mas provavelmente visando seu futuro uso político, situação que se confirma no decorrer daquele período.

Nesse momento, fica clara a aliança entre os dois bacharéis, Assis e Veiga, em suas pretensões de ascensão política, e as eleições municipais do final daquele ano seriam o primeiro desafio do novo grupo; no entanto, seus projetos ao que tudo indica não restringiam-

³⁴³ A NOTÍCIA, n.º 83, p. 1, 29/03/1925.

se ao âmbito local, envolvendo segundo seus adversários a chegada, no futuro, do primeiro ao Congresso estadual³⁴⁴.

Desse modo, apoiados pelas colunas do *A Notícia*, os novos políticos desenvolviam seu projeto de atuação pública; diariamente, a *folha independente* publicava elogios às ações do prefeito administrador, além de comentar detalhadamente as propostas do mais atuante vereador local.

O auge daquele processo foi o grande evento em comemoração ao aniversário de Assis, em 18 de julho de 1925, que envolveu a cidade em uma série de festividades, grandemente anunciadas pelos jornais locais, de que participaram as principais personalidades da sociedade rio-pretense à época.

Descritas detalhadamente pelo *A Notícia*³⁴⁵, as comemorações iniciaram-se ao meio dia, na Câmara Municipal, onde Alceu de Assis foi recebido com festa pelos funcionários, com discursos e homenagens de que fizeram parte também os representantes dos distritos, que vieram participar do evento que contou com cerveja e banda de música.

À noite, com a presença das bandas *Municipal* e *Operária*, uma grande massa popular seguiu em direção à residência de Alceu de Assis, que estava iluminada à espera do grande encontro previsto para aquela noite; o evento contou ainda com a presença de várias personalidades locais, como representantes da Câmara Municipal e da Associação Comercial, que mais uma vez discursaram em homenagem ao grande administrador.

E os eventos não terminaram naquele encontro; após os últimos cumprimentos em sua residência, Alceu de Assis terminou a noite num festival dançante oferecido pelo Automóvel Cube em sua homenagem, em que após uma apoteótica entrada em que foi recebido ‘*por prolongada salvas de palmas*’ pela nata da sociedade local, foi bastante cumprimentado por todo os presentes até altas horas da madrugada. No número seguinte o *A Notícia* publicava nestes termos os acontecimentos do dia comemorativo:

**“Dr. Alceu de Assis
O seu aniversário natalício
As significativas manifestações de apreço a S. S.**

As festas levadas a efeito, n’esta cidade, no dia 18, em homenagem ao sr. dr. Alceu de Assis, prefeito municipal, revestiram-se de um brilhantismo excepcional, pelo qual bem se pode avaliar o alto apreço e grande estima em que é tido em nosso município, o illustre homem publico que no momento dirige os destinos da municipalidade”. (A NOTÍCIA, n.º 141, p. 1, 18/07/1925).

³⁴⁴ O MUNICÍPIO, n.º. 981, p. 1, 11/02/1927.

³⁴⁵ A NOTÍCIA, n.º. 141, p. 1, 18/07/1925.

Em agosto daquele ano, Alceu de Assis empreende outra ação que marcaria sua carreira na política local: a entrega de um relatório de sua gestão; diferentemente dos outros políticos que ocuparam a prefeitura, que não levavam corretamente as escritas da administração pública, Assis lança festivamente seu documento, apresentado à Câmara e publicado no *A Notícia*, em que aponta os gastos e melhorias executadas até então.



Imagem 4 – Capa jornal *A Notícia* de 05/08/1925.

Fonte: A NOTÍCIA, n.º 146, p. 1, 05/08/1925.

Dias após o efusivo anúncio do Relatório, o *A Notícia* volta a carga na campanha de elogios ao prefeito bacharel, em artigo que compara as administrações de Alceu de Assis e de seu antecessor Victor Candido de Souza; de título “*O relatório do Prefeito Municipal - Confronto esmagador e eloquente*”, o periódico se esforça em demonstrar em sua nota a boa administração de Assis frente à prefeitura, uma vez que gastara 35:781\$739 a menos em obras públicas que o administrador de 1924, dando porém à cidade um aspecto muito mais animador com as melhorias que implementava³⁴⁶.

E as homenagens ao atuante prefeito não vinham apenas do jornal de Veiga; em setembro, quando a Câmara preparava-se para aprovar o relatório trimestral apresentado por Assis, Victor Britto Bastos, tradicional político prescilianista, propões uma moção que é aceita por todos os membros do legislativo, de “(...) *inteiro apoio e solidariedade à administração brilhante do sr. dr. Alceu de Assis...*”³⁴⁷.

Desse modo, com altos índices de popularidade inclusive entre os membros do Diretório, Alceu de Assis e Nelson da Veiga são indicados para a chapa oficial do partido para a disputa das eleições municipais, que iriam acontecer em fins de novembro; em outubro, em

³⁴⁶ A NOTÍCIA, n.º 148, p. 1, 09/08/1925.

³⁴⁷ A NOTÍCIA, n.º 162, p. 1, 20/09/1925.

reunião na casa de Presciliano, foi acertada a reeleição de todos os membros da Câmara, tendo como única alteração o retorno do chefe político e anfitrião do encontro³⁴⁸.

No entanto, aquelas eleições seriam marcadas pelo retorno da atuação política de um antigo e poderoso elemento local, Adolpho Corrêa, que com o auxílio de antigos correligionários empreende a organização de um movimento político de oposição para a disputa o pleito de novembro, movimento que deixa em alerta os políticos situacionistas.

Dado a grande perspectiva eleitoral dos novos políticos em evidência, Assis e Veiga, que formavam ao lado do chefe de Ignácio Uchoa, Reverendo Vidal, um grupo difícil de ser batido, o diretório prescilianista não podia se arriscar em ter algum de seus membros mais próximos excluído, perdendo assim o comando da situação local.

Desse modo, no dia do pleito não tiveram dúvidas em degolar Adolpho Corrêa, anulando a seção eleitoral em que estavam concentrados a maioria seus votos; desse modo, conseguido controlar a escolha do primeiro turno, em que não concorreram os bacharéis do *A Notícia*, são leitos os representantes prescilianistas Victor Bastos e Cenobelino Barros Serra.

Em segundo turno, com a participação de todos os candidatos, os resultados confirmam as expectativas preexistentes, e Assis e Veiga são os dois vereadores mais votados da cidade; no do dia seguinte, no anúncio do resultado da eleição, o *A Notícia* estampava na primeira página os grandes vitoriosos daquele pleito:



Imagem 5 – Capa jornal *A Notícia* de 30/11/1925.

Fonte: (A NOTÍCIA, n.º 194, p. 1, 30/11/1925).

³⁴⁸ A NOTÍCIA, n.º 179, p. 4, 29/10/1925.

Obtida a primeira vitória, os objetivos voltavam-se agora para eleição de prefeito e escolha das mesas e cargos da Câmara, que aconteceriam em janeiro do ano seguinte; deste modo, Nelson da Veiga continua seu trabalho de vereador atuante, defendendo na Câmara e nas páginas de sua folha uma série de melhorias para o município tais como o serviço de limpeza pública³⁴⁹ e a implementação de mais um ginásio³⁵⁰.

Em janeiro, nas escolhas de prefeito e demais cargos da Câmara, o prestígio dos homens do *A Notícia* foi referendado pelos demais vereadores; mantendo a presidência da casa nas mãos de um correligionário de seu grupo, os prescilianistas abrem espaço para mais um mandato de Assis como prefeito local, além de indicarem Nelson da Veiga para secretário da Câmara.

E novamente à frente dos destinos do município, Assis continua seu projeto de ascensão política, que como vimos era ambicioso e contava sempre com eventos festivos de efeito; no dia de sua reeleição, novamente comemorações públicas foram realizadas, com a presença de personalidades locais, discursos e cerveja distribuída aos participantes, tudo descrito meticulosamente nas colunas do número seguinte do *A Notícia*³⁵¹.

O conceito dos novos políticos aumentava a cada dia, especialmente o de Alceu de Assis, que já tivera sua marca de bom administrador reconhecida em várias regiões do Estado, que comentam as notícias das boas realizações do prefeito rio-pretense, como nos jornais imigrantes paulistanos “*O Fanfulla*” e “*Tribuna Italiana*”, que noticiaram em suas colunas a reeleição de Assis em janeiro daquele ano³⁵².

Durante aquele ano, Nelson da Veiga empreende um movimento contra o grupo proprietário de sua folha concorrente, *O Município*; aquele jornal, que se qualificava como órgão do PRP, tivera desde o início de 1925 acertada sua atuação nas publicações oficiais da municipalidade e do Diretório, motivo pelo qual mantinha-se isento dos impostos da prefeitura.

Em março, Veiga lança o primeiro ataque ao concorrente, e oferece em sessão da Câmara publicações gratuitas em sua folha para toda a administração municipal³⁵³; anunciando a proposta publicamente no intuito de forçar os membros do legislativo a aceitar a irrecusável oportunidade, o dono do *A Notícia* não se faz de rogado ao apresentar os motivos da negativa da Câmara à sua proposta: *antigos compromissos*.

³⁴⁹ A NOTÍCIA, n.º 213, p. 1, 05/01/1926.

³⁵⁰ A NOTÍCIA, n.º 231, p. 1, 10/02/1926.

³⁵¹ A NOTÍCIA, n.º 218, p. 1, 17/01/1926.

³⁵² A NOTÍCIA, n.º 221, p. 1, 24/01/1926.

³⁵³ A NOTÍCIA, n.º 243, p. 1, 03/03/1926.

Entretanto, Veiga não desistiria dos ataques ao inimigo; a empresa proprietária do periódico perrepista era bem maior que o simples diário concorrente, contando em suas atividades com uma casa de espetáculos e diversões, o *Edem Parque*, que também não pagavam à prefeitura os impostos devidos, brecha encontrada por Veiga para atacar o órgão concorrente e conseguir na Câmara a revogação de suas isenções.

A estratégia de Veiga, contudo, funcionou apenas em partes, uma vez que os políticos prescilianistas, como que antevendo um futuro de conflitos com aqueles elementos de crescente poder, conseguem incluir uma cláusula que mantinha os benefícios do *O Município* enquanto o jornal fosse o órgão oficial do Partido³⁵⁴; desse modo, mantiveram aquele órgão sob seus serviços, acertada estratégia num período em que as disputas políticas não se faziam sem a presença da imprensa.

Em julho, nas comemorações do aniversário de Assis, novamente o circo de homenagens foi armado; vinculados tanto no *O Município* quanto no *A Notícia*, os anúncios do grande evento comemorativo circularam desde o início do mês, conclamando a participação da população local nos festejos, que rapidamente ganham a adesão de várias personalidades³⁵⁵.

Naquele momento, tudo indicava que os planos dos homens do *A Notícia* haviam se efetivado, uma vez que as congratulações e homenagens não vinham mais apenas do periódico de Veiga, mas também do *O Município*, folha oficial do Diretório prescilianista, que noticiou detalhadamente as comemorações do aniversário de Assis:

“Dr. Alceu de Assis

A grandiosa manifestação realizada
por ocasião da passagem de
seu aniversario natalício

Alceu de Assis, essa flor de tranqüilidade que desabrochou aos olhos do povo desta cidade com infinita grandeza, teve sua alma tangida em todas suas cordas sensitivas com a grandiosa manifestação realizada por ocasião da passagem de seu aniversario natalício, ocorrido dia 18 ultimo.

(...)

A grandiosa manifestação realizada fez juz a aureola que cerca o seu nome para a satisfação de sua familia, de seus amigos e para o bem de Rio Preto.”. (O MUNICÍPIO, nº. 815, p. 1, 20/07/1926).

³⁵⁴ O MUNICÍPIO, nº. 744, p. 1, 21/04/1926.

³⁵⁵ O MUNICÍPIO, nº. 805, p. 1, 07/07/1926.

No entanto, alguns indícios revelados pelas atitudes dos homens do diretório nos eventos de homenagem a Assis revelam que a situação não era tão harmoniosa quanto parecia; dentre todas as personalidades que contribuíram para a realização dos festejos em sua homenagem, havia apenas um membro do grupo prescilianista, o presidente da Câmara, Candido Gonçalves Rocha, que conforme apontava o *A Notícia*, participou representando os outros membros do Diretório.

Porém, em curiosa carta publicada pelo *O Município* no dia anterior à comemoração prevista, Candido Rocha dá outra versão aos fatos, negando que representasse os demais membros do Diretório nos festejos em homenagem a Assis, que não contaram portanto com o auxílio dos membros prescilianistas:

“Sr. Redactor.

Saudações cordeaes.

Meu fim, escrevendo-lhe esta, é solicitar rectificação em um informe dado pelo jornal local ‘A Notícia’, o qual me diz respeito.

Segundo aquella folha diária, teria eu declarado, que os srs. dr. Presciliano Pinto de Oliveira e Victor Bastos me incumbiram de represental-os nas festas que se preparam em homenagem ao dr. Alceu de Assis, e a realizarem-se em 18 do corrente.

Como, para tal fim, nenhuma incumbencia recebi daquelles senhores, peço tornal-o publico, evitando-se, destarte, qualquer mal entendido.”. (O MUNICÍPIO, nº. 813, p. 1, 17/07/1926).

Seria aquele um indício de crise no bloco situacionista? A seqüência dos acontecimentos indica sim; embora não tenhamos registrado conflitos entre os grupos durante o restante daquele ano, com exceção do já comum embate entre os colunistas do *A Notícia* e *O Município*, tudo indica que os prescilianistas articulavam em sigilo um plano para tomar o controle da administração local, a ser botado em prática nas eleições de prefeito e cargos da Câmara de janeiro de 1927.

No dia do pleito, os resultados indicam um racha entre os membros da Câmara, havendo empate para os cargos mais importantes; no entanto, aproveitando-se das normas regimentais da legislação eleitoral, o grupo prescilianista consegue eleger seus correligionários, que ganharam por serem mais velhos, como explicado pela indignada nota do *A Notícia* do dia seguinte:

**“Câmara Municipal
A eleição da mesa
Outras notas**

Na eleição hontem realisada na Câmara Municipal, verificou-se o seguinte resultado:

Para Presidente – dr. Candido Rocha, 4 votos e dr. Ângelo Corrêa, 4 votos, venceu o 1.o por ser mais velho;

Para vice-presidente – cel. Manoel Reverendo Vidal 7 votos e dr. Ângelo J. Corrêa 3 votos e dr. Nelson da Veiga 1 voto. O sr. dr. Ângelo Corrêa recusou-se a acceitar o lugar, que continua vago;

Para Prefeito – Victor Bastos, 4 votos e dr. Alceu de Assis 4 votos, venceu o 1.o por idade;

Para vice-prefeito – dr. C. de Barros Serra, 4 votos e dr. Nelson da Veiga, 4 votos, venceu o 1.o por idade.

(...)

Podemos assegurar com o testemunho de todos que se achavam na Câmara que causou pessima impressão o resultado da eleição.”. (A NOTÍCIA, n.º 464, p. 1, 16/01/1927).

Ao que parece, o projeto de ascensão de Assis e Veiga não passava pelo crivo dos políticos prescilianistas, que não gostavam da idéia de perder a proeminência adquirida ao longo de tanto tempo e muitas dificuldades; desse modo, trataram de recuperar o poder perdido há tempos, terminando com os sonhos de ascensão dos homens do *A Notícia*.

O Município, fiel defensor dos políticos do Diretório, preferiu não descrever os detalhes da vitória prescilianista, detendo-se apenas aos resultados finais dos cargos e comissões para aquele ano, mas ressaltando festivamente o prestígio de Presciliano Pinto e Victor Bastos, prefeito eleito que teve sua fotografia publicada na primeira página:



Imagem 6 – Capa jornal *O Município* de 16/01/1927.

Fonte: O MUNICÍPIO, n.º 961, p. 1, 16/01/1927.

Imediatamente após a traição do grupo prescilianista, que teve como consequência a perda dos influentes cargos da administração municipal, os homens do *A Notícia* rompem com o Diretório³⁵⁶, formando um grupo de oposição que contava com elementos de peso da política local, como os vereadores Ângelo Corrêa e Manoel Reverendo Vidal, vereadores que foram os responsáveis pelo empate nas eleições de 15 de janeiro.

E já naquele momento o *A Notícia* inicia as críticas ao grupo prescilianista, tema que marcará as chamadas de capa do periódico durante todo o tempo de duração dos conflitos que ali se iniciavam; no número seguinte ao anúncio da vitória de Victor Bastos, o periódico oposicionista já noticiava que a prefeitura não era mais como antigamente, denunciando o gasto de gasolina do prefeito para fins particulares:

“O homem da gasolina

*O sr. Victor Bastos começou com o pé esquerdo.
Mal havia recebido um officio do sr. dr. Alceu de Assis transmitindo-lhe o governo da cidade, immediatamente procurou saber onde estava o ‘Chevrolet’ da Prefeitura.
Mandou dar de beber ao automovel. Foram engulidos vários litros de... gasolina.
A machina começou a rodar... a rodar... e só parou a 1 hora da manhã quando terminou o circo.
Pobre Chevrolet...
É preciso que o povo saiba como se consome gasolina.
Não é só em serviço publico, mas também em serviço particular com a exma. Família do prefeito.
O costume não era esse.”. (A NOTÍCIA, nº. 465, p. 1, 18/01/1927).*

O Município, como *jornal oficial do partido*, corria em defender o grupo do Diretório e a recém eleita administração municipal, respondendo em suas colunas aos ataques de Assis e Veiga, especialmente pela pena de Dário de Jesus, articulista que muito auxiliou o grupo prescilianista naquele conflito, e que posteriormente foi recompensado pelos chefes locais, com a indicação para o cartório de paz da vizinha Ribeirão Claro³⁵⁷; nesses termos, a folha oficial respondia às críticas do novo grupo oposicionista:

*“A Proposito.
‘A Noticia’ até o dia 15 de Janeiro nunca cogitou das despesas de gasolina da Prefeitura.
Como a 15 de Janeiro foi eleito um novo prefeito, ‘A Noticia’ faz com isso um grande barulho e termina dizendo que agora o povo precisa saber como se consome a gasolina...*

____ : ____

³⁵⁶ A NOTÍCIA, nº. 465, p. 1, 18/01/1927.

³⁵⁷ O MUNICIPIO, nº. 1351, p. 1, 10/06/1928.

‘A Noticia’ até o dia 15 de Janeiro vivia chegada á Prefeitura, achando a vida muito boa.

*A partir desse dia, com a eleição de um novo prefeito que não é das suas graças, virou o tempo e ‘A Noticia’ diz então que vae iniciar ja uma grande opposição a céos e terras – opposição que será **honesta, digna e intransigente**.”. (O MUNICÍPIO, nº. 964, p. 1, 20/01/1927).*

Nesse momento, destaca-se a figura de Veiga, que constantemente ataca a administração de Victor Bastos e Presciliano, abrindo com seu antigo companheiro e novo adversário Dario de Jesus, um intenso debate por meios das colunas das folhas diárias; os motivos principais dos artigos eram os problemas da cidade e a fraqueza do grupo prescilianista, que havia conseguido a vitória sem o apoio popular, como indica a nota do *A Notícia*:

“A victoria de Mathusalem

E assim foi que esse Directorio Político, sem prestigio perante a alta política do Estado, veio a constatar a sua ‘debacle’ nos seus próprios domínios, quando se viu forçado a utilizar a idade como elemento decisivo em matéria eleitoral.

(...)

O povo que aguarde serenamente a lucta. A victoria do dia 15 do corrente não foi a da sympathia popular e a da capacidade. Foi apenas o ultimo... esforço de Mathusalem...”. (A NOTÍCIA, nº. 468, p. 1, 21/01/1927).

No entanto, *O Município* respondia prontamente às ácidas notas da folha oposicionista, atacando especialmente a figura de seu proprietário, Nelson da Veiga, que assim como Assis, teria iniciado o movimento oposicionista apenas por não ter tido suas pretensões atendidas pelos prescilianistas, como demonstra a nota abaixo, sempre reproduzida nos finais dos comentários políticos do jornal do Diretório:

“(Nota importante:)

O novo prefeito, eleito a 15 de Janeiro não vae á missa da ‘A Noticia’.

Nessas eleições não houve a possibilidade de serem attendidas as pretensões dos amigos da ‘A Noticia’, a respeito dos cargos da administração e o director desse jornal que é vereador, passou a não fazer parte de nenhuma das comissões permanentes da Câmara e não conseguiu ser eleito nem ao menos secretario da mesa.”. (O MUNICÍPIO, nº. 967, p. 1, 23/01/1927).

O novo grupo anunciava desde os momentos seguintes à derrota³⁵⁸, a fundação de um movimento político de oposição a Presciliano e seus amigos, promessa que se cumpre ainda em fins de janeiro, com a publicação pelo *A Notícia* de uma *declaração política* assinada pelos vereadores Nelson da Veiga, Alceu de Assis, Ângelo Corrêa e Manoel Reverendo Vidal, e pelo juizes de Paz, Léo Lerro e Ernani Domingues, em que explicam os motivos do rompimento com o Diretório, e prometendo para pouco a fundação de um novo partido local:

“DECLARAÇÃO POLITICA

Visando, então reabilitar o P.R.P. em Rio Preto, abandonado e desprezado pelos seus falsos amigos, simples aproveitadores da situação que em boa fé lhes foi confiada, os abaixo assignados, que ora se desligam dos mãos companheiros, promoverão em muito próximo futuro a fundação do Partido Republicano Municipal.”

(..)

Constituindo dentro de poucos dias o Partido Republicano Municipal de Rio Preto, appellam para os seus amigos, correligionarios políticos e para o povo em geral do município, sem distincção de nacionalidade, afim de que se preparem a engrossar as fileiras do futuro e victorioso P. R. M.

Rio Preto, 16 de Janeiro de 1927.

Alceu de Assis

Ângelo Joaquim Corrêa

Manoel Reverendo Vidal

Nelson da Veiga

Dr. Ernani Domingues

Léo Lerro”.

(A NOTÍCIA, n.º 469, p. 1, 23/01/1927).

Desse modo, no início de fevereiro os novos oposicionistas fundam o PRM - Partido Republicano Municipal, que foi lançado festivamente com grande reportagem de capa do *A Notícia*, em que era publicado o “*Manifesto Político*” de fundação da nova agremiação, contendo suas principais diretrizes:

³⁵⁸ A NOTÍCIA, n.º 466, p. 1, 19/01/1927.



Imagem 7- Capa jornal *A Notícia* de 02/02/1927.

Fonte: *A NOTÍCIA*, n.º 476, p. 1, 02/02/1927.

Embora o novo partido fosse oposicionista em âmbito local, estava de acordo com as políticas dos chefes da *Comissão Diretora* do PRP, que procurariam representar com dignidade, ao contrário do Diretório prescilianista, que frequentemente expunha o partido “(...) a derrotas e vexames de toda espécie, descuidado inteiramente da tradicional dignidade que caracteriza de longa data a pujante agremiação.”³⁵⁹

Desse modo, os homens do *A Notícia* pretendiam conseguir que os altos escalões do partido substituíssem os políticos em que haviam confiado até então; participando das principais disputas locais onde procuravam infringir derrotas ao grupo prescilianista, os perremistas pretendiam demonstrar aos membros da *Comissão Diretora* o maior prestígio de seus políticos frente ao eleitorado rio-pretense.

E os ataques aos homens do Diretório continuavam a ilustrar as capas do *A Notícia*; com o auxílio do vereador Ângelo Corrêa, que também passa a publicar nas colunas da folha oposicionista, Veiga e Assis lançam constantes artigos de crítica à situação dominante, em que os pontos principais eram as histórias antigas das traições e desmandos do grupo prescilianista, várias das quais utilizamos para ilustrar anteriormente as características do coronelismo local³⁶⁰.

O Município, fiel aliado prescilianista, defendia a situação com ataques às reais intenções dos novos oposicionistas, que haviam concordado com as diretrizes do Diretório até as eleições de 15 de janeiro, e somente após terem frustradas suas expectativas de poder, romperam com os antigos chefes locais:

“A propósito...”

³⁵⁹ *A NOTÍCIA*, n.º 476, p. 1, 02/02/1927.

³⁶⁰ Ver Capítulo 2.3.

O sr. Dr. Alceu de Assis, em sua ultima explosão de despeito pela 'A Noticia' de 9. deu a ver a todos pelas plangentes lamentações que s. s. está mesmo 'tinindo', está numa irritação medonha.

É verdade que lhe negaram a prefeitura, a menina dos seus sonhos dos seus grandes sonhos de dominar este e outros mundos.

Esse facto calou fundo no seu espirito, porque a queda da prefeitura fez estalar a fibra mais sensível da sua vaiade.

Mas afinal de contas esse escarcéu todo, essa choradeira, essa irritação não tem lá muita razão de ser, porque embora s. s. não seja mais prefeito, ainda continua a ser alguma coisa em politica.

De facto, s. s. continua ainda a ser vereador municipal, eleito pelo Directorio Republicano local, continua a ser ainda provável futuro chefe de um futuro P. R. M. projectado e continuará a ser 'per omnia seculo', o ex-quasi futuro deputado ao Congresso do Estado.

Vê-se pois que s. s. ainda é alguma coisa e não deve portanto desanimar...". (O MUNICÍPIO, nº. 981, p. 1, 11/02/1927).

O alvo preferencial dos ataques era a figura do líder do movimento oposicionista, Alceu de Assis, que publicara em fevereiro diversos artigos contra o grupo de Presciliano Pinto; com várias notas em que critica as atitudes de Assis em seu processo de entrada para a política local, *O Município* denunciava os planos de ascensão do grupo do *A Notícia*, como demonstrado na nota de fins de fevereiro, em que o periódico referia-se às passadas encenações públicas da dupla Veiga e Assis:

"'A Noticia' está mal informada.

O que ha entre nos a respeito de cadeira de deputado quem melhor sabe são justamente 'A Noticia' e o seu chefe, o sr. dr. Alce de Assis.

É sabido que quem sempre sonhou com uma cadeirinha dessas foi justamente o sr. dr. Alceu de Assis, principalmente depois daquella celebre encenação do 'Rumo ao Congresso', que Deus haja.

O director da 'A Noticia' que encommendou o sermão, visava com isso dois fins: ver subir um amigo e abiscoitar pressuroso a nunca assás tão ambicionada prefeitura.

Com os successos do dia 15, porém, foi tudo por agua abaixo e os dois cavalheiros passaram a ser um, o ex-quase futuro deputado e o outro, provável ex-quasi futuro prefeito.

Oh! Raposa!

Oh! Uvas!

- Estão verdes, só os cães as podem tragar...". (O MUNICÍPIO, nº. 989, p. 1, 20/02/1927).

E os embates eleitorais não tardariam em acontecer; ainda em meados de fevereiro o *A Notícia* já publicava o temor que o novo partido promovia nos antigos chefes, anunciando

a perspectiva de que mais de 80% do eleitorado local estivesse a prestigiar a nova agremiação política:

“Publicado o manifesto, os homens do empréstimo de 1922 ficaram aterrados.

Dos nove juizes de paz do município de Rio Preto, oito pertencem ao Partido Republicano Municipal.

Do eleitorado ativo, digno e consciencioso de Rio Preto, talvez 80% esteja a prestigiar nesta hora, os vereadores que não elegeram o Sr. Victor Bastos, os vereadores que não deram a concessão da Empresa de Águas ao Sr. Castellano, de Rio Claro, os vereadores que não assignaram o contracto da Empresa de luz, os vereadores que não autorizaram o famoso empréstimo de 1922. ”. (A NOTÍCIA, n.º 484, p. 1, 13/02/1927).

Desse modo, naquele período o novo partido inicia uma série de caravanas políticas que em visita aos distritos tentavam reunir possíveis correligionários; tal estratégia que ao que parece foi bastante efetiva, pelo menos pelo discurso do *A Notícia*, que anunciou a presença de grande quantidade de eleitores nas reuniões realizadas em Nova Itapirema e Monte Bello³⁶¹, além de publicar uma carta de apoio do eleitorado de Cedral³⁶².

Internamente, os homens do *A Notícia* tentavam utilizar sua força no legislativo para ataques ao grupo prescilianista, como na ‘moção de desconfiança’ apresentada por aqueles vereadores contra o prefeito Victor Bastos, pois havia abandonado a escrita da Câmara, contraído empréstimos com curto prazo e juros altos, era credor da Câmara e ainda “(...) *mantinha como thesoureiro da Câmara um seu enteado*”³⁶³.

No entanto, na sessão de leitura do bombástico documento, os planos não saíram como previsto; mal Ângelo Corrêa começara a ler o manifesto oposicionista, os vereadores prescilianistas retiraram-se do recinto, atitude que seria freqüente nas futuras reuniões da Câmara, mas que não impediu a divulgação do documento pelo *A Notícia* em seu número seguinte, em grande reportagem de capa em que noticiava a “(...) *retirada etrategica dos chefes do Directorio*”:

³⁶¹ A NOTÍCIA, n.º 485, p. 1, 15/02/1927.

³⁶² A NOTÍCIA, n.º 486, p. 1, 16/02/1927.

³⁶³ A NOTÍCIA, n.º 516, p. 1, 03/04/1927.



Imagem 8 – Capa jornal *A Notícia* de 03/04/1927.

Fonte: A NOTÍCIA, n.º 516, p. 1, 03/04/1927.

A oposição dentro da Câmara intensificara-se em maio, quando os homens do *A Notícia* articulam uma manobra para controlar a maioria da casa, tentando excluir o vereador prescilianista Candido Gonçalves Rocha do quadro da Câmara; Rocha mudara-se para São Paulo no início daquele ano, e desde fevereiro não freqüentava as reuniões do legislativo, motivo utilizados pelos perremistas para conseguirem aprovar sua saída³⁶⁴.

Além disso, os vereadores do PRM abriram outra importante frente de oposição interna, contra as tentativas do prefeito Victor Bastos de contrair um novo empréstimo para pagar dívidas antigas, com a firma *Caetano & Castellano* de Rio Claro, cujo prazo esgotara-se em meados daquele ano; ao pedido enviado à Câmara na sessão de 20 de maio, os representantes perremistas responderam negativamente, porque o prefeito requerente não especificara a quantia exata do empréstimo nem o valor total das dívidas municipais³⁶⁵.

Enquanto conseguia vitórias dentro do legislativo, o grupo perremista noticiava aos quatro ventos o domínio da política municipal, publicando importantes vitórias de seu partido contra o diretório prescilianista, como na organização das mesas para as eleições estaduais de 5 de junho, em que os homens do Diretório haviam conseguido eleger apenas um representante para cada mesa, “(...)de cinco que elles são!...”³⁶⁶.

³⁶⁴ A NOTÍCIA, n.º 546, p. 1, 22/05/1927.

³⁶⁵ A NOTÍCIA, n.º 546, p. 1, 22/05/1927.

³⁶⁶ A NOTÍCIA, n.º 554, p. 1, 03/06/1927.



Imagem 9 – Capa jornal *A Notícia* de 03/06/1927.

Fonte: A NOTÍCIA, nº. 554, p. 1, 03/06/1927.

Nos distritos, o prestígio dos perremistas ao que parece também era grande, como demonstrado na importante vitória conseguida nas eleições em Cedral, onde com separação de cédulas, o PRM vencera os prescilianistas por uma grande margem de diferença: 76 eleitores a 28³⁶⁷; o resultado foi grandemente alarmado pelo *A Notícia*, que descrevia a vitória de seu grupo naquela eleição, visando chamar a atenção para o bom desempenho de seu partido frente aos prescilianistas

Aquele episódio, bem como as outras derrotas infringidas aos prescilianistas pelos homens do PRM, fez com que o novo partido rio-pretense rapidamente adquirisse relevo regional; a partir de suas espetaculosas chamadas de capa, *A Notícia* fazia circular dentro de todo o Estado as vitórias conseguidas por seus correligionários, tendo seus feitos comentados pelos vários jornais das cidades vizinhas, como o *Diário de Catanduva*, que noticia as vitórias do PRM nas eleições de Monte Bello e Nova Aliança³⁶⁸.

³⁶⁷ A NOTÍCIA, nº. 557, p. 1, 07/06/1927.

³⁶⁸ A NOTÍCIA, nº. 558, p. 4, 08/06/1927.



Imagem 10 – Capa jornal *A Notícia* de 07/06/1927.

Fonte: *A NOTÍCIA*, n.º 557, p. 1, 07/06/1927.

As derrotas ao que parece abalavam o partido prescilianista, que fazia de tudo para encobrir seus reveses, combatendo as espalhafatosas notícias inimigas com propagandas positivas nos jornais da região e da capital, como a nota sobre Victor Bastos publicada no *Correio Paulistano*, que trazia uma fotografia do prefeito rio-pretense, ao lado de notas de elogios sobre sua administração³⁶⁹.

Os homens do *A Notícia*, sempre atentos, criticam os elogios de encomenda conseguidos pelo prefeito nas colunas do jornal paulistano, apegando-se a um detalhe na nota veiculada pelo periódico, que apresentava invertidos os números referentes à participação dos eleitores locais no último pleito; tal erro resultou em uma série de críticas ao prefeito prescilianista, e revela uma estratégia dos políticos interioranos naquele período, como apontado na curiosa nota do jornal perremista de agosto:

“Pois bem, pela segunda vez, em supremo ridículo, os prestigiosos homens da Prefeitura, envergonhados das repetidas derrotas que lhes tem sido infligidas, mandam anunciar nos jornaes da capital sempre o numero ás avéssas: em vez de 359, os valorosos chefes dos fiscaes da Câmara mandaram publicar 9-5-3-!”

Não podendo apresentar lisamente um resultado digno, os valentes chefes dos cofres da municipalidade invertem os números, para darem aos dirigentes da política do Estado a idea de que teem eleitores...

A ultima hora é uma coisa deveras desorientadora... na afobação do fim, lançam mão os srs. Victor Bastos & Companhia de todos os expedientes, além da intriga e da mentira; agora da ingenua velhacaria... Adoptaram o methodo syrio de leitura para burlarem os resultados das eleições...

Lêem da direita para a esquerda...”. (A NOTÍCIA, n.º 610, p. 1, 21/08/1927).

³⁶⁹ *A NOTÍCIA*, n.º 610, p. 1, 21/08/1927.

O “erro de impressão” da nota do *Correio Paulistano* serviu portanto para evitar o vexame dos políticos locais perante os chefes do PRP; tal estratégia lança luz aos objetivos das notícias veiculadas nos diversos periódicos interioranos, que muito mais do que informar os cidadãos locais, visavam dar a impressão desejada à alta cúpula do poder paulista, que acompanhava à distância o desenrolar dos conflitos interioranos.

Aquele aspecto ao que parece era bastante observado pelos homens do *A Notícia* em suas declarações bombásticas de vitória, que provavelmente não eram tão unânimes quanto apresentavam em suas colunas; os prescilianistas, correm em remediar os prejuízos, e em setembro Victor Bastos arranja mais uma publicação de propaganda, desta vez numa entrevista para *O Commercio de Catanduva*³⁷⁰.

A grande batalha entre os grupos em conflito aconteceria nas eleições para prefeito e cargos da Câmara de janeiro de 1928, pleito que gerava grandes expectativas, e que foi cuidadosamente planejado pelos dois lados; para os perremistas, o momento era de grandes esperanças, visto que haviam conseguido a exclusão do vereador prescilianista Candido Rocha, e naquele momento controlavam a maioria dos cargos do legislativo local.

Além disso, em sessão realizada dias antes da eleição, e aproveitando-se da comum ausência dos membros prescilianistas, o grupo perremista faz uma denúncia requerendo a perda de mandato de Presciliano Oliveira, que não comparecia às reuniões do legislativo *sem causa justificada a 5 sessões consecutivas*³⁷¹; desse modo, ficava mais previsível ainda a vitória no pleito de 15 de janeiro.

Já os prescilianistas, que vislumbravam a futura derrota, tentavam impedir a ascensão dos bacharéis oposicionistas; no dia da eleição, *O Município* publicava o apoio dedicado a Victor Bastos por parte dos operários, que prometiam ler uma representação em seu favor na sessão de escolha do administrador local³⁷².

No entanto, o grupo prescilianista não comparece às eleições, prevendo anular a sessão por falta de número legal de vereadores, como acontecera anteriormente em conflito da década de 1910; porém, os perremistas ao que parece também se lembravam dos fatos acontecidos nas lutas passadas do grupo prescilianista, e prevenidos da ausência dos opositores, convocou de prontidão o suplente Paschoal Lerro.

³⁷⁰ A NOTÍCIA, n.º. 631, p. 1, 20/09/1927.

³⁷¹ A NOTÍCIA, n.º. 705, p. 1, 04/01/1928.

³⁷² O MUNICÍPIO, n.º. 1245, p. 1, 15/01/1928.

Desse modo, com a ausência dos homens do Diretório, o pleito foi de total vitória do PRM, que conseguiu eleger seus correligionários para todos os principais cargos da administração municipal; entretanto, não reconhecendo a vitória dos opositores, Victor Bastos recusa-se a entregar as chaves da prefeitura.

A explicação para o arbitrário ato do chefe prescilianista estava no plano arquitetado pelos membros do Diretório para manterem-se no controle do poder local; dias antes da eleição, o grupo prescilianista se reúne, às escuras no gabinete da prefeitura, e com a presença de três suplentes aprova a cassação do vereador perremista Manoel Reverendo Vidal, que afastara-se licenciado dos trabalhos da Câmara³⁷³.

Após a eleição de 15 de janeiro, em que não aparecem para participar dos trabalhos, os prescilianistas reúnem-se novamente em separado, no dia seguinte, e realizam sua própria escolha dos cargos da administração pública, elegendo seus correligionários para todos os cargos mais importantes.

Desse modo, como Victor Bastos se reelegera prefeito no obscuro pleito dos situacionista, recusou-se a entregar a administração a Alceu de Assis, atitude que revoltou o grupo do *A Notícia*, que além dos recursos judiciais contra a arbitrária detenção das chaves da prefeitura, inicia uma intensa campanha contra o grupo situacionista.

No dia seguinte ao pleito, *A Notícia*, como de costume, anuncia a esmagadora vitória de seu partido nas escolhas dos cargos da Câmara, ressaltando a ausência dos membros prescilianistas, que não foram indicados nem ao menos para as comissões temáticas da casa; no final, denunciava o gesto de Victor Bastos, avisando que o prefeito eleito iria promover a destituição do usurpador.

“O sr. Victor Britto Bastos, ex-prefeito municipal, em recurso extremo, descabido e indigno recusou-se a entregar a Prefeitura, ao sr. dr. Alceu de Assis, prefeito municipal eleito legalmente.

Em vista do ocorrido o sr. dr. Alceu de Assis, retirou-se, protestando promover a destituição do usurpador.”. (A NOTÍCIA, nº. 714, p. 1, 17/01/1928).

Desse modo, enquanto corriam as decisões judiciais sobre o conflito rio-pretense, e como provavelmente não tinha forças para tomar a prefeitura de Victor Bastos, Alceu de Assis tenta governar a cidade de uma maneira inusitada: pela imprensa; tendo como sede a Secretaria da Câmara, o prefeito do PRM lança pelas colunas do *A Notícia* suas portarias e

³⁷³ A NOTÍCIA, nº. 712, p. 1, 13/01/1928.

resoluções, em que pregava o não pagamento dos impostos, e a não obediência às ordens da prefeitura ilegal.



Imagem 11 – Capa jornal *A Notícia* de 17/01/1928.

Fonte: A NOTÍCIA, n.º. 714, p. 1, 17/01/1928.

No mesmo número em que anuncia a vitória esmagadora do PRM nas eleições para as mesas da Câmara, *A Notícia* trazia estampada a “*Portaria n.º.1*” da administração do novo prefeito Alceu de Assis, em que avisava aos cidadãos rio-pretenses que não se levaria em conta qualquer negócio realizado com a prefeitura ilegal:

“Portaria n.º 1

O dr. ALCEU DE ASSIS, Prefeito Municipal deste município de Rio Preto, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

Pela presente PORTARIA torna publico que, dada a ilegalidade da situação actual das repartições da Prefeitura, violenta e criminosamente detidas pelo agente executivo cujo mandato expirou no dia 15 deste, às 12 horas, **qualquer pagamento de impostos, taxas, emulumentos, bem como qualquer transação economica feita em favor ou com a municipalidade, por intermédio de outra Prefeitura que não a sua, legalmente eleita, é VIRTUALMENTE NULLO, não o attendendo o Prefeito legalmente eleito para os effeitos da cobrança executiva fiscal.**

A organização da mesa da Câmara Municipal realisada às 12 horas, no recinto das sessões do legislativo, perante reunião de Câmara legalmente feita, e attestada por notas publicas do 1.º tabellião desta comarca, e da qual surgiu a eleição de Prefeito para 1928, é a unica legitima, segundo decidirá o Poder Judiciário, para o qual ja ha recurso

interposto. De tal forma, qualquer ajuntamento ilícito, que porventura se haja feito, sem obediência á prescrição legal, é irritado e não produzirá efeito algum; prefeito resultante de tal ajuntamento nada mais é que um criminoso passível de punição...”. (A NOTÍCIA, nº. 714, p. 1, 17/01/1928).

Ainda naquele período, Assis lança mais duas resoluções pelas folhas do *A Notícia*, como a “*Resolução nº. 2*”³⁷⁴, que decidia a perda de mandato de Presciliano Oliveira que não freqüentava as sessões da Câmara desde outubro de 1927, e a “*Portaria nº. 2*”³⁷⁵, que orientava os proprietários de automóveis a não pagarem impostos a não ser para a gestão legalmente eleita; lançando suas decisões pela secretaria da Câmara, já que não contava com as repartições da prefeitura, Assis terminava assim suas deliberações:

Esta publicação se fará por intermedio da Secretaria da Câmara Municipal, interinamente, dada a detenção violenta das Repartições da Prefeitura pelo prefeito cujo mandato expirou ás 12 horas do dia 15 deste mez, enquanto sobre tal crime político se não pronunciar o Poder Judiciario do Estado.

Secretaria da Câmara Municipal de Rio Preto, 8 de fevereiro de 1928.

Eu, Nelson da Veiga, Secretario da Câmara, escrevi e assigno.

Nelson da Veiga

Alceu de Assis, prefeito municipal (A NOTÍCIA, nº. 730, p. 1, 08/02/1928).

No entanto, ainda em fins de fevereiro, o movimento dos homens do *A Notícia* se silencia; sem anunciar em sua folha, simplesmente deixam de comentar a situação em que se encontrava a prefeitura, cessando também os ataques contra o grupo prescilianista; a pacificação do jornal oposicionista chamou a atenção do *O Município*, que ao perceber o silêncio do órgão perremista após as eleições distritais de Ipiguá, Riberão Claro e Engenheiro Schmidt, publica a seguinte nota:

A Noticia, tão habituada ao uso do bate-caixa, sahiu hontem ás horas do costume com a maior naturalidade deste mundo e não deu nem um pio sobre as eleições de domingo.

Nem uma só palavra.

Mas será mesmo que a ‘Noticia’ está comprehendendo a dura realidade das coisas?

O seu silencio de hontem faz crer que sim.

Ainda bem. (O MUNICÍPIO, nº. 1259, p. 1, 01/02/1928).

³⁷⁴ A NOTÍCIA, nº. 714, p. 4, 17/01/1928.

³⁷⁵ A NOTÍCIA, nº. 730, p. 1, 08/02/1928.

A última referência política do PRM publicada pelo *A Notícia* naquele começo de ano foi um *Boletim Eleitoral* de fins de fevereiro, indicando os candidatos do PRP para as eleições estaduais de 24 daquele mês; posteriormente, as notícias de capa do órgão perrepista dedicam-se a temas variados, como a importância dos exames pré-nupciais, a economia nacional ou ainda os resultados e descrições de jogos de futebol.

Em maio, *O Município* noticia efusivamente a decisão do Tribunal de Justiça que anulou as duas eleições realizadas no início do ano, mantendo temporariamente a administração prescilianista; publicando telegrama enviado por Victor Bastos, que fora acompanhar de perto a decisão na capital do Estado, o órgão do Diretório também anunciava a perda de mandato do perremista Reverendo Vidal:



Imagem 12 – Capa jornal *O Município* de 11/05/1928.
Fonte: *O MUNICÍPIO*, n.º. 1330, p. 1, 11/05/1928.

As informações veiculadas pelo órgão do Diretório não agradaram em nada os políticos perremistas, que saíram do silêncio para defenderem o aliado de Ignácio Uchoa; desse modo, em seu número do dia 16, em grande anúncio de capa explicava a situação política do município, ressaltando que eram falsos os boatos sobre a perda de mandato de seu correligionário³⁷⁶.

No entanto, em nota do dia 30 daquele mês *O Município*³⁷⁷ confirma as informações publicadas anteriormente sobre o mandato do perremista Manoel Reverendo

³⁷⁶ A NOTÍCIA, n.º. 795, p. 1, 16/05/1928.

³⁷⁷ O MUNICÍPIO, n.º. 1343, p. 1, 30/05/1928.

Vidal, noticiando sua confirmação pelo Tribunal de Justiça, decisão que publicaria na íntegra no início do mês seguinte³⁷⁸.

Mesmo sem fazer alarde, o grupo do *A Notícia* também atuava nos bastidores políticos na tentativa de manter-se no controle da situação, uma vez que se confirmada a exclusão de seu correligionário, perderia a maioria da Câmara e consequentemente a prefeitura; desse modo, ao passo em que faziam várias viagens em busca de contatos na capital, os políticos perremistas anunciavam localmente a virada do jogo no judiciário.

No entanto, os chefes prescilianistas eram experientes no meio político estadual, e mantinham antigos e importantes contatos nos altos escalões da política perrepista, que ao que parece foram preponderantes no desenvolver dos acontecimentos; o mais evidente era o irmão de Victor Bastos, Miguel, que aposentara-se como ministro do Tribunal de Justiça Estadual, e que atuou como advogado dos prescilianistas naquele processo.

E foi por meio de um telegrama do irmão de Victor Bastos que *O Município* anunciou a “(...) *ultima pá de terra á tentativa dos do P. R. M.*”; em reportagem de capa, o periódico do Diretório anunciava que unanimemente os ministros do Tribunal de Justiça não reconheceram os embargos perremistas, vitória que abria passagem para a manutenção do domínio prescilianista sob os destinos locais, e que acabava com o sonho de ascensão política dos homens do *A Notícia*:

“Política Municipal

Ultima pá de terra á tentativa dos do P. R. M.

Insatisfeito com os julgados nos Recursos Eleitoraes deste Município, o homem do pigarro correu a São Paulo e, de lá voltou e, com a ajuda do dito da Alauzet espalhou por céos e terras, próxima victoria.

Tinham no papo treis dos Srs. Eggregios Ministros – Segunda feira pela certa, seriam ainda 4x3; antegosavam os candidatos á Secretario e Thesoureiro.

Mas, Rio Preto que tanto tem padecido com este estado de coisas, respirou folgadamente com o telegramma recebido pelo nosso amigo Snr. Victor Bastos de seu digno irmão e advogado dos nossos amigos e correligionarios seguinte:

‘Urgente.

Victor Bastos

Rio Preto

Unanime não conheceram.

Parabens.

Miguel’

Foi esse o resultado dos embargos que os treis sapientes advogados oppuseram ao ultimo accordam e que com tanta alegria e esperança eram decantados. Nem siquer tiveram a ventura de que o tribunal dos mesmos tomasse conhecimento.

Chorar na cama que é lugar quente – é o que resta á sapientíssima trindade.”. (O MUNICÍPIO, nº. 1351, p. 1, 12/06/1928).

³⁷⁸ O MUNICÍPIO, nº. 1347, p. 1, 06/06/1928.

A eleição que resolveria o impasse entre os dois grupos foi marcada pelo Tribunal de Justiça para o dia 18 de junho, e nenhum dos dois jornais esteve disposto a fazer campanha ou anunciar candidaturas; o *A Notícia* refere-se ao pleito apenas dois dias depois, e mesmo assim por um boletim do PRM, para explicar a atitude de seus correligionários na sessão da Câmara.

Já *O Município*, descreve detalhadamente os acontecimentos da referida sessão, em que explica a seqüência dos acontecimentos que determinaram a derrota final dos bacharéis; no dia marcado, estiveram presentes os vereadores Alceu de Assis, Nelson da Veiga, Ângelo Corrêa, Cenobelino B. Serra e Victor Bastos, que leu os “*acordãos*” do Tribunal de Justiça que resolveram anular as eleições de 15 e 16 de janeiro, manter Presciliano Oliveira no cargo, anulando a exclusão decidida pelos perremistas no início do ano e que ainda confirmavam a exclusão de Reverendo Vidal, “(...) *por não ter recorrido em tempo habil*”³⁷⁹.

Além disso, o grupo prescilianista propôs a convocação dos suplentes dos vereadores excluídos pela Câmara desde o início do ano (Candido Gonçalves Rocha e Manoel Reverendo Vidal), atitude a que foram contrários os homens do *A Notícia*, que travam acalorada discussão com Victor Bastos; o motivo da discussão era a ilegalidade na convocação dos suplentes para aquela sessão, última tentativa de Assis e Veiga para manter a igualdade de votos na escolha dos cargos para o restante daquele ano.

No entanto, o secretário da mesa, cargo que decide a pauta das discussões do plenário, coloca o assunto em discussão, para ser votado; estranha apenas o fato de aquele cargo estar nas mãos de um perremista fundador, Ângelo Corrêa, que numa clara traição aos homens do *A Notícia*, facilita os planos dos chefes prescilianistas.

Os suplentes eram Adolpho Corrêa e seu correligionário Luiz Germano, grupo que apoiou as eleições obscuras dos prescilianistas no início do ano, e que tiveram como gratificação naquela negociata, a escolha do primeiro para Presidente da Câmara; desse modo, o grupo prescilianista conseguiu controlar mais da metade da Câmara, reelegendo Victor Bastos como prefeito para o restante daquele ano.

Alceu de Assis e Nelson de Veiga, nem esperaram os resultados finais, e logo após as discordâncias com Bastos e a posterior traição de Ângelo Corrêa, abandonam a sessão em protesto à atitude de seu correligionário, e para não presenciar a vitória de seus opositores;

³⁷⁹ O MUNICÍPIO, n.º. 1356, p. 1, 19/06/1928.

dias depois, os chefes perremistas visitam Adolpho Corrêa e Luiz Germano, para explicar os incidentes daquela sessão, último ato político da dupla de bacharéis registrado pelas colunas do *A Notícia*³⁸⁰.

Em setembro, Nelson da Veiga vende sua folha para Manoel dos Reis Araújo, que a partir do dia 15 assume os editoriais do ex-órgão perremista³⁸¹, promovendo a volta de sua característica de *folha independente*; no mesmo mês, o *A Notícia* começa a publicar para a prefeitura, que aproveitara-se da ausência do antigo opositor para manter sob seu controle o influente periódico³⁸².

Em outubro, quando a cidade vivia as expectativas para a eleição dos vereadores para o triênio 1929/1931, que se realizariam no final do mês, os elementos que sustentavam a base política do PRM deixam a vida pública; o tradicional chefe Léo Lerro e seu genro anunciam juntamente o abandono da política em meados do mês, atitude seguida por Veiga, que numa declaração informa seus correligionários que não concorreria mais aos cargos municipais, dedicando-se exclusivamente à sua banca de advocacia.

Entretanto, Veiga indica para as futuras eleições o nome de seu amigo Alceu de Assis, único remanescente do outrora vitorioso grupo do *A Notícia* a manter ativa a atividade política e a disputar uma vaga naquele pleito; os resultados, no entanto, foram decepcionantes, e embora tenha conseguido uma boa colocação como terceiro maior colocado do primeiro turno, classificação que não lhe garantiu a eleição, Assis consegue apenas o décimo segundo lugar entre os candidatos votados em segundo turno, um final decepcionante para quem fora o político de maior expressão na cidade.

Dessa maneira terminava o sonho de ascensão política dos bacharéis do *A Notícia*, que aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelos novos contextos vivenciados pela metrópole sertaneja, ousaram com “suas armas” desafiar os tradicionais coronéis na disputa pelo espaço político local, irresistível semelhança com o “*duello*” com que iniciamos este capítulo, onde o coronel escapa do primeiro tiro, acertando em cheio o jornalista adversário, que cai.

A diferença do conflito rio-pretense era que a luta acontecera em outros terrenos, deixando como lição que se é verdade que o processo de desenvolvimento urbano promovia a cada vez maior participação de novos elementos na atividade política, também é correto

³⁸⁰ A NOTÍCIA, n.º. 823, p. 1, 24/06/1928.

³⁸¹ A NOTÍCIA, n.º. 808, p. 1, 14/09/1928.

³⁸² A NOTÍCIA, n.º. 882, p. 4, 18/09/1928.

afirmar que os coronéis foram muito habilidosos em adaptar-se aos novos tempos, aprendendo a vencer também com “armas alheias”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o final do trabalho, buscaremos agora organizar as principais considerações e apontamentos relacionados aos objetivos deste estudo, que pela proposta inicial visava apreender a transformação da elite local durante a República Velha, e seus

reflexos nas estratégias de atuação dos políticos tradicionais, considerando como hipótese inicial que o meio social rio-pretense, pelas características específicas de seu rápido processo de desenvolvimento, favoreceu a inserção de novos elementos nos grupos de poder.

Desse modo, detivemo-nos primeiramente na análise da trajetória de desenvolvimento urbano apresentado por Rio Preto no período, processo que assim como em outras cidades do interior paulista, foi em grande medida ditado pelos movimentos da economia cafeeira, que como visto marcou, em suas diversas fases, a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico de praticamente todo o “oeste paulista”.

A integração de novas áreas de plantio, além de toda estrutura necessária para sua produção e comércio, fazia com que o panorama do interior se alterasse, com a criação de novos municípios, instalações de transporte e comunicações, além da transferência de grandes contingentes populacionais, que dirigiam-se num fluxo constante para as terras recém desbravadas. No entanto, tal processo se deu de forma heterogênea nas diferentes áreas do Estado, que como dependentes em grande maioria das forças transformadoras da economia cafeeira, foram fortemente marcadas pelas fases de maior ou menor impulso de expansão das áreas de cultivo.

Além disso, em diversas áreas do interior paulista, principalmente aquelas mais distantes dos grandes centros urbanos, a ocupação efetiva do território deu-se apenas após o estabelecimento do transporte ferroviário, condição que permitia a utilização econômica daquelas terras, ao ligá-las ao sistema exportador cafeeiro; deste modo, destacou-se naquele processo o papel imprescindível da ferrovia, como agente que impulsionou o desenvolvimento da economia paulista, diminuindo o tempo e o custo do transporte, e permitindo a colonização das áreas sertanejas.

As condições expostas acima foram particularmente marcantes na região de Rio Preto, onde a ocupação cafeeira se acelera na segunda década do século passado, somente após a instalação do transporte ferroviário, momento a partir do qual a cidade apresenta um grande crescimento e desenvolvimento econômico, tornando-se uma das maiores cidades do interior paulista.

O rápido crescimento apresentado por Rio Preto refletiu-se na intensidade de seu processo de urbanização, fortemente marcado pelos interesses de uma elite dirigente, que aliada ao grande capital, gestava as transformações de acordo com seus interesses e em detrimento da grande maioria da população.

Como visto, as especificidades regionais colocaram o território rio-pretense no caminho de várias frentes de expansão do interior paulista, fazendo com que convergissem

para lá diversos interesses ligados ao grande capital e aos altos escalões da política estadual, característica que influenciou os destinos da cidade desde o início de sua organização política, como demonstram os diversos pedidos de concessão para empreendimentos feitos às Câmaras de Jaboticabal e Rio Preto, bem como os investimentos da Cia. Frigorífica de Barretos em terras da região.

Caracterizada pela exclusão, a modernização local aconteceu “de cima para baixo”, concebida por uma elite ávida em lucrar com aquele processo, como demonstram as implantações das melhorias de água e energia elétrica da cidade, que apesar da precariedade nos padrões dos serviços, eram cobrados impreterivelmente; tais melhoramentos receberam durante todo o período diversas críticas sobre os péssimos padrões dos serviços prestados, bem como acerca dos obscuros contratos realizados entre as empresas e a Câmara, prejudiciais à municipalidade, mas que beneficiaram grandemente os políticos envolvidos.

No entanto, apesar de uma massa de excluídos, o processo de desenvolvimento local abriu espaço para a inserção de novos elementos, especialmente nos meios econômico e cultural, que tiveram nos imigrantes seus principais atores a partir da década de 1910; constituindo boa parte do contingente populacional que dirigia-se para as novas terras do oeste, os estrangeiros tornaram-se os principais comerciantes locais, além de estarem presentes entre os maiores produtores de café e participarem ativamente dos mais importantes empreendimentos sociais na década de 1920.

O exemplo da trajetória árabe na cidade lança luz ao rápido processo de transformação da elite local no período; apesar das imensas diferenças apresentadas pelo grupo, inclusive em relação às outras etnias recorrentes em São Paulo, e das perseguições sofridas pelos pioneiros da colônia na cidade, o elemento árabe insere-se rapidamente na sociedade local, trajetória que indica a medida da abertura da sociedade rio-pretense à presença de novos elementos.

Como visto, tal abertura se deu pelos contextos vividos por Rio Preto no período, que favoreceram em grande medida a chegada de elementos de fora, especialmente a partir da instalação da Comarca em 1904, e do “mar” de estrangeiros chegados a partir da segunda década de 1920.

Como visto, os imigrantes já eram importantes no meio social rio-pretense desde o início do século passado, antes de serem representativos enquanto colonos, atuando em posições destacadas como profissionais especializados nos diversos ramos do comércio local, ou ainda como diplomados, médicos e engenheiros, raríssimos à época.

Além disso, o exemplo local indica que a diversificação econômica foi a porta de entrada para diversos novos elementos inseridos nos grupos de poder local ao longo do tempo, processo que associado à grande concentração populacional alcançada por Rio Preto na década de 1920, promoveu um alargamento das bases de influência política da cidade, que passaram a contar com um número cada vez maior de estrangeiros ao lado dos antigos coronéis.

Assim, em poucos anos a cidade apresenta totalmente diversificados seus grupos de poder, bem mais numerosos que no início do século, consistindo em fins da década de 1920 de associações de proteção imigrante, de proprietários e empregados do comércio, clubes esportivos e culturais, grupos ligados a empreendimento econômicos de grande vulto, dentre outros; todos com acentuada participação do imigrante, que definitivamente insere-se na elite local.

Desse modo, aproveitando-se das novas oportunidades surgidas do processo de urbanização local, tais como o desenvolvimento econômico, o crescimento e diversificação populacional e o próprio processo de modernização urbana, os novos elementos empreendem tentativas de inserção política, com ou sem o apoio dos coronéis.

No entanto, a dinâmica de entrada no meio político era diferente daquela verificada em outros grupos de poder, como indicado na análise do legislativo local; fica claro que a elite política não refletia necessariamente a importância dos diversos meios sociais das cidades interioranas, uma vez que embora a presença imigrante fosse cada vez maior naquelas sociedades, com indivíduos participando dos principais grupos econômicos e culturais, sua inserção na política acontecia num passo bastante diferente daquele verificado em outras esferas de influência.

Além de Rio Preto, tal processo é confirmado pelos exemplos de Ribeirão Preto e Rio Claro, cidades que tomamos por comparação, e que embora apresentassem em seus legislativos os reflexos da concentração populacional imigrante, tinham os principais cargos sob o controle dos chefes tradicionais; além disso, para várias cidades do interior como demonstrado pelos exemplos de Rio Claro e Catanduva, a presença do estrangeiro como ocupante dos principais cargos passava pela sua condição de fazendeiro.

A análise da reiteração temporal dos grupos de poder permitiu a apreensão dos processos momentâneos específicos que permitiram a entrada de novos elementos na elite local, transformada a partir de contextos variados, surgidos no turbilhão de mudanças vivenciadas por Rio Preto ao longo do período.

Como visto, os principais momentos de transformação dos membros da elite foram após a instalação da Comarca em 1904, e conseqüente à explosão populacional das décadas de 1910 e 1920; tais processos estiveram relacionados à inserção da localidade no circuito dos interesses econômicos estaduais, fosse pelos negócios relativos ao café, ou ainda por aqueles relacionados às disputadas terras do interior do extenso município.

No entanto, se os contextos promoviam situações favoráveis à entrada de novos elementos no meio urbano, e conseqüentemente nos grupos de poder, também proporcionavam, pelas características da política perrepista, a constante influência dos altos escalões da política estadual nos destinos municipais.

Desse modo, durante toda a Republica Velha foi constante a influência na vida política local dos acontecimentos verificados nas esferas mais altas do poder estadual, em especial dos interesses da Comissão Diretora do PRP, que seguia de perto todos os movimentos políticos do interior paulista.

Exemplo disso foi a tentativa dos políticos locais de barrar os desmembramentos de 1924, que resultou no rompimento dos chefes do Diretório Presciliano Oliveira e Cenobelino Barros Serra com a *Comissão Diretora* do PRP; o rápido retorno daqueles políticos ao seio do partido reflete a pouca autonomia dos coronéis locais frente aos altos escalões da política paulista.

Além disso, a interferência dos grandes interesses políticos e econômicos na localidade pode explicar em partes a fraca participação dos chefes rio-pretenses nas decisões do PRP, que apesar de representarem um gigantesco eleitorado, de vital importância para os interesses dos chefes da Comissão Diretora, nunca tiveram uma indicação pelas chapas oficiais do partido aos altos cargos eletivos estaduais.

Somadas às dificuldades advindas dos interesses dos grandes grupos de âmbito estadual, os políticos rio-pretenses tinham ainda que lidar com a instável ordem local, que transformava-se rapidamente. Naquele momento, várias cidades adquirem um patamar de desenvolvimento urbano que não envolvia apenas o crescimento populacional e econômico, mas também o estabelecimento de um meio cultural mais plural e por conseqüência mais aberto à participação popular nos destinos públicos.

Tal ambiente foi favorecido grandemente pela presença dos jornais, que cada vez mais numerosos, passam a fazer parte do cotidiano dos habitantes das cidades interioranas desde o início do século XX; como visto, os periódicos foram largamente utilizados como

arma política na cidade, constituindo-se em local privilegiado para a apreensão das dissensões entre grupos políticos, em especial de novos atores em empreitadas eleitoreiras.

Exemplo desse processo foram as atuações dos bacharéis Gastão de Sá e Nelson da Veiga, que em momentos distintos investiram na fundação de jornais com objetivos políticos; tanto *O Poder Moderador*, de Gastão de Sá em 1911, quanto o *A Notícia* de Veiga em 1924, nasceram sob a marca de “folhas independentes”, para logo em seguida deterem-se aos assuntos políticos, que garantiriam o sucesso de seus proprietários.

Naquele processo, os coronéis passaram a enfrentar novas situações advindas das intensas mudanças, como a presença de uma grande quantidade de novos elementos com aspirações políticas, ou ainda de meios de comunicação de grande alcance que poderiam abalar seu poder tradicionalmente estabelecido; desse modo, os antigos donos do poder depararam-se com situações em que não podiam contar apenas com as antigas práticas coronelísticas, sendo obrigados a adaptarem-se às novas situações para manterem-se no poder.

As questões surgidas aos tradicionais chefes políticos nos contextos de mudanças, sobre como administrar o poder em um meio social cada vez mais plural e aberto à participação pública, foram efetivamente respondidas pelos coronéis locais; como as práticas tradicionais não serviam mais ao controle político, os antigos chefes adaptaram-se e venceram também nos novos “terrenos” e circunstâncias surgidas no período.

Deste modo, entendemos não serem tão estranhas as assertivas Vilaça e Albuquerque³⁸³, Sá³⁸⁴, e demais autores revisionistas do tema coronelismo apresentadas na introdução do presente trabalho, que apreenderam alterações nos padrões de atuação dos coronéis, relativas ao processo de modernização urbana e mercantilização das relações pessoais.

Tais autores, como visto, suscitaram com suas conclusões severas críticas de Carvalho³⁸⁵, referentes ao pouco apego à teoria clássica de Victor Nunes Leal³⁸⁶ e à demasiada flexibilidade dada ao conceito coronelismo; para o autor, por encontrarem vestígios de coronéis urbanos, ou ainda de coronelismo com ausência de grandes chefes, os revisionistas estariam dando ao conceito uma “(...) amplitude e uma frouxidão que tira o valor heurístico”³⁸⁷.

³⁸³ VILAÇA e ALBUQUERQUE, *Op. cit.*, 1965.

³⁸⁴ SÁ, *Op. cit.*, 1974.

³⁸⁵ CARVALHO, *Op. cit.*, 1997.

³⁸⁶ LEAL, *Op. cit.*, 1978.

³⁸⁷ CARVALHO, *Op. cit.*, p. 239.

Como afirmado na introdução, não foi objetivo deste trabalho defender tais autores da crítica de Carvalho; no entanto, o exemplo rio-pretense indica que os contextos urbanos determinaram em grande medida a transformação nos grupos e estratégias do meio político, e num número cada vez maior de cidades que viviam processos semelhantes de intenso desenvolvimento, surgiram diferentes atores utilizando-se das práticas coronelísticas, como os numerosos bacharéis locais, que em nada assemelhavam-se aos tradicionais chefes políticos proprietários de terras.

Além disso, como observado nos conflitos da década de 1920, os chefes perrepistas não detiveram-se apenas às tradicionais estratégias políticas, não intimidando-se frente às novas situações e contextos da cidade moderna; pelo contrário, os coronéis locais foram vitoriosos também em condições diferentes daquelas que especificou Leal, demonstrando que um número maior de pesquisas sobre os aspectos de âmbito local da política na República Velha podem complementar o conhecimento sobre as diversas variações possíveis dos tipos e práticas coronelísticas, tema para o qual esperamos ter contribuído com o presente trabalho.

FONTES E DOCUMENTAÇÃO

a) **Relatórios da Estrada de Ferro Araraquara: Museu Ferroviário de Jundiaí.**

- Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Julio Prestes de Albuquerque,*

Presidente do Estado, pelo Dr. José Oliveira de Barros, Secretário da Viação e Obras Públicas. Relatório nº. 1, Exercício de 1927. São Paulo: 1927.

- Secretaria de Viação e Obras Públicas. *Relatório de Exercícios da Estrada de Ferro Araraquara* - 1946. São Paulo: 1946.

b) **Boletim do Café:** Instituto Agronômico de Campinas.

- SÃO PAULO: O Café. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1915 - 1937-38.

c) **Atas da Câmara Municipal de Rio Preto:** Arquivo Público Municipal de São José do Rio Preto.

- Atas da Câmara 1894-1909.

c) **Revistas e Almanques:** Biblioteca e Arquivo Municipal de S. J. Rio Preto.

- FRANÇA, A. M. *Álbum de Araraquara*. Araraquara: Paulo Silveira Ed., 1915.

- SILVA, R. *Álbum da Comarca de Rio Preto: 1918-1919*. s/ed., 1919.

- CAVALHEIRO, A. *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto: 1927-1929*. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

d) **Jornais:**

- Casa de Cultura do Município de São José do Rio Preto.

- A NOTÍCIA – 1924-1930 (vários números)

- O MUNICÍPIO – 1926-1930 (vários números)

- Acervo pessoal de Lelé Arantes

- O PORVIR – 1904 - 1908. (vários números)

- O PODER MODERADOR – 1911-1912 (vários números)

- A CIDADE – 1912 (vários números)

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, A. e ZANIRATO, A. *Legislativo Rio Pretense: nossa história*. S. J. Rio Preto: Ed. Rio Pretense, 2000.

ARANTES, Lelé. *Discionário rio-pretense*. São José do Rio Preto: Editora Rio-Pretense, 2000.

ARAÚJO, E. *O sonho realizado*. Ed. Rio-pretense. São José do Rio Preto: 1998

AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para Oeste*. Estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. Livraria Martins, 2ª edição. São Paulo, 19??.

AZEVEDO, Marques. *Apontamentos da província de São Paulo*. Tomos 1 e 2. Livraria Martins Editora, 2.ª ed., 1978.

BACELAR, C. DE A. P. & BRIOSCHI, L. R. *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história do interior paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BARNABÉ, Israel Roberto. *Elite, classe social e poder local*. Estudos de Sociologia, v. 4, no. 7, 1999.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. Livraria Pioneira Editora, 2.ª ed. São Paulo, 1978.

BENTIVOGLIO, J. *Os dois corpos da cidade: a constituição do espaço urbano de Franca no século XIX*. Franca: FHDSS/UNESP, 1997. Dissertação de Mestrado.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BIANCONI, R. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas de Campinas (1870-1905)*. Dissertação de Mestrado/Instituto de Economia UNICAMP.Campinas: 2002.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As Elites Políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Campinas/Piracicaba: Ed. Unimep/Ed. Unicamp. 2001.

_____. Política Local e Coronelismo: um estudo sobre as Elites Políticas de Rio Claro. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 291-314, jan./dez. 1997.

BRACCI, Carlos Alberto Arantes. *História de um povo fiel: Diocese de São José do Rio Preto-SP: 1929-1999*. São José do Rio Preto: Editora Rio-Pretense, 1999.

BRANDI, Agostinho. *São José do Rio Preto: 1852-1894*. Rio Preto: Ed. Rio-pretense, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (3 Volumes)

_____. *A identidade da França*. Rio de Janeiro: Globo, vol. 1, 1989.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1952, v. 1 e 2.

CAMPOS, Raquel Discini de. *A 'Princesa do Sertão' na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

CANABRAVA, A. P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Siqueira, 1951.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. São Paulo: Ed. Difel, 1977.

CARONE, Edgar. *A república Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo*. DADOS, vol. 14, no. 2, Rio de Janeiro, 1997.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVENAGHI, Airton José. *São José do Rio Preto fotografado: imagética de uma experiência urbana (1852-1910)*. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 23, nº 46, pp. 147-169, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, F. m. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880 - 1945*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 – 1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEBES, Célio. *A caminho do Oeste. (História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro)*. São Paulo, 1968.

DEVESCOVI, Regina C. Balieiro. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. Arquivo de História Contemporânea - UFSCar. São Carlos: 1987.

DI GIANNI, Tércio Pereira. Italianos e propriedade urbana na cafeicultura paulista (Franca-SP, 1887 - 1916). **História**, v.13, p. 65-79. São Paulo: 1994.

DOIN, José Evaldo de Mello. *O Capitalismo Bucaneiro*. Dívida Externa, Materialidade, e Cultura na saga do Café. Vol. I. Franca: UNESP/FHDSS, 2001. Tese de Livre Docência.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O café e a Paulistânia*. São Paulo, 1951.

_____. *Populações paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar*.

FALEIROS, Rogério Naques. Fronteiras do café: Fazendeiros e ‘colonos’ no Interior Paulista. (1917-1937). Tese apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp para a obtenção do título de Doutor. Campinas: 2007.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.

_____. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. DIFEL, São Paulo, 1976.

FONT, Mauricio. *Café e política: ação da elite cafeeira na política paulista (1920-1930)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

FRAGOSO, João. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 41-70.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional/Publfolha, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.

_____. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*: Formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo*: trabalho estatístico, histórico e noticioso. 2ª edição. São Paulo, 1972. (Coleção Paulística).

GOMES, Leonardo. *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto*. São Paulo: Ed. Gráfica São José, 1975.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais*: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndios*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968.

HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1984. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 71).

HUGON, P. *Demografia brasileira*. São Paulo: Atlas/Edusp, 1973.

HUTTER, L. M. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914*. O processo imigratório. São Paulo: IEB/USP, 1986.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo*: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KELLER, Suzane. *O Destino das Elites*. Trad. Luís Cláudio de Castro. Rio de Janeiro: FORENSE, 1967.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Poder político local do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1979.

KOLLERITZ, Fernando. *Café e política: 1889-1930*. **HISTÒRIA**, São Paulo: nº 8, p. 15-28, 1989.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1986.

LEAL, Vistor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo*. São Paulo: Alfa-Ômega: 1978.

LEITE, Mário. *Paulistas e Mineiros plantadores de cidades*. S. 1. Ed. Art, 1961.

LEITE, Silvia I. de S. *Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna: 1918-1964*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp/Araraquara. Araraquara: 2007.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva*. São Paulo na federação brasileira: 1889 - 1937. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 57).

LOWRIE, Samuel Harman. *Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo*. São Paulo: 1938.

MARQUES, M.E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, 1973.

_____. *O cativo da terra*. São Pulo: HUCITEC, 1996.

_____. *A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930*. **Revista de História USP**. São Paulo, n.º121, 1989. p/ 5-26.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. 2ªedição, São Paulo, 1974. Ed. Alfa/ Omega/ Sociologia e Política.

MEDEIROS, Marcelo. *As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos*. **TEXTOS PARA DISCUSSÃO/IPEA Nº. 998**, Brasília, nov. 2003.

MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, 3.ª ed. ed. Brasiliense, 1984.

MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARTZ, L. M. (org). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo, 1941. (Coleção do Departamento de Cultura; v. 25).

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/ Polis, 1984.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo, 1970.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente: 2002.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

NOZOE, Nelson Hideiki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização*. Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

OLIVEIRA, F. A. M. de. *Faces da dominação da terra (Jaú 1890-1910)*. São Paulo: Fapesp, 1999.

PACHECO, Carlos Américo. *Café e cidade em São Paulo: Um estudo do caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos 1880/1930*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 1988.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, Róbson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luis em sua atuação em Batatais (1893-1900)*. Aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, Campus de Franca. Franca: 1998.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930). *Perspectivas*, São Paulo, n.º. 16, 1993. pp. 165-189.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade: 1824 – 1930*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1982.

_____. *A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765 – 1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

_____. *Imigração in História Geral da Civilização Brasileira, TOMO III (O Brasil Republicano)*, 2º volume, cap.III. Difel, 2ª ed. São Paulo, 1978.

PINHEIRO, Adriana Cristina. *O código de posturas do município na educação e normatização do “povo”*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas: 2004.

PRADO, M. L. C. *A Democracia Ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, 1976.

_____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*: República, São Paulo: Difel, 1977.

RODRIGUES, Fabíola. Por onde vão as “Brisas Suaves” do sertão paulista? – população e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/Unicamp. Campinas, 2005.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife: Dissertação de Mestrado-UFPE, 1974.

SAES, Flávio Azevedo de Marques. *As ferrovias de São Paulo: 1870 - 1940*. São Paulo, Hucitec/ INL - Mec, 1981.

_____. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAFADY, J. *Panorama da imigração árabe*. São Paulo: Ed. SAFADY, 1972.

SAFADY, Wadih. *Cenas e cenários dos caminhos de minha vida*. Belo Horizonte: 1966. p. 200.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo, Livraria Martins Ed., Universidade de São Paulo, 1972.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 227-228.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, César Mucio. *Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República – 1890-1920*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

SILVA, Henry Marcelo Martins da. *Araraquarense: crescimento socioeconômico da região (1912-1940)*. Trabalho de conclusão de curso apresentado à FHDSS-UNESP, Campus de Franca, para a obtenção do grau de Bacharel em História. Franca: 1999.

_____. *O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto: 1912-1940*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FHDSS-UNESP, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História. Franca: 2002.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, 1976.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Monarquia e Primeira República: a natureza do pacto de dominação segundo interpretações correntes na historiografia. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 10, p. 132-150, 1990.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.^a ed. 1977.

SPINDEL, Cheynia R.. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SOARES NETO, Cícero José Alves. *Coronelismo: voto barganhado?* (notas teóricas). In: **Cadernos CERU**, nº 06, Série 2, 1995.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, W. e VILELLA, A. V. *Políticas do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: 1975.

TAUNAY, Afonso d'Escragnoille. *A pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1946.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese de Doutorado/IE UNICAMP. Campinas: 1998.

_____. *Cultura do café e cultura dos homens em Franca: a influência da ferrovia para sua urbanização*. *Estudos de História*, v.5, n.º 2, p. 113-148. Franca: 1998.

TRUZZI, O. M. S.; SOUZA, M. DO C. C.; KERBAUY, M. T. M. Do clientelismo coronelista ao clientelismo de Estado: a ascensão de imigrantes na política do interior paulista. *Perspectivas*, São Paulo, 26: 11-34, 2003.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

_____. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré/CNPq/FAPESP, 1992.

_____. *Café e Indústria: São Carlos: 1850-1950*. Arquivo de História Contemporânea - UFSCar. São Carlos: 1986.

TAUNAY, Visconde de. *Viagens de Outrora*. São Paulo: Melhoramentos. 1948.

URICOCHEA, Fernando. *O minotauro Imperial*. A burocratização do Estado brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850 - 1930)*. Tradução: Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano de Cultura/Instituto Cultural Ítalo Brasileiro. 1991.

VARGAS, Claudia. *As várias faces da cidade - Bento de Abreu Sampaio Vidal e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: FDHSS-UNESP, 2000 (Dissertação de Mestrado).

VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (53), março de 1999.

VILAÇA, M. V. e ALBUQUERQUE, R. C. de. *Coronel, Coronéis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: UNB, 1965.

VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W.. *Políticas do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: 1975.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ed. Ribeirão Preto, Palavra Mágica, 2000.